TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO 1
STP - Pautas 1
STP - Atas 1
STP - Acórdãos 1
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA 5
1ªSECAM - Pautas 5
1ªSECAM - Atas 5
1ªSECAM - Acórdãos 5
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA 10
2ªSECAM - Pautas 10
2ªSECAM - Atas 10
2ªSECAM - Acórdãos 10
ATOS DE RELATORIA 10
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 10
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 12
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 23
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 26
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 26
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 26
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 37
Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 40
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO 41
Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA 41
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO 42
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 42
Conselheira Substituta MURYEL HEY 42
Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 42
CORREGEDORIA-GERAL 43
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 44
OUVIDORIA DE CONTAS 44
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS 44
ATOS DIVERSOS 45
Resenhas de Distribuição 45
Editais 48
Despachos 48
Informações 48
Atos de Alerta Municipais 48
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO 49
ATOS NORMATIVOS 49
GABINETE DA PRESIDÊNCIA 49
GP - Despachos 49
GP - Termo de Ajuste de Gestão 56
GP - Portarias 56
LICITAÇÕES E CONTRATOS 56
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026 57
Tribunal Pleno 57
Primeira Câmara 57
Segunda Câmara 57
Corregedoria-Geral 57
Ministério Público de Contas 57
Conselheiros – Diretores de Gabinete 57
Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete 57
Inspetorias de Controle Externo 57
Administrativo 57

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

STP - Atas

Sem publicações

STP - Acórdãos

PROCESSO Nº:-318078/24
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
INTERESSADO:-ELISANGELA PEDROSO DE OLIVEIRA, KATIA HARMS, LUCIANO ESSER QUEIROZ, M. V. SELMER E CIA LTDA, MARIA ROSA DUCHEIKO, MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
ADVOGADO / PROCURADOR-DOUGLAS IVAM ALVES, LEONARDO FERREIRA MENDES DE PAIVA, PATRICIA FERREIRA MENDES
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 2983/25 - TRIBUNAL PLENO
Recursos de Revista. Representação da Lei nº 8.666/93. Pregão Eletrônico nº 18/2023. Município de Carambeí. Transporte escolar. Descumprimento de exigências previstas em edital. Conhecimento dos recursos. Não provimento, mantendo inalterado o Acórdão nº 1069/24 - Tribunal Pleno.
I - RELATÓRIO VOTO VENCIDO (CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO)
Trata-se de Recursos de Revista interpostos pelo Município De Carambeí (peças 124/144 e 153/161) e M. V. Selmer e Cia LTDA (peça 151), buscando a alteração da decisão que consta do Acórdão nº 1069/24-STP (peça 121), pelo qual este Tribunal julgou parcialmente procedente Representação da Lei de Licitações encaminhada por M.V. SELMER em face do Pregão Eletrônico nº 18/2023, promovido pelo primeiro Recorrente, e que tinha por objeto a contratação de empresa para transporte escolar.
Transcrevo abaixo a decisão proferida no Acórdão nº 1069/24 (peça 121), por meio do qual o Tribunal Pleno deliberou por:
Julgar pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da presente Representação da Lei n.º 8.666/93, com a finalidade de reconhecer as irregularidades e falhas ocorridas na

condução do Pregão Eletrônico n.º 18/2023, notadamente em relação a falha na exigência e conferência dos requisitos previstos no instrumento convocatório.
DETERMINAR a APLICAÇÃO DE MULTA, nos termos do art. 87, inciso III, alínea "d" da Lei Complementar n.º 113/2005 à Pregoeira Oficial, SRA. MARIA ROSA DUCHEIKO, e ao Diretor de Transporte Rodoviário/Fiscal do Contrato, SR. LUCIANO ESSER QUEIROZ, por deixar de conferir, no decorrer do processo licitatório, a regularidade das documentações exigidas no instrumento convocatório, assim como o fiel cumprimento dos requisitos previstos em legislação específica.
DETERMINAR a APLICAÇÃO DE MULTA, nos termos do art. 87, inciso IV, alínea "g" da Lei Complementar n.º 113/2005 ao Fiscal do Contrato, SR. LUCIANO ESSER QUEIROZ, em razão da falha na fiscalização contratual na exigência das autorizações emitidas pelo DETRAN-PR dos veículos que realizam o transporte escolar.
Expedir DETERMINAÇÃO ao MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ, na figura de seu representante legal, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do Acórdão, exija a apresentação de autorizações para condução coletiva de escolares válida, emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito do Paraná – DETRAN-PR, referente aos veículos utilizados no Contrato n.º 92/2023;
Expedir RECOMENDAÇÃO ao MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ, na figura de seu representante legal, para que:
a. deixe de promover a prorrogação contratual, considerando que o prazo final do contrato é 22/07/2024, e promova novo certame, observando os termos desta decisão;
b. oriente os Fiscais de Contrato e Pregoeiros para que em licitações futuras que tenham por objeto o transporte escolar, atentem para a documentação dos veículos e condutores, a fim de que não se repitam as falhas observadas no certame objeto de análise;
Nos autos em exame, o Município de Carambeí, em suas razões recursais (peças 124/144), insurgiu-se, preliminarmente, contra a decisão do Relator do processo de Representação que indeferiu o recebimento da Petição Intermediária nº 91346/24 (peças 98/117), por entender que os documentos anexados àquelas peças não caracterizavam provas novas. Afirmou que, antes da conclusão do processo originário, buscou atender às recomendações formuladas pela unidade técnica deste Egrégio Tribunal, com vistas a afastar ou, ao menos, mitigar a aplicação das penalidades administrativas, enfatizando, em adição, os esclarecimentos constantes da referida petição. Pleiteou, dessa forma, o afastamento das sanções impostas ao Fiscal de Contrato e à Pregoeira, sob o argumento de que as irregularidades apontadas não acarretaram prejuízos financeiros ou comprometimento da prestação dos serviços.
No que se refere ao mérito, a municipalidade defendeu a adequação dos procedimentos adotados, destacando que a apresentação de consulta obtida diretamente no sítio eletrônico do órgão fiscalizador de trânsito satisfazia o subitem 3.1, alínea "e", do Anexo 021 do edital do Pregão Eletrônico nº 18/2023, e que a exigência do subitem 3.1, alínea "f", foi igualmente atendida. Rechaçou, de modo veemente, a argumentação da Representante dos autos originários, que sustentava a suposta incompletude documental da empresa vencedora no tocante ao motorista Alceu Machado de Jesus. Alegou que a documentação complementar, obtida por meio de consulta direta ao Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR), demonstrava a inexistência de infrações registradas em nome do referido profissional à época da apresentação dos documentos. Frisou, além disso, que eventuais substituições de profissionais seriam plenamente admissíveis, desde que formalmente comunicadas ao Fiscal de Contrato.
Adicionalmente, a municipalidade elucidou que foram observadas as normas emanadas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) aplicáveis à fiscalização veicular, com o objetivo de comprovar a regularidade das inspeções realizadas nos veículos. Esclareceu, também, que o edital do certame não exigia a anotação de "Exerce Atividade Remunerada" (EAR) na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) dos condutores, limitando-se a requerer comprovação da aptidão técnica dos motoristas, podendo tal requisito ser demonstrado por qualquer meio idôneo.
Quanto ao certificado de inspeção de segurança veicular apresentado pela empresa vencedora, afirmou que este atestava a conformidade e a regularidade dos equipamentos utilizados. Destacou que as questões levantadas nos autos originários não configuraram óbices à participação da empresa representante no certame, sendo a proposta vencedora definida unicamente com base no critério de menor preço.
Em sua conclusão, requereu o recebimento e provimento do Recurso de Revista, com a reforma do acórdão impugnado, para que o procedimento licitatório seja declarado regular e sejam afastadas as penalidades aplicadas ao Diretor do Departamento e à Pregoeira.
Por meio do Despacho nº 484/24 – GCAZ (peça 145), o recurso foi recebido e os autos redistribuídos a este Relator (peça 147), que, mediante o Despacho nº 596/24 – GCFSC (peça 149), determinou o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e ao Ministério Público de Contas para manifestação.
Em contrapartida, a empresa M. V. Selmer e Cia Ltda. interpôs recurso (peças 150/151) sustentando que o Acórdão não enfrentou o pedido de inabilitação da empresa Viação Apoio Ltda., alegando a ausência de apresentação de documentos essenciais exigidos no edital, bem como irregularidades comprovadas no procedimento licitatório. Pugnou pela aplicação da penalidade prevista no art. 87, inciso III, alínea "h", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, em razão de suposta adulteração documental referente à CNH do motorista Alceu Machado de Jesus, e pela declaração de inidoneidade da empresa Viação Apoio Ltda., para fins de impedir novas contratações com a Administração Pública.
Em complemento, a empresa recorrente invocou a teoria da "perda de uma chance", argumentando que a não inabilitação da Viação Apoio Ltda. comprometeu as expectativas legítimas das demais empresas concorrentes de serem convocadas para a fase de habilitação. Ao final, pleiteou a rescisão do Contrato nº 92/23 e a aplicação das penalidades cabíveis, ou, subsidiariamente, a realização de novo processo licitatório. O recurso da empresa foi recebido nos termos do Despacho nº 782/24 – GCFSC (peça 163).
Na Instrução nº 5891/24 – CGM (peça 164), a Coordenadoria de Gestão Municipal, quanto ao Recurso de Revista interposto pelo Município de Carambeí, concluiu que a municipalidade apenas manifestou seu inconformismo, sem apresentar elementos que demonstrassem o erro na decisão que justificasse sua modificação, uma vez que o ente se limitou a reiterar argumentos previamente expostos durante o contraditório nos autos de origem, os quais já haviam sido devidamente analisados e apreciados pelo plenário deste Tribunal.
No que tange ao recurso interposto pela empresa M. V. Selmer e Cia Ltda., a unidade técnica observou que a Constituição Federal não confere aos Tribunais de Contas a competência para anular contratos firmados pelos entes públicos, mas outorga o poder geral de cautela, o qual permite, por exemplo, a suspensão de certames, desde que presentes os requisitos legais. Salientou que o exercício desse poder e a determinação de suspensão de pagamento de contratos devem ser pautados no interesse público envolvido. No presente caso, o pedido cautelar para suspensão da licitação foi indeferido, em razão dos consideráveis prejuízos que sua concessão acarretaria à comunidade local.
A unidade técnica também frisou que não cabe a aplicação da multa prevista no art. 87, inciso III, alínea "h", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 à empresa Viação Apoio Ltda., pois, embora o Acórdão impugnado tenha reconhecido que os agentes públicos responsáveis pela licitação cometeram erros ao afirmar que a empresa contratada apresentou documentos que não estavam presentes, não se demonstrou que a empresa prestadora de serviços estivesse atuando de maneira irregular ou sem atender aos requisitos legais aplicáveis ao ramo de transporte escolar. Ficou evidenciado que ajustes foram realizados, com a substituição de motoristas que não atendiam aos requisitos exigidos.
Por fim, a Coordenadoria de Gestão Municipal asseverou que a medida adotada por esta Corte foi a aplicação de multa aos agentes públicos responsáveis pelas irregularidades, além de expedir recomendação ao Município de Carambeí para que não renovasse o contrato. No tocante à inidoneidade da empresa contratada, foi afastada a possibilidade de referida sanção, uma vez que não restou comprovada a ocorrência de fraude ou dano ao erário.
Dessa forma, a unidade técnica concluiu pelo não provimento dos recursos interpostos tanto pelo Município de Carambeí quanto pela empresa M. V. Selmer e Cia Ltda.
Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, este corroborou, por meio do Parecer nº 1238/24 – 6PC (peça 165) a manifestação técnica, por compreender que inexistem nos petitórios recursais elementos hábeis a modificar o entendimento deste Tribunal, razão pela qual opinou pelo conhecimento e, no mérito, pelo não provimento destes Recursos de Revista, propugnando pela manutenção da decisão consubstanciada no Acórdão nº 1069/24 – STP (peça 121).
O Município de Carambeí retornou aos autos mediante petitório juntado às peças 166/171 e trouxe informação superveniente de relevância fundamental para o deslinde da controvérsia: diante das falhas reconhecidas nos autos, decidiu revogar o contrato administrativo com a empresa Viação Apoio Ltda. e promover novo procedimento licitatório para execução dos serviços de transporte escolar, medida já em curso.
Em nova análise dos documentos interpostos, a Coordenadoria de Gestão Municipal, pela Instrução nº 1130/25 (peça 174) ratificou integralmente o conteúdo da Instrução nº 5891/24 – CGM (peça 164).
Nos termos do Parecer nº 350/25 – 6PC, o Ministério Público de Contas ratificou in totum o posicionamento exarado em seu anterior Parecer (peça 165), e se manifestou pelo não provimento dos presentes Recursos de Revista, com manutenção da decisão consubstanciada no Acórdão nº 1069/24 – STP (peça 121).
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO E VOTO VENCIDO (CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO)
A mais recente manifestação do Município, demonstrando a adoção de medida saneadora consistente na deflagração de novo procedimento licitatório, altera substancialmente o contexto analisado na decisão impugnada. A Administração Municipal afirma expressamente:
Pois bem, conforme poderá Vossa Excelência verificar à documentação anexa, o Município está em fase de implementação de novo procedimento licitatório a atender tais finalidades (DOC ANEXO).
(...) Numa atenta análise acerca do objeto da licitação, bem como, nas manifestações juntadas nestes movimentos, vê-se facilmente que procurou o Recorrente, antes da finalização da demanda, atender os levantamentos feitos pela Unidade Técnica no intuito de afastar ou mesmo, suavizar a aplicação das multas administrativas.
A atualização das certidões autorizativas expedidas pelo órgão de trânsito estadual, objeto de exigências por esta Municipalidade em relação à prestadora de serviços de transporte escolar, resolvendo levantamentos feitos pela CGM (Instrução nº. 4905/23 e 130/24), corroboradas pela 3ª Procuradoria de Contas.
Destaca-se que a critério da prestação de serviços, como poderá Vossa Excelência se inferir à documentação anexa, toda as certidões encontravam-se desatualizadas somente no período de recesso escolar que se perdurou de 22/12/2023 a 05/02/2023, não trazendo prejuízos a Administração Pública Municipal ou aos usuários dos serviços em tela.
Ademais, em relação aos condutores Srs. Alceu Machado, Caroline Gaya, Gentil Correa e William Silva, que não supostamente não tinham o EAR em suas carteiras de habilitação, foram substituídos pelos profissionais Arivonil Domingues Bueno, Ivonei Spinardi, Marcial Cortes Albuquerque e Josiane Aparecida Pereira de Lara.
Para tanto, requer-se o afastamento da imposição punitiva recomendativa esposada nas instruções antes mencionadas ao Fiscal de Contrato e Pregoeira, respectivamente, já que apesar de apresentadas supostas falhas, não trouxeram quaisquer prejuízos à prestação dos serviços, tampouco, prejuízos financeiros que se pudesse mensurar aos cofres públicos municipais. (Destaque nosso.)
Esse comportamento responsivo e corretivo da Administração Municipal deve ser considerado como fator determinante para a reforma do acórdão, inclusive para afastar as sanções pessoais aplicadas à pregoeira e ao fiscal do contrato, uma vez que a irregularidade detectada foi reconhecida e sanada pelo ente público, em respeito aos princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao edital.
Com o novo cenário — instauração de nova licitação com cláusulas saneadoras —, entende-se que a finalidade punitivo-pedagógica da sanção já foi alcançada por meio da atuação responsiva da Administração: a adoção tempestiva de providências corretivas voluntárias, sem a demonstração de má-fé, dano ao erário ou reiteração de conduta, desautoriza a subsistência das sanções pessoais, que, embora impostas em primeiro momento, perderam sua função pedagógica no contexto atual.
Em outros termos, tal postura denota conformidade voluntária e imediata com as determinações desta Corte, configurando atitude colaborativa, responsável e zelosa por parte da Administração.
Nesse sentido, o princípio da autotutela autoriza a revisão de atos administrativos ilegais ou eivados de vício, sendo plenamente legítima a revogação do contrato anterior e o início de novo processo licitatório para atender ao interesse público,

conforme previsto na jurisprudência consolidada e na Lei nº 14.133/2021.
Além disso, não restou comprovada, nos autos, a alegada adulteração da CNH do motorista da empresa vencedora. A documentação mencionada não foi objeto de perícia ou análise conclusiva por autoridade competente, o que inviabiliza a aplicação da penalidade prevista no art. 87, inciso III, alínea "h", da LC nº 113/2005.
Por fim, quanto à teoria da "perda de uma chance", não é possível a este Tribunal atribuir eventual responsabilidade civil indenizatória, tampouco declarar que a empresa recorrente teria direito à contratação. A jurisprudência é pacífica ao reconhecer que irregularidades na habilitação da vencedora não geram, por si sós, direito subjetivo à contratação da segunda colocada, tampouco ensejam julgamento antecipado de eventual prejuízo indenizável.
Ademais, não há respaldo jurídico para, em sede de Recurso de Revista, declarar a inidoneidade de empresa privada, tampouco para aplicar penalidades previstas em lei sem o devido processo legal, em sede própria, com ampla defesa e contraditório.
Dessa forma, o novo contexto trazido aos autos permite reavaliar a necessidade da aplicação das sanções originalmente impostas, especialmente diante da demonstração de que: (i) o vício formal na habilitação não comprometeu a prestação do serviço; (ii) houve providência saneadora tempestiva por parte do Município; (iii) não restou configurado dolo, má-fé ou conluio dos agentes públicos envolvidos; (iv) o Município não permaneceu inerte frente à decisão desta Corte, pois promoveu a correção integral da irregularidade.
Reitero, com isso, que a finalidade pedagógica da multa originalmente aplicada na decisão ora impugnada foi suficientemente atendida pelas providências corretivas tempestivas e espontâneas adotadas pelo Município, o que justifica o afastamento da penalidade, diante da ausência de dolo, dano ao erário e reiteração.
Portanto, à luz dos fatos consolidados nos autos e da nova manifestação do Município, revela-se cabível a reforma do Acórdão nº 1069/24-STP, a fim de (i) reconhecer a adoção tempestiva de providências corretivas pelo Município; e (ii) afastar as multas impostas à pregoeira e ao fiscal.
Face ao exposto, VOTO pelo conhecimento e, no mérito pela PROVIMENTO do Recurso de Revista interposto pelo Município de Carambeí, com a consequente reforma do Acórdão nº 1069/24-STP, afastando as multas impostas aos Srs. Maria Rosa Ducheiko (Pregoeira) e Luciano Esser Queiroz (Fiscal do Contrato) diante da superação da finalidade preventiva e corretiva da sanção ocasionada pela deflagração de novo certame licitatório pelo Município de Carambeí (peça 167) – mantendo-se a determinação e as recomendações daquela decisão; e pelo DESPROVIMENTO do Recurso de Revista interposto pela empresa M.V. Selmer e Cia Ltda., em razão da medida saneadora promovida pela Administração, e diante: (i) da ausência de comprovação de fraude ou irregularidade dolosa por parte da empresa vencedora; e (ii) da inexistência de respaldo legal ou competência deste Tribunal para, nos moldes pretendidos pela Recorrente, declarar a inidoneidade ou a perda de chance indenizável.
Transitada em julgado a decisão, sigam os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para adoção das providências pertinentes[1].
III – FUNDAMENTAÇÃO E VOTO VENCEDOR (CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES)
Cuidam os autos de Recursos de Revista interpostos pelo Município de Carambeí (peças 125 a 144) e pela empresa M. V. Selmer e Cia Ltda (peça 151), ambos almejando a reforma do Acórdão nº 1069/24 – Tribunal Pleno (peça 121), que julgou parcialmente procedente a Representação da Lei de Licitações, reconhecendo as irregularidades e falhas ocorridas na condução do Pregão Eletrônico nº 18/2023, com aplicação de multas administrativas, expedição de determinação e recomendação.
O Relator dos recursos, Conselheiro Fabio de Souza Camargo, apresentou proposta de voto pelo provimento do recurso interposto pelo Município de Carambeí e pelo desprovimento do recurso interposto pela empresa M.V. Selmer e Cia Ltda, de seguinte teor:
Face ao exposto, VOTO pelo conhecimento e, no mérito pela PROVIMENTO do Recurso de Revista interposto pelo Município de Carambeí, com a consequente reforma do Acórdão nº 1069/24-STP, afastando as multas impostas aos Srs. Maria Rosa Ducheiko (Pregoeira) e Luciano Esser Queiroz (Fiscal do Contrato) diante da superação da finalidade preventiva e corretiva da sanção ocasionada pela deflagração de novo certame licitatório pelo Município de Carambeí (peça 167) – mantendo-se a determinação e as recomendações daquela decisão; e pelo DESPROVIMENTO do Recurso de Revista interposto pela empresa M.V. Selmer e Cia Ltda., em razão da medida saneadora promovida pela Administração, e diante: (i) da ausência de comprovação de fraude ou irregularidade dolosa por parte da empresa vencedora; e (ii) da inexistência de respaldo legal ou competência deste Tribunal para, nos moldes pretendidos pela Recorrente, declarar a inidoneidade ou a perda de chance indenizável.
Com a devida vênia e pelas razões que passo a expor, divirjo do r. Relator, entendendo pelo não provimento dos Recursos de Revista interpostos, mantendo inalterado o inteiro teor do Acórdão nº 1069/24 - Tribunal Pleno.
De início, cumpre destacar que, embora o voto condutor procure afastar a aplicação das multas impostas aos agentes responsáveis pelas irregularidades confirmadas na condução da contratação de empresa para transporte escolar, sob o argumento de ter a administração municipal adotado medidas corretivas, com a instauração de novo certame com cláusulas ajustadas, inexistindo má-fé, danos ao erário e reiteração das condutas irregulares por parte dos agentes envolvidos, tal fundamentação não se sustenta diante do conjunto probatório constante dos autos.
Isso porque, as justificativas apresentadas pela municipalidade, longe de evidenciar efetiva medida saneadora das irregularidades identificadas, acabam por confirmar o desacerto das condutas adotadas, sobretudo quando reafirma, noticiando a implementação de um novo processo licitatório, que não houve nenhuma irregularidade no certame outrora realizado.
Aliás, promover um processo licitatório em conformidade com a lei e os princípios que regem as contratações públicas, observando as particularidades do objeto licitado e as exigências necessárias a correta e adequada execução do objeto licitado é o mínimo que espera da administração municipal enquanto dever e não prerrogativa.
Nesse sentido, a alegação de implementação de um novo processo licitatório com cláusulas saneadoras para contratação de serviços de transporte escolar não afasta as graves irregularidades constatadas nas condutas da pregoeira e do fiscal do contrato na condução do Pregão Eletrônico nº 18/2023, as quais, uma vez consumadas, não foram corrigidas tempestivamente.
Conforme mencionado pela Coordenadoria de Gestão Municipal e pelo Ministério Público de Contas, as novas alegações do município Recorrente consistem em mero inconformismo e não afastam as ilicitudes sancionadas pela decisão atacada.
Além disso, não se observa nos autos fatos ou documentos que não foram objeto de detida análise, sendo comprovadamente reconhecida a prática de atos administrativos em descompasso com normas legais por agentes públicos que, em razão das funções que ocupam, deveriam zelar, com redobrada diligência, pela integridade jurídica da gestão das contratações sob sua responsabilidade, especialmente diante da contratação de serviço essencial, materializada no transporte de crianças e adolescentes.
Nessa perspectiva, a atuação dos responsáveis revela a necessidade inequívoca de aplicação das penalidades pecuniárias previstas no artigo 87 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, que resulta não apenas da constatação objetiva das irregularidades apontadas, mas também do contexto de racionalizações insubsistentes que procuraram sustentar, inadvertidamente, condutas administrativas incompatíveis com o ordenamento jurídico.
Com efeito, as penalidades aplicadas aos responsáveis decorrem de falhas na exigência e conferência de requisitos e documentos essenciais direcionados à segurança do transporte escolar, previstos no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico n.º 18/2023, que foram aceitos e validados mesmo apresentando vícios, por aqueles que deveriam zelar pela integridade do certame, demonstrando um preocupante descompromisso com os parâmetros mínimos de legalidade e eficiência nas contratações públicas empreendidas pelo Município de Carambeí.
A análise individualizada das inconformidades apuradas permite concluir que as penalidades ora aplicadas não admitem qualquer relativização, sendo necessárias como expressão de reprovação institucional e mecanismo pedagógico para uma atuação administrativa mais responsável e alinhada ao interesse público.
Nesse cenário, não se está diante de mera irregularidade formal, mas de vício substancial que macula a validade do processo licitatório e justifica, de forma proporcional e pedagógica, a aplicação da multa prevista no artigo 87, inciso III, alíneas "d" e "g", da Lei Complementar nº 113/2005, aos agentes responsáveis.
Sob tal aspecto, constata-se que o Ministério Público de Contas (peças 165 e 175) e a Coordenadoria de Gestão Municipal (peças 164 e 174) manifestaram-se pelo não provimento dos recursos, com a manutenção integral do Acórdão nº 1069/24 - Tribunal Pleno (peça 121).
Assim, à luz de todo o exposto, as penalidades pecuniárias aplicadas não configuram excesso punitivo nem contraria o princípio da razoabilidade. Ao contrário, constitui resposta institucional coerente com a missão desta Corte de Contas.
Desse modo, sem prejuízo das determinações e recomendações consubstanciadas no Acórdão nº 1069/24 - Tribunal Pleno, as quais devem ser mantidas como instrumentos de aperfeiçoamento das práticas administrativas, pertinente também se faz a manutenção das penalidades aplicadas.
Acompanhando, pois, as manifestações uniformes, voto pelo conhecimento dos Recursos de Revista interpostos para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterada a decisão consubstanciada no Acórdão nº 1069/24 - Tribunal Pleno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por maioria absoluta, em:
CONHECER os Recursos de Revista interpostos, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade e no mérito, acompanhando as manifestações uniformes, NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo inalterada a decisão consubstanciada no Acórdão nº 1069/24 - Tribunal Pleno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES (voto vencedor), IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
O Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO (vencido), apresentou voto pelo provimento.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 23 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 20.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 175-L. Compete à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções:
I – manter o registro atualizado, o controle e o acompanhamento individualizado das sanções, de que trata o art. 85, da Lei Complementar nº 113/2005, bem como os apontamentos, as ressalvas, determinações, recomendações e todas as comunicações relativas às decisões exaradas, executando as respectivas deliberações;

PROCESSO Nº:-613766/25
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ADVOGADO / PROCURADOR-
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 3089/25 - TRIBUNAL PLENO
Certidão liberatória. Constatada a substancial alteração no cenário de cumprimento das decisões desta Corte por parte do Município, que passou de 33 pendências distribuídas em quatorze processos para apenas uma pendência remanescente, revela-se o esforço da administração municipal na adoção de medidas efetivas de regularização. A pendência relativa ao Processo 16488-2/20, embora ainda existente, não deve, no presente momento, obstar o deferimento da certidão, diante da ausência de deliberação quanto às providências a serem adotadas. Deferimento.
Relatório
O Município de Santa Helena apresentou requerimento de emissão de certidão liberatória, alegando que:
Conforme se infere dos sistemas mantidos por esta Corte de Contas, nos termos já narrados nos pedidos de Certidão Liberatória nº 177087/25 e 376519/25, a atual gestão do Município de Santa Helena assumiu com a certidão liberatória bloqueada em razão de pendências preexistentes no lançamento de informações de parcerias junto ao Sistema Integrado de Transferências e na omissão da Municipalidade na execução de julgados do Tribunal de Contas.
À época existiam 19 (dezenove) pendências de cumprimento junto à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, sendo que, salvo um deles, todos os demais

encontravam-se na fase de inscrição em dívida ativa e notificação dos devedores, conforme disposto no artigo 13 da Resolução nº 70/2019, vejamos:
[...]
Apesar do disposto no artigo 296, caput1 , do Regimento Interno do Tribunal de Contas, diante do elevado número de pendências a serem saneadas, a certidão provisória com prazo de 60 (sessenta) dias não foi suficiente para a conclusão de transferências e convênios comuns em início de gestão, razão pela qual, estando o ente na iminência de receber diversos veículos e maquinários por meio de convênio, foi apresentado pedido de certidão liberatória, autuado sob nº 177087/25 e relatado pelo Conselheiro Augustinho Zucchi.
No âmbito do referido pedido restou deferida a certidão liberatória, condicionando eventual novo pedido à efetiva demonstração de avanços no saneamento das pendências, conforme Acórdão nº 788/25, vejamos:
[...]
Desde então, foram regularizadas as pendências junto ao Sistema Integrado de Transferências, bem como executadas as diligências visando a regularização das pendências junto à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, conforme disposto na Resolução nº 70/2019.
[...]
Assim, todos os processos com pendências foram movimentados pelo Município por meio de ações como a comprovação da regularidade do parcelamento, inscrição em dívida ativa, notificação dos devedores e, por fim, remessa para protesto, inexistindo na atualidade qualquer nova providencia a ser adotada pelo Município, vejamos:
[...]
O avanço e o esforço do Município na regularização pode ser auferido pelo fato de que, por ocasião do pedido de Certidão Liberatória nº 376519/25 os processos encontravam-se em meio ao curso do prazo de 30 (trinta) dias para parcelamento ou pagamento, ou em diligências para identificação do endereço, nos moldes do § 1º do artigo 13 da mesma Resolução, enquanto atualmente já esse encontra devidamente protocolados junto ao CENPROT Nacional.
Assim, compreende-se comprovados avanços substanciais na regularização das pendências, conforme previsto no Acórdão nº 788/25, as quais só não foram concluídas em razão da necessidade de respeitar-se as etapas e prazos previstos tanto na Resolução nº 70/2019, quanto em outras normas, como o Código de Normas do Foro Extrajudicial.
2. DO PERIGO DE DANO REVERSO
Conforme o Município vem informando no decorrer dos pedidos de Certidão Liberatória já deduzidos nos autos, a rigidez na apreciação dos inegáveis esforços do Município no sentido da regularização vem impondo risco concreto de comprometimento de políticas públicas, uma vez que diversos convênios nos quais o Município já foi contemplado encontram-se paralisados e com risco concreto de encerramento em razão da ausência da Certidão Liberatória.
[...]
Como ressabido, a jurisprudência deste Tribunal tem reiteradamente reconhecido a possibilidade de concessão excepcional da certidão liberatória, com fundamento no art. 292-A, inciso I, do Regimento Interno, desde que demonstrados esforços concretos para a regularização e a ausência de dolo ou má-fé por parte do gestor, circunstâncias que restam evidenciadas no caso em tela.
Posteriormente à regular instrução do expediente, em que as manifestações da Coordenadoria de Medidas Executórias e do Ministério Público de Contas foram pelo indeferimento do pedido, a Municipalidade apresentou manifestações complementares (Peças 47/51) sustentando que "realizou a distribuição das execuções fiscais correspondentes a todos os débitos pendentes" e "a única pendência remanescente diz respeito a execução extinta pelo Poder Judiciário, o qual encontra-se concluso com o Relator para avaliação da baixa da responsabilidade".
A Coordenadoria de Contas (Instrução 1708/25 – Peça 53) e a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (Instrução 2809/25 – Peça 54) novamente indicaram a inexistência de pendências em seus campos de atuação.
A Coordenadoria de Medidas Executórias (Informação 6241/25 – Peça 55) alterou seu posicionamento inicial, opinando agora pelo deferimento do pleito, nos seguintes termos:
Conforme tratado na Informação n. 5878/25 – CMEX (peça 43), o Município de Santa Helena possuía 33 (trinta e três) pendências junto a esta Coordenadoria, constantes de quatorze processos: 362755/13 (2), 362313/13 (7), 362755/13 (4), 164882/20, 250956/11, 362720/13 (7), 250999/11, 250972/11, 48580/07, 55074/10, 250980/11, 362739/13 (2), 362682/13 (3) e 251006/11.
Posteriormente, por meio das petições de n. 662287/25 (peças 45-46), n. 678329/25 (peças 47-48) e n. 679317/25 (peças 49-51), a municipalidade informa ter ajuizado as execuções fiscais referentes às certidões de débito emitidas por este Tribunal de Contas.
Nesse sentido, permanece como pendência apenas o registro do processo n. 164882/20, em que há informação de extinção da execução fiscal n. 0000843-47.2021.8.16.0150, com trânsito em julgado, por nulidade da certidão de dívida ativa.
O referido processo encontra-se distribuído ao Ministério Público de Contas para análise acerca de eventual baixa de responsabilidade das pessoas sancionadas pela Certidão de Débito n. 196/2021, conforme análise desta Coordenadoria à Informação n. 5960/25 – CMEX (peça 267 do processo n. 164882/20).
No ponto, veja-se que há modificação substancial na situação do Município de Santa Helena, que demonstrou ter adotado as medidas cabíveis para o afastamento de grande parte das pendências então registradas, restando apenas a acima mencionada, que aguarda parecer do MPC e análise do Conselheiro Relator.
Pelo exposto, no âmbito desta Coordenadoria, opina-se pela concessão excepcional da certidão liberatória ao MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – CNPJ Nº 76.206.457/0001-19.
O Ministério Público de Contas (Parecer 1082/25-1PC – Peça 56), por sua vez, manifesta-se pelo indeferimento do pedido, com a seguinte fundamentação:
Conforme informado pela CMEX, o impedimento reside na ausência de adimplemento da sanção de restituição de valores determinada pelo Acórdão nº 388/20 – Segunda Câmara, no expressivo montante de R$ 4.960.906,63 (quatro milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e seis reais e sessenta e três centavos).
No corpo dos autos supracitados, foi juntada decisão judicial, proferida em sede de Agravo de Instrumento, que extinguiu a Execução Fiscal nº 0000843-47.2021.8.16.0150.
Ocorre que referida decisão judicial (peça 264 do Processo nº 16488-2/20) declarou nula a Certidão de Dívida ativa sob o fundamentando de que seria competência exclusiva da Câmara Municipal o julgamento das contas do chefe do executivo municipal, cabendo ao Tribunal de Contas somente a emissão de parecer prévio, de modo que a sanção imputada por esta Corte extrapolaria os limites de sua competência.
Todavia, insta ressaltar que a decisão do Acórdão nº 388/20 – Segunda Câmara foi proferida em sede de Prestação de Contas de Transferência Voluntária, imputando-se a sanção relativamente a atos de gestão que indiscutivelmente submetem-se ao exame fiscalizatório deste Tribunal de Contas.
Trata-se, portanto, de decisão judicial que destoa da legislação aplicável, bem como do entendimento já consolidado pelo Supremo Tribunal Federal em diversos precedentes, notadamente por ocasião do Tema nº 1287.
Idêntica discussão já foi proposta por esta Procuradoria de Contas, em sede de Recurso de Agravo nº 286064/25, apresentado no bojo da Prestação de Contas de Transferência Municipal nº 19047-0/09, com julgamento pelo provimento por parte do Acórdão nº 2405/25 – Tribunal Pleno, que reconheceu expressamente a nulidade absoluta da decisão judicial, impedindo a baixa de responsabilidade.
Fundamentação
Inicialmente, reputo relevante destacar a significativa mudança no cenário da execução das decisões emanadas desta Corte. O quadro anteriormente enfrentado pelo Município de Santa Helena, conforme tratado no Processo de Certidão 376519/25, era verdadeiramente preocupante, como bem apontado pela Coordenadoria de Monitoramento da Execução, que registrou a existência de 33 pendências distribuídas em quatorze processos distintos. Tal situação culminou, inclusive, no indeferimento da certidão liberatória, conforme deliberado no Acórdão 2683/25-STP.
Contudo, observa-se uma transformação substancial nesse panorama. O Município apresenta apenas uma pendência remanescente, relativa ao Processo 16488-2/20, a qual fundamenta o Parecer do Ministério Público de Contas pelo indeferimento do pedido.
A drástica redução das pendências, por si só, revela o comprometimento da administração municipal com a efetivação das deliberações desta Corte. Nesse contexto, entendo que estão presentes elementos suficientes para, neste momento, autorizar o deferimento da certidão liberatória, em reconhecimento às medidas concretas adotadas para o cumprimento das decisões judiciais.
Ademais, com o devido respeito ao posicionamento adotado pelo Ministério Público de Contas, entendo que, inclusive, o Processo 16488-2/20 não deveria, neste momento, ser considerado obstáculo ao deferimento da certidão liberatória. Isso porque ainda não houve deliberação por parte do Relator competente, ou do órgão colegiado responsável, acerca das providências que devem ser adotadas pela Municipalidade.
A ausência de manifestação formal desta Corte quanto à forma de cumprimento da decisão, somada à extinção da execução judicial anteriormente proposta (ainda que por fundamentos equivocados), coloca o ente municipal em uma situação de indefinição jurídica. Manter o indeferimento da certidão sob tais circunstâncias pode representar penalização desproporcional, especialmente diante da ausência de diretrizes claras para a regularização da pendência.
Diante de todo o exposto, voto:
- Pelo deferimento do pedido, expedindo-se certidão ao Município de Santa Helena com prazo de validade de 60 dias;
- Pelo encaminhamento dos autos ao Gabinete da Presidência para que, na esteira das conclusões do opinativo da Coordenadoria de Medidas Executórias, seja estudada eventual necessidade de alteração regimental.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:
I - Deferir o pedido, para expedir certidão ao Município de Santa Helena com prazo de validade de 60 dias;
II - encaminhar os autos ao Gabinete da Presidência para que, na esteira das conclusões do opinativo da Coordenadoria de Medidas Executórias, seja estudada eventual necessidade de alteração regimental.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Tribunal Pleno, 5 de novembro de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 41.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente



TCEPR

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

1ªSECAM - Atas

Sem publicações

1ªSECAM - Acórdãos

PROCESSO Nº:-21950/24
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
INTERESSADO:-ALCEU CONTRERA, ANTONIO TAVARES JUNIOR, DAYANE GOUVEIA OCHMAN, DENEVALDE DE PAULA, JOSE CARLOS BARALDI, LAUDEMIR PAZZETTO, MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, RONALDO TINTI
ADVOGADO / PROCURADOR:-
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 3061/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Admissão de Pessoal. Legalidade e Registro. Com expedição de determinação e recomendações. Proposta de voto divergente acolhida pelo Conselheiro Relator Substituto. Com aplicação de multa administrativa do art. 87, II, "a" da LOTCE, conforme opinativos da COAP e MPC.

I - RELATÓRIO PROPOSTA DE VOTO CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Trata-se de admissão de pessoal complementar realizada pelo Município de São Jorge do Patrocínio com amparo no Edital nº 1/2019 de Concurso Público (Peça 31 dos autos principais), cujas admissões iniciais foram registradas pelo processo nº 489897/19, julgado pela decisão ACO 3484/2024 - S1C (Peça 9).

Inicialmente, na Instrução nº 823/25 – CAGE (Peça 9), foram constatadas impropriedades e o processo foi encaminhado à diligência junto ao Ente.

O Município se manifestou nas Peças 20-21.

A Coordenadoria de Contas, por meio da Instrução nº 7623/25 – COAP (Peça 22), opinou pelo registro das admissões e por expedição de determinação, nos seguintes termos:

1.Determinações

a. que em futuros certames observe os prazos fixados na IN nº 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão.

O Ministério Público de Contas manifestou-se no mesmo sentido conforme Parecer nº 633/25 – 3PC (Peça 25).

II - FUNDAMENTAÇÃO PROPOSTA DE VOTO CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Acompanho os opinativos da unidade técnica e do Parquet quanto às admissões avaliadas nestes autos, pois, com base nos documentos apresentados pelo município, atenderam aos critérios exigidos.

No que diz respeito ao atraso constatado no encaminhamento da documentação referente a 4ª fase do processo, a determinação sugerida pela unidade técnica merece ser acolhida.

A Instrução Normativa nº 142/2018 fixa claramente a obrigação de envio das informações e documentos nos prazos nela estipulados. Referido ato normativo encontra amparo legal nos artigos 24, § 2º e 87, inciso II, alínea a da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, e determina a obrigatoriedade de prestação de informações nos sistemas eletrônicos deste Tribunal.

Durante a análise deste processo, verificou-se a inobservância dos prazos previstos na Instrução, no envio da fase 4.

Sobre o atraso, o gestor do Município informou que em razão de procedimento atípico, sendo este a postergação da nomeação, o período de exercício e a posterior exoneração do Sr. Laudemir Pazzetto, o cadastro do candidato não foi atualizado tempestivamente no SIAP. Esse lapso resultou na ausência de seus dados nos relatórios administrativos, fato que teve como consequência o envio extemporâneo das informações referentes à 4ª fase do processo (Peça 21).

A importância de o Ente observar os prazos estabelecidos na normativa precitada para envio dos documentos referentes às fases da admissão se deve aos impactos que eventuais atrasos podem causar no processo como um todo, o que pode comprometer a regularidade e a transparência das admissões realizadas.

Os atrasos nos envios das fases são bastante relevantes, ao passo que interferem e até mesmo impedem a possibilidade de análise concomitante dos atos a cargo desta Corte de Contas, de maneira a permitir que os apontamentos de eventuais irregularidades ocorram no momento mais adequado, viabilizando a oportunidade de saneamento.

Dessa forma, acolho a sugestão para determinar ao Município, para que nos próximos processos de seleção de pessoal, atenda aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, conforme a Instrução Normativa 142/2018 e atos normativos que a sucedam, a fim de que eventuais irregularidades sejam corrigidas e seus consequentes prejuízos reduzidos ainda durante o andamento do certame.

Ademais, mostra-se oportuno acrescer recomendações ao Município para que o gestor atual cientifique os servidores responsáveis pela organização e execução dos processos de admissão de pessoal acerca da necessidade de observarem os prazos para o envio de processos de admissão de pessoal a este Tribunal de Contas e demais exigências estabelecidas na Instrução Normativa nº 142/2018 e atos normativos que a sucederem, assim como para que formalize mediante ato normativo e/ou manuais o fluxo de trabalho envolvendo etapas de envio de informações a esta Corte de Contas.

III - PROPOSTA DE VOTO CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Face ao exposto, proponho o voto:

a) pelo registro dos atos de admissão complementar relacionados nos presentes autos;

b) pela expedição de determinação para que a entidade, em futuros processos de admissão de pessoal, atenda aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, conforme a Instrução Normativa 142/2018 e atos normativos que a sucedam;

c) pela expedição de recomendações para que o gestor atual do Município de São Jorge do Patrocínio:

c.1) cientifique os servidores responsáveis pela organização e execução dos processos de admissão de pessoal acerca da necessidade de observarem os prazos para o envio de processos de admissão de pessoal a este Tribunal de Contas e demais exigências estabelecidas na Instrução Normativa nº 142/2018 e atos normativos que a sucederem;

c.2) formalize, mediante ato normativo e/ou manuais, o fluxo de trabalho envolvendo as etapas de envio de informações de admissão de pessoal a esta Corte de Contas.

Com o trânsito em julgado, após registro, os autos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Medidas Executórias – CMEX para as devidas providências, cumprindo ressaltar que as recomendações e a determinação acima serão acompanhadas pela unidade instrutiva, por ocasião da análise de eventuais futuros processos de seleção de pessoal, de acordo com as regras automáticas vigentes que utilizam os referidos registros, dispensando, nesses casos, o monitoramento pela CMEX.

Em seguida, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

IV - PROPOSTA DE VOTO DIVERGENTE CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA (ACOLHIDA PELO RELATOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA)

Com a máxima vênia à fundamentação da proposta de voto, divirjo do entendimento do ilustre Relator.

De acordo com o que consta na Instrução nº 7623/25 da Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP (peça 22), foi sugerida, além da expedição de determinação, a aplicação da multa prevista no art. 87, II, "a", da Lei Orgânica deste Tribunal[1], ao responsável pelo Município de São Jorge do Patrocínio, conforme apresentado a seguir:

sugere-se a aplicação da multa prevista no art. 87, II, "a", da Lei Orgânica deste Tribunal, ao responsável pelo município de São Jorge do Patrocínio, assim como sugere a determinação ao ente para que em futuros certames observe os prazos fixados na IN nº 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão.

Posicionamento ratificado pelo Ministério Público de Contas – MPC, no Parecer 633/25 - 3PC (peça 25), no qual conclui que "compulsando os autos, este Ministério Público de Contas corrobora o opinativo técnico, a aplicação de multa e as recomendações feitas pela COAP".

Contudo, embora bem fundamentada a Proposta de Voto do Conselheiro Substituto Relator, verifico que tal sugestão não foi analisada, uma vez que este consignou apenas que a COAP "opinou pelo registro das admissões e pela expedição de determinação."

Por outro lado, comprovo que a fundamentação trouxe inequívoco posicionamento, ao qual me filio, acerca de como

"os atrasos nos envios das fases são bastante relevantes, ao passo que interferem e até mesmo impedem a possibilidade de análise concomitante dos atos a cargo desta Corte de Contas, de maneira a permitir que os apontamentos de eventuais irregularidades ocorram no momento mais adequado, viabilizando a oportunidade de saneamento"

Cabe ressaltar que o envio intempestivo da 4ª fase foi reconhecido pelo próprio gestor, que o atribuiu à prorrogação de prazo de nomeação, entrada em exercício e posterior exoneração de servidor.

Tais circunstâncias, contudo, não afastam a responsabilidade pelo descumprimento

objetivo dos prazos fixados na IN nº 142/2018, razão pela qual entendo possível a aplicação da penalidade prevista na Lei Complementar nº 113/2005, conforme defendido pela COAP e pelo MPC, especialmente em consideração que o atraso foi por período relevante, de 165 (cento e sessenta e cinco) dias, consoante informado pela própria municipalidade (peça 21).

Dessa forma, além da expedição da determinação para que o Município, nos próximos atos de admissão atenda aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, visto que não cumpriu a Recomendação nº 16238, de igual teor, expedida no Processo de Admissão de Pessoal nº 78165/17, por meio da Decisão Definitiva Monocrática nº 29/2021 (rel. CAML, publicada em 15/03/2021), é imperiosa a aplicação de multa ao gestor pelo descumprimento do prazo previsto na Instrução Normativa nº 142/2018.

Ademais, entendo de maneira diversa sobre a recomendação formulada no item c.2 da proposta de voto, a qual consta com a seguinte redação:

c.2) formalize, mediante ato normativo e/ou manuais, o fluxo de trabalho envolvendo as etapas de envio de informações de admissão de pessoal a esta Corte de Contas.

A meu ver, a IN nº 142/2018 já disciplina de forma suficiente os procedimentos e prazos aplicáveis, sendo desnecessária a imposição de ato interno adicional, o que poderia inclusive configurar ingerência na autonomia do Município. Assevero que, nos termos do art. 193 do Regimento Interno desta Corte[2], as Instruções Normativas do Tribunal vinculam os jurisdicionados, os quais não podem se furtar de cumprir as normativas expedidas por falta de fluxo de trabalho interno.

Importante lembrar que, como já consignado anteriormente, o descumprimento do prazo de envio não ocorreu por falta de regulamentação, mas sim pela postergação voluntária em razão do período de nomeação, exercício e posterior exoneração de servidor, situação não atualizada tempestivamente no SIAP, ocasionando ausência de dados nos relatórios administrativos, por conseguinte, no envio extemporâneo das informações referentes à 4ª fase no sistema.

Em face do exposto, divergindo do Relator, proponho VOTO pela aplicação da multa prevista no art. 87, II, “a”, da Lei Orgânica deste Tribunal[3] ao responsável pelo município de São Jorge do Patrocínio, Sr. Ronaldo Tinti, conforme opinativos técnico e ministerial; e, nos termos propostos pelo Conselheiro Relator Substituto Lívio Fabiano Sotero Costa, pela expedição da determinação ao ente para que em futuros certames observe os prazos fixados na IN nº 142/2018 para envio da documentação; e pela expedição da recomendação prevista no item c.1 para que o gestor atual cientifique os servidores responsáveis pela organização e execução dos processos de admissão de pessoal nos termos estabelecidos pela IN nº 142/2018; porém com a supressão do item c.2 da proposta.

V - MANIFESTAÇÕES

28/10/2025 CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA: Perfeita a divergências apresentada, que acolho sem restrições.

Mantida a decisão pelo registro com determinação e recomendações, acompanho a aplicação de multa proposta na PVD nº 50/2025 - GCILB com a respectiva fundamentação.

29/10/2025 PROCURADOR FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI: Ciente da proposta de voto divergente.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:

I- Determinar o registro dos atos de admissão complementar relacionados nos presentes autos;

II- expedir determinação para que a entidade, em futuros processos de admissão de pessoal, atenda aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, conforme a Instrução Normativa 142/2018 e atos normativos que a sucedam;

III- expedir recomendações para que o gestor atual do Município de São Jorge do Patrocínio que cientifique os servidores responsáveis pela organização e execução dos processos de admissão de pessoal acerca da necessidade de observarem os prazos para o envio de processos de admissão de pessoal a este Tribunal de Contas e demais exigências estabelecidas na Instrução Normativa nº 142/2018 e atos normativos que a sucederem;

IV- aplicar a multa prevista no art. 87, II, “a”, da Lei Orgânica deste Tribunal[4] ao responsável pelo município de São Jorge do Patrocínio, Sr. Ronaldo Tinti, conforme opinativos técnico e ministerial;

V- encaminhar, com o trânsito em julgado, após registro, os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias – CMEX para as devidas providências, cumprindo ressaltar que as recomendações e a determinação acima serão acompanhadas pela unidade instrutiva, por ocasião da análise de eventuais futuros processos de seleção de pessoal, de acordo com as regras automáticas vigentes que utilizam os referidos registros, dispensando, nesses casos, o monitoramento pela CMEX.

VI- remeter, em seguida, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Plenário Virtual, 30 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.

LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. *Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)*
II - No valor de 20 (vinte) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
a) deixar de encaminhar para registro expediente de admissão de pessoal, aposentadoria, reservas e pensões, nos prazos previstos em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas, recaindo esta na pessoa do agente público responsável ou diretor de instituto previdenciário, quando for o caso;

2. *Art. 193. Instrução Normativa é o ato do Presidente destinado à execução das Resoluções do Tribunal, vinculando os jurisdicionados de que trata o art. 3º, da Lei Complementar nº 113/2005, os membros e os demais servidores do Tribunal.*

3. *Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)*
II - No valor de 20 (vinte) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
a) deixar de encaminhar para registro expediente de admissão de pessoal, aposentadoria, reservas e pensões, nos prazos previstos em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas, recaindo esta na pessoa do agente público responsável ou diretor de instituto previdenciário, quando for o caso;

4. *Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)*
II - No valor de 20 (vinte) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
a) deixar de encaminhar para registro expediente de admissão de pessoal, aposentadoria, reservas e pensões, nos prazos previstos em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas, recaindo esta na pessoa do agente público responsável ou diretor de instituto previdenciário, quando for o caso;

PROCESSO Nº:-682284/24
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE GUARATUBA
INTERESSADO:-ADELE GIOVANNA SILVEIRA, ADRIELE SOUZA SANTOS, ALDREN SOARES KOSZOSKI, ALESSANDRA MAIER, ALESSANDRA TERESINHA DOS SANTOS VEIGA, ALETHEA CHRISTIE DA ROLT, ALICE ROMAO DA SILVA, ALINE BILIK MOURA, ALINE CORONA, ALINE CRISTIANE DE LIMA, AMY MAYNARA IRINEU, ANA CRISTINA BANZATO BERNARDO, ANA LUCIA GOMEZ BARBARA, ANA MARIA SANTOS DA SILVA, ANA PAULA HEITKOETTER, ANA PAULA HESKETH RABUSKE, ANALU AMARAL DE AZEVEDO, ANDERSON MARLON GRASEL, ANDRE ALVES PEREIRA, ANDRE LUIZ DOS SANTOS VEIGA, ANDRÉ RICARDO HIDEO MATSUZAKI, ANDREA CRISTINA DA SILVA, ANDREA DA SILVA FREITAS, ANDREIA GARCIA RIBEIRO, ANDREIA GRANDIZOLLI, ANDREIA MARIA DE OLIVEIRA, ANDREIA SONIA FERREIRA DE MATOS, ANDRESSA APARECIDA DE SOUZA, ANDRESSA BOEGERSHAUSEN MIRANDA, ANDRESSA OFNER MARTINELLI, ANDRIESSA ORTEGA, ANGELA MARIA DE MEDEIROS, ANGRA PLISSIANY INACIO QUALHATO, ANNY JULIE GOMES NEVES WILLIAMS, ANNYE PATRICIA JORGE SANTOS PEREIRA, ANTONIO LIMA, APARECIDA DO CARMO FERNANDES, AUDREY PINTO MOREIRA SPAGOLLA, AYLA CANARIN RIBEIRO, BARBARA MARTINS BRANCO, BETINA GONCALVES, BIANCA JUCA DE SOUZA, BRENDALI COSTA MENDES, BRUNA CAROLINI SOUZA BRAZ, BRUNO LUIZ SAPIA MAXIMO, CAMILA TEODORO DE ARAUJO, CAMILA VICENTE DE PAULA, CARINA ZWIERZ, CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTANA, CARLA PATRICIA DA CRUZ, CARLA RENATA DA SILVA, CARLA VIEIRA SCHUSTER PINTO, CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, CAROLINA CORREA, CAROLINE AMBONE MAZALLI SILVA, CAROLINE MOTTA NUNES, CELIO CARDOSO DE CAMPOS, CIBELLY CHRISTIANY VENANCIO, CIDOMAR SEBASTIAO ROSA BARCELLOS, CINTHIA ROBERTA SEMENIUK PEDROSP, CINTIA DE SOUZA PADILHA, CINTIA FERNANDA PIETROBELI GALHANE, CINTIA MACHADO, CLARICE DE LOURDES GAETA, CLARINDA PORTES PADILHA, CLAUDETE LUCIO, CLAUDIA LEITE CORDEIRO, CLAUDIA MARIA HASS TEIXEIRA, CLAUDIO AUGUSTO PERCEMILHO, CLEBER LEANDRO TEIXEIRA DA SILVA, CLEIA CARON DE OLIVEIRA, CLEICIANE DOS SANTOS SIMAO, CLENIR APARECIDA DE CAMARGO, CRISTIAN MARA DE SENNA MIYADI, CRISTIANE DOMINGUES LOPES, CRISTIANE RODRIGUES DE JESUS, CRISTIANO VIANA ALVES, CYNTHIA AKEMI KURIYAMA, DAIANA TEODORO, DAIANE CRISTINA WERF WEISS, DAIANE SITADELA, DANIELA BOTELHO DA SILVA, DANIELE CRISTINA FERNANDES PIRKEL, DANIELE CRISTINA MAZORCA OSORIO VITALE, DANIELE DE SOUZA, DANIELI CHRISTIANI, DANIELLI DE ALMEIDA, DANILA ALVES DA SILVA, DANILO DE AVILA LADEIA, DAVID RAMOS DA SILVA, DAYANE MORAIS SILVA, DEBORA CRISTINA DOS SANTOS PITANGA, DEISE BILIK KEPKA, DELFINA NASCIMENTO, DENNIS WILLIAN CIDRAL, DIOCLEIA CASSIA SOBANSKI, DULCE HELENA MARTINS BORGES, EDICLEIA FREITAS BATISTA, EDUARDO FERNANDO CHYLA, EDUARDO SCHNEIDER NETO, ELIANE MARIA DE LIMA, ELISA GASPAR DE SOUZA, ELISA MARA GOES, ELISANGELA MARCELA CARDOSO DA SILVEIRA, ELISETE DE FRANCA FERREIRA, ELIZABETE DA COSTA AFONSO, ELIZETE CARVALHO MACIEL, ELTON CARLOS DE ARAUJO ALVES, EMERSSON GRANEMANN, ERIC LEICHSENRING FRANCA, ESTELA MARIS DE ARAUJO VICENTE, EVANDRO LUIS FUSINATTO TONATTO, EVELIN FERREIRA PINTO, EVELISE DE AZEVEDO MONTEIRO, EZEQUIEL SCHUSTER DO NASCIMENTO, FABIANA DO ROCIO LOPES LIMA, FABIANO CESAR PEREIRA, FABIOLA MORAES FORBECK, FERNANDA DE LIMA, FERNANDA DIAS BARAO, FERNANDA FRANCIS ALVARES, FERNANDA KRISTINE MACANEIRO, FERNANDA MARIA DE SOUZA, FERNANDA MASCHIO SALVADOR, FERNANDO DE CAMARGO FERREIRA, FRANCIANE HUERGO FILARDO, FRANCIELE CASSIANA DA SILVA, FRANCIELI RIBEIRO DA SILVA, FRANCIELLE LETICIA DOS SANTOS, FRANCINE PLATNER DE SOUZA, GENEZIA SILVEIRA VIEIRA, GESIANE CRISTINA SEVERO DA COSTA GOULART, GIANCARLO FALCHETTI, GILDA PEREIRA NASCIMENTO TERLESKI, GISELE HATTENHAUER, GISELE LUCI NUNES MACIEL, GISLAINE GARCIA MEDINA PORTES, GISLAINE ZYS DA SILVA, GLEISSE VANESSA VICENTE GARCIA OLIVEIRA, GRAZIELI EURICH, GUILHERME DA SILVA OLIVEIRA, HELEN FABIAN TESKE BALESTRIN, HELIO AVELAR TEIXEIRA, HELOISA REGINA DA SILVA KRANKEL, ILARIA DE FATIMA ALEXANDRE DE LOYOLA, ILDA JANETE STEIMETZ COSTA, ISABELLY DA SILVA PITOLI, ISABET PRESTES DE ALMEIDA, IVANA DANIELE MIQUILINI TRAVASSOS, IVANILDO FERREIRA DOS SANTOS, IVANISE MIRANDA DE SOUZA, IZAURA DE SOUZA VICENTE, JAQUELINE DO ROCIO DE LIMA MORAES, JESSICA APARECIDA DIAS DE OLIVEIRA, JESSICA REGINA CARDOSO DA VEIGA, JIZELE HELENA PRZYBYSZ, JOAO PAULO NUNES, JOAO REIS DE OLIVEIRA JUNIOR, JOCELI DA SILVA, JOCIMAR TABORDA, JOCIMARA TATIANA DEON LEIRIA, JOELMA BORGES CONSTANTINO, JOELSON CORREA TRAVASSOS, JOHN ERIK RIBEIRO, JOICE ALVES DE SOUZA, JOSE CARLOS SDROEIWSKI, JOSIANE DE BARROS FIGUEIREDO, JOSIANE LOPES MACIEL, JOVITA SALSAMENDI DE CARVALHO, JUAREZ SLOBODZIAN, JULIANA APARECIDA PACHECO, JULIANA SCHUTZE FERNANDES DE ALMEIDA, JULIANE ALVES DA SILVA, JULIANO MAIA GUIMARAES, JUVENAL LUIZ DE MIRANDA, KAREN MURINE DE ALMEIDA GONCALVES ZIEMMER, KARINA DA SILVA, KARINA LETICIA MARTINS,

KARLA REGINA SCHULTZ MAZINI, KAROLYNE DA SILVA COSTA, KARYNA BRUNETTI LUCINDA, KATHELLYN DIEGUIZ MARTINS, KELLY CARON DE OLIVEIRA, KEZIA DA SILVA SANTOS, LARISSA GOMES RAMOS, LARISSA SCHNEIDER KRAMER, LEILA GUISELA MARMET, LEILA REGINA RODRIGUES DE SOUZA, LEONETE RODRIGUES PEREIRA, LETICIA DE LIMA STROZZI, LIA MARA DE MORAES GREGOLIM, LIDIANE MORGANA ZAPORA DA SILVA, LILIANA LINK ROMAGNA, LILIANE DA SILVA SANTOS, LINAURA APARECIDA CONSTANTE DA SILVA OLIVEIRA DE ANDRADE, LINDALVA LEAL DOS SANTOS, LINDAMIR CORDEIRO TOBLER DOS SANTOS, LINDOMAR DE FATIMA ALVES, LORENA LUIZ COLLARES, LORENA SILVA ALBUQUERQUE BITTENCOURT VALEZE, LUANA FERREIRA DE MATTOS SILVEIRA, LUCAS DE ALVARENGA LEITE, LUCI LAINE RIBEIRO DE SOUZA, LUCIA MARIA FAGUNDES SIBUT, LUCIA PASCOA DZIERVA, LUCIANA DA SILVA FUSIK, LUCIANA ZANINI CORREA GONCALVES, LUCIANE REGINA RAMOS, LUIZ ALCEU JAMUR DUBAS, LUSIANE LOPES FERNANDES, MAIRA DOS SANTOS DE FREITAS, MAIRA TEMOTEO ALVES, MAISA APARECIDA CANESIN, MARA CRISTINA DE ANDRADE E SOUZA LOBO, MARA DE ARAUJO VEIGA, MARCELA DAMACENO TAVARES FERNANDES, MARCELO PRATES FERREIRA, MARCIA CANUTO DOS SANTOS, MARCIA CHRISTINA CORREIA, MARCIA ESTELA BELLO, MARCIA REGINA WANSOVICZ, MARCIA TEODORO, MARCOS EDILSON CASSEMIRO DE OLIVEIRA, MARIA ANGELITA JOFFE, MARIA APARECIDA DE ALBUQUERQUE AMORIM, MARIA AUGUSTA PEREIRA DA CUNHA DE GRACIA, MARIA CAROLINA CHERCHIGLIA HUERGO, MARIA CAROLINA DOS SANTOS FRANCA, MARIA CAROLINA PEREIRA DOS SANTOS, MARIA INES DE FREITAS, MARIA IZABEL DE ARAUJO LOPES, MARIA MARGARIDA DE SOUZA, MARIA VANDA DE ALENCAR, MARIANA ANTONIA DE OLIVEIRA SALES, MARIANA DE CASSIA CERATTI, MARIANA FERREIRA GARCIA FALCAO, MARILDA DIAS VELOSO, MARILEI MARTINS PONTES, MARILEIA PEREIRA, MARINA RIBEIRO DOMINGUES, MARISTELA CURY MARTINS, MARIZETE DE FATIMA RODRIGUES, MARLENE APARECIDA GARCIA, MARLENE DE JESUS DA SILVA, MARLI TEREZINHA DA SILVA, MARLON DE MELO LEGRAMANTI, MAURICIO LENSE, MAYARA BATISTA DE OLIVEIRA, MAYARA TEREZA SOUZA BRAZ, MICHEL ELIAS RIBEIRO, MICHELE CARVALHO DE LIMA, MICHELE DE SOUZA PINTO, MILENA RAIANA SOARES DE SOUSA, MILZA REGINA PENTEADO, MOACIR CARDOSO, MONICA CRISTIANE SANTOS VAZ, MONICA DO ROCIO MATHOSO, MONNIQUE CRYSTINE NUNES DA SILVA CECCATTO, MORISE RODRIGUES FALCAO, MUNICÍPIO DE GUARATUBA, MURILO DOS SANTOS AMBROSIO, NAGILA SOFIA MORITZ, NAYMAIRA RUBIA DE SOUZA, NEFERTI MAGALHAES MUNHOZ DE OLIVEIRA, NILSON CARLOS BERLEZ, NILTON CAVALHEIRO VASSOLER, NOELI SOUZA DA SILVA, ODIVANIL FERNANDES DOS SANTOS, OTAVIO JOSE KORMANN, PATRICIA CORREA DA SILVA, PATRICIA INACIO CUSTODIO ROCHA DA SILVA, PATRICIA RODRIGUES SIQUEIRA, PAULO ESTEVÃO CANDIA, PAULO JOSE HENING, PEDRO PEREIRA RIBEIRO DANTAS, POLLYANA MAUREN MENDES FREITAS, PRISCILA DINIZ DE OLIVEIRA, PRISCILA DOS SANTOS ZIRBELL, PRISCILA FERMINO, QUEILA PATRICIA CABRAL PEDROSO, QUELI CRISTINA DA CONCEICAO, QUEZIA CRISTINA GOMES DA SILVA, QUEZIA DA COSTA GOES OLIVEIRA, RAFAELA ANDREATTA TERZI CORDEIRO, REGINA CAMPOS LIMA SARTORI, REGINA MARIA EUGENIO DE OLIVEIRA, RICARDO ARAUJO ALVES, RICHARD PEREIRA MEDEIROS, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS, ROBSON PINHEIRO, RODRIGO LUIS ALVES, ROGERIO KRATZ VIEIRA, ROSANA DE SOUSA CELESTINO, ROSANGELA SALES MIRANDA, ROSELINI CARDOSO REIS, ROSEMARA CRISTINA DA SILVA, ROSIANE DENISE BASILIO, ROZANE SALETE DE LIMA, RUBENS SIMONI, RUTH DE FATIMA BOLDRINI, RUTH KELLEN CATAO CHAVES, SABRINA GUIMARAES CHIARELLO, SABRINA REBECA BERBETZ, SAMANTHA OLIVEIRA PINTO, SAULO DE FREITAS SCHMIDT DE VASCONCELLOS, SAULO LINS VASCONCELOS DE ALMEIDA, SHEILA TREVISAN DE LIMA, SILVANA APARECIDA BELTRAME, SILVIA MARIA ANDREATA BISS MACIEL, SILVIA REGINA DA SILVA, SIMONE DA COSTA, SIMONE DE AGUIAR NUNES DA SILVA, SIMONE DO CARMO XAVIER VIAN, SIMONE WACHTER MULLER MONTORO, SIRLEI ZYS, SIZUO KUWABARA JUNIOR, SOCORRO RODRIGUES DEON, SUELEN CAROLINE ROSA SALES, SUELLEN KOSLOWKI VIEIRA, SUELLEN KULESZA DA SILVA, SURIEL CRISTINA MAIA PEREIRA, TAINARA EUNICE SMECK MACHADO, TANIA JAQUELINE REBINSKI, TATHIANA GOUVEIA TONETTI NOVACKI, TATIANA SANTOS VIDAL, TATIANE SUPERTI, TERESINHA MARIA GONCALVES DOS SANTOS KYTT, THAIS REGINA DOS SANTOS, THALLIANE LOPES TODESCHI, THAMARIS MAYRA PASSOS, THARCYLLA RENNATHA ALVES, THAYLLANE CRISTINNE BARBOSA, THAYNARA RAMOS VENANCIO, TOCHIME MIGUEL HINO, VALERIA CARVALHO TEIXEIRA, VANESSA CORDEIRO, VANESSA FACCIN, VANESSA FERREIRA, VANIA DA VEIGA MIRANDA, VANIA GUEREZ SAVI, VERIDIANE NUNES ENTRAUT, VIVIANE APARECIDA KAVALKEVICZ, WERLEY MAGALHAES DE CARVALHO, WILLIAN FERNANDES
ADVOGADO / PROCURADOR:-LEONARDO LUIS DA SILVA
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 3063/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Admissão de Pessoal. Legalidade e Registro. Com expedição de determinações e recomendações.

I - RELATÓRIO PROPOSTA DE VOTO CONSELHEIRO DO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Trata-se de admissão de pessoal realizada pelo Município de Guaratuba com amparo no Edital nº 002/2013 de Concurso Público, para provimento de diversos cargos (Peça 28).

Mediante as Instruções nº 15105/24, n° 15106/24 e n° 15107/24 – CAGE (Peças 36-38), a Coordenadoria de Atos de Acompanhamento de Gestão avaliou, respectivamente, as fases 1, 2 e 3 do processo de seleção e detectou várias impropriedades.

Após pedido de dilação de prazo pelo Município de Guaratuba (Peças 42-43), seguido da apresentação de manifestação e documentos (Peças 48-51), a CAGE, por via da Instrução n° 2154/25 (Peça 52), reanalisou a fase 1, 2 e 3 do processo.

Constatou-se atraso no envio de informações e documentos em todas as fases. Na fase 1, verificou-se a ausência de projeto básico ou termo de referência, recomendando-se sua elaboração em futuros processos. Na fase 2, os comprovantes apresentados não atestaram a capacidade técnica da contratada, sendo recomendada a exigência de documentação idônea. Na fase 3, identificou-se ausência, no edital, de informações sobre isenção de taxa de inscrição, ferindo princípios constitucionais, e recomendou-se prever hipóteses de isenção para candidatos economicamente hipossuficientes, bem como adequar os certames ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal. Por fim, a CAGE solicitou o envio da fase 4 do processo para análise.

Na sequência, o peticionante acostou as informações e documentos (Peça 53-68).

Na Instrução n° 1813/25 (Peça 69), a Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP consignou uma série de inconsistências. Subsequente à manifestação do Município (Peças 73-93), a unidade técnica, por intermédio da Instrução n° 7866/25 – COAP (Peça 94), opinou pelo registro das admissões e por expedição de determinação e recomendações, nos termos dispostos a seguir:

DETERMINAÇÃO à origem para que, em futuros certames, se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018. (fls. 5 e peça 52)

RECOMENDAÇÃO, ao final, para que nos próximos certames a entidade elabore o termo de referência completo, com todas as características do objeto (serviço) a ser contratado, deve descrevê-las minuciosamente, bem como deve prever todos os requisitos, exigências e reponsabilidades do proponente, devendo ser enviado a todos os potenciais proponentes oportunamente, para que possam formular suas propostas. (peça 52)

RECOMENDAÇÃO para que nos próximos certames apresente atestado de capacidade técnica da instituição contratada. (peça 52)

RECOMENDAÇÃO para que nos próximos certames passe a prever hipóteses de isenção de taxa de inscrição aos que demonstrem hipossuficiência econômica. (Peça 52)

RECOMENDAÇÃO ao município para que nos próximos certames observe e atenda adequadamente ao conteúdo do comando contido no inc. II, do art. 37 da Constituição Federal que determina a aplicação de provas ou provas e títulos a depender da complexidade e natureza dos cargos, observando a necessidade de ter na banca examinadora examinadores com formação adequada em todas as áreas de conhecimento objeto de avaliação do Concurso Público. (Peça 52).

O Ministério Público de Contas manifestou-se no mesmo sentido conforme Parecer nº 787/25 – 6PC (Peça 101).

II - FUNDAMENTAÇÃO PROPOSTA DE VOTO DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Acompanho os opinativos da unidade técnica e do Parquet quanto às admissões avaliadas nestes autos, pois, com base nos documentos apresentados pelo Município de Guaratuba, atenderam aos critérios exigidos.

No que diz respeito aos atrasos constatados no encaminhamento da documentação referente às fases da admissão, a expedição de determinação sugerida pela unidade técnica merece acolhimento.

A Instrução Normativa nº 142/2018 fixa claramente a obrigação de envio das informações e documentos nos prazos nela estipulados.

Referido ato normativo encontra amparo legal nos artigos 24, § 2º e 87, inciso II, alínea a da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, determinando a obrigatoriedade de prestação de informações nos sistemas eletrônicos deste Tribunal.

Durante a análise deste processo, verificou-se a inobservância do prazo previsto na Instrução Normativa nº 142/2018, concernente aos atrasos de envio dos atos preparatórios iniciais e das demais fases do processo de admissão, inclusive, a irregularidade foi reiterada na fase 1, 2 e 3 do processo, sendo essencial que o Ente observe os prazos fixados na normativa precitada para envio dos documentos referente às fases da admissão.

Cumpre asseverar que o histórico dos atrasos no envio dos dados concernentes às fases 1, 2 e 3 do processo de seleção de pessoal pelo Município, além de reiterados, são expressivos.

Na fase 1, a data de publicação do ato de dispensa de licitação para contratação de instituição para execução do concurso público ocorreu em 15/10/2013 (Peça 8), mas a autuação deste processo de admissão somente aconteceu em 03/10/2024, com atraso de 4006 dias, quase 10 anos.

Em relação à fase 2, a contar da data de publicação do extrato do contrato com a instituição responsável pela execução do processo de seleção de pessoal ocorrida em 04/09/2013 e somente foi enviado em 03/10/2024, correspondendo a um atraso de 4047 dias, quase 11 anos.

Igualmente, pela terceira vez consecutiva, houve atraso no envio da fase 3: o prazo de envio iniciou em 30/09/2013 e a fase somente foi enviada em 08/10/2024, representando atraso de 4026 dias, quase 11 anos.

O gestor, em sua defesa, alegou que o atraso no encaminhamento dos dados e documentos da fase 01, 02 e 03 ocorreram:

"(...) Não foi possível cumprir o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de publicação do ato de dispensa ou de reconhecimento de inexigibilidade de licitação, em virtude do processo de prestação de contas referente ao Edital nº 2 do concurso de 2013 ter sido iniciado apenas em 30, de setembro de 2024. Haja vista que o concurso já se encontrava encerrado, conclui-se que todos os encaminhamentos destinados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) não estarão necessariamente dentro do prazo alhures estabelecido" (fl. 2, peça 49)."

A Coordenadoria de Atos de Pessoal concluiu que:

"(...) a atual sistemática de prestação de contas de admissão e contratação de pessoal está em vigor desde 2016. O município deve manter controles internos ativos e operantes para cumprir os prazos e demais exigências previstas na Instrução Normativa TCE-PR nº 142, de 26/07/2018. Compete aos gestores fornecer condições de trabalho que garantam o cumprimento e a fiscalização das obrigações inerentes aos respectivos cargos. Diante disso, a COAP sugere a emissão de DETERMINAÇÃO à origem para que, em futuros certames, observe rigorosamente os prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 142/2018. (...)"

É importante mencionar que o atraso no envio de cada fase é bastante relevante, pois interfere e até mesmo impede a possibilidade de análise concomitante dos atos a cargo desta Corte de Contas, dificultando a detecção de eventuais irregularidades e a oportunidade de correção.

Neste sentido, já se manifestou este Tribunal de Contas, por meio dos Acórdãos n° 835/24[1] e n° 1125/24[2] – ambos da Primeira Câmara:

Admissão de pessoal. Concurso Público para o provimento do cargo de Agente Comunitário de Saúde. Pela legalidade e registro, com a expedição de determinações

e aplicação de multa. (Prot. 26370/23, Rel. Cons. Ivens Zschoerper Linhares, j. em 04/04/24).
Admissão de Pessoal. Legalidade e Registro. Expedição de determinação e recomendações. Período de atraso para cumprimento da obrigação superior a 12 meses. Multa pelos reiterados atrasos no envio de documentos. (Prot. 658363/23, Rel. Cons. Subs. Livio Fabiano Sotero Costa, j. em 02/05/24).
Embora esta Casa tenha alertado o Município nas Instruções iniciais referentes às fases 01 e 02 para que fossem observados os prazos fixados na Instrução Normativa nº 142/2018, a entidade demonstrou descaso em atender esta Corte de Contas, visto que o atraso se repetiu na fase 04.
Nota-se que o atraso ocorrido nas fases 01, 02 e 03 ocorreu em um período em que a senhora Evani Cordeiro Justus era a representante legal do Município de Guaratuba. Já o atraso na entrega da documentação da fase 04 ocorreu na época em que o senhor Roberto Cordeiro Justus passou a representar o referido órgão.
Considerando esse contexto, deixo de aplicar a multa pelos atrasos mencionados. No entanto, é fundamental que todos os envolvidos se atentem aos prazos estabelecidos e garantam a entrega das fases de maneira pontual, a fim de promover um fluxo de trabalho mais eficiente.
O panorama de reiterados atrasos no envio das informações de admissões de pessoal, aliado ao argumento do gestor, denotam a importância de formalização do processo de trabalho correlato de modo que haja documentos formais mediante normativas e/ou manuais a serem observados, a fim de facilitar a realização dos procedimentos pelos servidores incumbidos de cumprir as funções.
Assim, mostra-se oportuno acrescer recomendação à origem para que o gestor atual cientifique os servidores responsáveis pela organização e execução dos processos de admissão de pessoal acerca da necessidade de observarem os prazos para o envio de processos de admissão de pessoal a este Tribunal de Contas e demais exigências estabelecidas na Instrução Normativa nº 142/2018 e atos normativos que a sucederem, assim como para que formalize mediante ato normativo e/ou manuais o fluxo de trabalho envolvendo etapas de envio de informações a esta Corte de Contas.
Os reiterados atrasos no envio das informações comportam expedição de determinação para que o Município de Guaratuba, nos próximos processos de seleção de pessoal, atenda aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, conforme a Instrução Normativa 142/2018 e atos normativos que a sucedam, a fim de que eventuais irregularidades sejam corrigidas e seus consequentes prejuízos reduzidos ainda durante a andamento do certame.
No que se refere à inobservância de requisitos primordiais na elaboração do Termo de Referência, verifica-se que tal conduta fere, de maneira inquestionável, o disposto no artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/21. A ausência de atendimento a esses requisitos viola o princípio constitucional da legalidade, uma vez que impede a verificação da conformidade legal do documento.
No caso em apreço, a unidade técnica, destacou que "não há projeto básico/termo de referência. No item 12, (denominado de Termo de Referência/Projeto Básico) foi juntado a proposta técnica financeira da Universidade Federal do Paraná", o que acarreta violação ao art. 37, inciso II, da CF/88, bem como ao art. 6º, inciso IX, e ao art. 14 da Lei nº 8.666/93. A CAGE acrescentou ainda que: "o termo de referência é o documento elaborado pelo Ente Público que deve conter as especificações e exigências do objeto do contrato para que os proponentes possam ter conhecimento e para que façam suas propostas de serviços e de preço, assim, deve ser confeccionado antes da cotação."
É imprescindível a existência do referido documento, contendo cláusula que estabeleça critérios para avaliar a qualificação técnica da instituição ou empresa envolvida. A ausência de tais cláusulas compromete a transparência e a eficiência do processo. A definição clara de critérios técnicos é essencial para garantir que a seleção do contratado ocorra com base em méritos objetivos, em conformidade com o princípio da eficiência e com as normas legais vigentes.
Além disso, é essencial que, nos futuros certames, o Ente elabore o termo de referência de forma completa, contendo todas as características do objeto (serviço) a ser contratado, e sendo estas descritas minuciosamente. O documento deve prever todos os requisitos, exigências e responsabilidades do proponente e ser encaminhado, oportunamente, a todos os potenciais interessados, de modo que possam formular suas propostas adequadamente.
A definição clara desses requisitos proporciona maior transparência e objetividade no processo de contratação, evitando ambiguidades e assegurando que as empresas contratadas possuam a experiência e a competência adequadas para a realização dos serviços. Ademais, a inclusão desses requisitos no Termo de Referência contribui para o cumprimento dos princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência, garantindo que a Administração Pública selecione os prestadores de serviços mais capacitados e qualificados, minimizando riscos de descumprimento contratual ou de baixa qualidade na execução dos serviços.
Ronny Charles Lopes de Torres[3] ensina que:
"O termo de referência é o documento necessário à indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, devendo conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, tendo por base os preços praticados no mercado. Ele deve ainda estabelecer a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato, entre outros elementos."
Assim, é indispensável que a elaboração do projeto básico ou termo de referência contemple todos os requisitos necessários, a fim de garantir que o processo de cotação ocorra de forma completa, estruturada, transparente e eficiente, incluindo a comprovação da capacidade técnica e qualificação da empresa a ser contratada.
Em que pese as impropriedades constatadas no decorrer da análise nos autos não pudessem ensejar a negativa de registro das admissões, certamente não contribuíram para uma análise técnica precisa e eficiente.
Deste modo, a sugestão da unidade técnica, corroborada pelo Parquet, merece ser acatada, uma vez que a irregularidade importa em clara afronta à norma específica aplicável à espécie, sendo a expedição de determinação razoável.
Em relação à inconsistência decorrente da ausência de informações adequadas sobre como obter a isenção da taxa de inscrição, o gestor alega que: "Não foram encontrados no edital informações acerca da possibilidade de isenção".
Por outro lado, a CAGE sugere "a emissão de recomendação para que nos próximos certames passe a prever hipóteses de isenção de taxa de inscrição aos que demonstrem hipossuficiência econômica".
Verificou-se que o edital não apresenta informações adequadas sobre como obter a isenção da taxa de inscrição. Tal omissão fere os princípios da publicidade, da transparência e do amplo acesso aos cargos e empregos públicos, previstos no artigo 37, inciso I, da Constituição Federal. A ausência de critérios claros para concessão da isenção impede que candidatos em situação de hipossuficiência econômica participem do certame, restringindo, de forma indevida, o acesso a tais oportunidades.
Deste modo, acompanho o parecer da unidade técnica, constante da Instrução nº 2154/25 – CAGE, (Peça 52, fl. 6), no sentido de que seja expedida determinação ao Ente para que nos próximos certames passe a prever hipóteses de isenção de taxa de inscrição aos que demonstrem hipossuficiência econômica.
A respeito da aplicação de provas ou de provas e títulos, a Coordenadoria de Atos de Pessoal informou que:
"Não foi apresentado os membros da comissão examinadora, na peça 29 (denominada de Ato de Designação da Comissão Examinadora/Julgadora) foi apresentado a informação dos membros da comissão organizadora (já tendo sido apresentada na fase 1 deste processo), bem como na peça 31 (denominada de Diplomas dos Examinadores) foi juntado os diplomas dos membros da comissão organizadora. Necessário que a entidade altere os dados inseridos no SIAP e apresente os dados da comissão examinadora, responsável pela elaboração das provas do concurso, bem como seus respectivos diplomas."
Em resposta, o jurisdicionado informou que "os membros das comissões organizadora e comissão examinadora foram os mesmos, conforme decreto 17322 de 2013." (fl. 4, peça 49).
A unidade técnica constatou que os membros da banca examinadora não possuíam qualificação acadêmica ou profissional compatível com todas as áreas de conhecimento avaliadas no certame, contrariando o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, que estabelece que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso, realizado por meio de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade dos cargos. A presença de examinadores com formação específica é fundamental para a elaboração de avaliações adequadas a cada área de conhecimento.
A seleção analisada restringiu-se à aplicação de prova objetiva e avaliação de títulos, sem inclusão de questões dissertativas ou participação de especialistas em todas as áreas previstas no edital. Essa limitação compromete a avaliação técnica e aprofundada dos candidatos, especialmente nos cargos que demandam conhecimentos específicos e atribuições complexa.
Os cargos mencionados no edital, como arquiteto, cirurgião-dentista, médico, professor, farmacêutico, psicólogo e engenheiro, apresentam diferentes níveis de complexidade e responsabilidade. A Constituição, ao tratar da necessidade de provas e títulos, enfatiza que a forma de avaliação deve ser compatível com a natureza do cargo. Isso significa que cargos que exigem maior especialização e formação superiores devem ter métodos de avaliação que reflitam essa complexidade.
O edital, ao prever apenas provas objetivas e de títulos, pode não atender plenamente às exigências constitucionais para todos os cargos de nível superior. As provas objetivas são adequadas para aferir conhecimentos básicos, mas, para funções que demandam raciocínio crítico e capacidade de argumentação — como as ligadas à saúde e ao magistério —, a aplicação de provas dissertativas é essencial, pois permite avaliar de forma mais aprofundada as habilidades do candidato.
No caso específico do cargo de professor, a exigência de prova didática é fundamental, pois avalia não apenas o domínio do conteúdo, mas também a capacidade de ensinar, a didática e as habilidades de comunicação. A ausência dessa avaliação prática pode comprometer a qualidade do ensino público.
Para cargos de magistério, a prova didática é indispensável, pois avalia não apenas o domínio do conteúdo, mas também a didática, a comunicação e a capacidade de ensinar, cuja ausência pode comprometer a qualidade do ensino público.
No caso específico do cargo de professor, a exigência de prova didática é fundamental, pois avalia não apenas o domínio do conteúdo, mas também a capacidade de ensinar, a didática e as habilidades de comunicação. A ausência dessa avaliação prática pode comprometer a qualidade do ensino público. Além disso, provas dissertativas e a atuação de examinadores qualificados permitem mensurar competências como análise crítica, argumentação, clareza, coesão e tomada de decisão, assegurando a escolha de candidatos mais preparados.
Este Tribunal, em seu portal eletrônico, orienta os gestores, nos processos de admissão, a especificarem no edital o formato das provas, contemplando: quantidade de questões; eventual atribuição de pesos distintos para conhecimentos específicos e gerais; obrigação de que as questões avaliem efetivamente a aptidão do candidato para desempenhar as atribuições do cargo; e inclusão de questões dissertativas para cargos que exijam ensino superior.
Além disso, decisões anteriores deste Tribunal reforçam a necessidade de formatos diferenciados de provas, de acordo com a natureza dos cargos, como nos seguintes julgados, que servem de precedentes e orientações para a elaboração de editais futuros:
Admissão de pessoal municipal. Concurso Público. Legalidade e registro. Expedição de recomendações. (...) b) elabore Termo de Referência contendo no mínimo os seguintes elementos: - comprovação da qualificação técnica da instituição, inclusive que a mesma dispõe de profissionais capacitados para a elaboração e avaliação das provas nas áreas de conhecimento atinentes aos cargos/empregos ofertados e que deve indicar os nomes e comprovar a qualificação desses profissionais; - demonstração da capacidade para atender ao sigilo na elaboração, impressão, armazenamento e transporte das provas do certame; - Indicação dos cargos a serem providos, descrição de suas atividades, escolaridade exigida e perfil do servidor que se pretende selecionar no certame, podendo, inclusive, estipular o formato das provas desejado, a saber, quantidade de questões, se haverá pesos diferentes para conhecimentos específicos e gerais, obrigação de que as questões avaliem, de fato, se o candidato tem conhecimento para tratar das atribuições cotidianas do cargo em disputa, e exigência não só de questões objetivas, mas também dissertativas para cargos que demandem ensino superior. (...) Acórdão nº 130/20 S2C, de relatoria do Cons. Ivens Zschoerper Linhares.[4]
Admissão de pessoal. Concurso Público. Edital 001/2016. Município de Catanduvas. Registro, com expedição de recomendação. (...) - Comprovação da qualificação técnica da instituição, inclusive que a mesma dispõe de profissionais capacitados para a elaboração e avaliação das provas nas áreas de conhecimento atinentes aos cargos/empregos ofertados e que deve indicar os nomes e comprovar a qualificação desses profissionais; - Demonstração de capacidade para atender ao sigilo na

elaboração, impressão, armazenamento e transporte das provas do certame; - Indicação dos cargos a serem providos, descrição de suas atividades, escolaridade exigida e perfil do servidor que se pretende selecionar no certame, podendo, inclusive, estipular o formato das provas desejado, a saber, quantidade de questões, se haverá pesos diferentes para conhecimentos específicos e gerais, obrigação de que as questões avaliem, de fato, se o candidato tem conhecimento para tratar das atribuições cotidianas do cargo em disputa, e exigência não só de questões objetivas, mas também dissertativas para cargos que demandem ensino superior. (...). Acórdão nº 3653/19 – S1C, de relatoria do Cons. José Durval Mattos do Amaral.[5]

Concurso Público. Preenchimento dos requisitos legais. Registro. Recomendações. (...) II- recomendar ao ente que, em futuros certames, sejam incluídos os seguintes elementos mínimos no termo de referência: a) comprovação da qualificação técnica da instituição, inclusive de que disponha de profissionais capacitados para a elaboração e avaliação das provas nas áreas de conhecimento atinentes aos cargos/empregos ofertados, com a indicação dos nomes e comprovação da qualificação desses profissionais; b) demonstração de capacidade para atender o sigilo na elaboração, impressão, armazenamento e transporte das provas do certame; c) indicação dos cargos a serem providos, descrição de suas atividades, escolaridade exigida e perfil do servidor que se pretende selecionar no certame, podendo, inclusive, estipular o formato das provas desejado, a saber, quantidade de questões, se haverá pesos diferentes para conhecimentos específicos e gerais, obrigação de que as questões avaliem, de fato, se o candidato tem conhecimento para tratar das atribuições cotidianas do cargo em disputa e exigência não só de questões objetivas, mas também dissertativas para cargos que demandem ensino superior. (...). Acórdão nº 3639/19 – S1C, de relatoria do Cons. Fábio de Souza Camargo. [6]

Em síntese, a aplicação exclusiva de provas objetivas para cargos de alta complexidade, como os mencionados, contraria o disposto na Constituição e compromete a qualidade da seleção dos servidores públicos. Para garantir uma avaliação justa e adequada das competências requeridas, é essencial que os editais incluam diferentes tipos de provas, como objetivas, dissertativas e, no caso de professores, provas didáticas.

Portanto, converto a recomendação para uma determinação para que, em futuros certames, o Município de Guaratuba cumpra rigorosamente o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, aplicando provas ou provas e títulos compatíveis com a complexidade e a natureza dos cargos, incluindo a necessidade de ter na banca examinadora examinadores com formação adequada em todas as áreas de conhecimento objeto de avaliação do Concurso Público, de modo a assegurar uma avaliação mais precisa das competências necessárias e a melhoria dos serviços públicos prestados à população.

III - PROPOSTA DE VOTO DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA (VENCEDORA)

Face ao exposto, proponho o voto:

a) pelo registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos;

b) pela expedição de determinação para que o Município de Guaratuba, em futuros processos de admissão de pessoal:

b.1) observar os prazos fixados na Instrução Normativa nº 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão;

b.2) elaborar o termo de referência completo, com todas as características do objeto (serviço) a ser contratado, devendo descrevê-las minuciosamente, bem como deve prever todos os requisitos, exigências e reponsabilidades do proponente, devendo ser enviado a todos os potenciais proponentes oportunamente, para que possam formular suas propostas;

b.3) constar no Termo de Referência os requisitos que devem conter os Atestados de Capacidade Técnica que deverão ser apresentados pelas empresas contratadas;

b.4) prever hipóteses de isenção de taxa de inscrição aos que demonstrem hipossuficiência econômica;

b.5) observar e atendar adequadamente ao conteúdo do comando contido no inc. II, do art. 37 da Constituição Federal, aplicando provas ou provas e títulos compatíveis com a complexidade e a natureza dos cargos, incluindo a necessidade de ter na banca examinadora examinadores com formação adequada em todas as áreas de conhecimento objeto de avaliação do Concurso Público, de modo a assegurar uma avaliação mais precisa das competências necessárias e a melhoria dos serviços públicos prestados à população.

c) pela expedição de recomendação para que o Município de Guaratuba, em futuros processos de admissão de pessoal:

c.1) cientifique os servidores responsáveis pela organização e execução dos processos de admissão de pessoal acerca da necessidade de observarem os prazos para o envio de processos de admissão de pessoal a este Tribunal de Contas e demais exigências estabelecidas na Instrução Normativa nº 142/2018 e atos normativos que a sucederem;

c.2) formalize, mediante ato normativo e/ou manuais, o fluxo de trabalho envolvendo as etapas de envio de informações de admissão de pessoal a esta Corte de Contas.

Com o trânsito em julgado, após registro, os autos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Medidas Executórias - CMEX para as devidas providências, cumprindo ressaltar que a recomendação e a determinação acima serão acompanhadas pela unidade instrutiva, por ocasião da análise de eventuais futuros processos de seleção de pessoal, de acordo com as regras automáticas vigentes que utilizam os referidos registros, dispensando, nesses casos, o monitoramento pela CMEX.

Em seguida, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

IV – RELATÓRIO E FUNDAMENTAÇÃO DO VOTO DIVERGENTE CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Trata-se de admissão de pessoal realizada pelo MUNICÍPIO DE GUARATUBA, com amparo no Edital n. 002/2013 de Concurso Público, para o provimento de diversos cargos.

O relator, Conselheiro-Substituto Lívio Fabiano Sotero Costa, propôs voto pela legalidade e registro dos atos de admissão de pessoal e aplicou determinação e recomendação.

Em que pesem as razões apresentadas pelo relator, divirjo e proponho a conversão do feito em diligência, pelos motivos que passarei a expor.

À época da organização e realização do Concurso Público n. 002/2023, Evani Cordeiro Justus, atual vice-prefeita do município de Guaratuba, era a gestora e responsável pelo encaminhamento das fases do concurso público.

O concurso público ocorreu em 15/10/2013. A fase 01, no entanto, só foi entregue em 03/10/2024, prazo superior aos 5 (cinco) dias úteis após a publicação do ato de designação dos membros da comissão organizadora; a fase 02 foi entregue somente em 03/10/2024; e a fase 03 foi entregue em 08/10/2024, ou seja, as fases foram entregues com atraso de quase 11 (onze) anos.

É pacífico o entendimento de que o atraso na entrega das fases do concurso público gera prejuízo à fiscalização para verificar sua regularidade e legalidade. Inclusive, a conduta é passível de multa, conforme decisões do Cons. Ivan Lelis Bonilha, Acórdão n. 977/21-S1C, e do Cons. José Durval Mattos do Amaral, Acórdão n. 4.109/19-S1C.

Portanto, é necessária a conversão do feito em diligência, a fim de citar Evani Cordeiro Justus para que apresente sua defesa e informe as razões do atraso nas fases 01, 02 e 03 em quase 11 (onze) anos.

V - VOTO DIVERGENTE CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (VOTO VENCIDO)

Diante do exposto, VOTO pela conversão do feito em diligência a fim de citar a ex-gestora à época e atual vice-prefeita do município de Guaratuba, Evani Cordeiro Justus, para que apresente sua defesa sobre o atraso no envio das fases do Concurso Público n. 002/2023 de quase 11 (onze) anos.

VI - MANIFESTAÇÕES

28/10/2025 CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA: Com vênias a divergência apresentada na PVD 106/2025 - GCMRMS, mantenho o voto por suas próprias razões, em especial porque as admissões apresentaram legalidade e o atraso ocorreu entre gestões diferentes, não sendo razoável perdurar o feito.

29/10/2025 PROCURADOR FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI: Ciente do voto divergente, bem como do voto do relator.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por maioria absoluta, em:

I- Determinar o registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos;

II- expedir determinação para que o Município de Guaratuba, em futuros processos de admissão de pessoal:

II.1) observar os prazos fixados na Instrução Normativa nº 142/2018, para envio da documentação referente às fases da admissão;

II.2) elaborar o termo de referência completo, com todas as características do objeto (serviço) a ser contratado, devendo descrevê-las minuciosamente, bem como deve prever todos os requisitos, exigências e reponsabilidades do proponente, devendo ser enviado a todos os potenciais proponentes oportunamente, para que possam formular suas propostas;

II.3) constar no Termo de Referência os requisitos que devem conter os Atestados de Capacidade Técnica que deverão ser apresentados pelas empresas contratadas;

II.4) prever hipóteses de isenção de taxa de inscrição aos que demonstrem hipossuficiência econômica;

II.5) observar e atendar adequadamente ao conteúdo do comando contido no inc. II, do art. 37 da Constituição Federal, aplicando provas ou provas e títulos compatíveis com a complexidade e a natureza dos cargos, incluindo a necessidade de ter na banca examinadora examinadores com formação adequada em todas as áreas de conhecimento objeto de avaliação do Concurso Público, de modo a assegurar uma avaliação mais precisa das competências necessárias e a melhoria dos serviços públicos prestados à população.

III- expedir recomendação para que o Município de Guaratuba, em futuros processos de admissão de pessoal:

III.1) cientifique os servidores responsáveis pela organização e execução dos processos de admissão de pessoal acerca da necessidade de observarem os prazos para o envio de processos de admissão de pessoal a este Tribunal de Contas e demais exigências estabelecidas na Instrução Normativa nº 142/2018 e atos normativos que a sucederem;

III.2) formalize, mediante ato normativo e/ou manuais, o fluxo de trabalho envolvendo as etapas de envio de informações de admissão de pessoal a esta Corte de Contas.

IV- encaminhar, com o trânsito em julgado, após registro, os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias - CMEX para as devidas providências, cumprindo ressaltar que a recomendação e a determinação acima serão acompanhadas pela unidade instrutiva, por ocasião da análise de eventuais futuros processos de seleção de pessoal, de acordo com as regras automáticas vigentes que utilizam os referidos registros, dispensando, nesses casos, o monitoramento pela CMEX;

V- remeter, por fim, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL (acompanhando a proposta de decisão do relator). O Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA apresentou voto divergente pela conversão do feito em diligência (voto vencido).

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Plenário Virtual, 30 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.

LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Acórdão 835/24 – Primeira Câmara. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2024/4/pdf/00383524.pdf. Acesso em 27 ago. 2025.

2. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Acórdão 1125/24 – Primeira Câmara. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2024/5/pdf/00384240.pdf. Acesso em 27 ago. 2025.

3. TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de Licitações Públicas Comentadas. 15. ed., ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2024. Pág. 183.

4. Disponível em: https://viajuris.tce.pr.gov.br/Arquivos/2020/2/00343204.pdf. Acesso em 28 de ago de 2025.

5. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2019/11/pdf/00341801.pdf. Acesso em 28 de ago de 2025.

6. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2019/11/pdf/00341787.pdf. Acesso em 28 de ago de 2025.

TCEPR

SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

ATOS DE RELATORIA

Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

PROCESSO Nº - 656317/25
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-FUNDEPAR
INTERESSADO - ELIANE TERUEL CARMONA, INOVAPRIMO LTDA, INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-FUNDEPAR
PROCURADOR - ANTONIO JOELCIO STOLTE, BERNARDO REGIS BORGES, FELIPE ZITTEL RIBEIRO, VITOR AUGUSTO WAGNER KIST
DESPACHO - 1620/25 – GCFAMG

Vistos e examinados.

Trata-se de Representação da Lei de Licitações, autuada em 13 de outubro de 2025, interposta pela empresa INOVAPRIMO LTDA (CNPJ 48.587.792/0001-79) em face do INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – FUNDEPAR. A representação versa sobre supostas irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico (SRP) nº 1519/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de piso modular esportivo, abrangendo extensa metragem e capilaridade estadual, com valor global estimado em R$ 189.296.376,00.

Nos termos do Despacho nº 1566/25 – GCFAMG, e previamente ao exame de admissibilidade desta Representação, foi determinada a intimação do FUNDEPAR para que apresentasse manifestação preliminar e informações complementares acerca dos fatos apontados, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

O FUNDEPAR, por meio do Ofício nº 0729/2025 – FUN/GABPRES, em cumprimento à determinação, apresentou sua manifestação preliminar, detalhando as justificativas e providenciando os esclarecimentos e a documentação requerida, que passam a ser examinadas a fim de verificar a verossimilhança das supostas irregularidades que poderiam justificar o recebimento e a tramitação formal desta Representação.

Análise

I - Formação do valor estimado com bases não contemporâneas.

A Representante alegou que o caderno de formação de preços e os anexos utilizavam fontes com datas de 2024, janeiro/2025 e agosto/2025, sem comprovar atualização uniforme até a publicação em outubro/2025. Apontou ainda a ausência de memória de cálculo completa, com datas, pesos e regras de atualização durante a vigência da ata, em afronta ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

O FUNDEPAR defendeu que a metodologia adotada foi plural e atualizada, utilizando fontes como atas do PNCP (junho/julho de 2025), contratos similares (setembro de 2024), tabelas de referência públicas (janeiro de 2025) e pesquisas diretas com fornecedores, atualizadas em agosto de 2025. Estas últimas, por refletirem especificamente o objeto e estarem dentro do prazo de 6 meses exigido pelo Decreto Estadual nº 10.086/2022, foram a base principal para o preço. Além disso, a entidade explicitou que a Minuta da Ata de Registro de Preços e o Termo de Referência preveem a aplicação do índice INCC-DI para atualização anual a partir de 28/08/2025.

As justificativas apresentadas pelo FUNDEPAR, aliadas à ampla participação de 24 empresas e ao deságio de mais de 50% obtido no certame, demonstram que o preço estimado foi coerente com o mercado e que as regras de atualização foram devidamente estabelecidas, afastando a verossimilhança da alegação.

II - BDI e ISS sem diretrizes operacionais objetivas.

A Representante questionou a irregularidade do BDI por não estabelecer a parametrização municipal do ISS (Imposto Sobre Serviços) e por não definir a exclusão de materiais fornecidos da base de cálculo do imposto quando a legislação local assim determinar.

O FUNDEPAR justificou que, em se tratando de uma Ata de Registro de Preços de abrangência estadual, não seria factível definir um BDI distinto para cada município, dada a diversidade de alíquotas e estruturas operacionais. Explicou que o BDI é de responsabilidade do licitante e que a Lei nº 14.133/2021 prevê a adequação das planilhas de custos após o julgamento. Quanto à dedução de materiais, a entidade argumentou que a alíquota mínima de 2% de ISS, sem dedução, está em conformidade com o entendimento do STJ e da CNM, que limitam a dedução apenas a materiais produzidos pelo próprio prestador e tributados por ICMS.

As explicações do FUNDEPAR demonstram que as diretrizes adotadas para o BDI e ISS estão alinhadas à legislação e à jurisprudência, bem como às características do modelo de registro de preços, o que afasta a verossimilhança da alegação de irregularidade.

III - Segurança contra incêndio com "norma equivalente" sem roteiro técnico verificável.

A Representante apontou que o edital admitia a norma UL94 (V-2) ou "norma equivalente" mediante justificativa técnica, mas sem apresentar um roteiro técnico verificável de equivalência, gerando discricionariedade excessiva e violando a Lei Federal nº 13.425/2017.

O FUNDEPAR esclareceu que a aceitação de normas equivalentes já foi considerada regular por este Tribunal (Acórdão nº 784/25 c/c Acórdão 2571/25, ambos do Tribunal Pleno), desde que acompanhada de justificativa técnica que compare objetivamente os métodos e critérios. A ausência de uma lista positiva de normas visa evitar restrições indevidas à competitividade, sendo ônus da licitante comprovar a equivalência por meio de laudos de laboratórios acreditados pelo INMETRO, garantindo o nível de segurança mínimo exigido e a conformidade com a Lei nº 13.425/2017.

Houve, portanto, a demonstração de que a previsão de "norma equivalente" é tecnicamente justificada e juridicamente amparada, com critérios claros de comprovação, com o consequente afastamento da verossimilhança da alegação de insegurança ou discricionariedade excessiva.

IV - Vedação absoluta a consórcios sem justificativa adequada.

A Representante alegou que a proibição absoluta de participação de consórcios, sob justificativa genérica, restringia indevidamente a competição em uma contratação de grande escala e capilaridade territorial, impedindo arranjos técnico-financeiros complementares.

O FUNDEPAR justificou a vedação a consórcios argumentando que o objeto, apesar do vulto global, é de baixa complexidade e execução rotineira, não se enquadrando como "grande vulto" (cujo limite financeiro é superior ao do certame). A entidade salientou que a permissão de consórcios é excepcional e que, neste caso, poderia até reduzir a competitividade. Para promover a ampla participação, a Administração autorizou a subcontratação parcial dos serviços (limitada a 15% do valor total), permitindo a colaboração de empresas menores.

A defesa do FUNDEPAR demonstrou que a vedação a consórcios foi devidamente motivada, visando a melhor gestão e ampliação da competitividade por outros meios, além de estar prevista expressamente a possibilidade de subcontratação, o que reduz o impacto da vedação e afasta a verossimilhança da alegação de restrição indevida.

V - Validade de propostas excessiva.

A Representante argumentou que o prazo de validade de 180 dias para as propostas era excessivo, especialmente em um cenário de volatilidade de insumos, transferindo risco e reduzindo a competitividade dos licitantes.

O FUNDEPAR explicou que o prazo de 180 dias possui base legal expressa no art. 368, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, que limita a validade das pesquisas de preço a 6 meses, visando garantir que os valores propostos reflitam a realidade de mercado. Complementarmente, a Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 meses (prorrogável) e o edital prevê mecanismos de revisão e atualização de preços (baseados no INCC-DI), assegurando o equilíbrio econômico-financeiro ao longo da execução contratual.

Comprovado que o prazo de validade das propostas está em consonância com a legislação aplicável e com mecanismos de proteção ao equilíbrio econômico-financeiro, afastando a verossimilhança da alegação de transferência

desproporcional de risco.
VI - Lacunas quanto à ART/RRT do projeto e orçamento.
A Representante questionou a ausência de exigência de vinculação e publicidade prévia da ART/RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica / Registro de Responsabilidade Técnica) do projeto e orçamento, com número, escopo e comprovação de autenticidade (CREA/CAU), antes da sessão, o que, segundo ela, fragilizaria a rastreabilidade e integridade técnica do certame.
O FUNDEPAR assegurou que o Termo de Referência e o orçamento estimado são respaldados por ART/RRT devidamente pagos, assinados por profissional habilitado e formalmente inseridos no processo administrativo. Esclareceu que a Lei nº 14.133/2021 não impõe que o número da ART/RRT conste expressamente no edital, mas que a responsabilidade técnica esteja atribuída e os documentos estejam disponíveis para fiscalização, o que foi integralmente cumprido.
Demonstrado que a responsabilidade técnica dos documentos está devidamente garantida e rastreável no processo, não se sustenta a alegação de lacunas que comprometam a integridade técnica.
VII - Inconsistências na Capacidade Técnico-Operacional e ETP/TR.
A Representante levantou dúvidas sobre a aderência das adequações realizadas às recomendações anteriores da 2ª ICE/MPC sobre proporcionalidade/isonomia da capacidade técnica e publicização e completude das memórias de cálculo (ETP/TR), podendo gerar novas assimetrias ou exigências desproporcionais.
O FUNDEPAR informou que a exigência de capacidade técnico-operacional foi ajustada para 800 m² de piso modular (permitindo somatório de atestados e não sendo cumulativa entre lotes), em estrito atendimento às recomendações anteriores deste Tribunal (Instrução nº 29/25 – 2ª ICE/TCE-PR e Acórdão nº 2571/25 – Tribunal Pleno). Esta flexibilização visa ampliar significativamente a competitividade, além de ter sido retirada a exigência de ser "piso modular esportivo" para ser apenas "piso modular".
As ações do FUNDEPAR demonstram o fiel cumprimento das recomendações prévias deste Tribunal (Acórdão nº 784/25 c/c Acórdão 2571/25, ambos do Tribunal Pleno) para otimização das exigências de capacidade técnica, afastando a verossimilhança da alegação de inconsistências ou desproporcionalidade.
Conclusão
Diante do exposto, e após análise minuciosa da Representação apresentada pela INOVAPRIMO LTDA e da manifestação preliminar do FUNDEPAR, verifica-se que as alegações da Representante carecem de verossimilhança suficiente para justificar o recebimento e a tramitação desta Representação da Lei de Licitações. As justificativas trazidas aos autos apresentam-se sólidas, tecnicamente embasadas e legalmente respaldadas para todos os pontos questionados, desconstruindo as suposições de irregularidades.
É de fundamental importância salientar o dado concreto apresentado pelo FUNDEPAR: a participação de 24 (vinte e quatro) empresas com lances nos 10 (dez) lotes do certame, resultando em um deságio máximo de 55% em relação ao valor estimado. Este é um forte indicador de que as condições editalícias questionadas pela INOVAPRIMO LTDA, embora rigorosas e visando a proteção do interesse público, não restringiram a competitividade de forma indevida. Pelo contrário, a ampla participação de licitantes e a significativa redução de preços demonstram que o mercado se adaptou às exigências e encontrou o certame atrativo e viável, evidenciando que as informações estavam disponíveis e compreensíveis e que as condições eram factíveis.
As justificativas trazidas pela representada, corroboradas pelos resultados preliminares da licitação, afastam a presunção de lesão ao caráter competitivo, à transparência e à segurança jurídica que a INOVAPRIMO LTDA buscou imputar.
O papel deste Tribunal é o de assegurar a regularidade e a efetiva concretização das aquisições públicas, com imparcialidade e buscando a eficiência administrativa, sem imiscuir-se em disputas que não apresentem indícios robustos de infração às normas.
Diante do exposto, e considerando a ausência de elementos que demonstrem a verossimilhança das alegações para fins de admissibilidade, deixo de receber a presente Representação da Lei de Licitações, uma vez que as justificativas e documentos apresentados pelo FUNDEPAR elidiram os indícios de irregularidades apontados pela Representante, demonstrando a adequação dos procedimentos e cláusulas editalícias aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, transparência e vantajosidade.
Preliminarmente, encaminhe-se ao Ministério Público de Contas para conhecimento e apontamentos que julgar pertinentes.
GCFAMG em 05 de novembro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 706926/25
ASSUNTO - PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ENTIDADE - FERNANDO HENRIQUE FARIAS
INTERESSADO - FERNANDO HENRIQUE FARIAS
PROCURADOR -
DESPACHO - 1623/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
Em atenção à manifestação do Senhor Fernando Henrique Farias, cumpre esclarecer o seguinte:
(i) A decisão consubstanciada no Acórdão nº 2838/25-STP possui efeitos restritos às partes diretamente envolvidas no respectivo processo, não produzindo, portanto, consequências de natureza erga omnes — isto é, de aplicação geral e obrigatória a todos;
(ii) Quanto a eventuais orientações de caráter geral, cabe registrar que estas não devem ser dirigidas a julgadores individualmente considerados, mas às unidades técnicas competentes desta Corte de Contas, que possuem atribuição para a difusão de entendimentos administrativos.
Determina-se, por fim, a publicação desta manifestação e o encerramento do feito, com seu subsequente arquivamento na Diretoria de Protocolo.
GCFAMG em 6 de novembro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 347012/25
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE
INTERESSADO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE, ORIVALDO MUNICELLI
PROCURADOR -
DESPACHO - 1624/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
À Diretoria de Protocolo para:
Intimação do Município de Formosa do Oeste, na pessoa de seu Prefeito, Sr. Orivaldo Municelli, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, havendo interesse, apresentar manifestação em relação ao contido na Instrução 641/25-CAIS e no Parecer 1064/25-6PC (Peças 17/18).
GCFAMG em 6 de novembro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 671472/25
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE AMPÉRE
INTERESSADO - DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH, MUNICÍPIO DE AMPÉRE, WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA
PROCURADOR - BRUNA AIRES NUNES
DESPACHO - 1625/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
Considerando que a manifestação do Município de Ampére contida na Peça 14 veio desacompanhado de documentos comprobatórios, bem como que no Portal da Transparência do Município[1] não se logrou verificar publicação de documento referente à revogação do pregão objeto deste processo, remeto os autos à Diretoria de Protocolo para:
Intimação do MUNICÍPIO DE AMPÉRE, na pessoa de seus respectivos procuradores caso exista o devido registro, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar documentos que comprovem a revogação da licitação, sob pena de prosseguimento da representação.
GCFAMG em 6 de novembro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

_____
1. https://transparencia.e-publica.net/epublica-portal/#/ampere/portal/compras/licitacaoView?params=%7B%22id%22:%22MV8zODIw%22,%22mode%22:%22INFO%22%7D

PROCESSO Nº - 699504/25
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA
INTERESSADO - ALCENDINO FERREIRA BARBOSA
PROCURADOR -
DESPACHO - 1628/25 – GCFAMG
1. Relatório
O Sr. Alcendino Ferreira Barbosa formalizou denúncia tendo por objeto a contratação direta da Empresa Renascer Comércio e Serviço LTDA (Mercado Pires) pelo Município de Guaraqueçaba, por meio da Dispensa de Licitação 93/2025, visando à aquisição de material hospitalar no valor de R$ 49.857,70. O Denunciante sustenta que o contrato é nulo de pleno direito, por conter vícios insanáveis que afrontam os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade, configurando burla ao procedimento licitatório e indícios de improbidade administrativa.
Entre as irregularidades apontadas, destacam-se: ausência de pesquisa de mercado robusta para comprovação da vantajosidade econômica; inclusão artificial de CNAE para simular qualificação técnica; incompatibilidade logística da empresa contratada, que não possui estrutura adequada para fornecimento de material hospitalar; omissão deliberada na publicação do processo no Portal da Transparência; e presunção de direcionamento, evidenciada por reunião prévia entre o prefeito e o proprietário da empresa. Tais condutas, segundo a peça, violam dispositivos das Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações) e 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), bem como a jurisprudência consolidada do TCE/PR.
Conclusivamente, requer-se: (i) instauração imediata de Tomada de Contas Especial; (ii) adoção de medida cautelar para suspensão do contrato e bloqueio de pagamentos; (iii) declaração de nulidade do contrato, com imputação de débito aos responsáveis; (iv) aplicação de sanções administrativas à empresa e aos agentes públicos envolvidos; e (v) encaminhamento dos autos ao Ministério Público para providências.
Análise
A denúncia não atende aos requisitos mínimos para admissibilidade, impondo-se o seu não conhecimento. Verifica-se a inexistência de qualquer elemento probatório que confira plausibilidade às alegações. A peça limita-se a mera narrativa, sem anexar documentos capazes de demonstrar a ocorrência das irregularidades apontadas, o que inviabiliza a formação de juízo de valor e a instauração de procedimento fiscalizatório.
Outro aspecto relevante diz respeito às referências jurisprudenciais indicadas. Os números de acórdãos mencionados não correspondem a decisões que tratem da matéria invocada, revelando inconsistência na fundamentação. Essa circunstância, somada à falta de comprovação documental, evidencia que não há suporte mínimo para a análise pretendida.
Além disso, observa-se a ausência de identificação adequada do Denunciante, não havendo comprovação documental de identidade ou endereço, requisito indispensável para aferir a legitimidade da manifestação.
Determinações
Em face de todo o exposto:
- Não recebo a denúncia e determino o encerramento do processo, com arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo;
- Preliminarmente, porém, remetam-se ao Ministério Público de Contas para conhecimento e apontamentos que julgar pertinentes.
GCFAMG em 6 de novembro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 538116/24
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE - MUNICIPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO - MUNICIPIO DE PATO BRANCO, ROBSON CANTU, ROMULO FAGGION
PROCURADOR -
DESPACHO - 1630/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
Em atenção à manifestação apresentada pelo Município de Pato Branco (Peças 85/87), referente ao cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 2543/25-ST (Peça 77), cumpre tecer as seguintes considerações:
(i) A atuação do Município ao prestar informações demonstra louvável comprometimento e disposição em colaborar com o controle externo. Contudo, ainda que se reconheça tal empenho, esta Corte, em observância às normas regulamentares vigentes, não pode considerar atendida a decisão com base apenas em promessa futura de cumprimento; e
(ii) Em que pese a informação de que não é possível precisar prazo para a efetiva implementação das medidas determinadas, a fixação de prazo é imprescindível para que a Coordenadoria de Medidas Executórias possa realizar o devido acompanhamento e controle;
Assim, considerando as minúcias envolvidas e de modo a não instituir prazo que não seja possível de atendimento, determino que o Município apresente manifestações semestrais acerca do andamento da matéria, sendo o primeiro a ser encaminhado até 1º de junho de 2026.
Desde já, adverte-se que o descumprimento dos prazos estabelecidos poderá implicar restrição à emissão da certidão liberatória.
À Diretoria de Protocolo para expedição de comunicação eletrônica de ciência ao Município de Pato Branco e posterior devolução dos autos à CMEX para os registros de estilo.
GCFAMG em 6 de novembro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 708953/25
ASSUNTO - PREJULGADO
ENTIDADE - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR -
DESPACHO - 1631/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
Este Prejulgado foi instaurado com o objetivo de discutir a eficácia da Lei Estadual n.º 1.943/1954 (Código da Polícia Militar do Paraná) após a edição da Lei Federal n.º 13.954/2019, que fixou normas gerais para o Sistema de Proteção Social dos Militares. A questão central é definir se a lei estadual continua aplicável ou se teve sua eficácia suspensa pela norma federal, nos termos do art. 24, §4º, da Constituição da República.
Foram verificadas duas orientações divergentes acerca da matéria:
(a) A superveniência da Lei Federal n.º 13.954/2019 teria suspendido a eficácia da Lei Estadual n.º 1.943/1954, tornando inaplicáveis suas regras para concessão da reserva remunerada proporcional. Nessa perspectiva, não seria possível computar tempo de serviço posterior a 31/12/2021 para cálculo dos proventos, sob pena de mesclar regimes jurídicos distintos, o que é vedado no direito previdenciário; e
(b) A Lei Estadual n.º 1.943/1954 permaneceria plenamente vigente, pois o Estado do Paraná ainda não regulamentou seu próprio Sistema de Proteção Social dos Militares. Assim, continuariam aplicáveis as regras do art. 157, §4º, inciso III, que permitem a transferência para a reserva remunerada proporcional aos 25 anos de serviço, com cálculo baseado na fração de 1/30 avos por ano, sem limitação temporal.
Essa divergência tem impacto relevante, pois afeta centenas de processos de inativação de militares estaduais e pode alterar substancialmente o cálculo dos benefícios. Por isso, foi proposta a instauração de prejulgado para que o Tribunal Pleno defina se a Lei Federal suspendeu a eficácia da Lei Estadual e consolide entendimento sobre os efeitos das novas normas gerais no Paraná.
Em que pese o Regimento Interno desta Corte não prever a realização de diligências em Prejulgados, entendo absolutamente salutar a oitiva do Paraná Previdência, pelo que remeto os autos à Diretoria de Protocolo solicitando a intimação eletrônica do Órgão para que, havendo interesse, apresente manifestação no prazo improrrogável de 15 dias.
Posteriormente, remeta-se à Coordenadoria de Atos de Pessoal e ao Ministério Público de Contas para emissão de opinativos, consoante art. 411 do RITCE/PR.
GCFAMG em 6 de novembro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO Nº: 424467/25
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO: JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA, SANDRA MARIA LIRANCO EDWIGES
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 93/25
Ato de pessoal. Revisão de Aposentadoria. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas,
DECIDO
julgar legal e determinar o registro do ato de revisão de aposentadoria da Sra. SANDRA MARIA LIRANCO EDWIGES, ocupante do cargo de Professor, do Município de Foz do Iguaçu, benefício concedido por meio da Portaria nº 10.594 (peça 5), publicada no Diário Oficial do Município de 04/07/2025, com fundamento no art. 298, II[1], do Regimento Interno.
Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para realização do respectivo registro.
No mais, declaro o processo encerrado. Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 30 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro: (...)
II - a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato.

PROCESSO Nº: 749524/24
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
INTERESSADO: CLARA MANOELA DO ROSARIO, DEBORAH MYLENA LINHARES, ECLEA RODRIGUEZ FRANCO, FERNANDA CAROLINA BAPTISTA FERREIRA, HELIO BATISTA DO PRADO, HISSAM HUSSEIN DEHAINI, LEONARDO RIBEIRO DE BARROS MARQUES, LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, PAULO ROBERTO RAMOS, PRISCILA KITCHEK, RAMON ALVES GOMES, RONALD ANTUNES DE LIMA, ROSICLERIA DOS SANTOS MARTINS FERREIRA, SILMERI FATIMA DE SOUZA, SUELI SOBRAL DOS SANTOS MACHADO
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 94/25
Ato de Pessoal. Admissão. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas,
DECIDO
julgar legal e determinar o registro do presente ato de admissão de pessoal, decorrente de Concurso Público realizado pelo MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, regido pelo Edital n.º 38/2018, para provimento de diversos cargos, com fundamento no art. 298, I[1], do Regimento Interno.
Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, declaro o processo encerrado.
Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 30 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro:
I - a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, da administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão; (...)

PROCESSO Nº: 256793/25
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO: JOAQUIM SILVA E LUNA, MARIA DAS GRACAS DE OLIVEIRA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 95/25
Ato de pessoal. Revisão de Aposentadoria. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas,
DECIDO
julgar legal e determinar o registro do ato de revisão de aposentadoria da Sra. MARIA DAS GRACAS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil Dois, do Município de Foz do Iguaçu benefício concedido por meio da Portaria nº 10.442 (peça 5), publicada no Diário Oficial do Município de 11/04/2025, com fundamento no art. 298, II[1], do Regimento Interno.
Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para realização do respectivo registro.
No mais, declaro o processo encerrado. Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 30 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro: (...)
II - a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato.

PROCESSO Nº: 288580/25
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO: JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA, SIRLENE MARIA GOMES
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 96/25
Ato de pessoal. Revisão de Aposentadoria. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas,
DECIDO
julgar legal e determinar o registro do ato de revisão de aposentadoria da Sra. SIRLENE MARIA GOMES, ocupante do cargo de Professor, do Município de Foz do Iguaçu, benefício concedido por meio da Portaria nº 10.445 (peça 5), publicada no Diário Oficial do Município de 14/04/2025, com fundamento no art. 298, II[1], do Regimento Interno.

Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para realização do respectivo registro.
No mais, declaro o processo encerrado. Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 30 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro: (...)
II - a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato.

PROCESSO Nº: 315277/25
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO: ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA NOBRE, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 97/25
Ato de pessoal. Revisão de Aposentadoria. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas,
DECIDO
julgar legal e determinar o registro do ato de revisão de aposentadoria da Sra. ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA NOBRE, ocupante do cargo de Professor, do Município de Foz do Iguaçu, benefício concedido por meio da Portaria nº 10.457 (peça 5), publicada no Diário Oficial do Município de 23/04/2025, com fundamento no art. 298, II[1], do Regimento Interno.
Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para realização do respectivo registro.
No mais, declaro o processo encerrado. Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 30 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro: (...)
II - a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato.

PROCESSO Nº: 373013/25
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO: JOAQUIM SILVA E LUNA, MARIA APARECIDA FERREIRA DE SOUZA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 98/25
Ato de pessoal. Revisão de Aposentadoria. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas,
DECIDO
julgar legal e determinar o registro do ato de revisão de aposentadoria da Sra. MARIA APARECIDA FERREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Ajudante de Serviços Gerais, do Município de Foz do Iguaçu, benefício concedido por meio da Portaria nº 10.543 (peça 5), publicada no Diário Oficial do Município de 04/06/2025, com fundamento no art. 298, II[1], do Regimento Interno.
Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para realização do respectivo registro.
No mais, declaro o processo encerrado. Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 30 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro: (...)
II - a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato.

PROCESSO Nº: 371150/25
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO: JOAQUIM SILVA E LUNA, LUIZ PAULA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 99/25
Ato de pessoal. Revisão de Aposentadoria. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas,
DECIDO
julgar legal e determinar o registro do ato de revisão de aposentadoria do Sr. LUIZ PAULA, ocupante do cargo de Vigia, do Município de Foz do Iguaçu, benefício concedido por meio da Portaria nº 10.549 (peça 5), publicada no Diário Oficial do Município de 06/06/25, com fundamento no art. 298, II[1], do Regimento Interno.
Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para realização do respectivo registro.
No mais, declaro o processo encerrado. Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 30 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro: (...)
II - a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato.

PROCESSO Nº: 116601/21
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
INTERESSADO: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS, MARCO ANTONIO BACARIN, ROSANGELA GONCALVES
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 100/25
Ato de pessoal. Aposentadoria. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas,
DECIDO
julgar legal e determinar o registro do ato de aposentadoria da Sra. ROSANGELA GONCALVES, ocupante do cargo de Técnico de Gestão Pública, do Município de Londrina, benefício concedido por meio do Decreto nº 1510/2020 (peça 11), publicado no Diário Oficial do Município de 04/01/2021, com fundamento no art. 298, II[1], do Regimento Interno.
Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para realização do respectivo registro.
No mais, declaro o processo encerrado. Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 30 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro: (...)
II - a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato.

PROCESSO Nº: 12374/22
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MARIPÁ
INTERESSADO: ADRIANA MARTINS MORETTI, ALESSANDRA KAYSER, ALEXANDRE RIBEIRO FORTES, ALINE BEATRIZ CRISTOFERI, AMANDA GABRIELA GIUSTI BANDEIRA, ANGELICA FREIRES DA SILVA, CLAUDIA ANTONIO, CRISTIANE KUHN, DANIELA GARCIA PEREIRA, EDUARDO JOAQUIM DA LUZ ZANDONA, FABIO FRANCISCO NINELLO DE OLIVEIRA, FERNANDA PALMA, FLAVIO DA SILVA ROJAS, GUSTAVO RIBEIRO FORTES, HELENA QUEIROZ BARBOSA BATISTA, INAJARA DE MELLO SOARES, JESSICA BOINA, JESSICA PAULA VESCOVI, JOSIANE LIVERO DOURADO, KATIA VIVIAN STIBBE, KEILOIR JOAO LASKOS, LIDIANE HERTER, LINDA URBAN, LUANA CAROLINE HAAB, LUIS FERNANDO JACQUES, MARCELO GOMES DE SOUZA, MARTA TEIXEIRA DE SOUZA, MICHELE ROCKENBACH, MUNICÍPIO DE MARIPÁ, NATASHA LURE BUENO DE CAMARGO, ROBERTTA SOARES MIRANDA FERNANDES ZANDONA, RODOLFO REBOLA DANIELLI, RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI, ROSANE ENGLERT, SONIA KRUGER, TANIA CLEONICE SORNBERGER KUHN, WEI CHIH CHIU
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 101/25
Ato de Pessoal. Admissão. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e do Ministério Público de Contas,
DECIDO
julgar legal e determinar o registro do presente ato de admissão de pessoal, decorrente de Concurso Público realizado pelo MUNICÍPIO DE MARIPÁ, regido pelo Edital n.º 1/2017, para provimento de diversos cargos, com fundamento no art. 298, I[1], do Regimento Interno.
Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, declaro o processo encerrado.
Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 31 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro:
I - a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, da administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão; (...)

PROCESSO Nº: 370189/25
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO: JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA, SOLANGE APARECIDA DA LEVE SANTANA
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 102/25
Ato de pessoal. Revisão de Aposentadoria. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas,

DECIDO
julgar legal e determinar o registro do ato de revisão de aposentadoria da Sra. SOLANGE APARECIDA DA LEVE SANTANA, ocupante do cargo de Professor, do Município de Foz do Iguaçu, benefício concedido por meio da Portaria nº 10.523 (peça 5), publicada no Diário Oficial do Município de 28/05/2025, com fundamento no art. 298, II[1], do Regimento Interno.
Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para realização do respectivo registro.
No mais, declaro o processo encerrado. Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 31 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro: (...)
II - a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato.

PROCESSO Nº: 522280/25
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO: ELDA DOS SANTOS DE MOURA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 103/25
Ato de pessoal. Revisão de Aposentadoria. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas,
DECIDO
julgar legal e determinar o registro do ato de revisão de aposentadoria da Sra. ELDA DOS SANTOS DE MOURA, ocupante do cargo de Professor, do Município de Foz do Iguaçu, benefício concedido por meio da Portaria n.º 10.683 (peça 5), publicada no Diário Oficial do Município de 29/07/25, com fundamento no art. 298, II[1], do Regimento Interno.
Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria Atos de Pessoal, para realização do respectivo registro.
No mais, declaro o processo encerrado. Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 31 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro: (...)
II - a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato.

PROCESSO N.º: 854883/24
ENTIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CURITIBA
INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA, EDELCIO MARQUES DOS REIS, EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO, MARILZA DO CARMO OLIVEIRA DIAS, MUNICÍPIO DE CURITIBA, ROSIELLY ELICKER MALHEIROS, SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA, SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CURITIBA, SOUTHERN MOWING SERVICOS LTDA
PROCURADOR/ADVOGADO: FELICIO TAMBURI NETTO, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, RENATO DACILIO FLORES
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1809/25
1. Compulsando os autos verifico que o deslinde da presente representação poderá ser afetado por processo judicial em curso.
Deste modo, acato o parecer ministerial (peça nº 88) e determino o sobrestamento do feito, com fundamento nos artigos 351[1] e 427[2] do Regimento Interno, pelo período de 1 (um) ano ou até que seja emitida decisão na Ação Popular nº 0001244-17.2025.8.16.0179, em trâmite perante a 5ª Vara Fazenda Pública da Comarca de Curitiba.
Os autos devem permanecer na Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar, que ficará responsável pelo acompanhamento do decurso do prazo.
2. Comunique-se a presente decisão ao colegiado, nos termos do artigo 427, caput, do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 22 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Art. 351. O Relator presidirá a instrução do processo, determinando, mediante despacho, de ofício ou por provocação da unidade instrutiva ou do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o sobrestamento do julgamento ou da apreciação, a citação, a intimação dos responsáveis, ou outras providências consideradas necessárias ao seu saneamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010) Parágrafo único. Distribuídos, os processos serão encaminhados diretamente às unidades administrativas competentes, ressalvadas as hipóteses que comportem o juízo de admissibilidade.
__2__. Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.
§ 1º Da decisão de sobrestamento deverá constar, de forma específica e detalhada, o fato que enseje o sobrestamento e a indicação de sua relevância para o deslinde do processo.
§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 3º Se o sobrestamento resultar de ordem judicial, a Diretoria Jurídica ficará responsável pelo acompanhamento do processo do qual se originou essa determinação. (Redação dada pela Resolução n° 2/2006)
§ 4º (Revogado pela Resolução n° 24/2010)
§ 5º (Revogado pela Resolução n° 24/2010)
§ 6º O processo que der causa a sobrestamento deverá ser identificado no sistema, com a indicação do número de processos sobrestados em decorrência deste, e a ele deverá ser garantido tratamento prioritário pelas unidades. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO N.º: 799854/23
ENTIDADE: PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO: ENI NUNES, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, GERALDO FERNANDO NICOLAY, SOCORRO RIBEIRO DE MATOS
PROCURADOR/ADVOGADO: ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, YARA MARIA MIRANDA
ASSUNTO: REVISÃO DE PENSÃO
DESPACHO: 1825/25
Em atenção ao Parecer 879/25 – 7PC (peça 21), intime-se a PARANAPREVIDÊNCIA para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente os necessários esclarecimentos.
Com a resposta, encaminhe-se o processo à Coordenadoria de Atos de Pessoal e ao Ministério Público de Contas.
Publique-se.
Curitiba, 24 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 280405/22
ENTIDADE: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA
INTERESSADO: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
PROCURADOR/ADVOGADO: ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO, ANA LAURA LOAYZA DA SILVA, EVERTON LUIZ SZYCHTA, FABIOLA MARTINI SIBUT, HELIO EDUARDO RICHTER, MATEUS CAFUNDÓ ALMEIDA, MICHELE SUCKOW LOSS, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, RAYZA FIGUEIREDO MONTEIRO, REJANE MARA SAMPAIO D´ALMEIDA, RENATO LOPES, RICARDO JORDAO SANTOS, RONALDO JOSÉ E SILVA, TIAGO DOS REIS MAGOGA, WALTER GUANDALINI JUNIOR
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1880/25
Considerando o contido na Informação 58/25 da Coordenadoria de Contas - CCONTAS (peça 48), autorizo a prorrogação do sobrestamento do feito, nos termos do art. 427 do Regimento Interno desta Corte[1], destacando que o julgamento do presente feito depende do deslinde do Processo nº 488100/24, e que o referido processo se encontra pendente de julgamento até a presente data.
Encaminhem-se os autos à Secretaria do Tribunal Pleno para anotação, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, do RI[2].
Na sequência, à 4ª Inspetoria de Controle Externo para os devidos fins.
Publique-se.
Curitiba, 31 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. "Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.
(...)§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento."
__2__. "Art. 12. Aos Secretários de órgãos colegiados compete:
(...)
VII - certificar nos autos as medidas e comunicações objetos de deliberação do órgão colegiado que independam da lavratura de acórdão;"

PROCESSO N.º: 201603/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE FÊNIX
INTERESSADO: ALTAIR MOLINA SERRANO, EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1883/25
Diante do contraditório apresentado pelo gestor das contas do exercício de 2024 do Município de Fênix (peça 14), Altair Molina Serrano, impugnando, entre outros, o enquadramento da municipalidade no Vetor 1 – Hipótese "A" - na área da Administração Financeira, acolho a manifestação do Ministério Público de Contas – MPC, no Parecer nº 878/25 – 7PC (peça 15), e determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Contas – CCONTAS para manifestação.
Em seguida, remeta-se o feito ao Ministério Público de Contas – MPC para emissão de parecer.

Após, retornem ao Gabinete para deliberação.
Publique-se.
Curitiba, 31 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 665316/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE RESERVA
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE RESERVA, SINDICATO DAS AGENCIAS DE PROPAGANDA DO ESTADO DO PARANA
PROCURADOR/ADVOGADO: ANA PAULA VIANA BARMANN
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1890/25

Trata-se de Representação da Lei de Licitações formulada pelo Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná – SINAPRO/PR, com pedido de medida cautelar, em face de possíveis irregularidades contidas no edital da Concorrência Eletrônica nº 005/2025, Processo Administrativo nº 114/2025, instaurado pelo Município de Reserva.

O certame tem como objeto a seleção de propostas visando a contratação de serviços de publicidade para realização de atividades integradas que possibilitem o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e da distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Reserva, nos termos da solicitação da Secretaria de Governo, com valor máximo de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e prazo contratual de 12 (doze) meses, prorrogáveis.

Nos termos do edital (peça 6), o recebimento das propostas e sua abertura ocorreram em 10/10/2025, com critério de julgamento pela técnica e preço (obtido por meio de maior desconto com base na tabela de preços do SINAPRO/PR).

Alegou a Representante que o Município incorreu em erro grosseiro ao tomar como normativa regente do certame a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), em detrimento da Lei nº 12.232/2010, a qual dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda.

Destarte, sustenta que a Lei nº 12.232/2010 é norma específica, devendo prevalecer sobre a norma geral de licitações, asseverando que os arts. 3º, II[1], e 186[2] da Lei nº 14.133/2021 são claros ao prever a aplicação meramente subsidiária desta última na contratação de serviços publicitários.

Aduz que esses serviços são de natureza técnica e, portanto, suas propostas devem ser cobertas por sigilo, impondo-se que o certame licitatório seja necessariamente presencial. Indica, inclusive, que a quebra do sigilo na abertura dos invólucros deve ensejar a nulidade do certame.

Ataca, também, a necessidade de prévio cadastramento na plataforma BLL, a execução dos serviços em regime de empreitada por preço global, a necessidade da estruturação da licitação ser oriunda de um briefing e a necessidade de as propostas serem processadas e julgadas por Comissão Permanente ou Comissão Especial de Licitação, com exceção das Propostas Técnicas, que são analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica, nos termos do art. 10 da Lei nº 12.232/2010[3].

Assim, requereu que a licitação e a assinatura do contrato sejam suspensas, e que a representação seja acatada, visando à elaboração de um novo edital, com as devidas correções.

Por meio do Despacho nº 1774/25 – GCILB, determinei a intimação do Município de Reserva para, em 5 (cinco) dias, apresentar manifestação acerca das irregularidades apontadas e sobre o pedido cautelar.

A municipalidade, por meio do seu Prefeito, Lucas Machado Ribeiro, apresentou contraditório na peça 15, no qual, de início, destacou a menção expressa no preâmbulo do instrumento convocatório de que o certame será regido pela Lei nº 12.232/2010, em conjunto com a Lei nº 14.133/2021 e seus atos regulamentares.

Em seguida, no tocante à forma eletrônica de disputa, asseverou que a Lei nº 12.232/2010, remonta uma época em que as licitações eram, em sua maioria, conduzidas de forma presencial, especialmente porque a realidade tecnológica era totalmente diversa da atual. Em sua acepção, exigir a retomada do modelo presencial equivaleria a desconsiderar quinze anos de evolução normativa, tecnológica e institucional.

Ratifica que a adoção do modo eletrônico perfaz formato que elimina barreiras geográficas, logísticas e financeiras, garantindo maior publicidade e isonomia entre os concorrentes, efetivando a democratização do certame.

Ademais, argumenta que, em nenhum momento, o referido diploma legal obsta o emprego de meio eletrônico, limitando-se a estabelecer etapas procedimentais e critérios técnicos, que foram integralmente observados.

Destaca que a demanda da Representante pela realização do pleito de forma presencial carece de amparo legal, rebatendo, por outro lado, que a Lei nº 14.133/2021 é clara ao preconizar que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, consoante o § 2º do artigo 17[4].

Arrematou o tópico dizendo que:

a interpretação conjunta das Leis nº 12.232/2010 e nº 14.133/2021 revela plena compatibilidade entre a especialidade do procedimento de publicidade e a evolução tecnológica dos meios de contratação, resultando em maior eficiência, transparência e competitividade.

Expôs, em seguida, os argumentos em favor da plataforma elegida para consecução da licitação, especialmente diante da possibilidade de recepção sigilosa das propostas técnicas por meio de ambiente seguro e certificado.

Assegurou que a

Administração procedeu à verificação técnica da plataforma eletrônica utilizada para o processamento das licitações, a fim de atestar sua conformidade com o formato exigido pelo certame. Essa verificação contemplou, especialmente, a capacidade do sistema de receber propostas técnicas sem a identificação dos licitantes, garantindo o sigilo e a impessoalidade do julgamento. Tal diligência evidencia o cuidado e a responsabilidade administrativa empregados na condução do processo, em consonância com os princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência.

Completou aduzindo que, em atenção ao objeto do certame, não há agências de publicidade sediadas no Município e, graças à modalidade eletrônica, houve a participação de três empresas concorrentes, sendo que apenas duas delas encaminharam, de fato, os arquivos correspondentes às propostas técnicas.

Salientou, ainda, a inequívoca registrabilidade e auditabilidade de todos os atos praticados, com indicação precisa de usuário, data e horário de cada operação, situação que poderia não ocorrer caso decidissem pela realização da modalidade presencial, como busca a Representante.

No tocante à necessidade de cadastro prévio junto à "BLL Compras", o representante municipal indicou que tal exigência referia-se unicamente ao cadastro técnico dos usuários para acesso e utilização da plataforma, dispondo tratar de procedimento gratuito, simples e de caráter meramente operacional, com fito de reduzir barreiras, como o imperioso deslocamento dos licitantes para entrega física dos documentos.

Ademais, defendeu a distinção entre as situações processadas no Acórdão nº 452/2025[5], proferido no Processo nº 380245/25, de relatoria do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, com a verificada nesta Representação, especialmente porque naquela foi realizada a vedada utilização conjunta das Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021, ausência de reavaliação por parte da subcomissão, falta de justificativa para as notas atribuídas e incompatibilidade da proposta com as disposições editalícias.

Quanto à concessão de tutela provisória, refutou o pedido, em síntese, pois: i) o certame foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 12.232/2010, ii) a utilização do sistema eletrônico não permite a identificação prematura dos licitantes, mas sim, amplia a competitividade e a participação; iii) o Representante desconhece que o certame se trata de uma "Concorrência Eletrônica" e não um "Pregão Eletrônico", conforme sustentado na peça vestibular.

Ao final, requereu:

Diante do exposto, considerando as razões expostas, os documentos acostados nos autos, os quais encontram-se informações precisas quanto à Concorrência Eletrônica nº. 005/2025, o Requerido solicita: a) O recebimento da presente manifestação preliminar, com a devida fundamentação quanto as alegações trazidas pelo Sindicado das Agências de Propaganda do Estado do Paraná; b) A improcedência do pedido anulação e elaboração de um novo edital de licitação, considerando o presente edital da Concorrência Pública nº. 005/2025 estar devidamente apto para a continuidade do certame; c) A improcedência do pedido de suspensão do edital de licitação Concorrência Eletrônica nº. 005/2025, considerando estar devidamente regular perante as diretrizes jurídicas; d) A improcedência da concessão de tutela de urgência em caráter cautelar, considerando que inexiste qualquer prejuízo na realização do certame na modalidade Concorrência Eletrônica, conforme fundamentado.

É o relatório.

Preambularmente, destaco que, verificando os arquivos constantes do Edital de Concorrência nº 005/2025 do Município de Reserva na plataforma "Compras BLL"[6], foi realizada retificação, em 15/09/2025, às 17h28min[7], na qual passou expressamente a constar a Lei nº 12.232/2010 como regente do pleito.

Portanto, o arquivo anexado como instrumento convocatório do certame à peça 06 do feito pelo Representante está desatualizado desde antes da autuação, realizada em 16 de outubro de 2025 (peça 02).

Assim, desde já, não conheço da irregularidade consubstanciada na falta de utilização da Lei nº 12.232/2010 como regente da contratação, por contrariar o que consta expressamente do documento reformado.

Também não merece processamento as alegações de: a) uso de pregão eletrônico, pois a aquisição não foi realizada por esta modalidade licitatória; b) a falta de estruturação via briefing, visto constar tal elemento no Anexo VI do Edital (página 65)[8]; e c) a não constituição de subcomissão para avaliação técnica, nos termos do artigo 10, § 1º, da Lei nº 12.232/2010[9], porquanto prevista nos itens 7.3, 7.4 e 8.1 do Edital, com membros diferentes da Comissão de Licitação (Portaria nº 5.183/2025 do Município de Reserva).

Apesar disso, a existência de incertezas quanto à efetiva demonstração de situações contrárias ao ordenamento jurídico pátrio não se resolve em favor da parte representada, mas sim do interesse público.

Dessa forma, é pertinente perquirir a possibilidade de realização de contratação de prestação de serviço de publicidade e propaganda por meio eletrônico, em plataformas privadas, como a Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, com fito de assegurar a inviolabilidade das propostas, conforme preceitua a Lei nº 12.232/2010.

Ademais, embora o Município tenha alegado a gratuidade genérica da utilização da plataforma "BLL Compras", verifica-se do edital a existência da cláusula 2.21, cujo texto dispõe:

2.21. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, conforme Regulamento Operacional da Bolsa de Licitações e Leilões, que pode ser verificado no site www.bll.org.br.

Por sua vez, o Regulamento Operacional da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL[10], traz em seu capítulo VIII – Do Custo pela Utilização do Sistema – a possibilidade de utilização mediante dois planos: i) Plano por Período; e ii) Plano por Taxa Variável.

No primeiro, chamado de Plano por Período, consoante art. 17, I do Regulamento Operacional, o licitante poderá participar livremente das licitações, pelo prazo de 90 (noventa) dias, pelo valor de R$ 567,00 (quinhentos e sessenta e sete reais).

Já no Plano Taxa Variável, apenas o licitante vencedor será responsável pelo pagamento da taxa de sucesso, sendo a cobrança de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o valor do lote adjudicado, limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por lote, quando o valor do lote for superior a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), após a adjudicação.

Dessa forma, em atenção aos documentos acostados não resta claro como se deu a contratação da plataforma nem se há efetiva gratuidade ou necessidade de pagamento de valores pelos licitantes, seja no momento do cadastro ou posteriormente à adjudicação do objeto, adiciono que falta informação e fundamentação da escolha pela não utilização de plataforma pública, situação que merece aprofundamento para análise de consonância com outras decisões desta Corte.

Assim, após examinar as peças processuais, verifico que a Representação deve ser parcialmente recebida, pois preenche os requisitos do §4º do artigo 170 da Lei nº 14.133/21[11], bem como dos artigos 30[12] e 34[13] da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei Complementar Estadual nº 113/2005) e dos artigos 275 e 276, caput e §1º[14], do Regimento Interno.

Isso posto, recebo a Representação quanto: i) à possibilidade de realização de contratação por preço global e por meio eletrônico de prestação de serviço de publicidade e propaganda, essencialmente com fito de assegurar a inviolabilidade das propostas, conforme preceitua a Lei nº 12.232/2010; ii) como foi feita a

contratação da plataforma e se existe efetiva gratuidade para participação no certame ou necessidade de pagamento de valores pelos licitantes, seja no momento do cadastro ou posteriormente à adjudicação do objeto.
No entanto, em sede perfunctória, as falhas apontadas, embora mereçam apuração, não evidenciam fumus boni iuris suficiente nem periculum in mora capaz de justificar a concessão da medida de urgência, razão pela qual indefiro a cautelar requerida.
Pelo exposto, decido:
a) receber a presente Representação da Lei n° 14.133/2021, nos termos acima;
b) não deferir o pedido cautelar pleiteado;
c) encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para proceder à citação do Município de Reserva, na pessoa de seu representante legal, e da condutora do processo de contratação, Jéssica Herniski Szeremeta, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem defesa quanto aos pontos saneados e que, na mesma oportunidade, esclareçam documentalmente o modelo de contratação da plataforma BLL e eventual cobrança de valores aos licitantes.
d) determinar à Diretoria de Protocolo - DP a inclusão do representante legal do Município e da condutora da contratação na qualidade de interessados no feito.
Advirto, todavia, que a constatação de ilegalidades no curso processual poderá culminar na declaração de nulidade de atos licitatórios, inclusive de contratos já firmados. Ademais, a falta de atendimento injustificado desta intimação poderá ensejar a aplicação da sanção prevista no artigo 87, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[15].
Após o decurso do prazo, com ou sem apresentação de contraditório, remetam-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar – CAIS e ao Ministério Público de Contas - MPC para as devidas manifestações.
Após, retornem-se os autos ao Gabinete para deliberação.
Publique-se.
Curitiba, 06 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. *Art. 3º Não se subordinam ao regime desta Lei:*
II - contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.
2. *Art. 186. Aplicam-se as disposições desta Lei subsidiariamente à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, à Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e à Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.*
3. *Art. 10. As licitações previstas nesta Lei serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial, com exceção da análise e julgamento das propostas técnicas.*
4. *Art. 17*
§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
5. *OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:*
I – Julgar, com fulcro no art. 116, V, da Lei Complementar nº 113/051, PROCEDENTE EM PARTE esta Representação da Lei de Licitações;
II – determinar ao Município de Terra Roxa:
(i)que em futuros certames que tenham por objeto a contratação de servidos de publicidade e propaganda, promova o integral cumprimento ao disposto no art. 11, §4º, VI, da Lei 12.232/2010;
(ii) que nos futuros certames, observe o disposto no art. 191 da Lei nº 14.133/21, abstendo-se de efetuar a aplicação combinada da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 14.133/21;
III – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro, nos termos do artigo 175-L, I, do Regimento Interno1;
IV – autorizar, com fundamento no art. 398, §1º, do Regimento Interno1, o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo do feito1.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI
6. *Plataforma Compras BLL. Concorrência Eletrônica nº 005/2025 do Município de Reserva. Disponível em: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5D1VDfhJ%2FKdhUBW9KtSyM456Kc_XnrNPYdjITFhWeqk_7OuuvKX%2FsXCuZVHOVeeMITNqZ3YFFL1R3sOMG_ZbqnLSOIhVwrLe_SkzoMestzkcY%3D. Acesso em 03/11/2025, às 10:50h.*
7. *Plataforma Compras BLL. Concorrência Eletrônica nº 005/2025 do Município de Reserva. Edital Conc. nº005 – 2025 - Publicidade – PÓS RETIFICAÇÃO. pdf. Disponível em: https://lanceeletronico.blob.core.windows.net/processfiles/3e9424fb28e0458d927c76be1e1de56a.pdf.*
8. *Idem.*
9. *Art. 10. As licitações previstas nesta Lei serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial, com exceção da análise e julgamento das propostas técnicas.*
§ 1o As propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou a entidade responsável pela licitação.
10. *Regulamento Operacional da Bolsa de Licitações e Leilões – versão 2025 – BLL Compras. Disponível em: https://bll.org.br/wp-content/uploads/2025/08/Regulamento-BLL-2025-.pdf. Acesso em: 03/11/2025, às 10h.*
11. *Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei. [...]*
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
12. *Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.*
13. *Art. 34. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.*
Parágrafo único. O denunciante deverá fornecer identificação e dados de onde poderá ser encontrado.
14. *Art. 275. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades de atos e fatos da administração pública direta, indireta ou fundacional estadual ou municipal.*
Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
§ 1º O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível, documentação comprobatória.
15. *Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:[...]*
I – No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo. [...]

PROCESSO N.º: 123188/24
ENTIDADE: MUNICIPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: GERI NATALINO DUTRA, ROBSON CANTU
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1891/25
Vieram os autos a este gabinete para análise da petição intermediária apresentada pelo Sr. Robson Cantu (peças 50-63).
Encaminhem-se à Diretoria de Protocolo para providenciar a inclusão dos advogados que constam do instrumento de procuração (peça 51), ficando o interessado ciente que, apesar da inadequação do expediente proposto, em face do contido nos arts. 217-C e 494, § 4º, do Regimento Interno,[1] a nulidade relatada será submetida à deliberação do órgão colegiado, nos termos do Art. 374 do Regimento Interno[2].
Após, retornem.
Curitiba, 4 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. *Art. 217-C. Contra a decisão contida em Parecer Prévio somente são cabíveis Embargos de Declaração, nos termos do art. 490 do presente Regimento Interno. (Incluído pela Resolução n° 95/2022, sendo aplicável, apenas, aos processos de prestação de contas anuais dos Chefes de Poder Executivo referentes aos exercícios financeiros de 2022 e seguintes)*
Art. 494 (...) § 4º Não cabe Pedido de Rescisão em face de Parecer Prévio (Incluído pela Resolução n° 95/2022, sendo aplicável, apenas, aos processos de prestação de contas anuais dos Chefes de Poder Executivo referentes aos exercícios financeiros de 2022 e seguintes)
2. *Art. 374. Conforme a competência para a prática do ato, o Tribunal ou o Relator declarará a nulidade de ofício, se absoluta, ou por provocação da parte ou do Ministério Público junto ao Tribunal, em qualquer caso.*
Parágrafo único. São absolutas, dentre outras hipóteses, as nulidades relativas à ausência de citação ou de intimação para o contraditório, à inobservância das causas de impedimento previstas neste Regimento e na Lei Complementar nº 113/2005 e à ausência de fundamentação nas decisões de que possa resultar prejuízo às partes e ao erário.

PROCESSO N.º: 270362/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHAIS
INTERESSADO: INCS - INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS DA SAÚDE - MATRIZ, JOAO GILBERTO ROCHA GONCALEZ, MUNICÍPIO DE PINHAIS, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
DESPACHO: 1897/25
1. Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo MUNICÍPIO DE PINHAIS, por intermédio de sua gestora e representante legal, Sra. Rosa Maria de Jesus Colombo, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, em tese, ocorrido, em razão de eventuais irregularidades na execução do Contrato nº 01/2019, firmado com o Instituto Nacional de Ciências da Saúde (INCS) para gerir o Hospital Municipal e a UPA do Município.
Mediante o Despacho nº 1174/25 – GCILB (peça 8), determinei o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE para instrução inicial.
Ato contínuo, consoante à Instrução nº 2664/25 – CAGE (peça 10), a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão opina pelas irregularidades identificadas na fase interna da presente Tomada de Contas Especial:
1) Divergências entre os registros no SIT e os extratos da conta da Parceria;
2) Penhora judicial e desvio de finalidade do dinheiro da Parceria;
3) Falta de pagamento da NF 177 da Deltamed;
4) Não devolução do saldo da Parceria.
A unidade técnica manifesta-se pela intimação da Sra. Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28, para que junte a estes autos cópia integral dos processos relacionados à Fase Interna desta Tomada de Contas Especial, principalmente do Processo Eletrônico de Pinhais nº 60656/24, e pelo imediato encaminhamento das cópias destes autos aos outros Órgãos de Controle, in verbis:
"1. IMEDIATO ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA destes autos à 2ª Promotoria de Pinhais, que é a responsável pela defesa do Patrimônio Público e da Saúde em Pinhais, e ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, para que verifiquem possíveis Atos de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração;
2. IMEDIATO ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA destes autos à Controladoria Regional da União no Estado do Paraná, Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná e Procuradoria da República no Paraná, uma vez que eventual desvio de recursos do SUS atrai a competência federal e que o INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde (CNPJ 09.268.215/0001-62) seria a Organização Social investigada nas Operações da PF: "Sépsis", "Ártemis", "Copia e cola" e "Simetria".
A CAGE indica a necessidade de inclusão das partes interessadas no processo e de citações/intimações:
"Devem ser INCLUÍDOS COMO INTERESSADOS neste processo:
1) Keren Letícia Sales Pereira (CPF 093.434.939-83), Controladora de Pinhais de 15/abr/23 a 13/abr/25;
2) Adriane da Silva Jorge Carvalho (CPF 022.976.369-38), Secretária de Saúde de Pinhais de 2014 a 2025;
3) Alfredo Borges Moreno (CPF 026.297.829-64), Procurador Geral de Pinhais de ago/2024 a 2025."
"Devem ser CITADOS/INTIMADOS para Contestar esta Instrução:
1) Prefeitura do Município de Pinhais (CNPJ 95.423.000/0001-00);
2) Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28;
3) Keren Letícia Sales Pereira (CPF 093.434.939-83), Controladora de Pinhais de 15/abr/23 a 13/abr/25;
4) Adriane da Silva Jorge Carvalho (CPF 022.976.369-38), Secretária de Saúde de Pinhais de 2014 a 2025;
5) Alfredo Borges Moreno (CPF 026.297.829-64), Procurador Geral de Pinhais de ago/2024 a 2025.
6) INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde (CNPJ 09.268.215/0001-62);
7) João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25;"

A Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão apresenta a seguinte conclusão:
"Diante do exposto, preliminarmente, opina-se pela:
1. Quanto às divergências entre os registros no SIT e os extratos da conta da Parceria, conforme explicado no item 2.1 desta Instrução:
1.1. IRREGULARIDADE da situação;
1.2. MULTA ADMINISTRATIVA (LC 113, art. 87, IV, "g"), em razão do descumprimento das regras de prestação de contas do Contrato de Gestão 01/19 e da Resolução TCE/PR 28/11, para João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25.
2. Quanto à penhora e Desvio de Finalidade do Dinheiro Público da Parceria, conforme explicado no item 2.2 desta Instrução:
2.1. IRREGULARIDADE da situação;
2.2. RESTITUIÇÃO (LC 113, art. 85, IV) de R$438.819,82, acrescidos de juros e correção monetária, a contar de 31/out/24, data de encerramento do Contrato de Gestão 01/19, por:
2.2.1. INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde (CNPJ 09.268.215/0001-62);
2.2.2. João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25;
2.2.3. Keren Letícia Sales Pereira (CPF 093.434.939- 83), Controladora de Pinhais de 15/abr/23 a 13/abr/25;
2.2.4. Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28; 022.976.369-38),
2.2.5. Adriane da Silva Jorge Carvalho (CPF 022.976.369-38), Secretária de Saúde de Pinhais de 2014 a 2025;
2.2.6. Alfredo Borges Moreno (CPF 026.297.829-64), Procurador Geral de Pinhais de ago/2024 a 2025.
2.3. MULTA PROPORCIONAL AO DANO (LC 113, art. 89) para:
2.3.1. João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25;
2.3.2. Keren Letícia Sales Pereira (CPF 093.434.939- 83), Controladora de Pinhais de 15/abr/23 a 13/abr/25;
2.3.3. Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28;
2.3.4. Adriane da Silva Jorge Carvalho (CPF 022.976.369-38), Secretária de Saúde de Pinhais de 2014 a 202567;
2.3.5. Alfredo Borges Moreno (CPF 026.297.829-64), Procurador Geral de Pinhais de ago/2024 a 2025.
2.4. MULTA ADMINISTRATIVA (LC 113, art. 87, IV, "g"), em razão da omissão no dever de tomar medidas judiciais, para impedir a inconstitucional penhora do Dinheiro Público do Contrato de Gestão 01/19 e por usá-lo em Desvio de Finalidade, para pagar dívidas do INCS alheias ao objeto do Contrato de Gestão 01/19, para: João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25;
2.5. MULTA ADMINISTRATIVA (LC 113, art. 87, IV, "g"), em razão da omissão no dever de tomar medidas judiciais, para impedir a inconstitucional penhora do Dinheiro Público do Contrato de Gestão 01/19 e por permitir que ele fosse usado em Desvio de Finalidade, para pagar dívidas do INCS alheias ao objeto do Contrato de Gestão 01/19, para:
2.5.1. Keren Letícia Sales Pereira (CPF 093.434.939- 83), Controladora de Pinhais de 15/abr/23 a 13/abr/25;
2.5.2. Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28;
2.5.3. Adriane da Silva Jorge Carvalho (CPF 022.976.369-38) Secretária de Saúde de Pinhais de 2014 a 2025;
2.5.4. Alfredo Borges Moreno (CPF 026.297.829-64), Procurador Geral de Pinhais de ago/2024 a 2025.
2.6. IMPEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE CERTIDÃO LIBERATÓRIA pelo Tomador, o INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde (CNPJ 09.268.215/0001-62);
2.7. INCLUSÃO NA RELAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS COM CONTAS JULGADAS IRREGULARES (RI, art. 51573) de:
2.7.1. João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25;
2.7.2. Keren Letícia Sales Pereira (CPF 093.434.939- 83), Controladora de Pinhais de 15/abr/23 a 13/abr/25;
2.7.3. Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28;
2.7.4. Adriane da Silva Jorge Carvalho (CPF 022.976.369-38) Secretária de Saúde de Pinhais de 2014 a 202574;
2.7.5. Alfredo Borges Moreno (CPF 026.297.829-64), Procurador Geral de Pinhais de ago/2024 a 2025.
3. Conforme explicado no item 2.3 desta Instrução, opina-se pela DETERMINAÇÃO CAUTELAR (RI, art. 32, VII) à Prefeitura do Município de Pinhais (CNPJ 95.423.000/0001-00) para que tome as medidas judiciais cabíveis, a fim de impedir o levantamento e obter a devolução dos R$438.819,82 inconstitucionalmente penhorados nas Ações Judiciais mencionadas no Parecer Final da Tomadas de Contas Especial nº 01/24, fl. 3, item 375, comprovando, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da Intimação, a interposição dessas medidas judicias e mantendo atualizado, nestes autos, o seu andamento, sob pena de aplicação da Multa Administrativa (LC 113, art. 87, III, "f" 76) e responsabilidade solidária (RI, art. 400, §3º) de Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28, e de Alfredo Borges Moreno (CPF 026.297.829-64), Procurador Geral de Pinhais de ago/2024 a 202577.
4. Quanto à falta de pagamento de contratada, conforme explicado no item 2.4 desta Instrução, opina-se pela:
4.1. IRREGULARIDADE da situação;
4.2. MULTA ADMINISTRATIVA (LC 113, art. 87, IV, "g"), em razão do descumprimento do Contrato de Gestão 01/19, item 2.54, para João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25.
5. Quanto à não devolução do saldo da Parceria, conforme explicado no item 2.5 desta Instrução, opina-se pela:
5.1. IRREGULARIDADE da situação;
5.2. RESTITUIÇÃO (LC 113, art. 85, IV) de R$1.502,30, acrescidos de juros e correção monetária, a contar de 31/out/24, data de encerramento do Contrato de Gestão 01/19, por:
5.2.1. INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde (CNPJ 09.268.215/0001-62);
5.2.2. João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25.
5.3. MULTA PROPORCIONAL AO DANO (LC 113, art. 8978) para: João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25;
5.4. MULTA ADMINISTRATIVA (LC 113, art. 87, IV, "g"), em razão da não devolução do saldo do Contrato de Gestão.
01/19, para: João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25; 5.5. IMPEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE CERTIDÃO LIBERATÓRIA80 pelo Tomador, o INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde (CNPJ 09.268.215/0001- 62);
5.6. INCLUSÃO NA RELAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS COM CONTAS JULGADAS IRREGULARES (RI, art. 51581) de João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25.
6. Quanto ao envio da Fase Interna desta Tomada de Contas, conforme explicado no item 2.6 desta Instrução, opina-se pela: INTIMAÇÃO de Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28, para que junte a estes autos cópia integral dos processos relacionados à Fase Interna desta Tomada de Contas Especial, principalmente do Processo Eletrônico de Pinhais nº 60656/24, sob pena de aplicação da Multa Administrativa da LC 113, art. 87, I, "b".
7. Quanto à falta de aplicação das sanções contratuais e legais, conforme explicado no item 2.7 desta Instrução, opina-se pela:
7.1. IRREGULARIDADE da situação;
7.2. CIÊNCIA à Prefeitura do Município de Pinhais (CNPJ 95.423.000/0001-00) de que a não instauração de Processo Sancionatório e de Desqualificação, diante do descumprimento de obrigações legais e do Contrato de Gestão, constitui violação ao Princípio da Legalidade, ao Poder-Dever de atuar do Gestor, à Lei Municipal de Pinhais 1.975/18, art. 34, e ao Contrato de Gestão, que pode ensejar a aplicação de sanções e a responsabilização solidária por Dano ao Erário, para os Gestores da Prefeitura de Pinhais;
7.3. MULTA ADMINISTRATIVA (LC 113, art. 87, IV, "g"), em razão da não instauração de processos sancionatórios e de processo de Desqualificação do INCS, em violação ao Princípio da Legalidade, ao Poder-Dever de atuar do Gestor, à Lei Municipal de Pinhais 1.975/18, art. 34, e ao Contrato de Gestão, Cláusula 12ª, para:
7.3.1. Adriane da Silva Jorge Carvalho (CPF 022.976.369-38) Secretária de Saúde de Pinhais de 2014 a 202584;
7.3.2. Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28. 7.4. MULTA ADMINISTRATIVA (LC 113, art. 87, IV, "g"), em razão da não Recomendação de instauração de processos sancionatórios e de processo de Desqualificação do INCS, em violação ao Princípio da Legalidade, ao Poder-Dever de atuar do Gestor, à Lei Municipal de Pinhais 1.975/18, art. 34, e ao Contrato de Gestão, Cláusula 12ª, para: Keren Letícia Sales Pereira (CPF 093.434.939-83), Controladora de Pinhais de 15/abr/23 a 13/abr/25;
7.5. DETERMINAÇÃO CAUTELAR (RI, art. 32, VII) à Prefeitura do Município de Pinhais (CNPJ 95.423.000/0001-00) para que em cumprimento ao previsto no Contrato de Gestão 01/19, Cláusula 12ª, e na Lei Municipal de Pinhais nº 1.975/18, art. 34, instaure processos para sancionar e Desqualificar o INCS, comprovando no prazo de 30 (trinta) dias, contados da Intimação, a instauração desses processos e no prazo de seis meses, a sua conclusão ou andamento, sob pena de aplicação da Multa Administrativa (LC 113, art. 87, III, "f" 86) e responsabilidade solidária (RI, art. 400, §3º) de Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28, e de Adriane da Silva Jorge Carvalho (CPF 022.976.369-38), Secretária de Saúde de Pinhais de 2014 a 2025;
7.6. PROIBIÇÃO DE CONTRATAÇÃO com o Poder Público do Município de Pinhais (LC 113, art. 96), pelo prazo de doze anos, para o INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde (CNPJ 09.268.215/0001-62). 8. Conforme explicado no item 2.9 desta Instrução, opina-se pelo ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA destes autos ao Conselho Municipal de Saúde de Pinhais, para que tenha conhecimento das Irregularidades ocorridas na execução do Contrato de Gestão 01/09, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e firmado com o INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde (CNPJ 09.268.215/0001-62), para a gestão do Hospital e da UPA de Pinhais, a fim de permitir o aprimoramento do Controle Social sobre a Gestão da Saúde no Município de Pinhais.
9. Conforme explicado no item 2.10 desta Instrução, opina-se pelo:
9.1. IMEDIATO ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA destes autos à 2ª Promotoria de Pinhais, que é a responsável pela defesa do Patrimônio Público e da Saúde em Pinhais, e ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, para que verifiquem possíveis Atos de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração;
9.2. IMEDIATO ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA destes autos à Controladoria Regional da União no Estado do Paraná, Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná e Procuradoria da República no Paraná, uma vez que eventual desvio de recursos do SUS atrai a competência federal e que o INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde (CNPJ 09.268.215/0001-62) seria a Organização Social investigada nas Operações da PF: "Sépsis", "Ártemis", "Copia e cola" e "Simetria".
10. Conforme explicado no item 2.11 desta Instrução, opina-se pela inclusão de Interessadas no processo e pela Citação/Intimação dos Responsáveis para apresentar Defesa.
11. Não HOMOLOGAÇÃO da Tomada de Contas Especial encaminhada pela Prefeitura de Pinhais, em razão das suas deficiências;
12. REPROVAÇÃO DAS CONTAS DO CONTRATO DE GESTÃO 01/19, firmado entre a Prefeitura do Município de Pinhais e o INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde." (grifos nossos).
Previamente à apreciação do juízo de admissibilidade da medida cautelar, mediante o Despacho nº 1267/25 – GCILB (peça 11), determinei a intimação do Município de Pinhais, na pessoa de seu atual gestor e representante legal, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentasse detalhes sobre as medidas tomadas para impedir o saque e garantir a restituição de R$ 438.819,82; esclarecesse sobre instauração, andamento ou conclusão de processos para sanção e desqualificação do INCS; e juntasse aos autos cópia integral dos processos da fase interna da Tomada de Contas Especial, especialmente o Processo Eletrônico de Pinhais nº 60656/24.
Na sequência, o Município apresentou manifestação (peças 15 e 16), cujo pedido de prorrogação de prazo foi deferido por meio do Despacho nº 1429/25 – GCILB (peça

17), tendo posteriormente juntado aos autos os documentos requisitados (peças 20/378).
Em síntese, o Município sustenta a ilegitimidade de responsabilização do atual Procurador-Geral, Dr. Alfredo Borges Moreno, ressaltando que ele só assumiu o cargo após o período em análise.
No mérito, o Município detalha as providências judiciais e administrativas implementadas para recuperar os valores bloqueados judicialmente, ressaltando que parte significativa desse ônus recai contratualmente sobre o próprio INCS, entidade beneficiária dos repasses.
Além disso, destaca ter instaurado diversos procedimentos sancionatórios contra o INCS, muitos já concluídos com aplicação de sanções e devoluções, e que novos processos de desqualificação estão em curso.
A entidade também enfatiza que as determinações da unidade técnica e do Tribunal já foram cumpridas, não se verificando omissão ou inércia por parte de seus gestores.
Por fim, pede a dispensa da responsabilidade dos atuais gestores e reforça que toda documentação está organizada e à disposição.
Ato contínuo, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, mediante a Instrução nº 2765/25 – CAGE (peça 381), em atendimento ao Despacho nº 1515/25 – GCILB (peça 379), com as seguintes conclusões:
"Diante do exposto:
1. Quanto às medidas adotadas para assegurar a restituição do Dinheiro Público ilegalmente penhorado, conforme explicado no item 2.1 desta Instrução, opina-se:
1.1. Pela DETERMINAÇÃO CAUTELAR (RI, art. 32, VII) à Prefeitura do Município de Pinhais (CNPJ 95.423.000/0001-00) para que em cumprimento à LC 113, arts. 6º 13, e à ao Regimento Interno deste Tribunal, art. 234, no prazo de cinco dias, contados da Intimação, apresente Relatório da Controladoria Geral sobre o Parecer Final da Comissão da Tomada de Contas Especial, quantificando corretamente o Dano ao Erário, de forma detalhada e fundamentada em documentos, sob pena de aplicação da Multa Administrativa (LC 113, art. 87, III, "f") e responsabilidade solidária (RI, art. 400, §3º) por eventuais erros na quantificação do Dano ao Erário, de Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28, e de Keren Letícia Sales Pereira (CPF 093.434.939-83), Controladora de Pinhais de 15/abr/23 a 31/dez/25;
1.2. Pelo posterior retorno à CAGE, para a análise das medidas adotadas para assegurar a restituição do Dinheiro Público ilegalmente penhorado, uma vez que as informações encaminhadas pela Prefeitura de Pinhais são imprecisas, conflitantes e contêm Erro Grosseiro na quantificação do Dano ao Erário.
2. Quanto à legitimidade passiva de Alfredo Borges Moreno, conforme explicado no item 2.2 desta Instrução, pela manutenção de Alfredo Borges Moreno (CPF 026.297.829-64), Procurador Geral de Pinhais de 01/jan/25 a 31/dez/25, como Responsável neste processo;
3. Quanto à legitimidade passiva de Edson Galdino Vilela de Souza, conforme explicado no item 2.3 desta Instrução, opina-se pela:
3.1. RESTITUIÇÃO (LC 113, art. 85, IV) de R$438.819,82, acrescidos de juros e correção monetária, a contar de 31/out/24, data de encerramento do Contrato de Gestão 01/19, por Edson Galdino Vilela de Souza (CPF 084.633.955-20), Procurador Geral de Pinhais de 01/jan/17 a 31/dez/24, solidariamente com os demais Responsáveis apontados na Instrução da peça 10, item 2.2.8;
3.2. MULTA PROPORCIONAL AO DANO (LC 113, art. 89) para Edson Galdino Vilela de Souza (CPF 084.633.95520), Procurador Geral de Pinhais de 01/jan/17 a 31/dez/24;
3.3. MULTA ADMINISTRATIVA (LC 113, art. 87, IV, "g"), em razão da omissão no dever de tomar medidas judiciais, para impedir a inconstitucional penhora do Dinheiro Público do Contrato de Gestão 01/19 e por permitir que ele fosse usado em Desvio de Finalidade, para pagar dívidas do INCS alheias ao objeto do Contrato de Gestão 01/19, para Edson Galdino Vilela de Souza (CPF 084.633.955-20), Procurador Geral de Pinhais de 01/jan/17 a 31/dez/24;
3.4. INCLUSÃO NA RELAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS COM CONTAS JULGADAS IRREGULARES (RI, art. 515) de Edson Galdino Vilela de Souza (CPF 084.633.955-20), Procurador Geral de Pinhais de 01/jan/17 a 31/dez/24;
3.5. CITAÇÃO de Edson Galdino Vilela de Souza (CPF 084.633.955-20), Procurador Geral de Pinhais de 01/jan/17 a 31/dez/24.
4. Quanto à contratação da Deltamed Serviços de Apoio à Saúde Ltda, conforme explicado no item 2.4 desta Instrução, opina-se pela:
4.1. COMUNICAÇÃO recomendada pela Instrução da peça 10, item 2.10;
4.2. IMEDIATO ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA destes autos à Divisão Estadual de Combate à Corrupção – DECCOR[1] da Polícia Civil do Paraná – PC/PR, para as providências que julgar cabíveis, no sentido de apurar possíveis Crimes Contra a Administração;
4.3. CITAÇÃO do INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde (CNPJ 09.268.215/0001-62) e de João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25, para que sob pena de aplicação da Multa Administrativa da LC 113, art. 87, I, "b"[2], a João Gilberto Rocha Gonçalez (CPF nº. 106.006.248-89), junte a estes autos:
4.3.1. Cópia do Regulamento de Contratações utilizado no Contrato de Gestão com a Prefeitura de Pinhais;
4.3.2. Cópia integral do Processo de Seleção que resultou na contratação da empresa Deltamed Serviços de Apoio à Saúde Ltda (CNPJ 31.822.743/0004-13).
4.4. INTIMAÇÃO da Prefeitura do Município de Pinhais (CNPJ 95.423.000/0001-00), para que junte a estes autos cópia dos documentos de fiscalização do Processo de Seleção que resultou na contratação da empresa Deltamed Serviços de Apoio à Saúde Ltda (CNPJ 31.822.743/000413), sob pena de aplicação da Multa Administrativa da LC 113, art. 87, I, "b"[3], a Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28;
4.5. Conversão desta Tomada de Contas Especial em Tomada de Contas Extraordinária.
5. Quanto à falta de aplicação das sanções contratuais e legais, conforme explicado no item 2.5 desta Instrução, opina-se pela manutenção integral do opinativo da Instrução da peça 10, item 2.7, especialmente da DETERMINAÇÃO CAUTELAR (RI, art. 32, VII) à Prefeitura do Município de Pinhais (CNPJ 95.423.000/0001-00) para que em cumprimento ao previsto no Contrato de Gestão 01/19, Cláusula 12ª, e na Lei Municipal de Pinhais nº 1.975/18, art. 34, instaure processos para sancionar e Desqualificar o INCS, comprovando no prazo de 30 (trinta) dias, contados da Intimação, a instauração desses processos e no prazo de seis meses, a sua conclusão ou andamento, sob pena de aplicação da Multa Administrativa (LC 113, art. 87, III, "f"[4]) e responsabilidade solidária (RI, art. 400, §3º) de Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28, e de Adriane da Silva Jorge Carvalho (CPF 022.976.369-38), Secretária de Saúde de Pinhais de 2014 a 2025.
6. Quanto ao envio da Fase Interna desta Tomada de Contas, conforme explicado no item 2.6 desta Instrução, opina-se pela:
6.1. APLICAÇÃO da Multa Administrativa da LC 113, art. 87, I, "b"[5], a Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28, pela não juntada da cópia integral dos processos relacionados à Fase Interna desta Tomada de Contas Especial, principalmente do Processo Eletrônico de Pinhais nº 60656/24;
6.2. NÃO HOMOLOGAÇÃO desta Tomada de Contas Especial;
6.3. CONVERSÃO deste processo em Tomada de Contas Extraordinária, diante da omissão no dever de prestar contas da Prefeitura de Pinhais;
6.4. REPROVAÇÃO DAS CONTAS do Contrato de Gestão nº 01/19, firmado entre a Prefeitura do Município de Pinhais e o INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde;
6.5. RESTITUIÇÃO (LC 113, art. 85, IV) de todo o Dano ao Erário em apuração nestes autos (R$440.322,1223), acrescidos de juros e correção monetária, a contar de 31/out/24, data de encerramento do Contrato de Gestão 01/19, solidariamente por: Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28;
6.6. MULTA PROPORCIONAL AO DANO (LC 113, art. 89) para: Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28;
6.7. MULTA ADMINISTRATIVA (LC 113, art. 87, IV, "g"), em razão da omissão no dever de prestar contas a este Tribunal, para: Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28.
6.8. INCLUSÃO NA RELAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS COM CONTAS JULGADAS IRREGULARES (RI, art. 515) de: Rosa Maria de Jesus Colombo (CPF 507.511.669-87), Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28;
6.9. INTIMAÇÃO de Keren Letícia Sales Pereira (CPF 093.434.939-83), Controladora de Pinhais de 15/abr/23 a 13/abr/25, para que junte a estes autos cópia integral da Fase Interna desta Tomada de Contas Especial (Processo Eletrônico de Pinhais nº 60656/24), sob pena de aplicação da Multa Administrativa da LC 113, art. 87, I, "b"[6], e condenação solidária pelo Dano ao Erário, nos termos da LC 113, art. 6º."
O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 999/25 – 5ª Procuradoria de Contas (peça 385), em atendimento ao Despacho nº 1710/25 – GCILB (peça 382), analisou a defesa preliminar apresentada pelo Município de Pinhais e concluiu que as determinações cautelares propostas pela CAGE na Instrução nº 2664/25 (peça 10) já foram, em sua maioria, cumpridas.
Conforme consignado no parecer, o Município informou ter adotado medidas judiciais visando ao levantamento das constrições indevidas incidentes sobre valores depositados na conta bancária vinculada à parceria, bloqueios estes decorrentes de dívidas do INCS alheias ao objeto do contrato de gestão. Ademais, destacou-se que a Administração Municipal já deu início a procedimento administrativo destinado à responsabilização contratual da entidade, com ênfase na desqualificação do INCS como Organização Social junto ao Município de Pinhais.
O Parquet ressaltou que a análise da conduta e eventual responsabilização dos agentes públicos envolvidos deverá ocorrer após a observância do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com os princípios constitucionais do devido processo legal.
Quanto ao apontamento de que o Município não teria cumprido integralmente a determinação de juntada da íntegra da fase interna da Tomada de Contas Especial, o Ministério Público de Contas pondera que, diante da farta documentação já anexada aos autos, é plausível que os documentos requeridos estejam efetivamente inseridos no expediente processual.
Nesse contexto, o órgão ministerial recomenda que o Município, em sede de contraditório, esclareça de forma detalhada a sequência e a concatenação dos atos praticados pela Comissão responsável pela Tomada de Contas Especial, indicando expressamente a este Tribunal de Contas as peças e folhas em que esses atos se encontram, de modo a viabilizar a adequada análise técnica e jurídica do conjunto documental.
Opina pela inclusão na autuação e citação dos agentes indicados nas instruções da CAGE (peças 10 e 381), a saber:
1. Prefeitura do Município de Pinhais;
2. Rosa Maria de Jesus Colombo, Prefeita de Pinhais de 01/abr/22 a 31/dez/28;
3. Keren Letícia Sales Pereira, Controladora de Pinhais de 15/abr/23 a 13/abr/25;
4. Adriane da Silva Jorge Carvalho, Secretária de Saúde de Pinhais de 2014 a 2025;
5. Alfredo Borges Moreno, Procurador Geral de Pinhais de ago/2024 a 2025;
6. Edson Galdino Vilela de Souza, Procurador Geral de Pinhais de 01/jan/17 a 31/dez/24;
7. INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde;
8. João Gilberto Rocha Gonçalez, Diretor do INCS de 10/set/19 a 24/jan/25.
Por fim, submete-se ao Relator a deliberação quanto aos encaminhamentos imediatos sugeridos pela CAGE (comunicação do Ministério Público Estadual e outros órgãos).
É o relatório.
2. Preliminarmente, quanto à alegação do Município de Pinhais acerca da ilegitimidade passiva do Sr. Alfredo Borges Moreno, sob o argumento de que, à época dos fatos, quem exercia a função de Procurador-Geral do Município era o Sr. Edson Galdino Vilela de Souza, acolho o entendimento da CAGE (Instrução nº 2765/25), que manteve o Sr. Alfredo Borges Moreno como responsável no presente feito, sem prejuízo da inclusão também do Sr. Edson Galdino Vilela de Souza, Procurador-Geral do Município de Pinhais no período de 01/01/2017 a 31/12/2024.
Após o exame dos autos, acompanho o entendimento do Ministério Público de Contas quanto à suficiência das medidas já adotadas e à necessidade de manifestação posterior dos responsáveis, mantendo suspensa, até a plena formação da relação processual, a efetivação das comunicações externas inicialmente sugeridas pela unidade técnica.
Nos termos do art. 234 do Regimento Interno deste Tribunal[7], a Tomada de Contas Especial deve conter todos os documentos necessários à instrução processual, inclusive as medidas administrativas e judiciais já tomadas, antes de eventual remessa de informações ou comunicações a outros órgãos.
Enquanto não concluída a juntada integral da documentação pendente e a

manifestação dos interessados, a realização de comunicações externas ou envio de cópias pode comprometer o devido processo legal, porquanto ainda não verificada a completa formação da relação processual e a delimitação plena das responsabilidades individuais.
Dessa forma, deixo de acolher, por ora, as comunicações sugeridas pela CAGE, devendo ser asseguradas, em primeiro lugar, a plena manifestação e defesa dos responsáveis, bem como a análise do conjunto documental a ser oportunamente colacionado aos autos pelo Município de Pinhais e pelos demais interessados.
3. Diante do exposto, encaminhem-se os presentes autos à Diretoria de Protocolo, para que sejam adotadas as seguintes providências:
a) INCLUIR na autuação como interessados:
• Keren Letícia Sales Pereira, Controladora do Município de Pinhais de 15/abr/23 a 13/abr/25;
• Adriane da Silva Jorge Carvalho, Secretária de Saúde do Município de Pinhais de 2014 a 2025;
• Alfredo Borges Moreno, Procurador Geral do Município de Pinhais de ago/2024 a 2025;
• Edson Galdino Vilela de Souza, Procurador Geral do Município de Pinhais de 01/jan/17 a 31/dez/24;
b) INTIMAR, nos termos do artigo 380-A, II, do Regimento Interno, os seguintes interessados:
1) o Município de Pinhais, na pessoa de seu gestor atual e representante legal, a Sra. Rosa Maria de Jesus Colombo (Prefeita) e a Sra. Keren Letícia Sales Pereira (Controladora Interna) para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte a estes autos i) cópia dos documentos de fiscalização do Processo de Seleção que resultou na contratação da empresa Deltamed Serviços de Apoio à Saúde Ltda. (CNPJ 31.822.743/0004-13), ii) cópia integral da Fase Interna desta Tomada de Contas Especial (Processo Eletrônico de Pinhais nº 60656/24) e iii) Relatório da Controladoria Geral sobre o Parecer Final da Comissão da Tomada de Contas ou indique as peças e folhas em que os atos se encontram nestes autos, sob pena de aplicação das multas administrativas dos artigos 87, I, "b" e 87, III, "f" da Lei Complementar nº 113.2005[8];
2) INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde, na pessoa de seu gestor atual e representante legal, e o Sr. João Gilberto Rocha Gonçalez (Diretor) para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte a estes autos i) cópia do Regulamento de Contratações utilizado no Contrato de Gestão com a Prefeitura de Pinhais e ii) cópia integral do Processo de Seleção que resultou na contratação da empresa Deltamed Serviços de Apoio à Saúde Ltda (CNPJ 31.822.743/0004-13), sob pena de aplicação da Multa Administrativa do art. 87, I, "b" da Lei Complementar nº 113.2005.[9]
c) CITAR, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos do artigo 380-A, IV, "b", do Regimento Interno para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem defesas em face das impropriedades apontadas nas Instruções nº 2664/25 – CAGE e Instruções nº 2765/25 – CAGE.
1) Município de Pinhais, na pessoa de seu gestor atual e representante legal;
2) Sra. Rosa Maria de Jesus Colombo (Prefeita);
3) Keren Letícia Sales Pereira,
4) Adriane da Silva Jorge Carvalho;
5) Alfredo Borges Moreno;
6) Edson Galdino Vilela de Souza;
7) INCS - Instituto Nacional de Ciências da Saúde, na pessoa de seu gestor atual e representante; e
8) João Gilberto Rocha Gonçalez.
Após o decurso do prazo, à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, respectivamente, para suas manifestações.
Publique-se.
Curitiba, 6 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA.
Conselheiro Relator.

_____

1. Divisão Estadual de Combate à Corrupção – DECCOR/PC/PR. Delegado Divisional: Alan Henrique Flore. Endereço: Rua Deputado Mário de Barros, 1556, Centro Cívico, Curitiba, - CEP 80.530.280 Telefone: (41) 3250-2650. https://www.policiacivil.pr.gov.br/Pagina/Divisao-Estadual-de-CombateCorrupcao-DECCOR
2. LC 113, art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (...) I - No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.
3. LC 113, art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (...) I - No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.
4. LC 113, art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (...) III - No valor de 30 (trinta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: f) descumprir determinação dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas;
5. LC 113, art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (...) I - No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações
6. LC 113, art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (...) I - No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.
7. Art. 234. O processo de Tomada de Contas Especial deverá ser instaurado no prazo de 30 (trinta) dias após esgotado o prazo da apresentação das contas ou da ciência do fato que ensejou a sua instauração, contendo todos os elementos e demonstrativos necessários à instrução da prestação de contas, inclusive o relatório do controle interno e especificação das medidas administrativas e judiciais tomadas para o saneamento das irregularidades encontradas. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
8. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (...)
I - No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.
(...)
III - - No valor de 30 (trinta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
(...)
f) descumprir determinação dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas;
9. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (...)
I - No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.

PROCESSO N.º: 642464/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU
INTERESSADO: LM SERVICES LTDA, MUNICÍPIO DE IGUARAÇU
PROCURADOR/ADVOGADO: RODRIGO MOTA DE CERQUEIRA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1905/25
1. Trata-se de Representação da Lei de Licitações formulada por LM Services Ltda., com pedido de cautelar, pela qual reporta supostas irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico n.º 31/25, promovido pelo Município de Iguaraçu, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços turísticos, para realização de viagem rodoviária no período de 15 a 17 de outubro de 2025, abrangendo transporte coletivo com seguro de viagem, hospedagem, alimentação, ingressos para trações turísticas e acompanhamento de guia credenciado, conforme convênio firmado entre o Município e a Secretaria de Estado do Turismo. Ao certame, foi atribuído o valor máximo de R$ 74.304,00.
O Representante insurge-se contra a previsão de tratamento prioritário a empresas de pequeno porte e microempresas da região, conforme disciplinado na Lei Municipal n.º 18/2023.
A seu ver, o § 3º do art. 2º do diploma legal em questão é contraditório pois, ao mesmo tempo em que exigiria a existência de ao menos 3 fornecedores locais, caracterizados como empresas de pequeno porte ou microempresas, dispensa que participem do certame. Esta a redação do dispositivo:
Art. 2º - Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Municipal, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas.
[...]
§ 3º - Na impossibilidade de atendimento do disposto no "caput", em decorrência da natureza do produto, da inexistência local ou região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, da exigência de qualidade específica, do risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo da participação de microempresas ou empresas de pequeno porte, essa circunstância deverá, obrigatoriamente, ser justificada no processo. Não é necessária a efetiva participação de no mínimo 3 (três) empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, mas simplesmente que existam os três fornecedores competitivos enquadrados nas exigências legais e que seja dada ampla divulgação do certame pela Administração através dos meios de comunicação.
Afirma inexistir dúvidas sobre a possibilidade de tratamento especial a empresas de pequeno porte e microempresas locais, desde que atendidos os ditames da Lei Complementar 123/2006, inclusive o disposto no inciso II do art. 49:
Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
[...]
II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
Diante disso, sustenta que a Lei Municipal de Iguaraçu colide com tal previsão e com o princípio da competitividade, posto que permite eventual condições especiais de participação para apenas uma empresa. Esse proceder ofenderia o Prejulgado 27 deste Tribunal, que refutou a possibilidade de proibição indiscriminada de participação de empresas de diversas localidades em certames.
Informa que, embora tenha apresentado a proposta mais vantajosa, foi inabilitado no certame por não atender ao critério de regionalidade, contemplado por apenas uma licitante, a Edinho Tur. Por essa razão, a seu juízo, havendo somente uma empresa local, não poderia ter sido imposto o privilégio a que se reporta a Lei Municipal n.º 18/2023.
Adverte ser da União a competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e de contratação, o que implica na necessidade de que lei local não contrarie e lei geral, especificamente quanto ao disposto no art. 49, II, da Lei Complementar n.º 123/2006, o que teria ocorrido no caso em apreço.
Sob esses argumentos, solicita a concessão de cautelar para suspender a adjudicação e a contratação definitiva da licitante vencedora no certame.
Previamente ao juízo de admissibilidade e ao exame da cautelar, determinei a oitiva prévia do Município de Iguaraçu (peça 14).
O Representado informa que, em cumprimento ao art. 2 da Lei Municipal n.º 18/2023, que exige motivação técnica para adoção de critérios de regionalização, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar (ETP), explicitando as razões pela opção pela concessão de tratamento especial a empresas de pequeno porte e microempresas locais, conforme cita (peça 17, p.2)
• O mercado fornecedor do serviço de turismo rodoviário apresenta concentração significativa na Região Norte Central Paranaense, composta por empresas de pequeno e médio porte aptas à execução do objeto;
• Há no mínimo três empresas regionais qualificadas, o que assegura a competitividade mínima exigida pelo art. 49, II, da LC nº 123/2006;
• A adoção do critério regional proporciona vantagem operacional e econômica, pois reduz custos logísticos, facilita a gestão contratual e promove respostas mais céleres e eficazes em caso de imprevistos;
• A medida está alinhada à política pública municipal de fomento ao desenvolvimento econômico local, prevista no art. 1º, I, IV e V, da Lei Municipal nº 18/2023, que estimula o uso do poder de compra do Município como instrumento de fortalecimento de arranjos produtivos locais.
Com base nessa perspectiva, limitou o certame a empresas sediadas na Região

Norte Central do Paraná.
Reforça que houve ampla divulgação do certame, com número suficiente de interessados, garantindo a competitividade e a vantajosidade.
Alerta para inadequação, nos processos de representação de lei de licitações, da discussão de constitucionalidade abstrata de lei. Nesse sentido, adverte que o objeto em apreço consiste em ato administrativo, a saber, o edital licitatório. Anda assim, inexiste mácula na Lei Municipal n.º 18/2023, afirma.
Observa que o art. 2º, § 3º, da lei em questão, cuida de hipóteses em que houver prejuízo para a adoção das medidas de favorecimento (como inexistência de ao menos três fornecedores locais ou em razão de exigência de qualidade específica, por exemplo). Nessas situações, exige-se a apresentação de justificativas. De outra sorte, o dispositivo reforça que, embora seja necessária a existência de ao menos 3 fornecedores locais, não há obrigação de que participem no certame. Demonstra com essa interpretação a ausência de contradição na disposição legal.
O Representado recorda que, a despeito de ora discordar com a previsão editalícia, o Representante não impugnou o edital nem recorreu do julgamento. Diante disso, entende que ocorreu preclusão e aceitação tácita do edital. Porque tardia, a insurgência colidiria com os princípios da boa-fé e da cooperação processual dos licitantes.
Defende a inexistência de qualquer ilegalidade no edital, acrescentando que pesquisa de preços comprovou que os valores praticados pelas agências estão em conformidade com o mercado.
Adverte que há mais de 3 fornecedores na região e que a diferença entre a proposta da Representante e a da empresa vencedora foi de apenas R$ 100,00, que decorreria da competitividade do certame, com apresentação de lances sucessivos pelas licitantes.
Por fim, alertando para ausência dos elementos autorizadores da concessão de cautelar, destaca a possibilidade de risco reverso: como a contratação integra política pública com recursos estaduais, a suspensão pode gerar custos administrativos adicionais e perda de oportunidade para os beneficiários. Além disso, a reversibilidade da situação afasta a necessidade da tutela de urgência, já que, na hipótese de eventual inconsistência, seria possível efetuar ajustes saneadores sem a suspensão do certame.
É o relatório.
2. Após o exame do feito, analisando as alegações do Representante e os esclarecimentos trazidos pelo Município de Iguaraçu, entendo que o feito não merece conhecimento, pois, da narrativa, não se extrai ocorrência de irregularidade. Antes disso, a inicial demonstra inconformismo com o resultado da licitação, que desabilitou a Representante.
A possibilidade de regionalização do certame, além de incontroversa, obedeceu aos parâmetros aplicáveis ao caso, inclusive, ao Prejulgado n.º 27[1].
A insurgência quanto à suposta disposição de lei, que, pretensamente, dispensaria a existência de 3 fornecedores locais para a aplicação de favorecimento de empresas de pequeno porte ou microempresa, sequer conta com lastro fático. Trata-se de alegação genérica, voltada à interpretação de lei, desassociada da efetiva concretização de fato. Em outras palavras, a Representante apenas diz que a lei dispensa que haja 3 fornecedores locais, mas não menciona que, no certame, inexistiam 3 fornecedores na região hábeis a conceder o objeto a ser contratado.
O Representado confirma que há mais de 3 fornecedores na região, que envolve mais de 70 Municípios do Norte Central Paranaense, dentre os quais Londrina e Maringá, Municípios de grande porte (peça 18, p. 11).
Destaque-se que, pelo valor da licitação, R$ 74.304,00, é permitida a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123/2006[2].
Ademais, o Município realizou Estudo Técnico Preliminar, que respaldou a opção pela regionalização, inclusive.
Por outro lado, parece-me que a restrição regional não violou a competitividade. Ressalte-se que, no caso, a regionalidade abrange o Norte Central Paranaense. Não se trata de área restrita. Não obstante, a ínfima diferença entre o lance proposto pela Representante (R$ 68.400,00) e o da licitante quem o objeto foi homologado (R$ 68.496,00[3]), por si, demonstra que houve disputa.
Diante disso, as alegações construídas na inicial não demonstram a ocorrência de inconsistência no certame, razão pela qual, em juízo de admissibilidade, deixo de conhecer a Representação da Lei de Licitações.
Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas, para ciência. Após, decorrido o prazo recursal sem manifestação do interessado, determino o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 2º, c/c o art. 32, XII, do Regimento Interno, com remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Publique-se.
Curitiba, 5 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. É possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou para implementação dos objetivos propostos no art. 47, Lei Complementar n.º 123/2006, desde que, devidamente justificado; ii) Na ausência de legislação suplementar local que discipline o conteúdo do art. 48, § 3º da LC nº 123/2006, deve ser aplicado o limite de preferência definido pela Legislação Federal às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas local ou regionalmente, desde que dentro do preço máximo previsto no edital; iii)Conforme o disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar n.º 123/2006, é obrigatória a realização de licitação exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte sempre que os itens ou lotes submetidos à competição tenham valor adstrito ao limite legal de R$ 80.000,00(oitenta mil reais). Para bens de natureza divisível, cujo valor ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração deve reservar uma cota de 25% (vinte e cinco por cento) para disputa apenas entre as pequenas e microempresas. Com relação aos serviços de duração continuada, o teto deve ser considerado para o calendário financeiro anual; iv)A aplicação dos instrumentos de fomento dos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 é obrigatória à Administração Pública, somente podendo ser afastada nas hipóteses retratadas no art. 49 do mesmo diploma legislativo, exigindo-se, em qualquer caso, motivação específica e contextualizada quanto à sua incidência.
2. Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:
I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
3. Disponível em: https://s2.asp.srv.br/etransparencia.pm.iguaracu.pr/servlet/wplicitacaoprocesso?BkBYyVTgwrDJSUiRbu_xUHnk3eA63Ept4xYL8IcrjzWgKxZHUFuffjiK5D+ZKQRYkB5Dw03cgfD5gPytISrR+A==

PROCESSO N.º: 685201/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE TOLEDO
INTERESSADO: ELOTECH GESTAO PUBLICA LTDA, MARIO CESAR COSTENARO, MUNICÍPIO DE TOLEDO
PROCURADOR/ADVOGADO: ALBERTO LUIZ CAITANO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1907/25

Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido cautelar, encaminhada por Elotech Gestão Pública Ltda., em virtude de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n° 111/2025 do Município de Toledo, que tem por objeto "Contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviço de locação de Software Integrado de Gestão Pública, na modalidade colocation (hospedado no datacenter da Prefeitura), abrangendo manutenção mensal, implantação do sistema, conversão e migração de dados legados, customizações, testes, suporte técnico operacional, repasse de conhecimento técnico, atualizações de versão, 40 (quarenta) horas técnicas mensais para customizações do sistema, e fornecimento de Certificado Digital SSL Wildcard (tipo A1) para servidores web, com uso ilimitado."[1].
A abertura do certame ocorreu em 29/10/2025, pelo valor total de R$3.540.136,36.
A empresa Representante apontou a existência das seguintes irregularidades:
A) Ilegalidade e inadequação da exigência de hospedagem exclusivamente local (ON-PREMISSE) e da necessidade de adequação às boas práticas de mercado e à legislação vigente;
B) Subjetividade e Irregularidades na Prova de Conceito;
C) Direcionamento na licitação.
Teceu considerações a respeito da presença do fumus boni iuris e periculum in mora para justificar a necessidade de suspensão do certame.
Ao final, requereu:
a) Presentes os requisitos, requer a concessão da Tutela Cautelar de Urgência "Inaudita Altera Pars" para que seja determinado a Prefeitura Municipal de Toledo a suspensão do certame de Pregão Eletrônico nº 111/2025, até julgamento final desta Representação;
b) A intimação da autoridade competente para prestar as informações necessárias aos trabalhos desse Egrégio Tribunal, no endereço informado na qualificação;
c) No Mérito, a procedência do pedido, determinando a Prefeitura Municipal de Toledo a ANULAÇÃO do Certame de Pregão Eletrônico nº 111/2025, diante das inúmeras ilegalidades cometidas.
Pelo Despacho 1852/25-GCILB (peça 11) determinei a intimação prévia do município de Toledo.
Em sua defesa, o Município de Toledo, ao manifestar-se sobre as alegações de ilegalidade e inadequação da exigência de hospedagem exclusivamente local (on-premises), sustentou que tal requisito não configura restrição indevida à competitividade, mas resulta de decisão técnica e estratégica devidamente fundamentada no planejamento da contratação, elaborada em estrita observância à Lei Federal n.º 14.133/2021 e à jurisprudência do TCE-PR. Argumentou que dispõe de infraestrutura moderna e atualizada, fruto de investimentos superiores a R$ 7 milhões em soluções de hiperconvergência, firewall e segurança de rede, o que garante eficiência operacional, segurança da informação e economia de recursos públicos. Assim, a opção por hospedar o sistema em datacenter próprio não é arbitrária, mas decorre da obrigação de zelar pela economicidade e pelo aproveitamento de bens públicos já disponíveis, concretizando o interesse público, nos termos do art. 5º, caput, da Lei n.º 14.133/2021.
No que se refere à alegada subjetividade e irregularidades na Prova de Conceito (PoC), a defesa afirmou inexistir qualquer traço de arbitrariedade, destacando que os critérios foram definidos de forma objetiva e compatíveis com as necessidades da Administração, afastando a configuração de direcionamento ou restrição injustificada. Ressaltou que o edital e seus anexos foram elaborados de modo a assegurar isonomia entre os participantes e que as exigências técnicas visam garantir a plena adequação da solução contratada às demandas municipais. Rebateu, ainda, a alegação de que a PoC promoveria direcionamento a uma única empresa, sustentando que não houve prova concreta de tal situação e que eventuais impugnações ao edital foram devidamente analisadas.
Quanto ao suposto direcionamento da licitação, o Município refutou a acusação, afirmando que não há elementos fáticos ou jurídicos capazes de comprovar favorecimento a qualquer participante. Destacou que todos os requisitos editalícios, inclusive os relativos à metodologia de treinamentos e demais condições técnicas, foram definidos a partir de critérios objetivos e de acordo com as boas práticas de gestão pública, visando exclusivamente o interesse coletivo e a eficiência administrativa.
No tocante à exigência editalícia de atendimento técnico de 75,77% dos requisitos obrigatórios na Prova de Conceito (PoC), o município de Toledo defendeu a plena legalidade e razoabilidade do percentual fixado, argumentando que tal parâmetro foi estabelecido com base em critérios objetivos, adequados à complexidade e relevância do sistema a ser contratado. Sustentou que, embora a jurisprudência do TCE-PR recomende percentuais em torno de 70% para evitar restrições indevidas à competitividade, a fixação de índice ligeiramente superior não configura ilegalidade quando devidamente justificada pelas necessidades específicas da Administração e pela busca da melhor solução tecnológica para o interesse público. Reforçou que o percentual adotado visa assegurar que a solução ofertada atenda de forma ampla e consistente às demandas operacionais do Município, garantindo eficiência, segurança da informação e alinhamento às políticas de gestão pública digital vigentes.
No que concerne ao andamento atual do certame, a licitação encontra-se em fase de habilitação e avaliação técnica. Relatou que houve a participação de duas empresas, a Equiplano Sistemas Ltda. e a Soluções em Softwares WG Ltda.
Apontou que a disputa de lances se desenvolveu de maneira competitiva, resultando na melhor proposta apresentada pela empresa Equiplano Sistemas Ltda., no valor final de R$ 3.115.320,00, o que representa desconto de 12% sobre o valor estimado, demonstrando a efetividade da competição e a obtenção de economia ao erário.
Por fim, pugnou pelo indeferimento da medida cautelar e no mérito para que a Representação seja julgada improcedente.
É o relatório.
A Representação deve ser recebida, vez que preenche os requisitos dos artigos 30[2] e 32[3] da Lei Complementar Estadual n° 113/2005 e dos artigos 275 e 277[4], do Regimento Interno.
Em se tratando de juízo de admissibilidade, a existência de incertezas quanto à

efetiva ocorrência dos fatos narrados na Representação da Lei de Licitações não se resolve em favor da parte representada, mas sim do interesse público. Vale dizer, ao menos nesta fase processual incide o princípio do in dubio pro societate, motivo pelo qual recebo o presente expediente, nos termos acima.
Analisando o pedido cautelar, deixo de deferi-lo, eis que não vislumbro prova inequívoca do direito alegado, de modo que, em cognição sumária, não há como conceder a medida cautelar pleiteada.
Esclareço que a concessão de tutela de urgência, seja da ordem liminar ou cautelar, deve sempre atender a determinados requisitos processuais, o que não se verificou no presente caso[5].
Extrai-se do artigo 300 do Código de Processo Civil que o julgador tem grande margem decisória, haja vista que o referido dispositivo não exige nada além de elementos que evidenciem a probabilidade de o direito existir, in verbis:
"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. [...]" (grifo nosso).
Conforme consta nos autos, a Representante argumentou a respeito de três supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n° 111/2025 do Município de Toledo, quais sejam: ilegalidade e inadequação da exigência de hospedagem exclusivamente local (ON-PREMISSE) e da necessidade de adequação às boas práticas de mercado e à legislação vigente; subjetividade e irregularidades na Prova de Conceito; e direcionamento na licitação.
As falhas apontadas pelo Representante quanto aos três itens foram refutadas pelo município. No que diz respeito à escolha da Administração pela hospedagem do datacenter na Prefeitura, ao invés de hospedagem em nuvem, verifica-se que a municipalidade apresentou justificativas quanto à tal decisão, que envolvem investimento anterior nesse tipo de estrutura.
Quanto à Prova de Conceito, extrai-se do edital que deverá ser atendido um percentual mínimo de funcionalidades de 75,33%:
9.22.17.4. Ao final, será calculada a porcentagem de atendimento do total de funcionalidades da PoC, devendo esse percentual ser, no mínimo, de 75,33% (setenta e cinco inteiros e trinta e três centésimos por cento).
Esta Corte de Contas possui entendimento de que é razoável a exigência de 70% no período de implementação, sendo que a Diretoria de Tecnologia da Informação desta Corte já analisou o tema anteriormente[6], ocasião em que asseverou que a exigência da comprovação de adesão a 100% dos requisitos exigidos somente deve ser admissível em casos excepcionais, mediante prévia justificativa.
Em análise sumária, constata-se que o edital veio acompanhado do Anexo VI – Justificativas para obrigatoriedade dos requisitos. Portanto, não há prova inequívoca de irregularidade a ponto de demandar a intervenção cautelar, cabendo uma análise mais aprofundada.
Por fim, quanto ao suposto direcionamento do certame, não há provas cabais, sendo que há notícia de duas empresas participantes do certame e disputa com a melhor proposta resultando em redução de 12% sobre o valor estimado.
Portanto, não há probabilidade do direito a justificar a concessão da cautelar. Tampouco se configura o periculum in mora, uma vez que o procedimento licitatório se encontra em fase de habilitação, havendo maior risco de dano reverso à Administração caso haja suspensão.
Contudo, advirto que a constatação de ilegalidades no curso processual pode culminar na ordem de nulidade de atos licitatórios, inclusive de contratos já firmados.
Pelo exposto, decido:
e) receber a presente Representação da Lei n° 8.666/93, nos termos acima;
f) não deferir o pedido cautelar pleiteado;
g) encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para proceder à citação do município de Toledo, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente defesa.
Após o decurso do prazo para a defesa, com ou sem apresentação desta, remetam-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar e ao Ministério Público de Contas, respectivamente, para a elaboração de pareceres.
Publique-se.
Curitiba, 6 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Peça 7.
__2__. Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.
__3__. Art. 32. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas:
I – obrigatoriamente pelos responsáveis dos controles internos dos órgãos da Administração Pública estadual ou municipal, sob pena de serem solidariamente responsabilizados;
II – por comunicação de irregularidades subscritas por qualquer autoridade judiciária estadual ou federal, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, pelos Poderes Executivo e Legislativo;
III – através de comunicação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União ou órgãos da União Federal em relação às atividades sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado;
IV – por ato encaminhado pela Assembleia Legislativa do Estado, através de seu Presidente ou comissões permanentes, especiais ou de investigação, em relação à administração pública estadual ou municipal;
V – em função de conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito ou Comissão Especial, instauradas e concluídas pelos Poderes Legislativos Municipais, desde que contendo conclusões específicas e a comprovação das medidas efetivamente adotadas ou recomendadas nos respectivos relatórios;
VI – por meio de outras medidas previstas em Regimento Interno ou outros atos normativos do Tribunal de Contas do Estado.
__4__. Art. 275. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades de atos e fatos da administração pública direta, indireta ou fundacional estadual ou municipal.
Art. 277. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas pelos interessados e autoridades, na forma prevista no art. 32, I a VI, da Lei Complementar nº 113/2005.
§ 1º A representação será autuada e distribuída ao Conselheiro Relator, sendo inicialmente remetida pela Diretoria de Protocolo ao Presidente para ciência. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
§ 2º Cumprido o trâmite previsto no § 1°, a representação será remetida pelo Gabinete da Presidência ao Gabinete do Conselheiro Relator para regular processamento; (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
§ 3º A representação poderá ser proposta pelas unidades técnicas do Tribunal de Contas e pelas comissões especiais formadas para a execução de fiscalizações, observada a necessidade de encaminhamento pelo respectivo dirigente ou responsável e o disposto no art. 267-A, § 1º, deste Regimento Interno. (Incluído pela Resolução nº 91/2022)
__5__. O Art. 52 da Lei Orgânica do TCE-PR assim dispõem: "Aplica-se subsidiariamente o Código de Processo Civil, no que couber, em todos os julgamentos no âmbito do Tribunal de Contas".
__6__. Conforme Informação nº 165/22-DTI exarada nos autos de Representação da Lei nº 8.666/93 de nº 372407/22.

PROCESSO N.º: 698176/25
ENTIDADE: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TERRA ROXA
INTERESSADO: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TERRA ROXA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 1908/25
Trata-se de Requerimento Externo em que a Promotoria de Justiça da Comarca de Terra Roxa, com vistas à instrução do Inquérito Civil nº 0146.22.000211-8, solicita informações atualizadas sobre o andamento do Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Ivan Reis da Silva nos autos nº 149062/21.
Informo que sou relator do Recurso de Revisão nº 222813/25, que atualmente está na Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão para instrução. Portanto, ainda não há julgamento e acórdão conforme solicitado pela Promotoria.
Sobre o expediente em análise, estas são as informações a serem prestadas.
Adicionalmente, considerando o interesse da Promotoria de Justiça da Comarca de Terra Roxa, autorizo, desde já, o acesso à íntegra do Recurso de Revisão e/ou o encaminhamento de cópia dos autos, caso a Presidência entenda pertinente.
Diante do exposto, retornem os autos à Presidência para as comunicações cabíveis.
Publique-se.
Curitiba, 6 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 668702/25
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MATELANDIA - PREVIMAT
INTERESSADO: AMARILDO GABRIEL DE CASTRO, ANDRESSA SUZIN, CARMEN JULIA DALMAS TELES, CLAUDIR PEREIRA DOS SANTOS, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MATELANDIA - PREVIMAT, LETICIA GOULART FONTANA, MARCIA MARIA FAGUNDES ANGREVSKI, MARINEUSA POGGERE, MATEUS HENRIQUE MARCANTE, MIRELLI NOVELLI, RODRIGO ALVES DA SILVA, ROSELI APARECIDA JUSTEN FIORENTIN, SAULO NAZARO DA SILVA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 1909/25
Pela Petição Intermediária nº 699776/25 (peça 46), o Instituto de Previdência do Município de Matelândia solicitou a habilitação da procuradora jurídica do ente previdenciário, Athena Mascarenhas da Cunha, OAB/PR 65.279.
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para a providenciar a referida habilitação. Após, retorne.
Publique-se.
Curitiba, 6 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 408939/10
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA
INTERESSADO: ADRIANA SILVESTRO PANISSON ZUCO, ELIANE CRISTINA DE OLIVEIRA CARNOSKI, ITACIR BERLANDA, MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA, ROSENILDA APARECIDA OZORIO, WOLNEI ANTONIO SAVARIS
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
DESPACHO: 1911/25
Em atenção ao Despacho 1847/25-GCILB (peça 134), a DIJUR informou que a Ação Civil Pública n.º 0000872-80.2015.8.16.0062 segue em segredo de justiça, de modo que opinou pela remessa de ofício à "Vara Cível de Capitão Leônidas Marques, solicitando acesso aos autos, notadamente com fornecimento de certidão de inteiro teor, em que conste a data de trânsito em julgado da sentença" (Informação 556/25-DIJUR, peça 136).
Acolhendo o opinativo técnico, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para oficiar o Juízo da Vara Cível de Capitão Leônidas Marques, para que, dentro de prazo razoável, defira acesso aos autos da Ação Civil Pública n.º 0000872-80.2015.8.16.0062, com fornecimento de certidão de inteiro teor, em que conste a data de trânsito em julgado da sentença.
Após, retornem à Diretoria Jurídica.
Publique-se.
Curitiba, 6 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 215948/22
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE
INTERESSADO: ALEX SANDRO FERNANDES, ROZINEI APARECIDA RAGGIOTTO OLIVEIRA (FALECIDO(A) EM 2021)
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1912/25
Encaminhe-se à Coordenadoria de Medidas Executórias para acompanhamento da execução.
Publique-se.
Curitiba, 6 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 631373/25
ENTIDADE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CAMINHOS DO TIBAGI
INTERESSADO: ALTAMIR SANSON, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CAMINHOS DO TIBAGI, LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUCAO PESADA LTDA., X BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

PROCURADOR/ADVOGADO: NAYARA LORENA DE SOUSA, ODILON LABAS JUNIOR
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1913/25

Presentes os requisitos de admissibilidade (tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse), com fundamento no Art. 477[1] do Regimento, recebo o Recurso de Agravo interposto por LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. (peça 43).

À Diretoria de Protocolo, para nova autuação, observando-se a regra do Art. 478[2] do Regimento.

Após, retornem.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Art. 477. A petição recursal, contendo as razões e acompanhada dos documentos nela referidos, que ainda não integrem os autos, será dirigida ao Relator da decisão recorrida, que deverá efetuar o juízo de admissibilidade, relativo à tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse.
__2__ Art. 478. Excetuado os casos de Embargos de Declaração, de Liquidação e Recursos de Agravo, o Relator da decisão recorrida será excluído do sorteio para relato do recurso, inclusive, o Relator originário, que tenha sido vencido no julgamento.

PROCESSO N.º: 599267/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
INTERESSADO: MGM - ENGENHARIA DE SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, VITOR HUGO RODRIGUES
PROCURADOR/ADVOGADO: ANA CAROLINA PRADO BALESTRA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1914/25

Trata-se de Representação da Lei de Licitações proposta por MGM – Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho Ltda., em virtude de supostas irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico nº 51/2025 do Município de São Manoel do Paraná, cujo objeto consiste no registro de preços para contratação de empresa especializada na realização dos exames solicitados no laudo PCMSO (Programa Controle Médico de Saúde Ocupacional)[1].

A abertura do certame ocorreu em 31/07/2025, pelo valor máximo de R$ 223.703,20.

A representante afirma, em síntese, que se sagrou vencedora pelo melhor preço, detendo as condições de habilitação; que, posteriormente, a empresa Noroeste Treinamentos Ltda. apresentou recurso contra sua habilitação, alegando que não teria apresentado psicólogo com cadastro ativo no conselho de classe, provas de diploma de graduação do psicólogo e de que o profissional pertence ao quadro da empresa, bem como a lista de profissionais envolvidos na prestação dos serviços, constando o psicólogo.

Expõe que, em sede de contrarrazões, esclareceu que, por lapso, não apresentou a documentação da psicóloga nem a relacionou na lista de profissionais; que, no entanto, apresentou provas de que possuía, antes do certame, a documentação exigida, de modo que não deveria ser inabilitada.

Argumenta que o fato de a documentação ter sido apresentada posteriormente, em sede de contrarrazões, não significa preclusão.

Sustenta que a Lei Federal nº 14.133/2021 prevê a possibilidade da juntada posterior de documento para complementação de informações; que o Tribunal de Contas da União não considera como documento novo aquele que, ainda que juntado posteriormente, comprova condição preexistente.

Informa que, apesar disso, o recurso foi julgado procedente, tendo sido inabilitada por não ter apresentado os documentos relativos à psicóloga no momento da habilitação.

Aduz que, na decisão administrativa, considerou-se que, como inicialmente foi habilitada, e somente com o recurso da outra empresa restou inabilitada, o certame já havia se encerrado e, portanto, a Administração não poderia abrir diligência para regularização formal, e que a aceitação de documentos, após a fase de julgamento, que não se trata de atualização ou complemento de documentação preexistente, seria ilegal.

Pondera que, no entanto, os documentos relativos à psicóloga não devem ser considerados novos, podendo ser aceitos pelo pregoeiro, em respeito aos princípios da eficiência e formalismo moderado.

Salienta que a Noroeste Treinamentos Ltda. foi convocada para entregar documentos, mas restou inabilitada, assim como as demais empresas; que a licitação terminou sem vencedores, fracassada.

Destaca que possuía toda a documentação e o melhor preço, mas foi inabilitada em razão de um formalismo exagerado.

Ao final, requer a reforma da decisão de inabilitação, de modo que seja considerada habilitada, pois preencheu os requisitos exigidos pelo certame.

Mediante o Despacho nº 1582/25-GCILB[2], determinei que a representante apresentasse a cópia do seu ato constitutivo, bem como o instrumento de mandato em favor da advogada subscritora da exordial.

Em resposta, houve a juntada aos autos da documentação de peças 10-11.

Por meio do Despacho nº 1675/25-GCILB[3], foi determinada a intimação do Município de São Manoel do Paraná para manifestar-se, previamente ao juízo de admissibilidade, quanto às insurgências da requerente, devendo apresentar cópia integral do procedimento questionado.

Em atenção ao solicitado, o ente municipal apresentou manifestação preliminar às peças 17-27, na qual relatou os fatos ocorridos no certame, afirmando, por fim, que "aguardará a manifestação do órgão de controle para, então, definir as providências adequadas, inclusive quanto à possibilidade de abertura de novo procedimento licitatório".

É o relatório.

O exame dos autos revela que a representação deve ser recebida, visto que preenche os requisitos do art. 170, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021[4], bem como dos artigos 30 e 34 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[5] e dos artigos 275 e 276, caput e § 1º, do Regimento Interno[6].

Entendo que os fatos merecem melhor apuração por esta Corte, a fim de analisar a legalidade/regularidade da inabilitação da requerente, em virtude da apresentação da documentação relativa à profissional de psicologia tão somente na fase recursal.

Cabe salientar que, nesse juízo preliminar, a existência de incertezas quanto à efetiva ocorrência dos fatos narrados na Representação da Lei de Licitações não se resolve em favor da parte representada, mas sim do interesse público. Assim, ao menos nesta fase processual, incide o princípio do in dubio pro societate, motivo pelo qual recebo a presente demanda.

Ressalte-se, que, caso julgada procedente a representação, poderá incidir nulidade sobre o procedimento em questão, sem prejuízo da aplicação de sanções e medidas previstas na Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e remessa aos demais órgãos competentes.

Pelo exposto, decido:

1. Receber a presente Representação da Lei de Licitações;

2. Determinar a citação, por meio de ofício com Aviso de Recebimento (AR), das pessoas físicas e jurídicas abaixo elencadas para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada do AR, conjunta ou separadamente, apresentem suas defesas e prestem informações e documentos que possam elucidar os fatos descritos na exordial:

a) Município de São Manoel do Paraná, na pessoa de seu representante legal;
b) Vitor Hugo Rodrigues, prefeito municipal e signatário do edital de licitação[7];
c) Andressa Rodrigues Brunhara, pregoeira e signatária da decisão emitida no recurso administrativo[8].

O município deverá juntar aos autos cópia integral do processo licitatório questionado, bem como informar eventuais contratos dele decorrentes e pagamentos já realizados.

3. Remeter os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para expedir ofícios de citação às pessoas acima referidas, bem como incluir na autuação, como "representados", todas elas;

4. Após o decurso do prazo para a defesa, remetam-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) e ao Ministério Público de Contas, respectivamente, para instrução e manifestação.

Publique-se.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Cópia do edital da p. 6 da peça 23 à p. 17 da peça 24.
__2__. Peça 7.
__3__. Peça 12.
__4__. "Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.
(...)
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei."
__5__. "Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.
(...)
Art. 34. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
Parágrafo único. O denunciante deverá fornecer identificação e dados de onde poderá ser encontrado."
__6__. "Art. 275. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades de atos e fatos da administração pública direta, indireta ou fundacional estadual ou municipal.
Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
§ 1º O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível, documentação comprobatória."
__7__. P. 24 da peça 23.
__8__. P. 24-28 da peça 27.

PROCESSO N.º: 708740/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PEROBAL
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE PEROBAL, SMALLMED SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1915/25

1. Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido cautelar de suspensão de certame, proposta por SmallMed Serviços Médicos e Hospitalares Ltda., pela qual reporta supostas irregularidades no Edital de Chamamento Público n.º 12/2025, promovido pelo Município de Perobal, que tem por objeto a contratação de prestadora de serviços médicos de plantão de urgência e emergência.

O Representante insurge-se contra a exigência de que os Médicos estejam previamente identificados no contrato social da empresa, como requisito de habilitação. O termo de referência prevê:

1.4 Somente serão habilitados os candidatos identificados no contrato social da empresa ou instrumento equivalente, sendo desta forma sócio ou representante legal da pessoa jurídica inscrita.

No item 6.5.2, elenca documentos exigidos dos profissionais que executarão os serviços (como cópia de documento de identidade, inscrição no órgão de classe, cópia do diploma de graduação, dentre outros).

Pelo que narra a inicial, essa exigência restringe a competitividade, prejudicando empresas que possuem corpo clínico variável.

Em 4/11/2025, o Representante impugnou tais previsões editalícias. No dia seguinte, em resposta, foi emitido Parecer Jurídico sugerindo o indeferimento da impugnação, sob pretexto de que seria salutar ao Município tomar conhecimento sobre a existência dos profissionais no contrato social da empresa. Na ótica do Representante, o pronunciamento foi genérico, não esclarecendo a real necessidade da exigência.

Sustenta que a vinculação prévia de médicos ao contrato social não encontra amparo legal e é incomum em credenciamentos congêneres.

Cita trechos do que seriam Acórdãos do Tribunal de Contas da União e deste Tribunal de Contas, que respaldariam a tese que defende (de inexigência de indicação nominal de profissionais na fase de habilitação).

Acrescenta que não há justificativa técnica para o requisito em questão.

Diante disso, requer cautelarmente a suspensão do certame e a "análise da legalidade do Parecer Jurídico n.º 293/2025", além da determinação para que o Município retifique as cláusulas que tem por irregulares.

É o relatório.
2. Previamente ao exame de admissibilidade, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para intimar, via telefone e/ou e-mail com certificação nos autos, o Município de Perobal, na pessoa de seu representante legal, a fim de que se manifeste quanto às insurgências na indicial de forma preliminar e fundamentada, no prazo de 3 (três) dias, esclarecendo se houve resposta à impugnação feita pelo Representante.
Por oportuno, intime-se o Representante para que apresente, no prazo de 5 dias, por meio eletrônico, nos termos do inciso I do art. 383 c/c art. 323-E, inciso IV e parágrafo único do Regimento Interno, para que apresente, no prazo de 5 dias, documentação comprobatória de identificação
Publique-se.
Curitiba, 6 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 173991/25
ENTIDADE: CAIXA DE ASSISTENCIA APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERV. MUNICIPAIS DE LONDRINA
INTERESSADO: CAIXA DE ASSISTENCIA APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERV. MUNICIPAIS DE LONDRINA, COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, LUIZ NICACIO
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
DESPACHO: 1916/25
Considerando o teor da petição acostada à peça 28, que traz informações potencialmente relevantes ao deslinde do feito, bem como em respeito aos princípios do formalismo moderado e da verdade material, aplicáveis no âmbito desta Corte, recebo a manifestação, ainda que extemporânea.
Assim, nos termos do art. 175-H, XV, do Regimento Interno[1], retornem os autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE para nova instrução.
Após, remetam-se ao Ministério Público de Contas - MPC para emissão de parecer.
Publique-se.
Curitiba, 6 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 175-H.
XV – instruir processos decorrentes dos encaminhamentos provenientes das ações de fiscalização de sua competência e as Tomadas de Contas Especiais de transferências voluntárias estaduais e municipais. (Incluído pela Resolução n° 131/2025)

PROCESSO N.º: 626736/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
INTERESSADO: LORENO BERNARDO TOLARDO, MERAKI COMERCIO E SERVICOS LTDA., MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1918/25
Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, proposta por Meraki Comércio e Serviços Ltda ME, mediante a qual relata supostas irregularidades no Pregão Eletrônico nº 59/2025, Processo Administrativo nº 11778/2025, promovido pelo Município de Quatro Barras, tendo como objeto "Registro de preços para eventual necessidade de aquisição de Kits de higiene e limpeza, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital," com o valor global de R$ 190.190,00 (cento e noventa mil, cento e noventa reais).
A empresa Meraki Comércio e Serviços Ltda - ME alega que não foi exigido, no edital, que todos os licitantes apresentassem a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela ANVISA – documento obrigatório para empresas que comercializam, distribuem ou fabricam tais produtos.
Diante desse cenário, a Meraki informa que apresentou impugnação ao edital, argumentando que a legislação sanitária brasileira, especialmente as Leis nº 6.360/76, 9.782/99, o Decreto 8.077/2013 e a RDC ANVISA nº 16/2014, determinam que empresas participantes de processos licitatórios para fornecimento desses produtos a órgãos públicos devem ser classificadas como atacadistas, estando todas obrigadas à obtenção prévia da AFE, independentemente de atuarem também no varejo.
Ressalta ainda que a exceção prevista na RDC 16/2014, que dispensa a exigência da AFE para o varejo, só é aplicável à comercialização de produtos em pequenas quantidades, destinadas diretamente ao consumidor final. Portanto, tal dispensa não se aplica a operações realizadas com pessoas jurídicas ou fornecimentos relacionados a procedimentos licitatórios públicos.
Segundo a Representante, a prefeitura acolheu apenas parcialmente a impugnação apresentada, mantendo a dispensa da AFE para empresas varejistas. Após a apresentação de recurso administrativo por parte da Meraki, a decisão foi mantida e o recurso, indeferido.
A empresa sustenta que a omissão do edital afronta os princípios da legalidade, da isonomia e da igualdade de condições entre os concorrentes, previstos na Constituição Federal e na Lei de Licitações, e destaca ainda o potencial risco à saúde pública e à segurança jurídica do certame.
Em síntese, a Representante aponta as seguintes irregularidades: (1) falta da exigência da AFE de todos os licitantes e (2) descumprimento da legislação sanitária.
Por fim, como pleito, a empresa Meraki requer que seja concedida e confirmada liminar, e, ao final, dado provimento à denúncia de irregularidades apresentada, para que seja revogado o contrato de ata de registro de preços celebrado e realizado novo procedimento licitatório, com inclusão expressa da obrigatoriedade da apresentação da AFE para saneantes e cosméticos, emitida pela Anvisa, exigida de todos os licitantes interessados em participar do processo licitatório, adotando-se demais medidas cabíveis.
Preliminarmente ao juízo de admissibilidade, mediante o Despacho nº 1662/25 – GCILB (peça 22), determinei a intimação do MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, na pessoa de seu gestor atual e representante legal, para manifestação sobre os fatos noticiados na peça exordial.
Ato contínuo, mediante o Recibo de Petição Intermediária nº 636545/25 (peças 24/26), o Município apresentou manifestação, em atendimento ao Despacho nº 1662/25 – GCILB, alegando que revisou o edital após impugnações das empresas interessadas. Informa que, inicialmente, a exigência da AFE não constava no edital, mas, após apontamento fundamentado na RDC 16/2014/ANVISA, passou a ser exigida apenas para atacadistas e dispensada para varejistas – conforme diretrizes da própria Anvisa, que só exige a licença para atividades de atacado/distribuição.
O Município aduz que o edital está correto ao diferenciar as exigências, considerando que a legislação não obriga varejistas a possuírem AFE, especialmente quando vendem para consumidor final, que é o papel do Município ao adquirir produtos para políticas públicas.
Esclarece que a RDC nº 16/2014, citada pela Representante, está desatualizada porque foi significativamente alterada pela RDC nº 860/2024. Além disso, informou que tanto o Informe Técnico da Anvisa quanto uma consulta feita pela empresa Meraki em 2023 provavelmente serão revisados em razão das mudanças relevantes na legislação — incluindo a revogação da RDC 59/2010, agora substituída pela RDC 989/2025 e pela IN 394/2025, editadas em agosto de 2025.
A entidade destaca que permitir a participação de varejistas ampliou a competitividade do certame, com 10 empresas apresentando lances, o que garantiu propostas mais vantajosas e atendeu ao interesse público. Sustenta que a exclusão de varejistas, como pretendia a Representante, limitaria injustificadamente a concorrência, contrariando os princípios das licitações.
O Município questiona entendimento anterior do Tribunal de Contas (Acórdão nº 47/24-TP), que interpretava que toda venda a pessoa jurídica exigiria AFE, afirmando se tratar de um equívoco que precisa ser revisado à luz da legislação atual.
O Município solicita que a Representação seja julgada totalmente improcedente, com reconhecimento da regularidade dos atos praticados no Pregão Eletrônico nº 59/2025, ressaltando a legalidade, transparência e busca pela melhor proposta para o interesse público.
Por fim, em atenção ao Despacho nº 1704/25 – GCILB (peça 28), mediante os Recibos de Petições Intermediárias nº 710699/25 e nº 710745/25 (peças 34/37), o Município de Quatro Barras e o Sr. Loreno Bernardo Tolardo apresentaram suas defesas, por meio das quais formularam os seguintes requerimentos:
a) o recebimento da presente manifestação, para que seja julgada totalmente improcedente a Representação, com o consequente arquivamento dos autos, uma vez demonstrada a plena regularidade e legalidade dos atos praticados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 59/2025;
b) subsidiariamente, a reavaliação do entendimento constante do Acórdão nº 47/24-TP, à luz da argumentação jurídica ora apresentada, de modo a uniformizar a jurisprudência desta Corte com a correta aplicação da legislação sanitária e dos princípios que regem as licitações públicas.
É o relatório.
Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar, bem como ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para as devidas manifestações.
Publique-se.
Curitiba, 7 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA.
Conselheiro Relator.

PROCESSO N.º: 758736/22
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU
INTERESSADO: CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPERUÇU, EDILSON RUIZ DE FREITAS, ELISANDRA NATALINA PRESTES SOCHER, ES PRIME SERVICES LTDA, GIOVANI KAZMAREK CAVICHIOLO, JEFFERSON FERREIRA DE MELO, JULIANE DOS SANTOS STRESSER, LUIZ ALBERTO DOS SANTOS, MARCELO VARGAS DA ROSA, MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, NENEU JOSE ARTIGAS, PAULO ROBERTO STINGELIN JUNIOR, ROSANGELA CERONATO PARODI, SABRINA WILLRICH DE OLIVEIRA, SIRLEI TERESINHA FERNANDES LUZ FERREIRA
PROCURADOR/ADVOGADO: GERSON LUIZ WENZEL, ITAMAR MARCELO MARTINS, JOSE ARI NUNES, MARCELO VARGAS DA ROSA, VINICIUS HSU CLETO
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 1920/25
Vistos e examinados.
Considerando o contido no Despacho nº 1019/25 da Coordenadoria de Medidas Executórias, declaro encerrado este processo, nos termos do Art. 398, § 4º[1], do Regimento Interno.
À Diretoria de Protocolo, para arquivamento dos autos, conforme art. 168, VII[2], do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 7 de novembro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (...)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator.
2. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

PROCESSO Nº:-157760/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL
INTERESSADO:-GENEZIO GONCALVES DA LUZ, JESSE DA ROCHA ZOELLNER
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1417/25
I. Encaminhe-se ao Ministério Público de Contas para parecer.
Curitiba, 28 de outubro de 2025.

JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-193473/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ALTONIA
INTERESSADO:-CLAUDENIR GERVASONE, DIEGO JARDIM PERGO
PROCURADOR:-MAXILIANO MAINA
DESPACHO:-1444/25

1. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para INTIMAÇÃO do MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, na pessoa de seu representante legal, senhor Diego Jardim Pergo, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico e com certificação nos autos de sua realização, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal os esclarecimentos que entender pertinentes em relação aos aspectos abaixo listados referentes ao exercício de 2024, apontados na Instrução n.º 371/25 (peça 13), da Coordenadoria de Contas, conforme artigos 386, III, e §2º, I a III, 389 e 385, §1º, do Regimento Interno:

a. não aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica;

b. não pagamento de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no laudo atuarial, e

c. decréscimo nas pontuações referentes às áreas de Saúde, de Administração Financeira e de Previdência Social, cujas justificativas deverão abordar, especificamente, os itens de verificação apontados na Tabela 46 da Instrução da CCONTAS acima referenciada.

2. Havendo resposta protocolada no prazo, à Coordenadoria de Contas para nova análise.

3. Certificado o decurso de prazo sem envio de resposta, ao Ministério Público de Contas para parecer.

Curitiba, 30 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-186582/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE
INTERESSADO:-ALEX SANDRO FERNANDES
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1447/25

I. Por meio da Petição Intermediária n.º 681680/25 (peças 22 a 25), o Prefeito Alex Sandro Fernandes solicita nova prorrogação de prazo para manifestação acerca dos apontamentos constantes na Instrução n.º 738/25-CCONTAS (peça 12).

II. Justifica que tal pedido se faz necessário a fim de concluir a tramitação legislativa de dois projetos de lei que foram enviados à Câmara Municipal para aprovação e que dizem respeito aos pontos levantados no presente expediente.

III. Concedo, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, a prorrogação de prazo até 31/12/2025.

IV. Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para os devidos fins.

V. Após, à Coordenadoria de Contas para manifestação.

Curitiba, em 30 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-180401/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARILENA
INTERESSADO:-CELIO LELIS DA MATA, JOSE APARECIDO DA SILVA
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1452/25

I. Por meio do Despacho n.º 954/25-GCDA (peça 13), oportunizei o contraditório ao senhor JOSÉ APARECIDO DA SILVA, Prefeito responsável pelas contas do Município de Marilena do exercício de 2024, haja vista que:

a. o opinativo da Coordenadoria de Contas foi pela irregularidade das contas no que tange aos aspectos orçamentários e financeiros em razão das obrigações de despesas contraídas nos últimos dois quadrimestres de mandato em desacordo com o disposto no art. 42 da LRF e do não pagamento de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no laudo atuarial, e

b. a avaliação da atuação governamental, nas áreas de Transparência e Relacionamento com o Cidadão, de Administração Financeira e de Previdência Social, apresentou variações em relação ao exercício anterior que se enquadram no "Vetor 1" estabelecido no Anexo II da Instrução Normativa n.º 172/2022, o que pode ensejar ressalva às contas.

II. Os esclarecimentos foram trazidos pelo Município e abordaram unicamente os pontos listados no item "a" acima citado (peças 23 a 29).

III. Considerando, no entanto, que o apontamento referente à atuação governamental pode levar à aposição de ressalva às contas, determino, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, nova intimação do senhor JOSÉ APARECIDO DA SILVA para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação quanto ao decréscimo nas pontuações referentes às áreas de Transparência e Relacionamento com o Cidadão, de Administração Financeira e de Previdência Social, cujas justificativas deverão abordar, especificamente, os itens de verificação apontados na Tabela 47 da Instrução n.º 750/25-CCONTAS (peça 12), nos termos dos artigos 386, III, e §2º, I a III, 389 e 385, §1º, do Regimento Interno.

IV. À Diretoria de Protocolo para os devidos fins.

V. Após, havendo resposta protocolada no prazo, encaminhe-se à Coordenadoria de Contas para análise.

VI. Certificado o decurso de prazo sem pronunciamento, encaminhe-se ao Ministério Público de Contas para parecer.

Curitiba, 31 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-688634/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE DE CURITIBA
INTERESSADO:-BFC OBRAS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE DE CURITIBA
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1455/25

I. Trata-se de representação formulada por BFC Obras e Soluções Integradas Ltda. em face de SEST/SENAT – Ponta Grossa, por intermédio da qual noticia irregularidades na rescisão do Contrato n.º 018/2024 (Proc. Adm. 023/2024) e em subsequentes contratações diretas por dispensa (projetos/linha de vida/materiais/pintura/transporte/diárias e serviços elétricos), por indícios de falhas de planejamento, motivação e vantajosidade; pesquisa de preços deficiente; ausência de referência técnica objetiva (SINAPI) e dúvidas de execução, inclusive com indício de instalação de disjuntor usado.

II. Extrai-se da exordial que os fatos também foram levados ao Tribunal de Contas da União, autuados como Representação – Processo nº 018.987/2025-7 (classe "representação", conforme sistema Conecta TCU) – sem prejuízo de que o TCE-PR, por competência local e cooperação, realize suas próprias diligências e inspeções.

III. Ressalto, desde já, que esta C. Corte de Contas não detém competência para analisar questões oriundas de entidade que, de acordo com o artigo 5°, V, da Lei n.° 8.443/92[1] (Lei Orgânica do TCU), se encontra submetida à jurisdição do Tribunal de Contas da União.

IV. Tal competência vem reforçada na própria lei de criação do SEST e do SENAT, qual seja a de n.º 8.706/93, que, em seu artigo 1º, dispõe que a atuação está sujeita à fiscalização da aplicação de seus recursos pelo Tribunal de Contas da União.

V. Desse modo, deixo de receber o feito e determino seu imediato encerramento.

VI. Diante do exposto, com fundamento no artigo 276, §§3º e 5º, e no artigo 282, §2º, do Regimento Interno, não recebo a presente representação.

VII. Encaminhe-se ao Ministério Público de Contas para ciência e, posteriormente, retornem os autos conclusos para aguardar o decurso do prazo recursal e para comunicar em sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o artigo 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno.

VIII. Na sequência, à Diretoria de Protocolo para encerramento, com fulcro no artigo 398, §2º, do Regimento Interno, e arquivamento, nos termos do artigo 168, VII, do mesmo Regimento.

Curitiba, 31 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 5º A jurisdição do Tribunal abrange:
(...)
V – os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições parafiscais e prestem serviço de interesse público ou social;
(...)

PROCESSO Nº:-210338/23
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE LOANDA
INTERESSADO:-JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES
PROCURADOR:-MANOEL MESSIAS FIRMINO
DESPACHO:-1456/25

I. Nos termos do §1º, do artigo 357, do Regimento Interno, admito, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, a anexação dos documentos protocolados sob o n.º 520989/25 (peças 77 a 89).

II. À Coordenadoria de Contas para nova análise.

III. Após, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para manifestação.

Curitiba, 31 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-180886/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO:-ANGELA PADOAN, GERI NATALINO DUTRA, ROBSON CANTU
PROCURADOR:-DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, MAITÊ CHAVES NAKAD MARREZ, MAITE PARRILHA STROBEL, NAHOMI HELENA DE SANTANA, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK, THIAGO FERRARI TURRA
DESPACHO:-1457/25

I. Por meio da Petição Intermediária n.º 623397/25 (peças 34 a 39), o senhor Robson Cantu, ex-Prefeito de Pato Branco e gestor responsável pelas presentes contas, solicita a intimação do referido Município "para que apresente o relatório da apuração do resultado financeiro por fonte de recurso referente ao exercício de 2024, bem como as relações de pagamento das fontes vinculadas e não vinculadas."

II. Indefiro o pedido, uma vez que a responsabilidade pela obtenção das informações necessárias para o contraditório é de responsabilidade do interessado, não cabendo a este Tribunal adotar a providência requerida junto ao Município de Pato Branco.

III. Por tal motivo, concedo a prorrogação de prazo para defesa por mais 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste despacho, a fim de que a parte obtenha os documentos que necessita junto à Prefeitura e apresente, então, suas justificativas nos presentes autos.

IV. Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo – DP para que aguarde a defesa no prazo autorizado e, após, siga o regular trâmite.

Curitiba, em 31 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-686232/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, STEL - SISTEMAS ELETRICOS LTDA
PROCURADOR:-FAUSTO TOSHISUKO SAKAKURA, NIDIA KOSIENCZUK ROSA GONÇALVES DOS SANTOS
DESPACHO:-1458/25

I - Versa o processo sobre Representação da Lei de Licitações com pedido de medida

cautelar deduzida por STEL - Sistemas Elétricos LTDA diante de ato atribuído à Comissão de Licitação do Município de Carlópolis, consistente na manutenção da habilitação da empresa VGA Construções LTDA no procedimento de Concorrência Eletrônica nº 04/2025 lançado pela referida municipalidade e destinado à contratação de empresa cadastrada junto a COPEL para prestação de serviços comuns de engenharia elétrica com fornecimento de materiais, equipamentos e projetos para ampliação e manutenção da rede de média e baixa tensão, iluminação pública em espaços públicos próprios e serviços correlatos, mensurados por unidade de serviço (US) conforme manuais técnicos da COPEL.
De acordo com a peça exordial, a participante VGA não poderia prosseguir na disputa em razão das seguintes impropriedades em seus documentos de habilitação: (i) falta de apresentação de Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Copel, (ii) Certidão de Registro e Regularidade perante o CREA com indicação de débitos de anuidade e (iii) balanço patrimonial parcial referente ao exercício de 2023.
Nessas condições, pleiteia a suspensão cautelar do andamento do certame e no mérito que seja declarada a nulidade da decisão proferida pela Comissão de Licitação com a consequente inabilitação da empresa implicada.
II - Analisando-se a situação descortinada e os documentos constantes nos autos, verifico não estarem presentes elementos mínimos para demonstrar o cometimento de irregularidade na aplicação da Lei de Licitações por parte da administração municipal de Carlópolis na condução da Concorrência Eletrônica nº 04/2025.
Todas as questões suscitadas são corriqueiramente tratadas nos julgamentos desta Corte de Contas.
Iniciando-se pelo registro na COPEL, trago o quanto assinalado no recentíssimo Acórdão nº 2179/25-TP:
O cerne da Representação diz respeito à alegação de descumprimento do item 8.5.12 do edital de licitação, na medida em que a empresa vencedora do certame não apresentou, na fase de habilitação, comprovação de homologação da licitante junto à Copel, mediante cadastro específico que a autorize a executar obras de construção de rede com uso de linha viva.
Entretanto, os elementos constantes nos autos dão conta de que apesar da exigência editalícia de homologação junto à COPEL, o cumprimento da citada obrigação pela empresa vencedora do certame tornou-se impossível em razão da alteração normativa implementada pela concessionária de energia, a qual, a partir do mês de julho de 2024, deixou de emitir o CRC e informou que "A homologação de materiais e serviços será exclusivamente para compor o catálogo de fornecedores da Copel".
Desse modo, o Município, após confirmar junto à COPEL a veracidade da informação fornecida pela empresa vencedora, aceitou que esta apresentasse documentação substitutiva a fim de comprovar sua qualificação técnica, o que também foi aprovado pelo órgão financiador do projeto.
Nesse contexto, considerando a absoluta inviabilidade de apresentação da documentação prevista no item 8.5.12 do edital, entendo que as soluções adotadas pela municipalidade com o objetivo de verificar a qualificação técnica da empresa vencedora foram coerentes e não geraram comprometimento à competitividade do certame ou favorecimento da empresa vencedora.
[...]
Nessa toada, tendo em conta a impossibilidade material de apresentação da exigência prevista no item 8.5.12 do edital, em decorrência das novas diretrizes adotadas pela Copel; a demonstração de que a empresa vencedora cumpriu os demais requisitos de qualificação técnica; e a ausência de elementos que indiquem o comprometimento da lisura do certame, entendo que não restam motivos que justifiquem a anulação do procedimento licitatório.
E ao apreciar o recurso administrativo então interposto, a Comissão de Licitação assim se manifestou:
"No presente caso, a recorrida em tentativa de emissão do CRC apresentou e-mail emitido pela COPEL, informando a interrupção da emissão do documento para fornecedores externos. Dessa forma, não invalidando sua habilitação, uma vez que a tentativa foi frustrada devido negativa da emissão do | CRC pela COPEL. Diante do fato, a exigência do CRC admite substituição ou flexibilização, especialmente diante da descontinuação de sua emissão pela COPEL.
Assim, inclusive, com base no entendimento TCE/PR no Acórdão n.º 430/2025, convém ao Poder Público, em apreço ao princípio da competitividade, buscar a manutenção do maior número possível de participantes no certame, preservando a melhor proposta e garantindo a observância da isonomia.
Sob essa ótica, a Comissão Municipal de Licitação com o objetivo de esclarecer ou complementar a ausência de CRC apresentado pela recorrida, vinculado ao poder-dever administrativo de diligenciar, em contato direto com a COPEL, confirmou-se a descontinuação da emissão do CRC.
Foi atestado que a empresa VGA CONSTRUÇÕES LTDA, sediada no Estado do Rio Grande do Sul, não possuía cadastro anterior junto à companhia, ao passo que a empresa STEL SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA, estabelecida no Estado do Paraná, já possuía registro prévio" (peça nº 5).
Sobre o inadimplemento de anuidades devidas ao órgão de classe, a constatação da exigência de certidão negativa de débitos junto ao Conselho de Classe configura restrição à competitividade, denotando que esta Representação se resolve em favor do interesse público.
[...]
Consoante art. 67 da 14.133/21, não há previsão de comprovação de quitação de débito junto à entidade ou Conselho de Classe;
[...]
Nesse sentido, entendo que a exigência de comprovação de registro profissional na entidade profissional não deve ser confundida com a exigência de quitação das obrigações junto ao Conselho de Classe. Por elucidativo, além da jurisprudência mencionada pela unidade técnica, colaciono o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União; vejamos: "Não deve ser exigido dos licitantes, para fins de habilitação, prova de quitação de anuidades junto ao conselho de fiscalização profissional ao qual a empresa e os profissionais estejam ligados, pois essa exigência não está prevista em lei." (Acórdão 890/2007-TCUPlenário, rel. Ministro Marcos Bemquerer). "É ilegal a exigência de quitação de anuidades do Crea para fins de habilitação, pois o art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993 exige apenas o registro na entidade." (Acórdão 1357/2018-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes). "É ilegal a exigência de prova de quitação com o Crea para fins de habilitação, pois art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993 exige apenas o registro na entidade. O disposto no art. 69 da Lei 5.194/1966, que regulamenta o exercício dos profissionais de engenharia, não pode prevalecer diante do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, nem da própria Lei 8.666/1993 (norma geral)."(Acórdão 2472/2019-TCU-Primeira Câmara, rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman). Constata-se, conforme jurisprudência mencionada acima, que exigir a comprovação de quitação de débitos junto ao Conselho de Classe para habilitação no certame constitui restrição à competitividade (Acórdão nº 4537/24-TP).
Finalmente, o fato de o balanço patrimonial não compreender todos os meses do exercício de 2023 não interfere na aferição da capacidade econômico-financeira da empresa concorrente, visto que, conforme informado pelo município, a apresentação do documento sequer foi exigida no instrumento convocatório[1], mas tão somente a certidão negativa de falência, além de a comissão processante ter considerado que a documentação contábil e fiscal entregue foi suficiente para comprovação, considerando os contratos em vigor, a capacidade operacional demonstrada e a apresentação de todos os documentos exigidos para fins de habilitação (peça nº 5).
Portanto, nenhuma mácula acomete a habilitação da participante VGA Construções LTDA e a licitação pode prosseguir.
III - Dessa forma, deixo de receber a presente representação com fundamento no artigo 276, §§ 3º e 5º, c/c artigo 282, § 2º, do Regimento Interno.
IV - Ao Ministério Público de Contas para ciência e posteriormente retornem os autos conclusos para aguardar o decurso do prazo recursal e para comunicação em sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o artigo 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno.
V - Na sequência, à Diretoria de Protocolo para encerramento, com fulcro no artigo 398, § 2º, do Regimento Interno, e arquivamento, nos termos do artigo 168, VII, do mesmo Regimento.
Curitiba, 3 de novembro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

_____
1. Item 43.3 do Termo de Referência (Anexo I).

PROCESSO Nº:-188860/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE KALORÉ
INTERESSADO:-EDMILSON LUIS STENCEL, WASHINGTON LUIZ DA SILVA
PROCURADOR:-KASSIMELIA CRISTIANE DO PRADO
DESPACHO:-1464/25
I. Por meio do Despacho n.º 943/25-GCDA (peça 25), oportunizei o contraditório ao senhor EDMILSON LUIS STENCEL, Prefeito responsável pelas contas do Município de Kaloré do exercício de 2024, haja vista que:
a. o opinativo da Coordenadoria de Contas foi pela irregularidade das contas no que tange aos aspectos orçamentários e financeiros em razão dos resultados orçamentário e financeiro deficitários de fontes não vinculadas e das obrigações de despesas contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato em desacordo com o disposto no art. 42 da LRF, e
b. a avaliação da atuação governamental, na área de Transparência e Relacionamento com o Cidadão, apresentou variação em relação ao exercício anterior que se enquadra no "Vetor 1" estabelecido no Anexo II da Instrução Normativa n.º 172/2022, o que pode ensejar ressalva às contas.
II. O gestor trouxe esclarecimentos unicamente em relação aos pontos listados no item "a" acima citado (peças 34 a 66).
III. Considerando, no entanto, que o apontamento referente à atuação governamental pode levar à aposição de ressalva às contas, determino, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, nova intimação do senhor EDMILSON LUIS STENCEL para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação quanto ao decréscimo na pontuação referente à área de Transparência e Relacionamento com o Cidadão, cujas justificativas deverão abordar, especificamente, os itens de verificação apontados na Tabela 43 da Instrução n.º 240/25-CCONTAS (peça 24), nos termos dos artigos 386, III, e §2º, I a III, 389 e 385, §1º, do Regimento Interno.
IV. À Diretoria de Protocolo para os devidos fins.
V. Após, havendo resposta protocolada no prazo, encaminhe-se à Coordenadoria de Contas para análise.
VI. Certificado o decurso de prazo sem pronunciamento, encaminhe-se ao Ministério Público de Contas para parecer.
Curitiba, 3 de novembro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-707612/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA
INTERESSADO:-BIOPRAGAS DEDETIZADORA LTDA, MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA
PROCURADOR:-MATHEUS LUIZ MENDES BASSO, VANESSA CRISTINA MILKIEWICZ OLIVEIRA
DESPACHO:-1481/25
I. Trata-se de representação da lei de licitações, com pedido de medida cautelar, lastreada no artigo 170, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, formulada por BIOPRAGAS DEDETIZADORA LTDA em face do Município de Itaipulândia, por intermédio da qual noticia suposta irregularidade na condução do Pregão Eletrônico nº 121/2025.
II. A exordial aponta como causa de inconformidade o fato de que, após o término do prazo para envio de documentos (13h17) o agente de contratação notificou as licitantes sobre sua intenção de prosseguir com o processo licitatório e, meros cinco segundos depois, às 13h:29:30, procedeu a imediata abertura da fase de manifestação de recursos, seguida pela adjudicação às 13:39:35. Tal constatação indicaria que o Pregoeiro, ao retomar o julgamento da documentação do licitante vencedor, deixou de comunicar e consignar expressamente o horário de abertura da sessão pública no sistema antes de iniciar a Manifestação de Recursos, sendo tal omissão capaz de configurar um vício formal de ilegalidade insanável, pois suprimiu a publicidade da decisão de habilitação/aceitação da proposta e cerceou o direito de acompanhamento e de manifestação recursal da peticionante.
III. Extrai-se da documentação carreada aos autos que em 20.out.2025, a representante formalizou sua inconformidade perante a Comissão de Licitação (peça 06), para a qual obteve como resposta que:
O Pregão Eletrônico em referência foi devidamente concluído, com adjudicação e homologação do objeto em favor de ACT Bio Imunização e Controle de Pragas

Urbanas Ltda. Após o encerramento regular do procedimento, foi comunicada a intenção da Administração de reabrir ou retornar à fase de lances, o que, contudo não encontra amparo legal ou editalício.
O pregão ocorreu de forma normal e as 08:45 já havia uma boa parte da documentação anexada, vindo a anexar os demais documentos as 12:58, 12:59, 13:00 e 12:01, dessa forma em 30 minutos com certeza a pregoeira consegue averiguar documentos, por não se tratarem de documentos complexos e o dever do pregoeiro é ter conhecimento dos meses. Como o Pregão não paralisou não há o que se falar em mandar mensagem dando sequência porque o mesmo não paralisou.
IV. Preliminarmente, observo que não há informações suficientes nos autos que permitam, nesse momento, realizar de forma adequada juízo de admissibilidade do feito.
V. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para intimar, por meio de ofício, o Município de Itaipulândia, na pessoa de seu representante legal, bem como a Pregoeira designada, Leila Adriane Bourscheidt, para que, em 5 (cinco) dias, conforme artigo 404 do Regimento Interno, contados da juntada do aviso de recebimento (AR) aos autos, apresentem manifestação preliminar quanto aos fatos que servem de substrato à presente representação, acompanhada dos documentos pertinentes, sobretudo da ata da sessão de abertura do certame questionado.
VI. Após, regressem para o devido juízo de admissibilidade.
Curitiba, 6 de novembro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

PROCESSO N.º: 668889/25
ORIGEM: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE DE CURITIBA
INTERESSADOS: BFC OBRAS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, NICOLE CARVALHO GOULART, SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE DE CURITIBA, SEST SERVICO SOCIAL DO TRANSPORTE
PROCURADORES: CAROLINA DE LARA MEDINA BOAVENTURA, LÍVIA CAMPOS DANTAS NEMES
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 1569/25
Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, formulado pela empresa BFC Obras e Soluções Integradas LTDA (peça 03), em face do Serviço Social do Transporte - SEST SENAT, apontando supostas irregularidades nos Processos n.º 5554-8/2024 (Concorrência n.º 029/2024), n.º 5615-0/2024 (Concorrência n.º 030/2024) e n.º 027/2024 (Concorrência n.º 007/2024), cujos objetos seriam, respectivamente, a reforma de um Laboratório de Prótese no valor de R$ 99.852,63 (noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos), a contratação de serviços de fiscalização da mesma reforma e a execução do Plano de Manutenção Ativa no montante de R$ 414.048,47 (quatrocentos e quatorze mil, quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos).
Em suma, as supostas irregularidades consubstanciam-se em: (i) irregularidades no contrato de reforma do laboratório de prótese e na fiscalização associada; e (ii) irregularidades no contrato de elaboração e execução do plano de manutenção ativa.
Na peça inicial, a Representante informou ter sido declarada vencedora do Processo n.º 5554-8/2024, que resultou em sua contratação para a execução da reforma do Laboratório de Prótese do Serviço Social do Transporte - SEST.
Com o objetivo de subsidiar o juízo de admissibilidade desta Representação da Lei de Licitações, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar, nos termos do artigo 175-S, I, do Regimento Interno[1], para que apresente manifestação preliminar, considerando as alegações e a documentação apresentadas pela Representante, pelo Serviço Social do Transporte - SEST e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, a possível existência de matéria de interesse particular, bem como as informações disponíveis nos sistemas desta Corte.
Após, retornem os autos.
Publique-se.
Curitiba, 4 de novembro de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
1. Art. 175-S. Compete à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar:
I – instruir as denúncias, representações, representações da lei de licitações e tomadas de contas sobre assuntos pertinentes às entidades municipais, não originadas de encaminhamentos de fiscalizações realizadas pelas unidades do Tribunal;

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Sem publicações

Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

PROCESSO N°: 670425/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MISSAL
INTERESSADO: FABIO ANDRE WALKER, MUNICÍPIO DE MISSAL, PESO CAMINHOES E IMPLEMENTOS LTDA
PROCURADOR: KRISHIANO RODRIGUES GOMES
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1927/25
I. Trata-se de Representação da Lei n. 14.133/21, cumulada com pedido de medida cautelar, formulada por PESO CAMINHÕES E IMPLEMENTOS LTDA., em face do MUNICÍPIO DE MISSAL/PR e de FÁBIO ANDRÉ WALKER, Pregoeiro Municipal, no âmbito do Pregão Eletrônico n. 083/2025, realizado no dia 30/09/2025, para aquisição de um caminhão coletor compactador de lixo, no valor de 845.000,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil reais)[1].
A representante contesta a habilitação da empresa VETRASA COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA., que não apresentou tempestivamente documentos essenciais exigidos pelo item 8.8.3. do edital, como certidões de inscrição municipal e estadual, comprovante de formação técnica profissional, além do Anexo VII do edital, intitulado "Características Técnicas do Equipamento – Modelo 07", que descreve as características técnicas do equipamento ofertado.
Sustenta que os documentos essenciais foram apresentados pela empresa somente após instauração de diligência pelo Pregoeiro, em afronta ao princípio da vinculação ao edital e quebra da isonomia entre os licitantes.
Entende que a diligência teria extrapolado os limites legais ao permitir substituição e complementação de documentos que não se enquadravam como meramente esclarecedores ou atualizações de validade, mas sim como elementos estruturantes da habilitação.
A representante também aponta que a documentação técnica apresentada pela empresa vencedora é materialmente insuficiente e inconforme com as exigências do edital e com a norma técnica NBR 14877, que regula os parâmetros construtivos dos coletores compactadores de resíduos sólidos urbanos. O memorial de cálculo e o projeto técnico não comprovam a volumetria exigida, tampouco demonstram aderência aos parâmetros normativos, comprometendo a avaliação objetiva da proposta.
Em sede administrativa, a representante afirma que interpôs recurso, apontando as irregularidades e requerendo a inabilitação da empresa VETRASA.
Entretanto, o recurso foi indeferido pelo Pregoeiro, sob alegação de que as diligências serviram apenas para formalizar condições pré-existentes e que a proposta atendia integralmente ao edital. A decisão foi fundamentada no princípio do formalismo moderado e em jurisprudência do TCU, que admite a realização de diligência para esclarecimentos.
Não obstante, a representante sustenta que a atuação do Pregoeiro extrapolou os limites da discricionariedade administrativa, configurando vício insanável. Invoca, ainda, o princípio da preclusão temporal, segundo o qual a fase de habilitação se encerra com o prazo estipulado no edital, sendo nulo o ato que admite documentos fora desse período.
Diante da iminência de contratação da empresa VETRASA, que, segundo a representante, não cumpriu os requisitos mínimos do edital, requer, em caráter cautelar, a suspensão imediata do certame e dos atos de habilitação da empresa vencedora, até o julgamento final da presente representação.
Sustenta a probabilidade do direito nas "ilegalidades apontadas, que violam a Lei de Licitações e a jurisprudência desta Corte, encontrando-se amplamente configurado, diante dos flagrantes ilegalidades e violações aos princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao edital, devidamente comprovadas nos autos".
Já o perigo da demora estaria fundado "no risco iminente de que o Município de Missal/PR efetive a contratação da empresa irregularmente habilitada, o que resultaria em prejuízo ao erário e à competitividade do certame, tornando a decisão de mérito desta Corte inócua".
Ao final, requer a anulação dos atos praticados no Pregão Eletrônico n. 083/2025, especialmente a habilitação da empresa VETRASA COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA., com a reavaliação da proposta em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e vinculação ao edital.
Por meio do Despacho n. 1897/25 (peça 11), antes do recebimento dos presentes ou da decisão sobre a medida cautelar requerida, foi oportunizada a manifestação prévia aos interessados.
Em petição conjunta, apresentada às peças 13-17, o MUNICÍPIO DE MISSAL, por seu representante legal, e FÁBIO ANDRÉ WALKER, pregoeiro, refutaram os argumentos da representante.
Defendem a legalidade da condução do Pregão Eletrônico n. 083/2025, especialmente quanto à habilitação da empresa VETRASA COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA.
Destacam que após concluída a análise da documentação e o cumprimento das diligências, o pregoeiro reconheceu a plena conformidade dos documentos apresentados, declarando a empresa VETRASA habilitada no certame.
Na sequência, foi proclamada vencedora do Pregão Eletrônico n. 083/2025, com a proposta no valor de R$ 513.550,00 (quinhentos e treze mil, quinhentos e cinquenta reais).
Afirmam que o processo licitatório se encontra adjudicado pelo MUNICÍPIO DE MISSAL.
No entanto, por se tratar de licitação decorrente do Convênio n. 634/2025 – SECID, celebrado por meio do PARANÁCIDADE com o ente, o certame ainda aguarda a autorização por parte da SECID (Secretaria de Estado das Cidades), etapa necessária para a posterior homologação e posterior formalização da assinatura do contrato correspondente.
Os representados esclarecem que todos os documentos exigidos pelo edital foram encaminhados pela empresa vencedora dentro do prazo inicialmente estipulado, conforme registros do sistema BLL Compras, incluindo certidões fiscais, proposta comercial, declarações exigidas e documentos técnicos.
Consignam que a diligência instaurada posteriormente ao certame, às "13h07", teve por objetivo sanar omissões pontuais e esclarecer aspectos técnicos da proposta, como a ausência do Anexo VII e especificações do coletor compactador de lixo, sem que houvesse qualquer modificação na proposta original.
A diligência foi realizada com base no item 8.8.3 do edital e nos princípios do formalismo moderado e da busca pela proposta mais vantajosa à Administração, sendo limitada ao envio de documentação complementar.
O Anexo VII foi apresentado às "14h46", dentro do prazo fixado pelo pregoeiro e sua análise confirmou a conformidade técnica do equipamento ofertado.
A empresa também reapresentou documentos já enviados, os quais foram desconsiderados por não alterarem o conteúdo previamente analisado.
Quanto às alegações de ausência de inscrição municipal e estadual, a defesa demonstra que tais registros são públicos e foram confirmados por meio de consulta às bases oficiais, evidenciando que a empresa VETRASA possui regularidade cadastral desde 2017.
A suposta ausência de declaração de treinamento operacional também é refutada, pois o edital teria sido elaborado com base em modelo padronizado do órgão concedente PARANÁCIDADE, e que tal exigência não constava como obrigatória no certame.
Quanto à desconformidade do item ofertado com as exigências técnicas do edital,

pondera que em nenhum momento são indicados, de forma precisa, quais itens ou especificações do edital teriam sido descumpridos pela empresa vencedora, sequer são apresentados elementos técnicos ou documentos que sustentem suas alegações.
Sobre a mencionada inadequação do objeto à NBR 14877, elucida que não foi exigida em momento algum pelo edital ou pelo Termo de Referência. Ao invocar tal norma, a representante tenta indevidamente ampliar as exigências previstas no instrumento convocatório, o que contraria o princípio da vinculação ao edital e fere a isonomia entre os licitantes.
Pontua que referida norma técnica não guarda qualquer pertinência com o objeto da licitação, pois trata dos requisitos e "métodos de ensaio aplicáveis a duchas higiênicas", ou seja, refere-se a produtos completamente distintos do objeto licitado.
Diante disso, os representantes sustentam que não houve qualquer irregularidade ou violação aos princípios da legalidade, isonomia ou vinculação ao edital. Consideram a diligência legítima, proporcional e restrita ao esclarecimento de aspectos técnicos, não restando configurado saneamento de vício insanável.
Por conseguinte, afirmam que não se verifica a presença dos requisitos legais para concessão da medida cautelar pleiteada pela representante, uma vez que não há demonstração de ilegalidade flagrante, nem risco iminente de prejuízo ao erário ou à competitividade do certame.
Ainda, que a atuação do pregoeiro respeitou os limites da discricionariedade administrativa e os parâmetros legais aplicáveis, razão pela qual o pedido cautelar deve ser rejeitado.
Para comprovar o alegado, colacionam os seguintes documentos i) Fase Interna Pregão Eletrônico n. 083/2025; ii) Fase Externa Pregão Eletrônico n. 083/2025; iii) Proposta e Documentos de Habilitação empresa VETRASA COMERCIO DE CAMINHÕES LTDA.
Os autos vieram conclusos.
É o breve relato.
II. Presentes os requisitos de admissibilidade dos arts. 30 e 32 da Lei Complementar n. 113/2005, bem como dos arts. 275 e 277 do Regimento Interno, RECEBO a Representação.
Entretanto, considerando que a concessão de medida cautelar possui caráter excepcional e exige a presença concomitante dos requisitos da probabilidade do direito e do perigo da demora, indefiro a tutela pleiteada.
Em síntese, a representante contesta a habilitação da empresa VETRASA COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA., por ter apresentado o Anexo VII – "Características Técnicas do Equipamento – Modelo 07", apenas após diligências realizadas pelo Pregoeiro. Ademais, alega que a empresa não comprovou a sua inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, não apresentou declaração de treinamento e ofertou caminhão em desconformidade com a NBR 14877.
Compulsando os autos, verifica-se entre 09h11 e 09h42, do dia 30/09/2025, foram anexados pela VETRASA os documentos de habilitação solicitados, em conformidade com o disposto no edital.
Da análise dos documentos, o Pregoeiro constatou a ausência de alguns documentos que, contudo, seriam sanáveis mediante diligência. Por essa razão, permitiu que a empresa VETRASA reenviasse os documentos considerados essenciais pelo representante que, em sede de cognição sumária, entendo que foi feita conforme permissão do art. 64, da Lei n. 14.133/21, em respeito ao princípio do formalismo moderado.
O documento enviado pela VETRASA após as diligências apresenta o descritivo das características detalhadas do equipamento. Embora a empresa não o tenha apresentado inicialmente em anexo específico, sua proposta de preços já indicava o caminhão ofertado e estava acompanhada de catálogo que continha as características do veículo.
O descritivo apresentado nos moldes do Anexo VII apenas complementou informações às quais o Pregoeiro já tinha acesso, não comprometendo, portanto, a legalidade da habilitação da VETRASA no certame.
O art. 64, da Lei n. 14.133/21, I, é claro ao dispor que será permitida a apresentação de novos documentos em diligência para "complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame".
Ademais, compreendo relevante a interpretação do art. 64, da Lei n. 14.133/21, promovida pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 1211/2021, no sentido de que se admite a juntada posterior de documentos, em sede de diligência, que comprove condição anterior à abertura da sessão, senão vejamos:
[…] a vedação à inclusão de novo documento novo, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.
[...] admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado."
Portanto, não há qualquer ilegalidade na diligência realizada pelo Pregoeiro, que se pautou no formalismo moderado, preceituado nos artigos dos artigos 64, §1º e art. 71, I, da Lei de Licitações:
Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
Sem a realização dessa diligência, a Administração correria o risco de indevidamente eliminar a proposta mais vantajosa, em contrariedade ao princípio da eficiência e ao interesse público.
Em relação às alegações de ausência de inscrição municipal e estadual, os representados indicaram que as informações são públicas e foram confirmadas em diligência feita pelo Pregoeiro.
De acordo com a explicação feita pelo município, as informações sobre a inclusão da licitante no cadastro de contribuintes municipal e estadual estão disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (https://www.fazenda.pr.gov.br/Servicos/Consultar-cadastro-ICMS) e do Município de Cascavel (https://cascavel.atende.net/autoatendimento/servicos/comprovante-de-inscricao-municipal/detalhar/1).
As informações estão disponíveis de forma fácil e gratuita, bastando indicar dados básicos da empresa, que já constavam nos documentos encaminhados em sede de habilitação. Ademais, a veracidade das informações pode ser conferida a qualquer momento.
Com fundamento no princípio do formalismo moderado, entendo igualmente que, quando a empresa deixa de apresentar certidão que pode ser obtida online, não há irregularidade em o pregoeiro buscá-la diretamente no site oficial competente, mediante diligência realizada na fase de habilitação.
Frisa-se os documentos indicam que a empresa VETRASA possui regularidade cadastral desde 2017, demonstrando atendimento à condição prévia à abertura da sessão.
Por fim, quanto à ausência de declaração de treinamento operacional, conforme demonstrado pelos representados, o documento não era exigível para o certame em questão. A exigência não constava como obrigatória no modelo padronizado de edital adotado, vinculado ao Convênio n. 634/2025 – SECID, mostra-se compatível com a literalidade da cláusula editalícia aplicável.
O item 8.5.3 do edital condiciona a exigência à previsão expressa nas características técnicas do objeto licitado, nos seguintes termos:
8.5.3 Quanto à capacidade técnica:
a) declaração de treinamento, caso haja previsão nas características técnicas do objeto. [Grifos nossos]
No caso concreto, o objeto licitado consiste em:
"um Caminhão Coletor Compactador de Lixo, fabricação/modelo 2025/2025 (novo, zero km), potência mínima de 205 cv, capacidade mínima do coletor 15 m³ de lixo compactado, carregamento traseiro, e demais características técnicas mínimas disponíveis no modelo 07"
A análise das especificações técnicas não revela qualquer exigência de treinamento operacional como condição de fornecimento ou como característica técnica do objeto.
Assim, à luz do instrumento editalício e da ausência de previsão específica, conclui-se que a apresentação da declaração de treinamento não é exigível pelo edital e, portanto, não legitima a inabilitação de empresa com essa fundamentação.
Por fim, quanto à alegada inadequação do objeto à NBR 14877, verifica-se, que a norma não foi exigida no edital e tampouco guarda relação com o equipamento licitado, por tratar exclusivamente de requisitos e métodos de ensaio aplicáveis a duchas higiênicas.[2]
A normativa aplicável ao caso trata da norma NBR 14879 e o edital não havia qualquer exigência de certificação pelas licitantes. Não obstante, da análise dos documentos e das afirmações feitas pelos representados, não constato qualquer inconsistência técnica comprovada que demonstre a inadequação do veículo ofertado pela VETRASA.
Caso a empresa fosse inabilitada ou desclassificada com referida motivação, a decisão implicaria em violação ao princípio da vinculação do instrumento convocatório.
Por essa razão, entendo que a decisão de habilitação se coaduna com os limites legais, com o princípio do formalismo moderado e demais princípios aplicáveis às licitações públicas, inexistindo a probabilidade do direito invocado.
III. Diante do exposto, RECEBO a presente Representação e INDEFIRO a liminar.
IV. Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo, para que adote as seguintes medidas:
a) Inclusão na autuação como interessado, de ADILTO LUIS FERRARI, Prefeito Municipal.
b) Expeça, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos arts. 278, II e 380-A, I do Regimento Interno, das CITAÇÕES do MUNICÍPIO DE MISSAL, na pessoa de seu representante legal, de ADILTO LUIS FERRARI, prefeito municipal e de FÁBIO ANDRÉ WALKER, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, "a", da Lei Orgânica deste Tribunal, defesa em relação aos fatos noticiados pela Representante.
Alerto que a procedência da Representação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica desta Casa.
V. Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.
VI. Após, voltem-me conclusos.
VII. Publique-se.
Gabinete, 6 de novembro de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro

_____
1. Em conformidade com edital acostado à peça 6.
2. Conforme consta do sítio eletrônico da ABNT: https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/22230/abnt-nbr14877-ducha-higienica-requisitos-e-metodos-de-ensaio - data de acesso: 04/11/2025

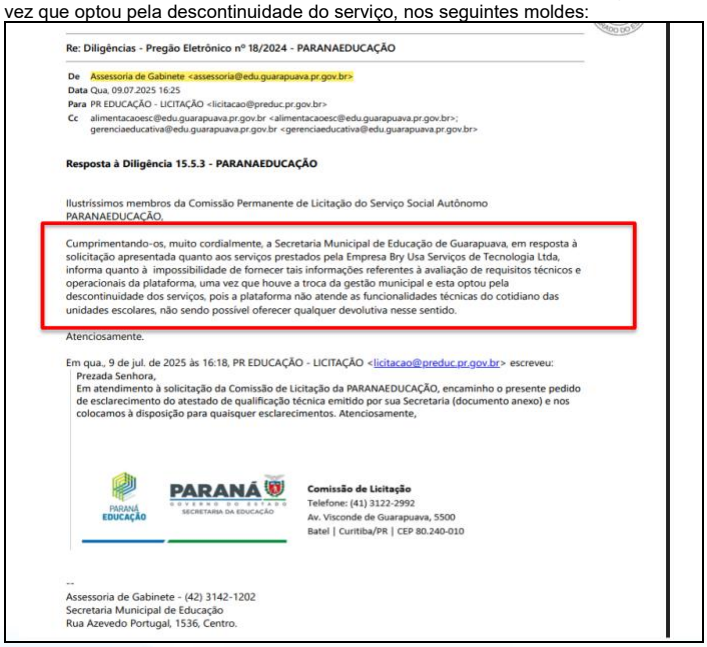
PROCESSO N°: 666304/25
ENTIDADE: SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANÁEDUCAÇÃO
INTERESSADO: BRY USA SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, CARLOS ROBERTO TAMURA, SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANÁEDUCAÇÃO
PROCURADOR: DANIEL ROMANIUK PINHEIRO LIMA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1933/25
I. Trata-se de Representação da Lei de Licitações n. 14.133/2021 com pedido cautelar, formulada por BRY USA SERVIÇOS DE TECNOLOGIS LTDA., em razão irregularidade oriunda no Pregão Eletrônico n. 18/2024 do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO, do tipo menor preço por lote, cujo objeto é "a contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de solução de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para a gestão do programa nacional

de alimentação escolar – PNAE", pelo período de 36 (trinta e seis) meses.
O valor limite da contratação foi fixado em R$ 23.141.740,00 (vinte e três milhões, cento e quarenta e um mil e setecentos e quarenta reais).
Inicialmente, a representante sustenta que o Termo de Referência, em seu item 7.2.1.2 – Qualificação Técnica, impôs exigência indevida e desarrazoada de que os Atestados de Capacidade Técnica contivessem expressamente as "funções e níveis de acesso liberados", requisito alheio à natureza do atestado.
Alega que a empresa vencedora, DIGITHOBRASIL SOLUÇÕES EM SOFTWARE LTDA (com proposta acima de R$ 23 milhões de reais), não atendeu integralmente aos requisitos editalícios (não apresentou demonstrações contábeis obrigatórias e seu balanço patrimonial possui inconsistências).
Diz que a decisão que julgou improcedente o recurso administrativo interposto pela representante (Despacho PREDUC/SUPER n. 171/2025) limitou-se a uma resposta genérica aos fundamentos apresentados, sem enfrentar as teses recursais apresentadas.
Afirma que, tanto o Termo de Referência quanto o Edital não trazem clareza quanto a definição técnica do que se entende por funções e níveis de acesso, sendo que a Comissão de Licitação incorreu em evidente excesso de formalismo ao interpretar o item referente ao Atestado de Capacidade Técnica.
Argumenta que o Atestado apresentado pela empresa DIGITHOBRASIL SOLUÇÕES EM SOFTWARE LTDA não contém qualquer esclarecimento a respeito de "quais são os respectivos níveis de acesso e funções desempenhadas dentro do sistema" — exatamente o ponto objeto de questionamento direcionado à representante, porém, nenhuma diligência foi instaurada pela Comissão de Licitação para suprir tais lacunas, como realizado com todas as antecessoras.
Entende que, em sua participação no certame, a representante atendeu integralmente às exigências editalícias quanto à descrição do Quantitativo de Usuários nos Atestados, mas o seu recurso não foi provido neste aspecto, e o mesmo ocorreu quanto às demonstrações contábeis.
Explica que a Comissão considerou que a apresentação de versões distintas entre DRE 2023 (não consolidada) e DRE 2024 (consolidada) comprometeria a análise, o que não é correto.
Alega que a Comissão apontou diferença de R$ 1.189.029,57 entre o resultado do exercício (R$ 2.684.277,04) e o saldo de lucros acumulados (R$ 1.495.247,47) e afirmou que a licitante não apresentou justificativas documentais que expliquem a divergência, sendo que tal diferença foi totalmente justificada.
Quanto à suposta inconsistência na hierarquia do Balanço, conclui que não se sustenta, pois os lucros distribuídos foram devidamente deduzidos, resultando em saldo final de R$ 9.713.588,14, que será transferido no exercício seguinte (2025), de modo que não há comprometimento da fidedignidade das demonstrações, sendo apenas questão de forma de apresentação.
Por fim, requer liminarmente a suspensão do processo licitatório na fase em que se encontra, ou do eventual contrato administrativo, caso já celebrado e, no mérito, a procedência da representação, com a confirmação das irregularidades apontadas.
Por meio do Despacho n. 1871/25-GCMRMS (peça 15), determinei a intimação do representado para que se manifestasse no prazo de cinco dias.
O Serviço Social Autônomo Paranaeducação apresentou manifestação preliminar à peça 19, alegando a preclusão da possibilidade de questionar as exigências de capacidade técnica, uma vez que a impugnação deveria ter sido feita ao edital, sendo que a representante não o fez no momento oportuno.
Defende a legitimidade e legalidade das exigências de qualificação técnica do certame. Afirma que a exigência das funções de acesso e níveis liberados (exigência que é praxe na área da tecnologia da informação) é essencial para o desenvolvimento de todas as demais etapas de desenvolvimento de um software, de modo que é fundamental averiguar a capacidade da empresa na execução de projetos semelhantes.
Exigiu-se "tão somente que o atestado informasse as funções e níveis de acesso liberados. Não se exigiu em nenhum momento que se tratasse de funções ou níveis de acesso específicos". Ou seja, o que se exigiu foram unicamente as especificações básicas dos serviços prestados, com o fito de verificar se a capacidade técnica da empresa guarda ou não semelhança com objeto da contratação.
Explica que tais exigências não estavam prescritas na prova de conceito, podendo ser requeridas na fase de habilitação técnica, uma vez que "a capacidade técnica da empresa não se confunde com os requisitos para aferição da aceitabilidade de sua proposta, que objetiva verificar o nível mínimo de maturidade da solução que se sagrará vencedora". A realização de prova de conceito exige o envolvimento de diferentes recursos humanos para garantir sua viabilidade. Neste caso, para a sua execução, seria necessário o engajamento de servidores do Paranaeducação, do Instituto Fundepar, da Comissão de Licitação e dos Departamentos de Nutrição e de Tecnologia da Informação.
Por esse motivo, foram definidos critérios mínimos de qualificação que permitissem direcionar à prova de conceito apenas as empresas capazes de demonstrar, por meio de atestados de experiência semelhantes, sua aptidão para executar o objeto contratado.
Menciona que "o mérito do inconformismo do licitante fora exaustivamente analisado por 3 setores técnicos, além de passarem pela análise de legalidade da Procuradoria Jurídica", bem como que "os licitantes poderiam se valer de pedidos de esclarecimentos ou mesmo impugnações em caso de insurgência, instrumentos esses que não foram utilizados pelo ora representante".
Ao confirmar as informações prestadas pela empresa BRY USA junto aos emitentes dos atestados (para assegurar a fidedignidade das informações), como retorno do Município de Guarapuava, este informou a impossibilidade de apresentação das informações, considerando que optou pela descontinuidade do serviço. Foi dada oportunidade para a empresa comprovar as informações. Todavia, forneceu tão somente informações declaratórias, despida de qualquer comprovação documental. Assim, não foi possível confirmar que a quantidade de usuários da solução atendia ao quantitativo mínimo previsto em edital.
Também em relação ao número de usuários do atestado do Município de Pinhais, confirmou junto à municipalidade que a quantidade efetiva de usuários é 1.500, ou seja, significativamente inferior ao declarado pela Representante.
Observa que "em nenhum momento se alegou que não foram apresentadas as informações sobre os acessos, mas sim que não fora apresentada documentação comprobatória nesse sentido".
Afirma que do atestado apresentado pela empresa Digithobrasil é possível "verificar as funções, os tipos de usuários e os níveis de acesso da solução, bem como o número de usuários em cada categoria", sendo viável, através dele, comprovar a experiência anterior da empresa em objeto com características semelhantes (possui "experiência no desenvolvimento de solução para múltiplos usuários, com perfis e níveis de acesso diferentes, para o público interno e externo"), de modo que preenche os requisitos de qualificação técnica exigidos em edital.
Quanto às irregularidades das demonstrações contábeis da recorrente, o Paranaeducação diligenciou junto à representante, sendo que os documentos contábeis fornecidos foram submetidos à análise do setor contábil do PREDUC, que detectou graves inconsistências neles, com divergências substanciais entre as informações declaradas e os dados efetivamente constantes nos documentos de habilitação e diligência.
Afirma que, diferentemente do alegado pela representante, o contrato tem o valor de R$ 22.760.000,00 (vinte e dois milhões, setecentos e sessenta mil reais), o qual não ultrapassa o valor estimado para a contratação.
Argumenta que, em 09/10/2025, foi firmado contrato com a empresa DIGITHOBRASIL, a qual já iniciou o processo de implementação e desenvolvimento da solução. Eventual suspensão da contratação traz risco de dano reverso.
É o breve relato.
II. Presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e 32 da Lei Complementar n. 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, recebo a Representação.
Em análise preliminar do edital impugnado, DEFIRO o pedido liminar para a suspensão cautelar do procedimento licitatório no estado em que se encontra.
A representante alega que o Termo de Referência, em seu item 7.2.1.2 – Qualificação Técnica, impôs exigência indevida e desarrazoada de que os Atestados de Capacidade Técnica contivessem expressamente as "funções e níveis de acesso liberados", requisito alheio à natureza do atestado.
Todavia, conforme consta da manifestação preliminar do Paranaeducação, em licitações na área da tecnologia da informação, a exigência de "funções e níveis de acesso liberados" se presta para comprovar a capacidade técnica da empresa licitante, especialmente em contratos que envolvem o fornecimento, desenvolvimento ou customização de sistema de software.
Tal exigência garante que a empresa possui experiência necessária com sistemas de complexidade similar, assegurando que o contratante receberá uma solução robusta e funcional.
O descumprimento da exigência é apto a levar à desclassificação da proposta. A falta de detalhes pode comprometer a análise de capacidade técnica por parte da comissão de licitação.
Nesse sentido, dispõe o art. 67, da Lei n. 14.133/2021:
Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:
I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;
VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
O dispositivo transcrito trata da qualificação técnica e da necessidade de demonstrar experiência anterior, sendo a exigência editalícia cabível no presente caso, ao menos em análise de cognição sumária.
A representante também alega que a empresa vencedora, DIGITHOBRASIL SOLUÇÕES EM SOFTWARE LTDA, não atendeu integralmente aos requisitos editalícios (não apresentou demonstrações contábeis obrigatórias e seu balanço patrimonial possui inconsistências), bem como que o Atestado por ela apresentado não contém qualquer esclarecimento a respeito de "quais são os respectivos níveis de acesso e funções desempenhadas dentro do sistema" — exatamente o ponto objeto de questionamento direcionado à representante, porém, nenhuma diligência foi instaurada pela Comissão de Licitação para suprir tais lacunas, como realizado com todas as antecessoras.
Contudo, o Paranaeducação logrou êxito em demonstrar que mencionada empresa atendeu aos requisitos, comprovando ter experiência "no desenvolvimento de solução para múltiplos usuários, com perfis e níveis de acesso diferentes, para o público interno e externo", conforme se constata da documentação juntada:

- A gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) envolve diversos profissionais e órgãos que atuam direta ou indiretamente para assegurar sua eficácia e conformidade com as diretrizes estabelecidas. A colaboração entre esses profissionais e órgãos é fundamental para o sucesso do PNAE, garantindo que os estudantes da rede estadual de ensino recebam uma alimentação de qualidade, contribuindo para seu desenvolvimento biopsicossocial e desempenho escolar.
- Usuário Interno: Coordenadoria de Alimentação Escolar - COALE, Coordenadoria de Finanças - COFIN, Coordenadoria de Análise de Contas-CAC, Assessoria Técnica Especializada-CAC, Superintendência de Informação e Tecnologia - SITEC, Coordenadoria de Conformidade e Prestação de Contas - CFORM, Gabinete, Superintendência da Administração-SUAD e técnicos que atuam direta ou indiretamente para assegurar sua eficácia e conformidade com as diretrizes estabelecidas.
- Usuário Externo: Diretores, Diretor Adjunto, Técnicos Administrativos, Técnicos das Regionais, Nutricionistas, Presidente da APM, CAE, Fornecedores Geral e da Agricultura Familiar e técnicos que atuam direta ou indiretamente para assegurar sua eficácia e conformidade com as diretrizes estabelecidas.

Licença de Uso para Cordenadoria de Alimentação Escolar	4	Administrador Principal	Usuário Interno
Licença de Uso para Tecnicos da SED - COFIM,CAC,ATE,CFORM,Superintendencia de Informção e Tecnoclogia - SITEC,GABINETE,SUAD	121	Administrador	Usuário Interno
licença de Uso para as Regionais	11	usuário Comum	Usuário Externo
Licença de Uso para Diretores e diretor Adjunto	716	usuário Comum	Usuário Externo
licença de Uso para Administrativo das Escolas	358	usuário Comum	Usuário Externo
licença de Uso para Presidente da APM, CAE	716	usuário Comum	Usuário Externo
licença de Uso para Fornecedores Geral e da Agricultura Familiar	912	usuário Comum	Usuário Externo
	2838		

Assim, foram integralmente preenchidos os requisitos de qualificação técnica exigidos em edital.
Além disso, à peça 23 encontram-se os documentos de habilitação da empresa DigithoBrasil, estando presentes os de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, técnica e econômico-financeira.
Em análise inicial, a documentação aparenta atender aos requisitos editalícios, de modo que não vislumbro razão para conceder a medida cautelar pleiteada no que concerne a esse ponto em específico.
Outrossim, a representante alega que a decisão que julgou improcedente o seu recurso administrativo (Despacho PREDUC/SUPER n. 171/2025) limitou-se a uma resposta genérica aos fundamentos apresentados, sem enfrentar as teses recursais apresentadas.
Da documentação anexada pelo Paranaeducação, constata-se que, aparentemente, não assiste razão à representante, uma vez que as respostas aos questionamentos realizados foram elaboradas de forma técnica e precisa.
O Paranaeducação afirma que:
Os pareceres foram emitidos por Analista de Tecnologia da Informação, que detém expertise técnica para análise técnica dos documentos, validados pelo Departamento de Nutrição do Instituto Fundepar e ratificados pela Diretoria Técnica do Paranaeducação. Veja-se, portanto, que o mérito do inconformismo do licitante fora exaustivamente analisado por 3 setores técnicos, além de passarem pela análise de legalidade da Procuradoria Jurídica.
De fato, conforme documentos constantes no Anexo 3, os argumentos de insurgência foram objeto de análise técnica duas vezes e, ao que parece, o mérito dos pontos levantados foi apreciado.
Deste modo, não vislumbro a plausibilidade do direito no que concerne a este ponto.
Ademais, a representante afirma que, tanto o Termo de Referência quanto o Edital não trazem clareza sobre a definição técnica do que se entende por funções e níveis de acesso, sendo que a Comissão de Licitação incorreu em evidente excesso de formalismo ao interpretar o item referente ao Atestado de Capacidade Técnica.
Corroboro o entendimento delineado pelo representado, de que a representante deveria ter questionado o edital antes da abertura do certame, conforme fizeram outras licitantes.
O processo licitatório possui etapas. A impugnação ao edital pode ser feita até três dias úteis antes da abertura do certame, conforme preleciona o art. 164, da Lei n. 14.133/2021:
Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
O instrumento convocatório, seguindo os ditames legais, assim dispõe:
5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
5.1. ESCLARECIMENTOS: Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos e providências, que deverão ser feitos no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública do pregão, devendo ser encaminhadas por meio eletrônico licitacao@preduc.pr.gov.br, através do qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados.
5.2. IMPUGNAÇÕES: Este edital poderá ser impugnado, no todo ou em parte no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública do pregão, estabelecida no preâmbulo, devendo ser encaminhadas por meio eletrônico licitacao@preduc.pr.gov.br, cabendo ao pregoeiro resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
Contudo, a representante não realizou qualquer impugnação ou pedido de esclarecimento ao edital dentro do prazo oportuno.
Ou seja, o direito da representante de impugnar o conteúdo do edital prescreveu, não sendo viável que ela solicite no presente momento esclarecimentos atinentes a ele.
No que concerne aos atestados apresentados pela BRY USA, a empresa afirma que atende 20.000 usuários da rede municipal de ensino de Guarapuava.
O Paranaeducação buscou confirmar a informação com o Município de Guarapuava e demais emitentes dos atestados.
O mencionado município informou que não podia apresentar as informações, uma vez que optou pela descontinuidade do serviço, nos seguintes moldes:



Re: Diligências - Pregão Eletrônico nº 18/2024 - PARANAEDUCAÇÃO

De Assessoria de Gabinete <assessoria@edu.guarapuava.pr.gov.br>
Data Qua, 09.07.2025 16:25
Para PR EDUCAÇÃO - LICITAÇÃO <licitacao@preduc.pr.gov.br>
Cc alimentacaoesc@edu.guarapuava.pr.gov.br <alimentacaoesc@edu.guarapuava.pr.gov.br>; gerenciaeducativa@edu.guarapuava.pr.gov.br <gerenciaeducativa@edu.guarapuava.pr.gov.br>

Resposta à Diligência 15.5.3 - PARANAEDUCAÇÃO

Ilustríssimos membros da Comissão Permanente de Licitação do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO,

Cumprimentando-os, muito cordialmente, a Secretaria Municipal de Educação de Guarapuava, em resposta à solicitação apresentada quanto aos serviços prestados pela Empresa Bry Usa Serviços de Tecnologia Ltda, informa quanto à impossibilidade de fornecer tais informações referentes à avaliação de requisitos técnicos e operacionais da plataforma, uma vez que houve a troca da gestão municipal e esta optou pela descontinuidade dos serviços, pois a plataforma não atende as funcionalidades técnicas do cotidiano das unidades escolares, não sendo possível oferecer qualquer devolutiva nesse sentido.

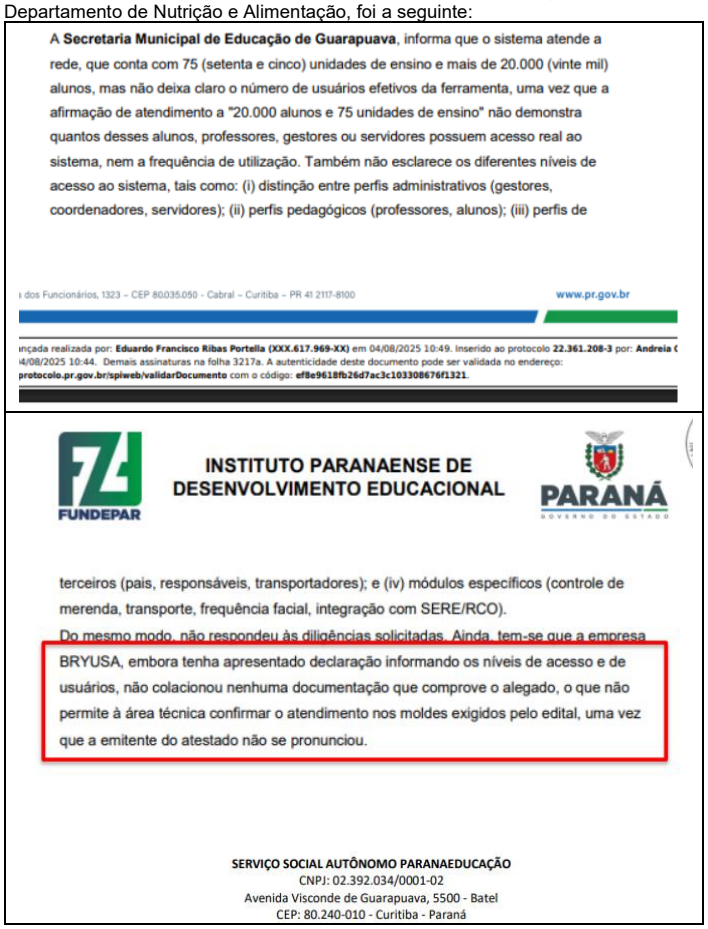
Atenciosamente.

Em qua., 9 de jul. de 2025 às 16:18, PR EDUCAÇÃO - LICITAÇÃO <licitacao@preduc.pr.gov.br> escreveu:
Prezada Senhora,
Em atendimento à solicitação da Comissão de Licitação da PARANAEDUCAÇÃO, encaminho o presente pedido de esclarecimento do atestado de qualificação técnica emitido por sua Secretaria (documento anexo) e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Atenciosamente,

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Comissão de Licitação
Telefone: (41) 3122-2992
Av. Visconde de Guarapuava, 5500
Batel | Curitiba/PR | CEP 80.240-010

--
Assessoria de Gabinete - (42) 3142-1202
Secretaria Municipal de Educação
Rua Azevedo Portugal, 1536, Centro.

Contudo, a área técnica do Paranaeducação checou que o contrato da empresa com o Município de Guarapuava ainda se encontrava vigente, de modo que realizou nova diligência à empresa BRY USA, solicitando o envio de documentos que comprovassem a informação. Entretanto, a empresa tão somente prestou informações declaratórias, despidas de qualquer comprovação documental. E o município não forneceu retorno efetivo ao novo questionamento.
Ou seja, a empresa teve a chance de comprovar documentalmente, em mais de uma oportunidade, a veracidade das informações relativas à sua capacidade técnica. Porém, deixou de fazê-lo, razão pela qual a análise realizada pelo Analista de Tecnologia da Informação do Instituto Fundepar, com validação do Chefe de Departamento de Nutrição e Alimentação, foi a seguinte:



A **Secretaria Municipal de Educação de Guarapuava**, informa que o sistema atende a rede, que conta com 75 (setenta e cinco) unidades de ensino e mais de 20.000 (vinte mil) alunos, mas não deixa claro o número de usuários efetivos da ferramenta, uma vez que a afirmação de atendimento a "20.000 alunos e 75 unidades de ensino" não demonstra quantos desses alunos, professores, gestores ou servidores possuem acesso real ao sistema, nem a frequência de utilização. Também não esclarece os diferentes níveis de acesso ao sistema, tais como: (i) distinção entre perfis administrativos (gestores, coordenadores, servidores); (ii) perfis pedagógicos (professores, alunos); (iii) perfis de

dos Funcionários, 1323 – CEP 80.035.050 - Cabral – Curitiba – PR 41 2117-8100 www.pr.gov.br

inçada realizada por: **Eduardo Francisco Ribas Portella (XXX.617.969-XX)** em 04/08/2025 10:49. Inserido ao protocolo **22.361.208-3** por: **Andreia C** 4/08/2025 10:44. Demais assinaturas na folha 3217a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **protocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ef8e9618fb26d7ac3c103308676f1321.**

FUNDEPAR
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

terceiros (pais, responsáveis, transportadores); e (iv) módulos específicos (controle de merenda, transporte, frequência facial, integração com SERE/RCO).
Do mesmo modo, não respondeu às diligências solicitadas. Ainda, tem-se que a empresa BRYUSA, embora tenha apresentado declaração informando os níveis de acesso e de usuários, não colacionou nenhuma documentação que comprove o alegado, o que não permite à área técnica confirmar o atendimento nos moldes exigidos pelo edital, uma vez que a emitente do atestado não se pronunciou.

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO
CNPJ: 02.392.034/0001-02
Avenida Visconde de Guarapuava, 5500 - Batel
CEP: 80.240-010 - Curitiba - Paraná

O Paranaeducação alegou que não foi apresentada documentação sobre o acesso, uma vez que a representante não o fez e que a Prefeitura de Guarapuava não forneceu informações acerca da execução do objeto do atestado.
O pedido de reconsideração protocolado administrativamente pela representante continha os mesmos argumentos anteriormente apresentados no recurso (os quais haviam sido detidamente analisados pela área técnica e pela Procuradoria Jurídica), sem ingressar no mérito quanto ao cumprimento dos requisitos técnicos ou nas respostas fornecidas pela Prefeitura de Guarapuava acerca da inadequação do software. Foi mais uma oportunidade em que a representante deixou de apresentar a documentação comprobatória adequada.
Assim, as informações e documentos apresentados se revelam suficientes para demonstrar que a empresa BRY USA teve inúmeras chances de apresentar documentação que comprovasse sua capacidade técnica. Porém, deixou de fazê-lo, não logrando êxito em demonstrar o cumprimento dos requisitos editalícios.
Todavia, além das questões apontadas na representação, verifico de ofício outra que merece extrema atenção deste Tribunal, a qual macula o certame e demanda a suspensão da execução contratual no estado em que se encontra.
Posto isso, amplio o escopo da representação, com o objetivo de abordar questão atinente à ausência de qualquer memória de cálculo ou planilha de custos que indique como a Paranaeducação chegou ao valor máximo do certame.
A planilha de custos detalhada da Administração é necessária na licitação como parte do processo de formação do preço estimado, pois serve para demonstrar como se chegou ao valor máximo previsto.
O detalhamento do orçamento estimado é um elemento fundamental para garantir a eficácia, a transparência e a rastreabilidade das contratações públicas, e sua ausência dificulta, ou até inviabiliza, a gestão e a fiscalização do contrato.
O art. 18, IV, da Lei n. 14.133/2021 explicita a necessidade de demonstração da composição dos preços usados para a formação do orçamento estimado:
Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
(...)
IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
No Termo de Abertura de Projeto – TAP (peça 20, p. 9 a 23), não consta qualquer planilha demonstrativa de composição de custos. A Sondagem de Mercado (peça 20, p. 86 a 102), bem como o seu Retorno (peça 20, p. 105 a 111), não se fala em valores.
O Estudo Técnico Preliminar – ETP (peça 20, p. 126 a 159) é igualmente omisso no que concerne à composição de valores para a definição do montante máximo do certame.

Observo que no Termo de Referência inicial (peça 20, p. 161 a 209), que foi posteriormente substituído (peça 20, p. 293 a 342), contava, em seu item 6, com uma simples estimativa de valor (despida de tabela detalhada de composição de valores) que trazia pesquisa do mesmo serviço ora licitado. Na Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Acre, o serviço foi realizado pelo valor de R$ 899.999,88, e no Contrato de n. 15194 (não há qualquer descritivo da entidade contratante) no valor de R$ 4.519.149,84. Ou seja, ambos os valores pesquisados eram muito inferiores ao valor estimado do presente certame (de R$ 23.141.740,00), conforme se denota:

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO
PARANAEDUCAÇÃO

DIRETORIA TÉCNICA

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	VALOR
600/2023 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – SEE (AC). Disponível em: blob:https://transparencia.ac.gov.br/cfb2ee8b-e2f7-4a71-8ef2-1bc515ce7b64	Contratação de empresa especializada no fornecimento de software como serviço (software as a service - saas) para o gerenciamento das etapas da nutrição escolar para atender a rede estadual de ensino da secretária estadual de educação, cultura e esportes (see)	LEMOBS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA	R$ 899.999,88
15194	Autorização de despesa visando o fornecimento de licença de uso do software "Cheff Escolar" para gestão de programa de alimentação escolar - PNAE.	DIGITHOBRASIL SOLUCOES EM SOFTWARE LTDA.	R$ 4.519.149,84

Destaca-se que a pesquisa definitiva, balizadora dos valores praticados no mercado, será efetivada oportunamente pelo setor competente, o qual consultará o nicho respectivo a fim de verificar os preços de mercado para a efetivação das customizações necessárias.

Desse modo, ainda que a presente pesquisa prévia tenha localizado valores consideravelmente distintos, trata-se tão somente de valores referenciais a fim de balizar a análise de viabilidade da contratação pelo gestor.

Há na peça 20, p. 212, o Mapa Comparativo de Preços n. 77/2024, contendo pesquisa de valores realizada entre as empresas BRY USA, uMovme, Laços do Agro e LeMobs, no qual os valores apresentados são os seguintes:



SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO

Ainda que fosse realizada uma média de tais valores, seria ela a de R$ 21.563.269,00, diversa do montante máximo estabelecido para o presente certame. Contudo, de qualquer forma, inexiste uma planilha com valores detalhados de custo, para a composição do valor estimado.

O próprio Paranáeducação menciona no ETP que uma das desvantagens da execução indireta (através de empresa privada) para a criação do software seria o maior custo em comparação ao desenvolvimento interno:

3. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

Nº	SOLUÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS
01	**Execução Direta**	• Potencialmente, maior economicidade. • Maior controle sobre a solução e sobre possíveis customizações necessárias ao longo do projeto.	• Demora no processo, uma vez que seria necessário o desenvolvimento de um software. • Este SSA não possui corpo técnico especializado em desenvolvimento de software, de modo que não se faz possível atender à demanda requerida pelo Instituto Fundepar de modo direto. • Ainda, o próprio Fundepar, em suas razões de justificativa para a solicitação, destaca as dificuldades vivenciadas atualmente em face da inviabilidade de desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas por meio de seu corpo técnico, bem como em relação ao apoio fornecido pela Celepar, inviabilizando, igualmente, a execução de modo direto.
02	**Execução indireta, por meio da contratação de serviços especializados em desenvolvimento de software.**	• Serviços especializados e formatados efetivamente para o atendimento das necessidades descritas pelo Fundepar. • Maior agilidade no desenvolvimento da solução. • Expertise de mercado, contribuindo para a eficiência da solução formatada.	• Maior custo em comparação ao desenvolvimento interno.

O Paranaeducação justifica, no ETP, a escolha pela execução indireta da seguinte forma:

Sopesadas as vantagens e desvantagens de cada modelagem de contratação e, considerando a demonstrada inviabilidade da execução de forma direta, verifica-se que a contratação indireta de empresa especializada no desenvolvimento de uma solução de Tecnologia da Informação é a que melhor atende aos interesses da Entidade, sob o prisma da vantajosidade e eficiência.

Todavia, a justificativa prestada pela não execução direta, conforme se verifica, é a de que o ente e a CELEPAR não possuem corpo técnico para tanto. Porém, nem sequer foi realizada uma pesquisa acerca da viabilidade/vantajosidade de se contratar temporariamente funcionários (via CELEPAR, Secretaria de Educação ou Paranaeducação) para executar diretamente a tarefa.

Essa pesquisa seria essencial, tendo em vista o alto valor estimado do certame. Sem ela, não há como se concluir pela vantajosidade da alternativa escolhida (execução indireta).

Vale frisar que o item 3 do Anexo I do Edital, considera para custo de composição de preço um total de até 11.520 horas técnicas, conforme se infere:

3. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

TIPO	ITEM	DESCRIÇÃO
LOTE ÚNICO	1	Sistema de gestão de merenda escolar a ser implementado em todos os pontos de entrega de alimentação escolar. • Cadastro de usuários • Liberação de acessos usuários externos • Cadastro e edição de funcionalidades ◦ Tutorial de acesso aos usuários ◦ Envio de mensagens/notificações ◦ Cadastro de e-mails/usuários ◦ Cadastro de escolas ◦ Cadastro de fornecedores ◦ Cadastro de produtos/marcas ◦ Cadastro de programas/projetos e refeições ◦ Elaboração de editais de licitação ◦ Registro de pesquisa de preços ◦ Registro de contratos e pagamentos ◦ Planejamento de cardápios ◦ Registro de refeições e cardápios ◦ Controle de estoque ◦ Lista de compras ◦ Pagamentos • Vínculo com outros sistemas • Emissão de Relatórios para consulta e prestação de contas • Consultas relatórios, gráficos e painéis de todas as funcionalidades e registros realizados
	2	Implantação e treinamento em todos os usuários conforme módulo de acesso: • Implantar sistema por perfil de utilização (usuário) • Cadastrar de cerca de 5 mil usuários ◦ Cadastro por perfil de usuário ◦ Atualização e/ou alteração de usuários • Treinamento • Capacitação dos usuários (presencial ou remota)
		• Disponibilização de material para treinamento • Liberação de Backup e senha para a utilização do software
	3	Desenvolvimento para melhorais e customização do sistema • Dispor de equipe especializada por um período de 36 meses • Considerar até 11.520 horas técnicas no custo da customização

Inexiste qualquer informação ou detalhamento de como se chegou a este quantitativo máximo de 11.520 horas técnicas.

Em conclusão, inexiste planilha com descrição de composição de custos no certame, apta a justificar a formação do preço máximo previsto em edital, de modo que entendo necessária, diante do vulto da contratação, a paralização do certame no estado em que se encontra.

Desta feita, vislumbro a presença da verossimilhança das alegações relativa à ampliação do escopo, bem como o perigo da demora, uma vez que se encontra no início da execução contratual, de modo que se verificam preenchidos os requisitos autorizadores da medida cautelar pleiteada.

III. Diante do exposto, RECEBO a presente Representação e DEFIRO a medida cautelar pleiteada.

IV. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo, para expedição, pelos meios de comunicações disponíveis (telefone, aplicativo de mensagens, fax, etc.), em razão da urgência, de INTIMAÇÃO ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO, na pessoa de seu representante legal, para que promova a imediata suspensão dos procedimentos que envolvam o Pregão Eletrônico n. 18/2024, bem como do contrato dele decorrente, até que esta Corte delibere sobre o mérito desta representação.

Também, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, promova-se a CITAÇÃO do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO, por meio de seu representante legal, do superintendente CARLOS ROBERTO TAMURA, do Secretário Estadual de Educação RONI MIRANDA, e da Pregoeira ALINE MARIA BARBOZA ELIAS, para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, alínea "a", da Lei Orgânica deste Tribunal, esclarecimentos quanto aos fatos narrados pela Representante.

V. Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para suas respectivas manifestações.

VI. Após, voltem-me conclusos.

VII. Publique-se.

Gabinete, 7 de novembro de 2025.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº: 654691/25
ENTIDADE: CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

INTERESSADO: AIRTON ANTONIO AGNOLIN, AZEVEDO E FREITAS COMERCIO E SERVICOS LTDA, CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA, EDULAB COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, FASTSOFTSOLUTION MIDIA DESENVOLVIMENTO E PUBLICIDADE LTDA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1964/25

I. Trata-se de Representações da Lei n. 14.133/2021, com pedido de medida cautelar, formuladas por EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, por AZEVEDO E FREITAS COMERCIO E SERVICOS LTDA[1] e por FASTSOFT SOLUTION COMÉRCIO DE ELETRONICOS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA[2] contra o CIEDEPAR - Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná, na qual são noticiadas irregularidades no Pregão Eletrônico n. 004/2025, por Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por lote.

O objeto do certame é a "escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de equipamentos de robótica educacional que envolvam a construção, mecanização, programação e automação de protótipos, com o fornecimento de materiais paradidáticos, serviço de capacitação e assessoramento para atender alunos da Pré-Escola e Ensino Fundamental de 1º a 5º ano, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado".

O valor da contratação foi estimado em R$ 110.000.345,55 (cento e dez milhões, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

A sessão pública foi agendada para ocorrer no dia 15/10/2025, às 09:00 horas.

a) EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA (presente protocolo).

Sustenta que há no edital exigências excessivamente técnicas, para os sete kits de robótica, incluindo medidas e quantidades exatas dos componentes, que não possuem qualquer justificativa técnica ou pedagógica.

Da mesma forma, alega que o edital prevê excesso de kits de robótica por nível de ensino (do Infantil IV ao 5º ano). Explica que a aquisição de um kit específico para cada ano não seria necessária, pois os kits de robótica geralmente são adequados para um segmento etário amplo, podendo ser compartilhados entre diferentes anos de ensino.

Diz que, a aquisição nos moldes postos, pode resultar em custos mais elevados sem ganho pedagógico proporcional, e cria desafios operacionais e logísticos para a formação de professores e para o armazenamento ou reposição de peças nas escolas.

Entende que as exigências excessivas, e a aglutinação dos sete kits em lote único, direcionam a contratação à compra dos produtos da marca Maker Robotics, restringindo a participação de fornecedores que ofereçam kits equivalentes ou somente alguns dos kits licitados.

Ainda, argumenta que o edital exige a certificação pelo INMETRO, mas omite a obrigatoriedade da homologação pela ANATEL para equipamentos que utilizam comunicação sem fio.

O Termo de Referência indica que, a partir de 2028, serão introduzidas atividades plugadas nos anos seguintes, já com tablets ou chromebooks. Isso demonstra que haverá, necessariamente, comunicação sem fio (radiofrequência, Bluetooth ou Wi-Fi) entre os kits e os dispositivos eletrônicos.

Afirma que a homologação dos controladores e módulos de comunicação pela ANATEL é, portanto, obrigatória, conforme a Resolução nº 715/2019, e deve ser incluída no edital para garantir que os equipamentos operem dentro dos parâmetros técnicos permitidos.

Ao fim, requer a concessão de medida cautelar para suspensão do certame.

No mérito, pugna pela procedência da representação para declarar a nulidade de contratação, ou, alternativamente, pela suspensão liminar, para que seja elaborado novo estudo técnico preliminar e revisão do descritivo de forma a possibilitar kits que possam ser atendidos por diversos interessados.

b) AZEVEDO E FREITAS COMERCIO E SERVICOS LTDA (prot. 67348- 3/25).

A Representante afirma que não há no edital especificações de horário, local e critérios técnicos objetivos que serão utilizados na avaliação das amostras, em afronta aos princípios do julgamento objetivo e do tratamento isonômico entre as participantes.

O Edital apenas indica o local onde a amostra deverá ser entregue e que os Laudos Técnicos deverão ser emitidos pelo INMETRO, informações que, segundo a Representante, são insuficientes para balizarem a avaliação das amostras e para permitirem que os licitantes interessados acompanhem o exame feito pela entidade.

O prazo de 05 dias úteis para entrega da amostra, previsto no item 4.1. do Edital, é exíguo e inviabiliza a produção e envio dos materiais em tempo hábil, o que direciona o certame às empresas sediadas em locais próximos ao local de entrega.

Não há menção no edital a realização de Intenção de Registro de Preços (IRP), prevista nos termos do art. 86 da Lei n. 14.133/21 e do Decreto n. 11.462/2023.

A ausência dos resultados da IRP pode ter subestimado o quantitativo do certame, posto que consta no edital somente a estimativa de compra do CIEDEPAR, desconsiderando eventual interesse de compra por terceiros e resultando em possíveis falhas na formação de preços pelos licitantes.

Entende que há incompatibilidade entre a descrição do objeto e a função pedagógica dos materiais para os anos iniciais de ensino (educação infantil e ensino fundamental), que será centrada no ensino lúdico, interativo e exploratório.

O Edital objetiva a compra de "equipamentos de robótica educacional que envolvam construção, mecanização, programação e automação de protótipos", materiais recomendados para uso a partir do 6º ano do ensino fundamental.

O CIEDEPAR não esclarece como esses eixos tecnológicos complexos se alinham às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às orientações do MEC para o desenvolvimento infantil.

O objeto do Edital é descrito de forma genérica, denota natureza tecnológica avançada e não detalha exigências de adaptação que garantam a acessibilidade, compatibilidade e segurança dos materiais de robótica na realização de atividades de desenvolvimento cognitivo e psicomotor para crianças de 4 a 10 anos.

Tais adaptações deveriam incluir recursos de codificação desplugada, blocos ilustrativos e histórias mediadoras, jogos simbólicos e exploração por campos de experiências, em alinhamento com as metodologias do BNCC e a Política Nacional de Educação Infantil.

Há aparente incompatibilidade estrutural entre o objeto da licitação apresenta com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

A BNCC orienta que, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais (1º ao 5º ano), o aprendizado se estruture, respectivamente, por campos de experiências e por uma abordagem integrada e interdisciplinar dos componentes curriculares (Ciências, Matemática e Linguagens). Nesse contexto, o ensino de robótica deve ser conduzido por práticas investigativas e exploratórias simples.

A exigência de foco em "execução de algoritmos, automação ou montagem de protótipos complexos" é inadequada e precoce. Para garantir o alinhamento pedagógico, o edital deveria estabelecer claramente as restrições por etapa de ensino.

A especificação de um Livro Paradidático Impresso para Alunos da Educação Infantil V, com "no mínimo 250 páginas, incluindo atividades multidisciplinares, totalizando no mínimo 30 atividades ao longo do ano," é pedagogicamente inadequada e contrária às diretrizes da BNCC para essa faixa etária, que deverá priorizar a oralidade, exploração e experimentação na metodologia de ensino.

O edital não especifica se cada kit atenderá a um aluno ou grupo. Além disso, as interfaces de programação não informam a compatibilidade com equipamentos ou sistemas operacionais.

Por fim, o Edital e seus anexos não descrevem informações técnicas mínimas que garantam a viabilidade operacional e a universalidade de acesso à Plataforma Digital, como os sistemas operacionais utilizados pelas instituições, o formato de login e senha, níveis de segurança, integração com os sistemas da rede escolar ou as diferenças de acesso entre professores e gestores, em afronta ao art. 150 da Lei n. 14.133/21.

O edital não oferece dados sobre a capacidade operacional da plataforma, cruciais para a análise de custo-benefício e viabilidade. Não há descrição sobre a capacidade de uso simultâneo, sem especificação sobre o armazenamento (em nuvem ou local) dos dados de alunos e atividades.

O objeto licitado compreende soluções de robótica para diferentes etapas de ensino (Educação Infantil IV e V e Ensino Fundamental Anos Iniciais). As etapas possuem abordagens pedagógicas distintas (conforme Pontos 3 e 4), o que as torna naturalmente divisíveis em lotes autônomos sem prejuízo aparente da sequência (exemplo: Lote 1 - Educação Infantil; Lote 2 - Ensino Fundamental).

A opção pelo lote único, sem a devida comprovação de sua inviabilidade técnica/econômica, resulta na concentração do mercado e restringe a competitividade do certame.

O Edital exige em seu item 2.9., sem justificativa técnica, que os produtos devem possuir certificações do INMETRO, porém, essa portaria se refere a brinquedos e nem todos os conjuntos de robótica educacional se enquadram nessa categoria. Por consequência, essa exigência pode excluir outras soluções certificadas em outras normas técnicas, como a ABNT, ISO ou IEC, de igual validade.

O item 8.5.3. do Edital, exige a comprovação de patrimônio líquido de, no mínimo, 10% do valor da contratação, sem justificativa que respalde a indispensabilidade do requisito para habilitação das empresas.

Quanto à estrutura pedagógica, não é comum a exigência de conjuntos específicos para cada ano escolar, coincidindo ainda com modelos de fornecedores específicos que organizam o conteúdo por ano, e não por nível ou faixa etária. A solução restringe a participação de soluções escalonadas por ciclos pedagógicos, a exemplo da educação infantil, anos iniciais etc. A exigência de rigidez na segmentação "ano a ano" desconsidera outras metodologias válidas e restringe o universo de fornecedores, limitando a obtenção de propostas mais vantajosas.

Ao final, a representante requer o recebimento da representação, com atribuição de efeito suspensivo, com a retificação do edital.

c) FASTSOFT SOLUTION COMÉRCIO DE ELETRONICOS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA (prot. 65903-0/25)

O edital limita indevidamente a competitividade, reduzindo as características do produto a um comerciante específico, ao exigir dimensões fixas das peças, com números exatos dos componentes e com especificações idênticas à estrutura de kits comerciais fechados.

A fixação de quantidades e medidas exatas de peças (ex: 70 peças estruturais, 15 polias, eixos de 40/60/80/100/120/160 mm) é inadequada.

A eficácia da Robótica Educacional e da metodologia STEAM reside no desenvolvimento de competências, raciocínio lógico e experimentação, e não na padronização de arranjos físicos ou na repetição de medidas específicas.

Os detalhamentos técnicos refletem, na prática, o catálogo de um fornecedor específico. Cada fabricante organiza seus kits de forma distinta, com números e dimensões de peças variados, sem que isso afete a capacidade funcional do kit de atingir os objetivos de aprendizado.

Em face das inconsistências e restrições à competitividade apontadas nos itens anteriores, requer a revisão do termo de referência e anexo técnico, substituindo as exigências fixas quantitativas e de dimensão por faixas indicativas e critérios de desempenho e funcionalidade, desde que atinjam o mesmo resultado pedagógico e de aprendizado.

Ainda, solicita a substituição das exigências de medidas, quantidades ou nomenclaturas exatas pela descrição da função dos componentes, sendo necessária a retificação do instrumento e republicação do edital.

Em defesa preliminar, o CIEDEPAR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ apresentou duas manifestações, Petições Intermediárias n. 693522/25 (peças 22-23) e 696165/25 (peças 25-26).

A representada assevera que as especificações da solução educacional, dispostas no Anexo II-A, do Termo de Referência, são requisitos mínimos. Contudo, são admitidas "quantidades superiores de peças, variações de dimensões ou funcionalidades adicionais" (peça 4, fl. 148).

A descrição do objeto apenas com a quantidade total de peças ou com a definição de que devem ser "grandes" ou "pequenas", resultaria em um certame aberto e poderia ocasionar controvérsias jurídicas, falta de rigor pedagógico e a oferta de produtos de baixa qualidade.

Ademais, a classificação das peças em "estruturas e conexões", "mecanismos e movimento" ou "sensores e autuadores", busca delimitar precisamente as peças esperadas no kit, com o fim de garantir a conformidade dos materiais com a necessidade pedagógica, contudo, mantem-se a flexibilidade da contratação, com o fim de garantir a competitividade.

Especificamente quanto ao tamanho das peças, explica que os eixos devem ter 6 tamanhos diferentes, mas podem sofrer variação, desde que cumpram a finalidade pedagógica dos kits.

Demonstra que diversas marcas fabricam produtos equivalentes com os descritos no

edital e, portanto, poderiam ser ofertados pelas licitantes, dentre elas, destaca: LEGO "education SPIKE Prime Set", ROBOUP, ZMROBO "WiseChild2. Elementary", MODELIX robotix, VEX robotics e WSkits.
A entidade apresenta tabela detalhada com as justificativas de todas as especificações, quantidades e medidas contidas no edital (peça 23, fls. 8-15).
Diversas empresas participaram do certame e a empresa que, supostamente, estaria sendo beneficiada pela licitação, não foi classificada na etapa de lances.
A licitação em lote único se justifica pela integração entre os itens licitados, considerando que engloba "kits de robótica, materiais didáticos, plataforma digital, capacitação e assessoria pedagógica". Assim, o parcelamento do objeto em lotes influenciaria na viabilidade técnica e econômica da contratação (com o aumento dos custos de gestão dos contratos e perda de economia de escala), compatibilidade tecnológica e pedagógica, sincronia entre diferentes fornecedores, coerência e a progressão essencial do aprendizado.
O projeto pedagógico que orienta a contratação está em conformidade com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), e com o complemento relativo à área computacional (BNCC – Computação Educacional Básica), sendo pautada na progressão do desenvolvimento dos alunos por ano, com atividades de construção, mecanização e programação, em consideração das idades das crianças.
Quanto à plataforma digital, o edital estabelece requisitos funcionais, para diferentes níveis de acesso, seja de aluno, professor ou gestor. Os requisitos exigidos decorrem da funcionalidade.
Atinente à ausência de critérios para avaliação das amostras, serão utilizados os critérios especificados no Anexo II-A do Termo de Referência. A avaliação ocorreria na verificação in loco da amostra de cada um dos itens, levando em consideração as quantidades, dimensões e qualidade, sendo verificado por meio de um checklist.
Ademais, o prazo de 5 dias úteis é razoável para a entrega da amostra.
Em relação à exigência de certificação pelo INMETRO, trata-se de medida acautelatória pela administração, principalmente levando em consideração a sensibilidade do objeto. A certificação da ANATEL não é exigível para os kits, por não se enquadrarem em equipamentos de telecomunicações.
A qualificação econômico-financeira é necessária em razão do grande valor da contratação e dos serviços que deverão ser prestados continuamente de capacitação de professores, suporte técnica e manutenção da plataforma digital.
Vieram os autos conclusos para análise.
É o relato.
II. Ratifico o recebimento das representações conforme o Despacho 1858/25 (peça 18).
Quanto à análise das irregularidades apontadas para o exame da cautelar, constam os seguintes apontamentos: a) falta de critério para análise das amostras e exiguidade do prazo de entrega, b) especificação excessiva do objeto licitado, c) falta da realização da Intenção de Registro de Preço, d) ausência de especificação pedagógica e comprovação da adequação à idade dos alunos, e) julgamento por lote único e g) Ausência de exigência de certificação da ANATEL.
a) Falta de critério para análise das amostras.
Em exame ao Anexo II do Termo de Referência, as disposições relativas à análise das amostras se dão da seguinte forma:
4 - DAS AMOSTRAS.
4.1 - A licitante vencedora deverá apresentar amostra (uma unidade) de todos os subitens descritos nos itens 1 ao 7, no prazo máximo e improrrogável de 5 dias úteis a contar da convocação do pregoeiro.
4.2 - As amostras deverão ser entregues na sede do CIEDEPAR, ou outro espaço definido por este consórcio das 9:00 as 16h.
4.3 - As amostras deverão atender a especificação técnica do Edital. Se a amostra for reprovada a empresa será desclassificada, e será solicitado ao próximo colocado até que se encontre uma amostra que atenda a especificação, mantendo prazos e condições iguais para apresentação das amostras entre todos os participantes.
4.4 - Deverão ser entregues conforme especificações do Edital os Laudos Técnicos emitidos pelo INMETRO. O custo gerado pelos testes e ensaios será por conta da licitante, em conformidade com o artigo 77 da Lei Federal nº 14.133/2021.
4.5 - A inobservância das determinações acima implicará na desclassificação da proponente, exceto no que tange a questões meramente formais, que serão analisadas e decididas caso a caso.[3]
Da leitura do item, de início, observo que não houve a fixação da data e o horário específicos para a realização da análise das amostras.
A ausência da definição de data e horário para o exame impede o acompanhamento do procedimento pelos licitantes, em afronta ao princípio da publicidade. Sobre o assunto, relevante o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU), no sentido de que a possibilidade da presença dos licitantes é fundamental para a validade da avaliação das amostras:
(...) 9.3.2. ausência de definição de data e horário para análise das amostras, a fim de que os licitantes pudessem estar presentes, ofendendo o princípio da publicidade, previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e, também, a jurisprudência deste Tribunal, conforme Acórdãos nºs 346/2002, 1.984/2008 e 2.077/2011, todos do Plenário. (TCU, Acórdão 2796/20013, Plenário, Min. Rel. José Jorge, j. 16/10/2013);
Inexiste, ainda, definição de qualquer critério de exame para comprovar as características exigidas e nem o método de análise que será empregado.
Esta Corte, por meio do Prejulgado 22, já fixou entendimento claro sobre a necessidade de se prever os critérios e métodos de avaliação das amostras no edital:
(...) O instrumento convocatório deverá estabelecer, além do prazo razoável para apresentação da amostra, as características que deverão ser comprovadas, os critérios e os métodos que serão empregados na análise. A apresentação da amostra não poderá ser exigida de forma prévia ou na fase de habilitação dos licitantes, mas somente na fase de julgamento das propostas. O instrumento convocatório deverá conter, de forma detalhada, porém objetiva, as características que a amostra deverá apresentar, além dos critérios e dos métodos que serão empregados na análise de suas características. Na hipótese de o licitante primeiro classificado não apresentar a amostra ou esta não atender os requisitos do edital, poderá a Administração, observada a legislação correlata à respectiva modalidade de licitação, convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo. A Administração deverá dar publicidade aos relatórios, pareceres ou laudos decorrentes da análise realizada, firmados pelos responsáveis ou responsável pela análise, assegurando aos demais licitantes prazo razoável para o exercício do direito de eventual impugnação. (g. n.)
A conjunção da falta de publicidade, dada a não fixação de data e horário para exame das amostras, com a ausência de critérios técnicos objetivos, cria um ambiente propício à discricionariedade excessiva e ao comprometimento da isonomia.
Isso é agravado dado o nível de flexibilização que foi conferido pelo edital aos requisitos técnicos exigidos dos kits. Conforme explicado pelo CIEDEPAR, as especificações técnicas poderão ser flexibilizadas, desde que a alteração não impacte na funcionalidade do produto.
Nos termos do art. 5º, da Lei n. 14.133/21 tem-se que o julgamento das propostas deve ser feito de forma objetiva, com o fim de que seja garantida a imparcialidade e o tratamento isonômico entre as empresas participantes.
Não foram estabelecidos critérios objetivos para a análise das amostras que permitam identificar a faixa de variação aceitável ou as características técnicas essenciais dos kits de robótica capazes de justificar a desclassificação das licitantes.
Tais falhas, em conjunto, maculam o procedimento, pois o julgamento da amostra — ato crucial que pode desclassificar o vencedor — torna-se obscuro, visto que não possibilita a nenhum licitante a possibilidade de realizar o devido acompanhamento.
b) Especificação excessiva do objeto licitado.
Em exame preliminar, não identifico a restrição decorrente das exigências das especificações técnicas.
Primeiramente, quanto à exigência de quantidade das peças, separação pelo tipo das peças e por ano de ensino, oportuno fazer menção a Cartilha do Tribunal de Contas de Pernambuco[4] que oferece orientações para a aquisição de kits de robótica.
Em razão das frequentes irregularidades observadas neste tipo de licitação, o TCE-PE fez algumas recomendações para a especificação dos kits.
A cartilha enfatiza a necessidade de um nível mínimo de detalhamento nas especificações:
É necessário detalhar exatamente o que a administração pública precisa adquirir ou contratar. Isso evita ambiguidades e garante que os fornecedores compreendam claramente o que é esperado, diminuindo o risco de erros ou mal-entendidos. Isso também contribui para assegurar que os produtos ou serviços atendam aos padrões de qualidade desejados.
[...]
Descrever o que será incluído no kit, com peças, sensores, motores, placas controladoras, cabos, software, entre outros elementos. Certifique-se de que o kit contenha tudo o que é necessário para montar e programar os robôs.
A definição da complexidade dos componentes, tipos de sensores, placas, cabos e atuadores, inclusive com previsão do número de peças, são requisitos regulares.
Esses elementos servem para que se possa assegurar um padrão mínimo, evitando imprecisões do objeto licitado que possam comprometer a qualidade dos itens a serem adquiridos.
Avançando a análise quanto à especificação de tamanho das peças, entendo que pode haver este tipo de exigência se houver amparo nas finalidades pedagógicas.
Consta na primeira página do Anexo II-A, do Termo de Referência a seguinte especificação:
45 (quarenta e cinco) unidades de componentes estruturais de montagem, como barras, blocos e suportes, fabricados em plástico. Estas peças devem servir como base para a construção de bases e estruturas dos protótipos. O conjunto deve ser composto por peças de diversos tamanhos, formatos e cores com tamanhos adequados para a faixa etárias e com fácil encaixe e identificação. O tamanho mínimo de bloco dever ser de 4cmx1cmx2cm (C x L x A) tendo variações de até 24cmx1cmx12 (C x L x A). Devem ter sistema de encaixe com pinos e furos no próprio bloco
Nesse caso específico, tendo em vista que o conjunto é destinado a crianças de 4 a 5 anos, o tamanho mínimo serve para a segurança, admitindo-se, ainda, a variação de tamanho.
De início, examinando o Termo de Referência, logo na primeira parte, é mencionada que as exigências podem ser flexibilizadas desde que as finalidades educacionais sejam atingidas:
As especificações técnicas descritas a seguir devem ser consideradas como requisitos mínimos de desempenho e qualidade para os kits de robótica educacional. Quantidades superiores de peças, variações de dimensões ou funcionalidades adicionais serão aceitas, desde que não comprometam a usabilidade pedagógica, a segurança dos alunos e a certificação exigida pelo INMETRO (Portaria nº 302/2021). (g. n.).
Em outros casos de aquisição de kits robóticas já examinado por esta Corte, como o do Acórdão n. 2007/25 (Pleno), constatou-se a restrição injustificada a partir da imposição de marcas específicas, sem a finalidade pedagógica para exigência, situação que se difere da presente.
No caso em tela, em exame preliminar, as exigências aparentam guardar relação com atendimento de padrões e qualidades desejados pela administração.
Vale mencionar que, na sessão pública do pregão eletrônico (peça 13), houve a participação de diversas licitantes, consagrando como arrematante a Robomind Editora LTDA[5], tratando-se de empresa diversa daquela indicada na peça inicial como beneficiária do suposto direcionamento.
Dos requisitos do edital indicados como restritivos, em pesquisa a contratações com o mesmo objeto, observo que esses elementos técnicos (dimensões, peso e cores de LED, por exemplo) são regularmente exigidos para este tipo de contratação:
PREGÃO ELETRÔNICO 2025.08.14.002, Prefeitura de Forquilha (CE)
ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MICROCONTROLADOR TMEGA328, COM 14 PINOS DE ENTRADA/SAÍDA DIGITAL (DOS QUAIS 6 PODEM SER USADOS COMO SAÍDAS PWM), 6 ENTRADAS ANALÓGICAS. UM CRISTAL OSCILADOR DE 16MHZ. UMA CONEXÃO USB, UMA ENTRADA DE ALIMENTAÇÃO UMA CONEXÃO ICSP DE TENSÃO 7 V A 12 V. SAÍDAS PARA ALIMENTAÇÃO DE 5 VE 3,3 VE UM BOTÃO DE RESET, 01 CABO USB 2.0 PADRÃO A-B DE 30CM, 01 PROTOBOARD (MATRIZ DE CONTATOS) COM 830 FUROS, COMPATÍVEL COM PINOS DE COMPONENTES ENTRE 29 A 20AWG (0,064 MM² A 0,518 MM² DE SECÇÃO RETA OU 0,29 MM A 0,81 MM DE DIÂMETRO), COM DE 2,54 MM DE ESPAÇAMENTO DOS FUROS E DIMENSÕES DE 165X55X10 MM, 15 FIOS CONECTORES DE 24 AWG (JUMPERS) DO TIPO MACHOMACHO DE DIVERSOS TAMANHOS, COM MATERIAL CONDUTOR INTERNO E REVESTIMENTO PVC, LARGURA DO CONECTOR: 2,54 MM, 20 FIOS CONECTORES DE 24 AWG (JUMPERS) DO TIPO MACHOFEMEA DE DIVERSOS TAMANHOS. COM MATERIAL CONDUTOR INTERNO E REVESTIMENTO PVC. LARGURA DO CONECTOR: 2.54 MM, 15 FIOS CONECTORES DE 24 AWG (JUMPERS) DO TIPO FEMEAFEMEA DE DIVERSOS TAMANHOS. COM MATERIAL CONDUTOR INTERNOE REVESTIMENTO PVC, LARGURA DO CONECTOR: 2,54 MM, 01 LIQUID CRYSTAL DISPLAY (LCD) BÁSICO DE 16 CARACTERES POR 2 LINHAS.

COM 16 PINOS (PINOS HEADER SOLDADOS) (...).[6]
PREGÃO ELETRÔNICO N. 2025.01.15.001, Prefeitura de Camocim (CE)
Kit de robô tipo aranha contendo: Estrutura construída em placa PS espessura 3mm contendo: 8x SG90 SERVOS 1x Arduino NANO (atmega328) 1x Arduino NANO I/O shield 1x HC SR04 ultrasonic module 1x 5V buzzer 1x HC-05 Bluetooth module 1x LIPO battery 3.7V 2000mah 12x 12x Cabos dupont F/F 1x Interruptor On/Off Comunicação por Bluetooth e se comunicar com o projeto através dos dispositivos móveis como Smartphones e tablets da plataforma Android. Com o uso de aplicativo no Android é possível enviar comandos para o robô. Programável em linguagem de bloco.[7]
No presente edital, as peças que compõem os kits licitados estão disponíveis no mercado e podem ser montadas pelas próprias licitantes, não havendo qualquer restrição a modelos ou marcas específicas.
Cabe às proponentes a montagem dos kits em conformidade com os requisitos técnicos definidos, usufruindo de um certo grau de flexibilidade na composição. Além disso, as representantes não demonstraram a impossibilidade ou a inviabilidade técnica de aquisição das peças necessárias no mercado.
Em relação ao suposto excesso na previsão de sete kits distintos para cada ano escolar, entendo que as explicações feitas pelo representado são suficientes para afastar as irregularidades alegadas.
Conforme demonstrado, o uso dos materiais didáticos que garantam o desenvolvimento contínuo dos estudantes, guarda relação com a política educacional dos municípios consorciados, com fundamento na progressão educacional (Peça 12, fl. 3 e 82):
A BNCC afirma explicitamente (p.18,19) que a aprendizagem em Computação deve "progredir em espiral, com níveis crescentes de abstração, de acordo com as capacidades cognitivas e o contexto de cada etapa de ensino".
O ensino em espiral é uma premissa pedagógica presente em todos os componentes curriculares da BNCC, e a Computação segue a mesma lógica. Esse princípio garante que os estudantes revisitem conceitos ao longo da trajetória escolar, com níveis graduais de aprofundamento e complexidade compatíveis com o desenvolvimento cognitivo.
Por fim, considerando que os kits de robótica, alguns contendo circuitos elétricos, serão manuseados por crianças, o selo do INMETRO é uma exigência de segurança.
Além de ser uma medida acautelatória inerente à contratação, sua obrigatoriedade está prevista na Portaria nº 302/2021:
ANEXO IV – LISTA DE BRINQUEDOS
[...]
130.Brinquedos científicos e de robótica.
Brinquedos para as crianças aprenderem, de maneira lúdica, noções básicas de robótica, como montar seus brinquedos e fazê-los funcionar
Não se trata de exigência excessiva, mas que garante a segurança das crianças.
Em um exame sumário dos autos, a totalidade dos elementos apresentados não permite, até o momento, a conclusão pela existência de indícios de direcionamento da licitação.
d) Ausência de especificação pedagógica
Em análise ao ETP[8], consta a implementação gradativa da robótica educacional, com programação desplugada (utilizando cartões, blocos e sensores, dispensando o uso de tablets e computadores) nos anos iniciais, ganhando complexidade gradativamente, até as atividades plugadas com uso de tablets e notebooks, a partir do 3º ano.
É recomendável, ainda, a separação por ano de ensino ou por nível (Educação Infantil, Anos Iniciais I e II), para que haja conformidade com a faixa etária ou o ciclo pedagógico de ensino.
Em consulta à Base Nacional Comum Curricular, nas normas sobre computação básica, há divisão por ano, com desenvolvimento de diferentes habilidades.
Na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a Base Nacional Comum Curricular introduz a "computação desplugada". Este conceito foca no desenvolvimento de habilidades de educação digital sem a necessidade de ferramentas tecnológicas.
Em exame às especificações pedagógicas, observo que estão alinhadas ao BNCC – Computação, não havendo indícios de irregularidade no item.
e) Julgamento por lote único
Em relação ao não parcelamento da solução, verifico razoabilidade na justificativa disposta no edital, haja vista que a implementação compõe um plano contínuo, cuja progressão deve guardar coerência pedagógica entre os anos.
Além do conjunto de robótica, há a formação dos professores, disponibilização de plataforma de ensino e assessoria, de modo que se a contratação envolver diferentes empresas, a administração de todos esses elementos pode ser excessivamente dificultosa pela administração.
Todos os itens licitados guardam relação com os kits, de modo que não há itens alheios que possam indicar irregularidade na aquisição por lote único.
f) Certificação da Anatel.
A homologação pela ANATEL é necessária para comercialização de itens de telecomunicações, conforme a Resolução n. 715/2019.
No presente caso, não há itens de conectividade externa, como tablets e notebooks, razão pela qual não é necessária a homologação.
Por fim, quanto à falta da menção à Intenção de Registro de Preço (IRP) no edital, mencionada pela representante Azevedo e Freitas Comércio e Serviços LTDA., posto que não houve manifestação na defesa preliminar sobre o item, entendo necessária instrução prévia à análise do mérito, razão pela qual deixo de analisar neste momento processual.
No que concerne ao pleito cautelar, identifico a presença dos requisitos autorizadores para a sua concessão.
A probabilidade do direito resta demonstrada em decorrência das falhas no edital, sobretudo a inexistência de critérios objetivos, metodologia de análise, e data e horário definidos para a avaliação das amostras. Tal omissão afronta o princípio da publicidade e o Prejulgado 22, desta Corte, comprometendo a isonomia e a objetividade do julgamento.
O perigo da demora, por sua vez, está configurado, pois o certame encontra-se em andamento.
Desse modo, defiro o pleito cautelar, com a finalidade de suspender, no estado em que se encontra, o Pregão Eletrônico n. 004/2025, promovido pelo CIEDEPAR - Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná, até ulterior julgamento de mérito.
III. Pelo exposto, ratifico o recebimento das presentes representações, conforme o Despacho 1858/25 (peça 18 do presente expediente).
IV. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo, para que adote as seguintes medidas:
a) Inclusão na autuação como interessados do AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN, representante legal do CIEDEPAR - Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná.
b) Expedição, pelos meios de comunicações disponíveis (telefone, aplicativo de mensagens, fax e etc.) de INTIMAÇÃO ao CIEDEPAR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ, na pessoa de seu representante legal, para que promova a imediata suspensão, no estado em que se encontra, do Pregão Eletrônico n. 004/2025, até que esta Corte delibere sobre o mérito desta representação. Ressalto que a entidade deverá comprovar, no prazo de 48h, o cumprimento da decisão, sob pena de aplicação da multa do art. 87, I, b, da Lei Complementar n. 113/2005, ao gestor da entidade, AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN.
c) Expedição, via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, das CITAÇÕES ao CIEDEPAR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ, na pessoa de seu representante legal, a AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 35, II, "a", da Lei Orgânica deste Tribunal, defesa em relação aos fatos narrados pelas Representantes.
Alerto que a procedência da Representação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica desta Casa.
V. Ato contínuo, retornem conclusos para apreciação em sessão do Tribunal Pleno, nos termos do art. 32, XIII, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas.
VI. Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.
VII. Após, voltem-me conclusos.
VIII. Publique-se.
Gabinete, 6 de novembro de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____
1. Protocolo 67348-3/25.
2. Protocolo 65903-0/25.
3. Peça 4, fl. 139.
4. Acesso em: https://www.tcepe.tc.br/internet/index.php/noticias/438-2024/abril/7435-cartilha-do-tce-pe-orienta-sobre-compra-de-kits-de-robotica
5. Peça 13.
6. Acesso em: https://pncp.gov.br/app/editais/07673106000103/2025/80
7. Acesso em: https://pncp.gov.br/app/editais/07660350000123/2025/12
8. Peça 4.

PROCESSO Nº: 698095/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PRUDENTOPOLIS
INTERESSADO: MAIA EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA, MUNICÍPIO DE PRUDENTOPOLIS
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1968/25
I. Trata-se de Representação da Lei n. 14.133/2021, formulada por MAIA EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA em face da PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS e da PREGOEIRA MUNICIPAL VANESSA AP. BECHER SASS, na qual relata irregularidades na Concorrência Pública n. 15/2025, que tem como objeto a "contratação de empresa para execução de obra complementar na unidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes do Município de Prudentópolis/PR".
O valor máximo estimado para a obra é de R$ 702.852,54 (setecentos e dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), e o certame foi agendado para ocorrer em 01/10/2025 às 08h30min.
A representante relata que apresentou proposta inferior a 75% ao orçamento estimado da contratação, razão pela qual foi instada a comprovar a sua exequibilidade. Para tanto, informa que apresentou contrato de obra similar, firmado com o Município de Cafelândia/PR, no valor de R$ 385.990,00 (trezentos e oitenta e cinco mil novecentos e noventa reais).
Apesar dos esclarecimentos e documentos apresentados, a representante esclarece que foi desclassificada pela agente de contratação sob a justificativa de que a exequibilidade da sua proposta não teria sido "comprovada de forma clara e objetiva".
Interpôs recurso administrativo o qual, contudo, foi desprovido. Sustenta que os fundamentos utilizados na decisão recursal, consistentes na vigência do contrato que ainda poderia ser aditivado e no valor atualizado do contrato de Cafelândia, acrescido em 50%, que teria indicado a inexequibilidade da proposta, não merecem acolhimento.
Explica que, mesmo que fosse considerado o custo por metro quadrado, sua proposta, no valor de R$ 2.483,03/m2, está dentro dos padrões de mercado, conforme dados oficiais do SINAPI e do CUB/SINDUSCON-PR, que apontam valores médios entre R$ 1.799,82/m2 e R$ 3.138,41/m2.
Ressalta que o Tribunal de Contas da União entende pela presunção relativa de inexequibilidade, cabendo à Administração Pública conceder aos licitantes a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de suas propostas.
Ao final, requer a concessão da medida cautelar para suspensão da Concorrência Pública n. 15/2025 até a decisão final desta Representação, tendo em vista a ilegalidade da desclassificação da representante e, no mérito, que seja reconhecida a regularidade da proposta e sua exequibilidade, com a consequente anulação da decisão que a desclassificou.
É o breve relato.
II. Antes do recebimento ou da decisão sobre a medida cautelar requerida, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, intime-se o MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, na pessoa de seu representante legal, e da pregoeira municipal, VANESSA AP. BECHER SASS, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestem a respeito das alegações constantes da representação, bem como tragam aos autos cópia do procedimento licitatório (Concorrência Pública n. 15/2025) na íntegra.
III. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação

na forma prevista no § 8º do art. 381 do Regimento Interno[1].
IV. Após, voltem-me conclusos.
V. Publique-se.
Gabinete, 5 de novembro de 2025.
MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____

1. § 8º Nos processos que envolvem medida cautelar, a intimação para cumprimento ou resposta prévia será realizada por servidor da Diretoria de Protocolo oficialmente designado pelo Presidente, que procederá à comunicação mediante o uso de recursos tecnológicos previstos neste Regimento ou em Instrução Normativa, considerando-se a intimação perfeita com a respectiva certificação nos autos.

PROCESSO N°: 684043/25
ENTIDADE: CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ COMESP
INTERESSADO: CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ COMESP, KARIME FAYAD, SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA - SINAENCO
PROCURADOR: GABRIEL COSTA PINHEIRO CHAGAS, JULIO DE SOUZA COMPARINI
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1983/25

I. Trata-se de Representação da Lei n. 14.133/2021, formulada por SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA (SINAENCO) contra o CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ (COMESP), na qual relata irregularidades no Edital de Concorrência Eletrônica n. 01/2025, com data de abertura da sessão prevista para o dia 29 de outubro de 2025, às 9:00h.
O objeto da licitação é "o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos de engenharia para pavimentação de vias urbanas - com uso da metodologia BIM, por intermédio do Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná – COMESP, mediante formato de licitação compartilhada, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência", com valor máximo de R$ 40.618.194,56 (quarenta milhões, seiscentos e dezoito mil cento e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos).
A representante sustenta que há irregularidade na escolha do critério de julgamento de menor preço; na adoção do sistema de registros de preços; e na fragilidade na decisão administrativa ao negar a impugnação ao Edital.
Alega que a elaboração de projetos executivos de engenharia se enquadra como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, conforme art. 6º, inciso XVIII, alínea "a", da Lei n. 14.133/21. Portanto, nos termos do art. 37, §2º, incisos I e II, da Lei n. 14.133/21[1], o critério de julgamento deveria ser, obrigatoriamente, o de melhor técnica ou de técnica e preço.
Pelas mesmas razões, entende que contratação não poderia ser feita pelo sistema de registro de preços, considerando que somente será admitida nas hipóteses do art. 85, incisos I, da Lei n. 14.133/21, em que a execução de obras ou serviços de engenharia são padronizadas, sem complexidade técnica e operacional.
Por fim, diz que a decisão que negou a impugnação ao Edital é frágil, porquanto possui vício no enquadramento jurídico, de coerência interna e de motivação. Informa que a Lei de Licitações já estabeleceu os critérios de julgamento que deverão ser adotados nas licitações de serviço de engenharia técnico especializado, não podendo haver inversão a ordem das fontes.
Contesta os fundamentos utilizados pelo consórcio para justificar a utilização do julgamento pelo menor preço e da contratação pelo sistema de registro de preços (peça 12). O objeto não é comum, padronizado e desprovido e complexidade técnica/operacional, além disso, o somatório dos lotes excede o valor de R$300.000,00, enquadrando-se na hipótese do art. 37, §2º, da Lei n. 14.133/21.
Diante disso, requer a concessão de medida cautelar, a fim de suspender o certame no estágio em que se encontra. No mérito, pugna pela procedência da representação, para que seja determinado os ajustes necessários no Edital.
Por intermédio do Despacho n. 1921/25-GCMRMS (peça 16) determinei a intimação e manifestação prévia do Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná (COMESP) e, após, a instrução preliminar da Coordenadoria de Obras Públicas (COP).
O Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná (COMESP) se manifestou à peça 20, no sentido de que não há demonstração inequívoca da probabilidade de direito que justifique a suspensão imediata do certame, pois, trata de mera divergência interpretativa sobre o critério de julgamento e modalidade de contratação utilizados.
O indeferimento da impugnação se lastreou em pareceres técnicos e jurídicos formais, que concluíram:
a) que o objeto licitado consiste na elaboração de projetos executivos de engenharia para pavimentação de vias urbanas, serviço de natureza padronizada e replicável entre os municípios consorciados;
b) que a segmentação em lotes de pequeno valor (inferiores a R$ 300.000,00) reduz a complexidade e afasta a obrigatoriedade de adoção dos critérios de técnica e preço previstos no art. 37, §2º, da Lei nº 14.133/2021;
c) que o registro de preços foi corretamente utilizado, conforme art. 85, inciso I, do mesmo diploma legal, tendo em vista tratar-se de serviço que poderá ser demandado de forma recorrente por diversos entes consorciados, otimizando recursos públicos e assegurando economicidade.
Sustenta que há risco de dano reverso, pois o cronograma dos repasses está vinculado a programas de financiamento e convênios em andamento.
Aborda a finalidade do consórcio e a economicidade da promoção de licitação compartilhada. Apesar do elevado valor global da licitação, estima que, em média, as contratações serão feitas em parcelas de 2 quilômetros cada, com valores inferiores a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
No caso de licitação compartilhada, de serviço comum de engenharia, é possível adotar o sistema de registro de preços, conforme prevê o artigo 85, inciso I e II da Lei n. 14.133/21. Enquadra o caso concreto à hipótese do inciso IV, do Decreto Federal n. 11.462/2023, que permite a utilização do sistema de registro de preços quando "for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, inclusive nas compras centralizadas".
Trata-se de serviço simples, padronizável e replicável de engenharia, porque o escopo está definido e é mensurável. O Termo de Referência delimitou os locais e quilometragens em que haverá a pavimentação, "estando claro e definido quais os Municípios que serão os contratantes da empresa vencedora, e exatamente o trabalho que será feito, dentro do projeto básico pré-definido".
A adoção do critério de julgamento por menor preço é permitida quando há padrão técnico homogêneo e permite execução padronizada dos projetos, como ocorre neste caso, em que foram detalhadas especificações técnicas e claras no edital. Inclusive o artigo 37, § 2º, da Lei n. 14.133/21, não veda a contratação por menor preço quando há possibilidade de padronização do objeto e sujeição ao controle técnico. A justificativa foi veiculada no item 7.23 e 7.24 no Estudo Técnico Preliminar.
Sobre a insuficiência de fundamentação na resposta à impugnação, diz que o ato observou o princípio da legalidade, motivação e publicidade. A decisão enfrentou todos os pontos impugnados, está amparada em parecer técnico emitido por engenheiros e parecer jurídico, ambos devidamente motivados. Portanto a negativa restou motivada, a qual considerou a higidez nos termos do Edital.
Ao final, requereu o indeferimento da medida cautelar.
A Coordenadoria de Obras Públicas (COP), por intermédio da Instrução n. 97/25-COP (peça 30), opina pelo deferimento da medida cautelar. Explica que o valor estimado da contratação excede o limite do art. 37, §1º, da Lei 14.133/21, que impõe e utilização do critério de julgamento da "melhor técnica" ou "técnica e preço", nas contratações de serviço de engenharia (comum ou especial) que ultrapassem R$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)[2].
Observa que, nos termos do item 2 e subitens 12.1, 13.1 e 14.1 do Edital, a contratação, os empenhos e pagamentos serão realizados de forma descentralizada, sendo diretamente controlada pelos entes participantes. A relação jurídica se formará de forma individual pelos consorciados. Emite interpretação ao art. 294, incisos V, VIII, IX e X c/c art. 296, §6º, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022 (regulamenta a Lei de Licitações).
Diz que o projeto executivo a ser contratado não está limitado ao detalhamento do projeto básico, já que será necessária a realização de levantamento topográfico e cadastral, elaboração dos estudos geotécnicos, hidrológicos e de tráfego, projetos de iluminação pública e de paisagismo, calçamento e acessibilidade, dentre outros.
Destaca a divergência na extensão da pavimentação no Lote 04, descrita "pelo subitem 2.8 (92,65 km) e o subitem 4.3.4 (111,18 km), ambos do Termo de Referência (peça 21, fls. 152 e 159)".
Informa que qualquer contratação pelo município que tenha extensão mínima de 3,5 km (R$ 108.532,25 valor unitário por quilômetro) extrapola o limite do valor definido no artigo 37, § 2º, da Lei n. 14.133/21. Afirma que há presunção de extrapolação do limite legal, reafirmando o seu afastamento caso o COMESP demonstre que nenhum Município irá ultrapassar o valor limite.
O Termo de Referência (Anexo I do Edital, peça 21, fl. 148) traz amplo espaço para o julgamento das propostas por técnica e preço, já que o projeto básico não indicou soluções técnicas possíveis a serem implantadas pelos entes contratantes. Não foi definida a técnica da pavimentação e poderá haver distinção nas soluções urbanísticas, como nos casos de priorização na circulação de pedestres ou eventual ciclistas ou outros fatores distintivos, conforme trazido nos itens 3.13 e 8.91 do Termo de Referência.
Diz que é necessário que o COMESP apresente, analiticamente, a composição das planilhas formuladas para obtenção do valor máximo por quilômetro estimado para a licitação, pois, não foi possível verificar a sua compatibilidade com os preços de mercado.
Aponta, ainda, possíveis problemas na execução dos contratos a serem celebrados pelos participantes, diante da inexistência de tabela de preços unitários dos serviços executados pela contratada. Informa que não é possível reduzir o valor do preço contratado, pois não há informações específicas sobre o que será executado. Cita como exemplo, caso o projeto executivo não contemple a iluminação pública, paisagismo, dentre outros, o contratado será remunerado por serviços não prestados.
Destaca problemas na minuta do contrato, em especial na subcláusula 3.2, 9.1.1, 9.1.7 e 13.1 (divergente com o subitem 20.1 do Termo de Referência).
Ao final, opinou pela concessão da medida cautelar e ampliação do objeto da representação, "quanto aos apontamentos relacionados à minuta do contrato a ser firmado pelos municípios".
Vieram os autos conclusos para análise.
É o breve relato.
II. Presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e 32 da Lei n. 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, recebo a representação e, com fulcro nos artigos 282, § 1º, 400, § 1º-A, e 403, II e III, do Regimento Interno, acolho o pedido de expedição de medida cautelar, para o fim de determinar a imediata suspensão da Concorrência Eletrônica n. 01/2025, no estado em que se encontra.
A controvérsia gira em torno da Concorrência Eletrônica n. 01/2025, em que o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO) relata a irregularidade no critério de julgamento pelo menor preço, uso do sistema de registro de preço e fragilidade nos fundamentos que negaram a impugnação ao Edital. A Coordenadoria de Obras Públicas (peça 30) acrescentou problemas na minuta do contrato a ser firmado pelos municípios.
Inicialmente, acolho a Instrução n. 97/25-COP (peça 30) e acompanho os seus fundamentos para concessão da medida cautelar e ampliação de objeto da representação.
O critério de julgamento pelo menor preço, a princípio, não pode ser utilizado no presente caso, já que pela legislação aplicável impõe a adoção do critério de técnica e preço ou melhor técnica.
O artigo 37, § 2º da Lei n. 14.133/21, prevê:
Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:
§ 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por:
I - melhor técnica; ou
II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica."
O valor caução atualizado do art. 37, §2º, da Lei n. 14.133/21 é de R$376.353,48, conforme Decreto n. 12.343, de 30 de dezembro de 2024. Assim, nas contratações superiores a esse valor deve ser aplicado o critério de melhor técnica ou técnica e preço.

Os regramentos editalícios deixam claro que a contratação será realizada individualmente pelos Municípios. No entanto, conforme trazido na instrução n. 97/25-COP (peça 30), se houver a contratação acima de 3,5 km o valor já ultrapassará o limite legal.

Ao analisar os lotes disponíveis temos:

Lote 1			
Municípios	**Pavimentação (km)**	**Valor unitário (R$)**	**Valor do lote (R$)**
Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.	77,52	108.532,25	R$ 8.413.420,02
Lote 2			
Municípios	**Pavimentação (km)**	**Valor unitário (R$)**	**Valor do lote (R$)**
Agudos do Sul, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, Piên e Piraquara.	104,08	R$ 108.532,25	R$ 11.296.036,58
Lote 3			
Municípios	**Pavimentação (km)**	**Valor unitário (R$)**	**Valor do lote (R$)**
Quatro Barras, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos.	100,00	108.532,25	10.853.225,00
Lote 4			
Municípios	Pavimentação (km)	Valor unitário (R$)	Valor do lote (R$)
Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Campo do Tenente, Contenda, Lapa, Quitandinha e Rio Negro.	92,65	108.532,25	10.055.512,96
Totais	**374,25**		**40.618.194,56**

tabela 1

Efetuando a divisão da pavimentação de cada lote pelos Municípios habilitados a efetuarem a contração, teremos: a) Lote 01, média de 9,69 km por Município; b) Lote 02, média de 17,34 km por Município; c) Lote 03, média de 16,66 km por Município; e d) Lote 04, média de 11,58 km por Município. Pela média, já fica evidenciado que a contratação individual irá superar a extensão de 3,5 km, ou seja, acima do valor legal de R$376.353,48 e, deste modo, a lei impõe que deve ser aplicado o critério de julgamento de técnica e preço ou melhor técnica.

Ainda, da análise do edital, dos esclarecimentos feitos pelo Consórcio e da instrução feita pela COP, não ficou demonstrada a padronização dos projetos, já que o detalhamento do projeto executivo não ficará adstrito ao projeto básico, pois o contratante terá que efetuar estudos complementares e análises intelectuais. Inclusive o item 3.7 do Termo de Referência (fls. 32, peça 11) traz os subprodutos a serem observados, quais sejam: a) estudo topográficos (topografia e cadastros interferências); b) estudos geotécnicos; c) estudos hidrológicos; d) estudos de tráfego; e) projeto geométrico – pistas e passeios; f) projeto de terraplanagem – pista e passeios; g) projeto drenagem urbana – pista e passeios; h) projeto pavimentação da pista; i) projeto de paisagismo, calçamento e acessibilidade; j) projeto de sinalização; l) projeto de iluminação pública; m) relatório final; e, n) orçamento para infraestrutura.

Assim, diversamente do defendido pelo COMESP, não se trata de projetos padronizados aplicáveis para todos os Municípios, já que indicou que serão necessários estudos complementares e análise concreta para cada caso, configurando serviços especializados, nos termos do artigo 6º, inciso XIV[3], da Lei de Licitações. Desse modo, inaplicável o critério de menor preço e a utilização do sistema de registro de preços, por incompatibilidade com o artigo 85[4] da Lei de Licitações.

A Coordenadoria de Obras destacou, ainda, a divergência de quilometragem dentro dos próprios lotes. No Lote 04, o subitem 2.8 (92,65km) e o subitem 4.3.4 (111,18 km) ambos do Termo de Referência (peça 21, fls. 152 e 159) não correspondem, sendo necessária a correção.

Já em relação ao preço orçado, a Coordenadoria de Obras não conseguiu mensurar o valor máximo por quilômetro, considerando a ausência de planilhas detalhadas de custos. No entanto, ao efetuar a análise verificou (instrução n. 97/25-COP, peça 30, fl. 12):

Em que pese não constituir objeto da representação, questão relevante está relacionada à execução dos contratos a serem celebrados pelos entes participantes, diante da inexistência de tabela de preços unitários dos serviços a serem executados pela contratada.

Por esta razão, não haverá possibilidade de redução do preço a ser contratado, por exemplo, se ocorrer algumas hipóteses como a de o projeto executivo não contemplar iluminação pública, paisagismo ou haver apenas um único estudo hidrológico para obras contiguas ou dentro de uma mesma bacia hidrográfica, o que implicaria no fato de a contratada vir a ser remunerada por serviços, embora não tenham sido prestados ao ente contratante (peça 21, fl. 160).

Também podem ser destacados os seguintes apontamentos da minuta do contrato:

i. não há previsão dos documentos que deverão ser fornecidos pela contratada ao município na hipótese de este não utilizar a metodologia BIM, conforme previsto pelo subitem 8.16.4 do Termo de Referência;

ii. subcláusula 3.2 – valor do contrato: percebe-se omissão quanto ao detalhamento da(s) via(s) a ser(em) pavimentada(s) que deverá(ão) ter o(s) projeto(s) executivo(s) elaborado(s) pela contratada. No caso de "rebaixamento do projeto" (subitem 7.9.7 do Termo de Referência, peça 21, fl. 177), necessário previsão do realinhamento do valor contratual;

iii. subcláusula 9.1.1 – devem ser incluídos na minuta do contrato o cronograma estabelecido pelo subitem 7.8.6 (peça 21, fls. 174/177) e definidas as sanções em caso de inadimplemento;

iv. subcláusula 9.1.7 – incremento do risco contratual pela omissão, no edital, da exigência de definição dos quantitativos individuais pela proposta do licitante;

v. subcláusula 13.1 – vedação de subcontratação: divergência com o subitem 20.1 do Termo de Referência (fl. 85).

A Unidade Técnica apontou questão que poderá gerar dano ao erário, pois a ausência de descrição dos preços unitários dos serviços dificulta a oferta de desconto de preços, afastando a seleção da proposta mais vantajosa. Além do que, a Administração Pública poderá efetuar o pagamento por serviço não prestado, por ausência de contemplação no projeto executivo de alguns dos subprodutos do item 3.7 do Termo de Referência.

É evidente que a unificação de diversos projetos em um único dificulta a precificação pelos participantes e permite que sejam pagos valores por serviços não prestados. Caso seja inexigível, no caso concreto, o projeto de iluminação, por exemplo, não há previsão de qualquer desconto dos pagamentos a serem feitos às empresas, considerando que ficou segregado o custo estimado em um único valor, calculado com base apenas em quilômetro rodado.

Nesse contexto, entendo que estão presentes os requisitos autorizadores para a concessão da medida cautelar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, c/c art. 113, §1º, da Lei Federal n. 14.133/2021, art. 44, §1º da Lei Complementar Estadual n. 113/2005 e arts. 297 e 300 do Código de Processo Civil.

No presente caso, os indícios de ilegalidade estão delineados, evidenciando a presença da probabilidade de dano pela afronta aos artigos 37, §2º, e 85 da Lei n. 14.133/21, com a utilização indevida do critério de julgamento do menor preço e da adoção do sistema de registro de preços, para além da violação aos princípios da proposta mais vantajosa e da competitividade.

Frisa-se que a ausência de discriminação dos serviços, poderá gerar danos ao erário, bem como os demais problemas sugeridos pela Coordenadoria de Obras quanto a minuta do contrato, o que gera insegurança na boa execução contratual.

Já o risco de dano resta caracterizado porque a continuidade do processo licitatório pode vir a chancelar uma iminente contratação dissonante aos ditames legais, bem como o impedimento da seleção de proposta mais vantajosa à Administração.

Fixo como pontos a serem apurados na instrução: a) utilização do critério de julgamento de menor preço; b) utilização do procedimento auxiliar de registro de preços; c) falhas nas cláusulas contratuais, apontadas na instrução n. 97/25-COP (peça 30). Deixo de receber a representação, contudo, quanto à insuficiência de fundamentação da negativa da impugnação interposta, pois o gestor público apresentou os motivos do seu indeferimento.

III. Diante do exposto, RECEBO a presente Representação e DEFIRO a medida cautelar para determinar que o CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ (COMESP) suspenda a Concorrência Eletrônica n. 01/25.

IV. Ainda, acato o opinativo da Coordenadoria de Obras (COP), nos termos da Instrução n. 97/25 (peça 30) e determino a ampliação do escopo da presente Representação da Lei n. 14.133/21, quanto aos apontamentos relacionados à minuta do contrato a ser firmado pelos municípios.

V. Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo, para que adote as seguintes medidas:

a) expedição, pelos meios de comunicações disponíveis[5], em razão da urgência, de INTIMAÇÃO do CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ (COMESP) para que promova a imediata suspensão dos procedimentos que envolvam a Concorrência Eletrônica n. 01/2025, até que esta Corte delibere sobre o mérito desta representação;

b) inclusão na autuação como interessados POLYANA RODRIGUES PEDRO MACEDO, agente de contratação da COMESP, conforme Portaria n. 11/2025, e responsável pelo Edital de Concorrência Pública n. 01/25;

c) por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos arts. 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, promova as CITAÇÕES do CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ (COMESP), na pessoa de seu representante legal, de POLYANA RODRIGUES PEDRO MACEDO, agente de contratação da COMESP, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, "a", da Lei Orgânica deste Tribunal, defesa em relação aos fatos noticiados pela Representante.

VI. Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.

VII. Após, voltem-me conclusos.

VIII. Publique-se.

Gabinete, 07 de novembro de 2025.

MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____

1. *Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por: § 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por: I - melhor técnica; ou II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica."*

2. *Decreto nº 12.343, de dezembro de 2024.*

3. *Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;

4. *Art. 85. A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:*

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

5. *Telefone, aplicativo de mensagens, fax, etc.*

PROCESSO Nº: 693670/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE
INTERESSADO: MEXUM ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA, MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1986/25

I. Trata-se de Representação da Lei n. 14.133/21, cumulada com pedido cautelar, formulada por MEXUM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., contra o MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE, em razão do descumprimento de normas legais e orientações do TCU pelo responsável da Comissão de Licitação, JOÃO CARLOS DOS SANTOS, no âmbito da Concorrência Eletrônica n. 12/2025, cujo objeto é a "execução de pavimentação em bloco sextavado", no valor total de R$ 6.548.265,56.

Em suma, insurge-se em face da desclassificação de 12 empresas em virtude de R$ 0,01 (um centavo) de diferença a maior na apresentação da garantia de proposta.

Narra que, em 09/10/2025, às 08h56, iniciou-se o certame na plataforma "Licitanet", com a exigência do critério de pré-habilitação, conforme item 04.01.02 do edital, mediante a comprovação do recolhimento de garantia de proposta no valor de 1% do montante estimado da contratação, equivalente a R$ 65.482,65:

"04.01.02 Deverá ser recolhido e anexado, no momento da apresentação da

proposta, comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. O valor, de que trata o Art. 58, § 1º ref. a 1% (um por cento), é de R$ 65.482,65 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)".
Contudo, às 09h16, o agente de contratação iniciou a eliminação de licitantes, reduzindo o número de concorrentes de 14 para apenas 2, sob o fundamento de que 12 empresas apresentaram garantia de proposta com valor superior em R$ 0,01 (um centavo) ao exigido, ou seja, R$ 65.482,66, em decorrência de arredondamento matemático do percentual aplicado sobre o valor total do edital (R$ 6.548.265,56).
A representante sustenta que essa conduta configura grave violação aos princípios da isonomia e da competitividade, pilares do processo licitatório, uma vez que 85% dos licitantes foram excluídos por motivo excessivamente formalista e desproporcional, sem qualquer fundamento em prejuízo à Administração Pública.
Argumenta que todas as empresas desclassificadas apresentaram suas apólices de garantia, e que o valor excedente de R$ 0,01 não representa risco ao erário, sendo fruto de arredondamento matemático amplamente reconhecido.
Alega que o agente público agiu com erro grosseiro, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI 5527), que afasta a proteção da boa-fé administrativa quando há manifesta negligência, imprudência ou imperícia. Invoca o Decreto n. 9.830/2019, que prevê responsabilização pessoal da autoridade superior por atos praticados com dolo ou erro grosseiro, bem como o art. 7º, §1º da nova Lei de Licitações, que estabelece responsabilidade individual do agente de contratação, salvo induzimento a erro pela equipe de apoio.
Cita ainda doutrina, reforçando que o agente público deve atuar com legalidade, razoabilidade e zelo pelo interesse público, não podendo se valer de rigor formalista para excluir propostas mais vantajosas.
Diante dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados, a representante requer, em caráter cautelar, a concessão de medida liminar inaudita altera pars para determinar o retorno da fase de lances da Concorrência Eletrônica n. 12/2025, com aviso prévio de 24 horas via chat e e-mail aos licitantes, a fim de garantir a ampla participação e restabelecer a competitividade do certame.
Requer, ainda, a notificação da autoridade apontada como coatora para que preste as informações que entender pertinentes, bem como a análise das decisões adotadas, com vistas ao cumprimento da legalidade e à responsabilização dos envolvidos, se for o caso.
II. Antes do recebimento ou da decisão sobre a medida cautelar requerida, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, intime-se o MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE, na pessoa de seu representante legal, a fim de que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, se manifeste a respeito das alegações constantes da representação, bem como promova a juntada do procedimento da Concorrência Eletrônica n. 12/2025 na íntegra e demais documentação que entender pertinente ao esclarecimento dos fatos.
III. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação na forma prevista no § 8º do art. 381 do Regimento Interno[1].
IV. Após, voltem-me conclusos.
V. Publique-se.
Gabinete, 7 de novembro de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____

1. § 8º Nos processos que envolvem medida cautelar, a intimação para cumprimento ou resposta prévia será realizada por servidor da Diretoria de Protocolo oficialmente designado pelo Presidente, que procederá à comunicação mediante o uso de recursos tecnológicos previstos neste Regimento ou em Instrução Normativa, considerando-se a intimação perfeita com a respectiva certificação nos autos.

PROCESSO N°: 710915/25
ENTIDADE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COMUNIDADE DOS MUNIC DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE APOIO AO PRIMEIRO EMPREGO E ESTÁGIO, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COMUNIDADE DOS MUNIC DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO
PROCURADOR: LUIZ PAULO BUSQUIM BRAGA, VICTOR FELIX SZYTKO KOCH
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1999/25

I. Trata-se de Representação da Lei n. 14.133/2021, com pedido de medida cautelar, formulada pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO AO PRIMEIRO EMPREGO E ESTÁGIO, contra o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO (CIS-COMCAM), sediado em Campo Mourão/PR, na qual relata supostas irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico n. 08/2025.
O objeto é a "contratação de agente de integração de estágio para estudantes cursando diversas áreas de formação de interesse do CIS-COMCAM."
O valor total máximo da contratação é de R$ 190.446,00 (cento e noventa mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), no critério de julgamento de menor preço por lote, pelo prazo de 12 meses prorrogáveis. A sessão de abertura e julgamento das propostas estava prevista para o dia 07/11/2025.
Em síntese, a representante alega que o edital contém vícios que comprometeriam a legalidade, a competitividade e a economicidade do certame.
Inicialmente, destaca a irregularidade da exclusividade para participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), conforme disposto no item 9.1 do edital, em clara ofensa ao art. 5º da Lei n. 14.133/2021.
Entende que o requisito afronta o disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar n. 123/2006, que limita a exclusividade às contratações cujo valor não ultrapasse R$ 80.000,00. No caso em análise, o valor estimado da contratação é de R$ 190.446,00, que excede em mais de duas vezes o limite legal, tornando a cláusula restritiva nula, aponta o Representante.
A ilegalidade seria agravada pela contradição interna do edital, uma vez que o Termo de Referência, em seu item 16.1, prevê expressamente a ampla concorrência, evidenciando falta de coerência normativa e técnica no instrumento convocatório.
Adicionalmente, aponta a ausência de Estudo Técnico Preliminar e de Planilha de Viabilidade Econômica, documentos que seriam imprescindíveis à adequada instrução do processo licitatório. A inexistência desses elementos compromete a análise da real necessidade da contratação, a estimativa de custos e a escolha da melhor solução para a Administração, podendo resultar em prejuízos ao erário e em restrições indevidas à competitividade.
Informa sobre a ausência de comprovação de realização de audiência pública. Sustenta que, embora não haja previsão expressa na legislação, a Constituição Federal e os precedentes do Tribunal de Contas da União indicam a necessidade de participação dos usuários e da sociedade na discussão de contratos que impactam diretamente o interesse coletivo, sendo a audiência pública instrumento de transparência, controle social e legalidade.
Por fim, requer a concessão de medida cautelar para suspensão imediata do certame, a fim de que sejam sanadas as irregularidades e promovida a retificação do edital.
É o breve relato.
II. Em consulta ao Portal da Transparência do Consórcio CIS-COMCAM[1] e ao Portal BLL Compras,[2] verifico que o início da disputa de lances foi adiado para o dia 18/11/2025.
Em análise preliminar, constato que o Estudo Técnico Preliminar e demais anexos foram devidamente juntados no Portal da Transparência do Consórcio.
Examino, ainda, que a primeira irregularidade suscitada pela Representante, concernente à limitação imposta no item 9.1 do edital, que restringia a participação no certame às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), já foi objeto de retificação por parte do Consórcio, o qual procedeu à adequação do instrumento convocatório:

> **CLÁUSULA 9.1. DA PARTICIPAÇÃO:**
>
> Poderão participar deste certame **empresas de todos os portes**, desde que atendam integralmente às exigências do edital e seus anexos, em conformidade com a legislação vigente.
> O item anteriormente destinado exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) **passa a permitir a participação ampla**, tendo em vista que o valor global estimado (R$ 190.446,00) excede o limite de R$ 80.000,00 previsto no art. 48, I, da LC nº 123/2006.
> **Permanecem assegurados às ME e EPP todos os benefícios legais de desempate e demais prerrogativas previstas na Lei Complementar nº 123/2006**, sem prejuízo à igualdade de condições entre os participantes.

III. Antes do recebimento ou da decisão sobre a medida cautelar requerida, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, intime-se o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO (CIS-COMCAM), na pessoa de seu representante legal, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação em relação aos pontos mencionados nesta Representação, sobretudo sobre a suposta ausência de Planilha de Viabilidade Econômica e da ausência de realização de audiência pública.
III. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para que promova a intimação na forma prevista no §3º do art. 381 do Regimento Interno[3].
IV. Após, voltem-me conclusos.
V. Publique-se.
Gabinete, 7 de novembro de 2025.
MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____

1. https://ciscomcam.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes/detalhes?entidade=1&exercicio=2025&tipoLicitacao=6&licitacao=13
2. https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DA%2FzVuf3FxGNfo4H0SXbyzAS5Hsa2dtnVdYHggB3hHSOkNcGVukBdt3EmP4w40VwG4ICUgT1OGrZVESgf70nbN3LowfeGP%2FixOSXbw5OTBfs%3D
3. § 8º Nos processos que envolvem medida cautelar, a intimação para cumprimento ou resposta prévia será realizada por servidor da Diretoria de Protocolo oficialmente designado pelo Presidente, que procederá à comunicação mediante o uso de recursos tecnológicos previstos neste Regimento ou em Instrução Normativa, considerando-se a intimação perfeita com a respectiva certificação nos autos.

PROCESSO N°: 711059/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE MATINHOS, TERCONS TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA, CONSULTORIA E LOCACOES LTDA
PROCURADOR: MAIRA NAJARA CROCETTI
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 2000/25

I. Trata-se de representação da Lei de Licitações, com pedido de cautelar, formulada por TERCONS TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, CONSULTORIA E LOCAÇÕES EIRELI, em face do MUNICÍPIO DE MATINHOS, contra o Edital de Licitação Especial, para Contrato Público de Solução Inovadora – CPSI n. 001/2025, no valor de R$ 1.460.000,00, com data de abertura da sessão pública prevista para o dia 13/11/2025, às 10h00min.
Sustenta que o objeto real do procedimento licitatório é serviço comum de videomonitoramento urbano (bens e serviços de TI padronizados), já amplamente ofertado no mercado, inclusive com uso de IA. Portanto, a invocação da LC 182/2021 (que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador) seria indevida, caracterizando tentativa indevida de afastar o regime da Lei n. 14.133/2021, que impõe Pregão Eletrônico para bens e serviços comuns (arts. 6º, XL, e 29, II).
Aponta os seguintes vícios no Procedimento:
a) O Edital rotula como "solução inovadora" um sistema de videomonitoramento com IA, mas o Termo de Referência descreve funcionalidades típicas e padronizadas do mercado.
b) A "Contextualização" e "Resultados Esperados" revelam finalidades clássicas de segurança pública e gestão de espaços, com captação/armazenamento/processamento de imagens e relatórios em tempo real.
c) Requisitos técnicos (câmeras Full HD, visão noturna, OCR de placas, cobertura 360°, sensores, software centralizado, nuvem/servidor, manutenção, LGPD, treinamento) são próprios de videomonitoramento comum.
d) Metas e cronograma (diagnóstico, instalação, início e continuidade da operação) confirmam implantação de serviço de monitoramento, não P, D&I.
e) Critérios de julgamento ampliam discricionariedade (p.ex., item 10.3.7.2) e admitem tecnologias "em desenvolvimento" e "protótipos", incompatíveis com uso em segurança pública e potencialmente geradores de vieses.
f) Edital e Termo de Referência, embora façam menção à exigência de adequação a LGPD, não dispõem sobre: validação humana de decisão final, obrigação de dupla validação, margem de erro, proibição de uso isolado de algoritmo como fundamento

único para medidas coercitivas, auditoria ou comissão independente para aferição sobre taxas de erro por grupo demográfico.
g) Termo de Referência restringe a aplicação da Lei n. 14.133/2021 a fases residuais (formalização, publicidade e controle), buscando reger o certame pela LC 182/2021 sem justificativa técnica-jurídica idônea.
h) A tentativa de aplicar o art. 15 da LC 182/2021, inexistindo efetiva inovação, conduziria a contratação direta indevida (dispensa) e violaria a legalidade e a competitividade.
Afirma que, por se tratar de serviço comum de TI, o procedimento adequado é o da Lei n. 14.133/2021 (Pregão Eletrônico). A adoção do Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI), na forma da LC n. 182/2021, sem a comprovação de ineditismo ou solução inovadora, afronta a legalidade, a isonomia e a competitividade (art. 37, caput, CF), sujeitando o certame à nulidade e à responsabilização do gestor (art. 156, Lei n. 14.133/2021).
Assim, requer o conhecimento da representação, a concessão de cautelar para suspender o CPSI n. 001/2025 e, no mérito, a declaração de nulidade do Edital por violar legalidade, isonomia, competitividade e economicidade, com a determinação de observância da Lei n. 14.133/2021 em procedimento adequado ao objeto (serviço comum de videomonitoramento).
Acostou cópia do Edital (peça 4).
É o breve relato.
II. Da análise do Edital, verifico que a sessão de lances está agendada para 13/11/2025.
IV. Isso posto, antes do recebimento ou da análise sobre a medida cautelar requerida, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, intime-se o MUNICÍPIO DE MATINHOS, na pessoa do seu representante legal, a fim de que, no prazo de 48h (quarenta e oito) horas, se manifeste a respeito das alegações constantes da representação, bem como promova a juntada da documentação que entender pertinente ao esclarecimento dos fatos, inclusive, com a apresentação do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR) e Parecer Jurídico, caso existentes.
IV. Com urgência, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação na forma prevista no § 8º do art. 381 do Regimento Interno[1].
V. Após, voltem-me conclusos.
VI. Publique-se.
Gabinete, 7 de novembro de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____
1. 1 § 8º Nos processos que envolvem medida cautelar, a intimação para cumprimento ou resposta prévia será realizada por servidor da Diretoria de Protocolo oficialmente designado pelo Presidente, que procederá à comunicação mediante o uso de recursos tecnológicos previstos neste Regimento ou em Instrução Normativa, considerando-se a intimação perfeita com a respectiva certificação nos autos.

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO N º:-187910/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
INTERESSADO:-MARCIO ARTUR DE MATOS, RITA MARA DE PAULA ARAUJO
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-LUIS FABIANO DE MATOS, RULIAN NEVES MARTINS
DESPACHO:-1561/25
DESPACHO
Trata-se estes autos de Prestação de Contas do Município de Telêmaco Borba, de responsabilidade do senhor MARCIO ARTUR DE MATOS, referentes ao exercício financeiro de 2024, de acordo com conteúdo e rito estabelecidos nos artigos 215 a 217 do Regimento Interno e na Instrução Normativa n.º 172, de 11 de julho de 2022, com as alterações trazidas pela Instrução Normativa n.º 185, de 10 de abril de 2024.
A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), em primeira análise, efetuada por meio da Instrução n.º 746/25[1], opinou pela regularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2024, nos termos do artigo 25, I, da Instrução Normativa n.º 172, e submeteu à apreciação do Relator a possibilidade de concessão de contraditório para oportunizar a manifestação do gestor quanto à Avaliação da Atuação Governamental nas áreas da Educação e Transparência e Relacionamento.
Assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, o Sr. Marcio Artur de Matos, Gestor das Contas do Município, apresentou petição[2] justificando os Indicadores Municipais de Acesso Educacional, uma vez que a Avaliação da Educação sofreu uma redução de 17,48%.
Em nova manifestação[3], a Coordenadoria de Contas (CCONTAS), após analisar a justificativa apresentada pelo interessado, entendeu que, caso seja autorizada a alteração extemporânea das respostas, considerando como atendidas as questões que obtiveram parecer favorável na tabela juntada pela coordenadoria, o Município alcançaria nova pontuação na área de Educação, passando de 6,61 para 6,83, e na área de Transparência e Relacionamento, de 6,77 para 7,10. Desse modo, não haveria mais a incidência de vetores sobre as áreas de Educação e Transparência e Relacionamento.
Diante do exposto, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação.
Gabinete, em 6 de novembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. Peça nº 41.
2. Petição Intermediária nº 672061/25 – Peça nº 56.
3. Instrução – 1748/25 – CCONTAS – Peça 65.

PROCESSO N º:-194488/25
ORIGEM:-CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA
INTERESSADO:-PEDRO LUIZ MORAES
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-CINTIA BARROCAS TAVARES FEITOSA
DESPACHO:-1562/25
DESPACHO
Tendo em vista a inclusão da Sra. Cíntia Barrocas Tavares Feitosa, OAB/PR nº 130.685, como Procuradora-Geral da Câmara Municipal de Guarapuava, remetam-se os autos à Segunda Câmara deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para que, após o decurso do prazo recursal, seja certificada a ocorrência do trânsito em julgado, ou, caso contrário, que sejam adotadas as providências cabíveis.
Gabinete, em 6 de novembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-591355/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
INTERESSADO:-ADEMAR LUIZ BURCKHARDT, CLAUDIA LUIZA MAZIERO, INOVATEC SOLAR LTDA, MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1563/25
DESPACHO
Retornam os presentes autos para deliberação após a apresentação de defesa dos interessados e do cumprimento de diligências pelo Município de Catanduvas.
Analisando a documentação juntada, bem como as informações anteriormente prestadas pelo ente (peça 26), certifica-se que houve a anulação do procedimento licitatório (peça 59, pág. 35), baseada em parecer de sua Assessoria Jurídica, o qual teve como motivação a ocorrência de "vícios materiais e formais insanáveis (manifestação extemporânea da pregoeira em prejuízo ao contraditório e à ampla defesa), além da multiplicidade de recursos administrativos que comprometem a lisura e a segurança jurídica do certame".
Conforme pacificado na jurisprudência deste Tribunal [1], a anulação de um procedimento licitatório não enseja necessariamente a perda de objeto da representação, porquanto o mérito, sempre que possível, deve ser analisado, a fim de que, quando da instauração de nova licitação, todas as eventuais falhas sejam sanadas.
Diante do exposto, encaminhe-se o feito à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) e, na sequência, ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.
Publique-se.
Gabinete, em 6 de novembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. Acórdãos nº 3264/15, 1783/18, 501/20 e 2821/22 – Tribunal Pleno.

PROCESSO N º:-704613/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE FLORAÍ
INTERESSADO:-G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA - ME, MUNICÍPIO DE FLORAÍ
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1566/25
DESPACHO
Tratam os autos de Representação da Lei de Licitações, nos termos do art. 170, §4º, da Lei n.º 14.133/2021, formulada pela empresa G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA contra o MUNICÍPIO DE FLORAÍ, por meio da qual aponta irregularidades no processo Pregão Eletrônico nº 039/2025, O QUAL, tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa de engenharia para execução de reparos e pinturas em pistas e ciclovias, no Município de Floraí/PR, conforme Termo de Referência datado de outubro de 2025[1].
A sessão pública do referido certame será realizada na data se 12/11/2025, com parâmetro máximo de preço o valor de R$ R$818.065,12 (oitocentos e dezoito e sessenta e cinco mil e doze centavos).
Em síntese, a Representante aponta as seguintes irregularidades no procedimento adotado pelo município:
a) Constata-se, contudo, que o certame adotou indevidamente a forma de disputa por lote único, englobando, em um mesmo grupo de contratação, serviços de natureza técnica diversa, a saber: pintura viária e execução de serviços de engenharia civil (reparo e demolição em concreto, regularização de base etc.), restringindo indevidamente o caráter competitivo da licitação.
b) A exceção possível para licitação por lotes, e não por itens, descabe, quando os itens possuem diferenças ontológicas de trato professional: há diversas empresas que apenas atuam no setor de pintura e outras, por seu turno, no de construção, de modo que as justificativas presentes no Edital foram meramente retóricas, sem base científica suficiente.
Com base em tais fundamentos, a empresa requer, em sede cautelar, a suspensão imediata do certame. No mérito, pleiteia a declaração de nulidade do Edital com ordem de imediata alteração para disputa por itens, abrindo-se à ampla concorrência.
É a breve síntese fática.
Preliminarmente, destaco que as impropriedades explicitadas podem ser passíveis de justificativas, o que autoriza a concessão de oportunidade ao Município para que, previamente à análise do juízo de admissibilidade e do pleito cautelar, aporte, caso queira, os elementos que entender pertinentes, para fins de formação de um adequado juízo de admissibilidade do feito.
Tal providência se dá nos termos do art. 404[2], caput, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, sendo imprescindível que cada uma das supostas irregularidades apontadas seja devidamente enfrentada. Para tanto, o Município deverá apresentar as devidas justificativas técnicas e jurídicas especificamente para que esclareça:
a) Qual a justificativa para a escolha da modalidade e a disputa por um único lote, demonstrando de forma pormenorizada as razões;
b) traga aos autos a íntegra do procedimento licitatório em exame (fases interna e externa);
Tendo em vista, que a abertura do certame está marcada para 12/11/2025, não há tempo hábil para a concessão do prazo de 05 (cinco) dias para manifestação do

Município. Sendo assim, em homenagem aos princípios Constitucionais do contraditório e ampla defesa, concedo prazo para que o Município de manifeste, se houver interesse, de forma improrrogável até a data de 10/11/2025.
Nestes termos, sigam os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para INTIMAR, com urgência, o MUNICÍPIO DE FLORAÍ, para que, no prazo improrrogável de 10/11/2025, apresente manifestação prévia quanto aos fatos apontados nesta Representação da Lei de Licitações, nos termos acima.
Após, retornem os autos a este gabinete para deliberação.
Publique-se.
Gabinete, em 7 de novembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. Peça n.º 03.
2. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO N º:-540637/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
INTERESSADO:-LEPIN CONSTRUTORA LTDA, MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, VITOR HUGO RODRIGUES
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1567/25
DESPACHO
Trata-se de Representação, com pedido de medida cautelar, nos termos do art. 170, §4º[1], da Lei Federal n.º 14.133/2021, formulada por LEPIN CONSTRUTORA LTDA em face do MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ em razão de possíveis irregularidades na condução a fase externa do Pregão Eletrônico nº 42/2025 cujo objeto é contratação de empresa para execução de decoração natalina do projeto Natal Iluminado, contendo locação, manutenção montagem e desmontagem das decorações, em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade, Turismo e Cultura.
Em síntese, a Representada sustenta que a sua desclassificação foi errônea e violou, dentre outras, a regra do inciso III do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/21[2], tendo sido narrado os seguintes eventos: (i) a Representada, em sede recursal, inabilitou a Representante sob o argumento de que esta juntou parte do Balanço Patrimonial de 2023 (referente a janeiro a julho) de forma extemporânea em razão de diligência, alegando tratar-se de 'documento novo' (fl. 1 da Peça nº 3); (ii) a decisão mostrou-se equivocada, eis que: (ii.a) balanço patrimonial referente ao período de 01/08/2023 a 31/12/2023 já trazia, em suas notas explicativas, os resultados consolidados de todo o exercício de 2023 (fl. 1 da Peça nº 3), (ii.b) a complementação realizada em diligência (01/01/2023 a 31/07/2023) apenas anexou a parte inicial do exercício, sem alterar a substância das informações contábeis nem a capacidade econômico-financeira da empresa e (ii.c) o próprio edital (itens 7.14 e 7.15) e o art. 64 da Lei 14.133/2021 autorizam a complementação de informações de documentos já apresentados, quando relativas a fatos preexistentes (fl. 1 da Peça nº 3).
Ao final, foi requerida, em sede cautelar, a suspensão da tramitação do certame e, no mérito, a procedência desta Representação da Lei de Licitações com a expedição de determinação ao Município de São Manoel do Paraná para rever a decisão de desclassificação, restabelecendo a habilitação da Lepin Construtora Ltda., preservando a proposta mais vantajosa (fl. 2 da Peça nº 3).
Por meio do Despacho nº 1175/25 - GCAZ (Peça nº 6), foi determinada a intimação do jurisdicionado para manifestação prévia e requisitado, a título de diligência, a entrega de cópia integral do Processo Administrativo nº 135/2025 referente as fases internas e externas do certame. O Jurisdicionado, mediante Petição Intermediária 569759/25 (Peças nº 10 a 22) atendeu à diligência e não prestou esclarecimentos.
É o relatório.
Em sede de juízo perfunctório e a partir dos elementos de convicção examinados até o momento, julgo conveniente RECEBER esta Representação da Lei de Licitações a fim de apurar com maior acuraria os fatos retratado na exordial (Peça nº 3) e submeter a análise do caso concreto ao Plenário deste Tribunal de Contas.
Passo ao exame do pleito cautelar.
O inciso III do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/21[3] veda a inabilitação de licitantes em razão do desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta.
A regra amolda-se ao comando da parte final do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal[4] que restringe as exigências de habilitação dos licitantes somente àquelas atintes à qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
Além do mais, o art. 64 da Nova Lei de Licitações autoriza a comissão de licitação, por ocasião da análise dos documentos de habilitação, a realizar diligências para complementar informações de documentos já apresentados e a sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, conforme segue:
Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
As regras ora expostas densificam a aplicação do princípio da instrumentalidade das formas no âmbito das normas que regem as contratações públicas, o qual, em suma, busca evitar a burocracia excessiva de um procedimento formal prejudique a obtenção de um resultado justo e eficaz.
Nessa perspectiva, o Tribunal de Contas da União manifestou-se sobre o tema nos seguintes termos:
Acórdão nº 2443/2021-Plenário:
A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência.
Acórdão nº 1211/21 – Plenário:
A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.
[Resumo] [...] Dito isso, o relator ponderou que a interpretação literal do termo "[documentos] já apresentados" do art. 26, § 9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, poderia levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que "o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim) ". Em alinhamento com esse entendimento, asseverou que a vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, "deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação". Destarte, caso o documento ausente "se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro". O relator transcreveu ainda o disposto no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) e afirmou que esse dispositivo reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, porém "deixa salvaguardada a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão publicado certame". Assim sendo, arrematou que não haveria vedação ao envio de documento que não alterasse ou modificasse aquele anteriormente encaminhado. (g.n.)
No caso concreto, os elementos de informação das folhas nº 58 a 64 da Peça nº 4 indiciam que a Representante apresentou, na fase de habilitação, balanço patrimonial encerrado em 31/12/2023 e que a escrituração do demonstrativo se refira ao período de 08/2023 a 12/2023, tendo sido juntada, posteriormente, cópia da demonstração relativa à escrituração dos meses de janeiro a julho de 2023, o que deu ensejo a inabilitação da Representante, conforme segue:
Todavia, ao reavaliar os autos, verificou-se situação de maior gravidade, a aceitação de documentos novos em sede de diligência, em afronta ao art. 64, § 20, da Lei no 14.13312021. Houve um erro considerado insanável quanto à classificação da empresa LEPIN CONSTRUTORA LTDA. Diante disso, esta Pregoeira e Equipe de Apoio entendem ser necessário revisar o ato com base no princípio da autotutela administrativa.
Conforme a Súmula 473-STF
A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
Consta que o edital exigia a apresentação dos balanços patrimoniais referentes aos dois últimos exercícios sociais. No entanto, a empresa LEPIN CONSTRUTORA LTDA apresentou apenas o balanço completo do ano calendário de 2024 e de agosto a dezembro do ano-calendário de 2023. Em diligência, foi solicitada justificativa para a apresentação incompleta, ocasião em que a empresa alegou alteração de regime tributário ao longo de 2023 e juntou o balanço referente a janeiro a julho de 2023, completando assim o exercício.
Ocorre que a diligência tem por finalidade esclarecer ou complementar documentos já apresentados, não se prestando à inclusão de novos documentos exigidos pelo edital. Nesse contexto, a juntada posterior de parte do balanço patrimonial caracteriza apresentação extemporânea de documento essencial, vicio que compromete a habilitação da empresa.
Diante disso, a habilitação da LEPIN CONSTRUTORA LTDA não pode subsistir, sob pena de violação aos princípios da isonomia e da vinculação ao edital. A Pregoeira e a Comissão de Licitação, cientes do transtorno que eventual alteração de decisão possa causar, reafirmando seu compromisso com a legalidade, a transparência e a igualdade de condições entre todos os participantes.
Pois bem, diante do contexto fático e jurídico acima retratado, entendo, em sede de cognição sumária, que a anulação da habilitação da Representada mostrou-se inapropriada, porquanto afasta licitante do certame em razão de exigência meramente formal que não comprometia, em nenhuma medida, a aferição da sua qualificação econômica.
Explico, o Balanço Patrimonial presta-se a evidenciar a posição patrimonial de uma entidade em uma data específica. Em outras palavras, a situação econômica retratada no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 reflete todas as transações econômicas e financeiras pretéritas, inclusive aquelas efetivadas entre o período de 01/01/2023 a 31/07/2023, tratando-se de um demonstrativo contábil de natureza cumulativa.
Logo, a entrega do Balanço Patrimonial relativo à escrituração do período de 01/08/2023 a 31/12/2023 não influencia, em nenhuma medida, a aferição da habilitação econômico-financeira da licitante. Além disso, a posterior juntada da escrituração referente a escrituração do período de 01/01/2023 a 31/07/2023 apenas complementou as informações do referido demonstrativo contábil, presando-se, no caso, à mera apuração de fatos existentes à época da abertura do certame.
Portanto, o Balanço Patrimonial referente aos meses de janeiro a julho de 2023 não pode ser considerado como documento novo e essencial a aferição da qualificação econômica e financeira, e a sua juntada extemporânea, no caso, não constitui, a priori, motivo idôneo para a inabilitação da Representante.
Logo, em sede de cognição sumária, entendo que a narrativa apresentado pelo Representante goza de verossimilhança e está acompanhada de indícios mínimos, razoáveis e hábeis a indicar a violação, dentre outros, dos princípios da legalidade, da eficiência, do interesse público, da economicidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e da isonomia previstos no caput do art. 5º da Lei Federal nº

14.133/21, bem como o desrespeito à regra do inciso III do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/21 e ao preceito do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.
Diante do exposto e em sede de cognição sumária, concedo a medida cautelar pleiteada devido a satisfação dos pressupostos do art. 400 do Regimento Interno[5] porquanto a probabilidade do direito restou evidenciada em virtude da violação dos preceitos dos artigos 5º e 12, III, da Lei Federal nº 14.133/21 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal e o risco de agravamento da lesão decorre da iminente formalização de contrato administrativo em ilegal preterição ao detentor da melhor proposta de preços.
Em atenção ao Parágrafo Único do art. 147 da Lei Federal nº 14.133/21[6] e considerando o objeto e a finalidade do Edital Pregão Eletrônico nº 42/2025, deduzo que a paralisação da contratação em apreço não afeta, direta ou indiretamente, a prestação de serviços públicos essenciais à população ou traz prejuízos à interesse público primário e relevante.
Assim, com fulcro no art. 53 (§ 1º, inciso IV do § 2º e inciso II do § 3º) da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e nos artigos art. 400 (§§ 1º a 3º); 401 (inciso V) e 403 (inciso II), todos, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, acolho o petitório apresentado e DETERMINO, em sede cautelar, a imediata suspenção da tramitação do Pregão Eletrônico nº 42/2025.
Em vista disso, e tendo em vista o juízo positivo de admissibilidade do feito, remeta-se o processo à Diretoria de Protocolo (DP) para:
a) INTIMAR, com urgência e via comunicação eletrônica, o MUNICIPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, na pessoa do seu representante legal, Prefeito Municipal (Sr. Vitor Hugo Rodrigues), para ciência e imediato cumprimento desta decisão;
b) INTIMAR o MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, na condição de interessado e na pessoa do seu Representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado na forma regimental, apresente manifestação, se assim julga pertinente, quanto aos fatos apontados na Exordial desta Representação da Lei de Licitações (Peça nº 3).
c) CITAR, preferencialmente por meio eletrônico, a Sra. Andressa Rodrigues Brunhara, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado na forma regimental, apresente contraditório, se assim julga pertinente, quanto as irregularidades apontadas na exordial (Peça nº 3), eis que, na condição de Pregoeira, foi a responsável pela emissão da Decisão Definitiva (fls. 30 e 31 da Peça nº 22) que inabilitou indevidamente a Representante.
d) CITAR, preferencialmente por meio eletrônico, o Prefeito Municipal, Sr. Vitor Hugo Rodrigues, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado na forma regimental, apresente contraditório, se assim julga pertinente, quanto as irregularidades apontadas na exordial (Peça nº 3).
Para além, os autos devem retornar a este Gabinete antes da próxima sessão do Tribunal Pleno, tendo em vista a necessidade de submeter à apreciação do colegiado a decisão cautelar proferida, conforme disposto no art. 400, §1º-A, do Regimento Interno.
Publique-se.
Gabinete, em 7 de novembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

1. *Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.*
[...]
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
2. *Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:*
[...]
III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
3. *Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:*
[...]
III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
4. *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
[...]
XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
5. *Art. 400. O Tribunal poderá determinar a aplicação de medidas cautelares, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação.*
6. *Art. 147. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:*
I - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
II - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
III - motivação social e ambiental do contrato;
IV - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
V - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
VI - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
VII - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
VIII - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
IX - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
X - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
XI - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.
Parágrafo único. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

PROCESSO N º:-705598/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE FLORAÍ
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE FLORAÍ, SHARK DO BRASIL LTDA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1568/25
DESPACHO
Tratam os autos de Representação da Lei de Licitações, nos termos do art. 170, §4º, da Lei n.º 14.133/2021, formulada pela empresa SHARK DO BRASIL LTDA, em face do MUNICÍPIO DE FLORAÍ, por meio da qual aponta irregularidades no processo Pregão Eletrônico nº 039/2025, O QUAL, tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa de engenharia para execução de reparos e pinturas em pistas e ciclovias, no Município de Floraí/PR, conforme Termo de Referência datado de outubro de 2025[1].
A sessão pública do referido certame será realizada na data se 12/11/2025, com parâmetro máximo de preço o valor de R$ R$818.065,12 (oitocentos e dezoito e sessenta e cinco mil e doze centavos).
Em síntese, a Representante aponta as seguintes irregularidades no procedimento adotado pelo município:
a) A análise da legalidade do Edital do Pregão Eletrônico nº 039/2025, do Município de Floraí-PR, especialmente quanto à adoção do critério de julgamento “menor preço global”.
b) A concessão de medida cautelar, para suspender o certame até que seja apurada a regularidade do edital.
c) Ao final, o reconhecimento da irregularidade e a determinação de correção do edital, com a divisão do objeto em lotes ou itens compatíveis, em respeito aos princípios da competitividade, legalidade e economicidade.
Com base em tais fundamentos, a empresa requer, em sede cautelar, a suspensão do certame licitatório, bem como acatando nosso pedido de retificação do edital, para que dentro da legalidade seja justa quanto à ampla concorrência das empresas, ainda garanta a isonomia nas licitações.
É a breve síntese fática.
Preliminarmente, destaco que as impropriedades explicitadas podem ser passíveis de justificativas, o que autoriza a concessão de oportunidade ao Município para que, previamente à análise do juízo de admissibilidade e do pleito cautelar, aporte, caso queira, os elementos que entender pertinentes, para fins de formação de um adequado juízo de admissibilidade do feito.
Tal providência se dá nos termos do art. 404[2], caput, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, sendo imprescindível que cada uma das supostas irregularidades apontadas seja devidamente enfrentada. Para tanto, o Município deverá apresentar as devidas justificativas técnicas e jurídicas especificamente para que esclareça:
c) Qual a justificativa para a escolha da modalidade e a disputa por um único lote, demonstrando de forma pormenorizada as razões;
d) traga aos autos a íntegra do procedimento licitatório em exame (fases interna e externa);
Tendo em vista, que a abertura do certame está marcada para 12/11/2025, não há tempo hábil para a concessão do prazo de 05 (cinco) dias para manifestação do Município. Sendo assim, em homenagem aos princípios Constitucionais do contraditório e ampla defesa, concedo prazo para que o Município de manifeste, se houver interesse, de forma improrrogável até a data de 10/11/2025.
Nestes termos, sigam os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para INTIMAR, com urgência, o MUNICÍPIO DE FLORAÍ, para que, no prazo improrrogável de 10/11/2025, apresente manifestação prévia quanto aos fatos apontados nesta Representação da Lei de Licitações, nos termos acima.
Após, retornem os autos a este gabinete para deliberação.
Publique-se.
Gabinete, em 7 de novembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

1. *Peça n.º 03.*
2. *Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.*

PROCESSO N º:-792551/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
INTERESSADO:-INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS HUMANIZA, INSTITUTO PATRIS, JOSIMAR APARECIDO KNUPP FROES, MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, PRO-VITTA ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-BEATRIZ MARAFON SILVA SPAK, EDUARDO MARAFON SILVA, FELIPE TONIETTO REIS, MARAFON SILVA SPAK - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
DESPACHO:-1569/25
DESPACHO
Com fundamento no art. 489[1] do Regimento Interno deste egrégio Tribunal de Contas, recebo o presente recurso de Agravo interposto pelo INSTITUTO PATRIS (peças 95 a 98) contra decisão contida no Despacho n.º 1177/25 – GCAZ (Peça n.º 91), em razão da determinação:
“(...) ao Município de Piraquara, que inicie novo procedimento licitacional para a “seleção de Organização Social de Saúde para a gestão da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h” e providencie o encerramento do atual contrato com o Instituto Patris a seu termo (...)”
Indefiro o pedido de sustentação oral, nos termos do §2º do Art. 45 da Lei Complementar nº 113/2005.[2]
Assim, encaminhem-se os presentes autos à Diretoria de Protocolo (DP), para que proceda ao desentranhamento e à autuação como Recurso de Agravo.
Publique-se.
Gabinete, em 7 de novembro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

1. *Art. 489. Cabe Recurso de Agravo, no prazo de 10 (dez) dias, com efeito apenas devolutivo, contra decisão monocrática do Conselheiro, do Auditor ou do Presidente do Tribunal, excetuadas as hipóteses de cabimento de Recurso Administrativo e Embargos de Liquidação.*

2. Art. 45. O Relator determinará as diligências antes da inclusão em pauta para julgamento.
(...)
§ 2º Excetuado o julgamento do Recurso de Agravo e dos Embargos de Declaração, será permitida à parte fazer sustentação oral. (Redação dada pela Lei Complementar n. 213/2018)

PROCESSO N º:-705806/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE FLORAÍ
INTERESSADO:-EXCELENCIA GESTAO DE NEGOCIOS EIRELI, MUNICÍPIO DE FLORAÍ
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-LUIZ PAULO BUSQUIM BRAGA, VICTOR FELIX SZYTKO KOCH
DESPACHO:-1570/25

DESPACHO

Tratam os autos de Representação da Lei de Licitações, nos termos do art. 170, §4º, da Lei n.º 14.133/2021, formulada pela empresa EXCELÊNCIA GESTÃO DE NEGÓCIOS EIRELI, em face do MUNICÍPIO DE FLORAÍ, por meio da qual aponta irregularidades no processo Pregão Eletrônico nº 039/2025, O QUAL, tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa de engenharia para execução de reparos e pinturas em pistas e ciclovias, no Município de Floraí/PR, conforme Termo de Referência datado de outubro de 2025[1].

A sessão pública do referido certame será realizada na data se 12/11/2025, com parâmetro máximo de preço o valor de R$ R$818.065,12 (oitocentos e dezoito e sessenta e cinco mil e doze centavos).

Em síntese, a Representante aponta as seguintes irregularidades no procedimento adotado pelo município:

a) Que a Administração estabeleceu como critério de julgamento o "Menor Preço Lote (Global)" para um objeto que, na prática, aglutina serviços de naturezas absolutamente distintas, técnica e comercialmente incompatíveis e, que, portanto, o Edital padece de vício insanável.

b) Que na análise da Planilha Orçamentária, constante do Termo de Referência, revela que o Lote Único é composto por duas categorias de serviços que não guardam qualquer pertinência técnica entre si. O objeto foi dividido no Item 1: PINTURA E DEMARCAÇÃO VIARIA, com o valor de R$ 624.215,90 (Seiscentos e vinte e quatro mil, duzentos e quinze reais e noventa centavos) e no Item 2: REPAROS EM CONCRETO, com o valor de R$ 193.849,22 (Cento e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos), totalizando R$ 818.065,12 (Oitocentos e dezoito mil, sessenta e cinco reais e doze centavos).

c) Faz menção a Jurisprudência pacificada dos Tribunais de Contas, com relação as citadas alegações.

d) Aduz, que inexiste Estudo Técnico Preliminar e Planilha de Viabilidade Econômica confeccionado pela Administração Pública, o que pode acarretar prejuízos econômicos para o erário público, bem como para as empresas licitantes.

e) Questiona a falta de Audiência Pública, posto que, trata-se de contrato onde a Pessoa Jurídica de Direito Privado atua em esfera pública, compreendendo a locomoção atrelada ao interesse público, garantindo os princípios de direito difuso, que asseguram a continuidade de eventual execução futura. A oportunidade de participação da empresa no certame é feita por meio de Audiência Pública, englobando a concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

Com base em tais fundamentos, a empresa requer, em sede cautelar, a suspensão do certame licitatório, bem como acatando nosso pedido de retificação do edital, para que dentro da legalidade seja justa quanto à ampla concorrência das empresas, ainda garanta a isonomia nas licitações.

É a breve síntese fática.

Preliminarmente, destaco que as impropriedades explicitadas podem ser passíveis de justificativas, o que autoriza a concessão de oportunidade ao Município para que, previamente à análise do juízo de admissibilidade e do pleito cautelar, aporte, caso queira, os elementos que entender pertinentes, para fins de formação de um adequado juízo de admissibilidade do feito.

Tal providência se dá nos termos do art. 404[2], caput, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, sendo imprescindível que cada uma das supostas irregularidades apontadas seja devidamente enfrentada. Para tanto, o Município deverá apresentar as devidas justificativas técnicas e jurídicas especificamente para que esclareça:

e) Qual a justificativa para a escolha da modalidade e a disputa por um único lote, demonstrando de forma pormenorizada as razões;

f) Traga aos autos a íntegra do procedimento licitatório em exame (fases interna e externa);

g) Porque deixou de apresentara estudo técnico Preliminar e Planilha de Viabilidade Econômica, bem como a falta de audiência pública.

Tendo em vista, que a abertura do certame está marcada para 12/11/2025, não há tempo hábil para a concessão do prazo de 05 (cinco) dias para manifestação do Município. Sendo assim, em homenagem aos princípios Constitucionais do contraditório e ampla defesa, concedo prazo para que o Município de manifeste, se houver interesse, de forma improrrogável até a data de 10/11/2025.

Nestes termos, sigam os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para INTIMAR, com urgência, o MUNICÍPIO DE FLORAÍ, para que, no prazo improrrogável de 10/11/2025, apresente manifestação prévia quanto aos fatos apontados nesta Representação da Lei de Licitações, nos termos acima.

Após, retornem os autos a este gabinete para deliberação.

Publique-se.

Gabinete, em 7 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

Relator

_____

1. Peça n.º 03.
2. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO N º:-609181/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, SILVIO ANTONIO DAMACENO
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1571/25

DESPACHO

Tratam os autos de Representação apresentada pela Sra. LEIRIANNE DE CAIRES SARTORI, por meio da qual aponta irregularidade no reajuste dos valores de diárias promovidos pelo Poder Executivo do Município de Prado Ferreira por meio do Decreto Municipal nº 031/2025.

A representante aponta que a Lei Municipal nº 491/2018 autoriza o reajuste, desde que respeitada a inflação do período, aferida pelo INPC. No entanto, argumenta que a disposição legal não especifica a periodicidade e o decreto teria promovido reajuste superior à inflação dos últimos 12 meses. Além disso, não há indicação dos parâmetros utilizados, percentual de reajuste aplicado, memória de cálculo e impacto orçamentário.

Defende também que a medida realizada consistiria em reajuste e extrapolaria a mera correção monetária, o que violaria o princípio da legalidade.

Por meio do Despacho nº 1364/25 – GCAZ[1] determinei a manifestação preliminar do Município que apresentou esclarecimentos[2].

É o breve relato.

A análise das irregularidades e dos documentos que compõem o processo demonstra que a representação não comporta admissibilidade.

Embora o Município não tenha apresentado os esclarecimentos de modo integral, as informações trazidas são suficientes para se concluir que houve mera recomposição inflacionária e não reajuste ilegal das diárias.

Com efeito, consta na resposta que os valores das diárias se encontravam no valor estabelecido pela Lei Municipal nº 491/2018. O Art. 29 da referida legislação permite ao executivo a atualização periódica dos valores, desde que respeitado o INPC, sem limitar o período da aplicação.

Ao analisar os valores originais e os atribuídos pelo Decreto nº 0318/2025 observo que foi aplicado um índice de correção de aproximadamente 31,85%, enquanto a inflação medida pelo INPC no período de janeiro de 2019 a maio de 2025 foi de 43,66%, segundo a calculadora do Banco Central[3], o que demonstra o respeito ao índice inflacionário do período.

A previsão de que seria limitado a 12 meses não consta da legislação e, por isso, não pode ser considerada parâmetro de ilegalidade. É certo que faltou transparência na indicação do índice e do período de modo claro no ato administrativo, o que foi apresentado na representação e deve ser objeto de tratamento específico pela gestão municipal em eventuais atos futuros, mas não implicou prejuízo, diante do respeito ao índice inflacionário do período considerado.

Assim, demonstrado que o ato de recomposição do valor das diárias respeitou o índice inflacionário do período considerado e inexistente a limitação legal do período de 12 meses para a recomposição, não há irregularidade nos valores fixados no Decreto nº 031/2025.

Assim, com fundamento no art. 32, XII, e 276, §3º, ambos do RITCEPR, deixo de receber a presente representação.

Para além, diante do juízo negativo de admissibilidade da presente Representação, determino:

a) A remessa do processo ao Ministério Púbico de Contas para ciência deste despacho;

b) Comunicação desta decisão ao Tribunal Pleno na forma do art. 436, parágrafo único, IV, do RITCE/PR;

c) Após, decorrido o prazo recursal sem manifestação dos interessados, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do artigo 398, §2º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.

Publique-se.

Gabinete, em 7 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

Relator

_____

1. Peça nº 8.
2. Peça nº 14.
3. https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice

Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

PROCESSO N.°:-508792/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDÊNCIA (FOZPREV)
RESPONSÁVEIS:-JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
INTERESSADA:-CLEIA REGINA FELIPE MOTA
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°: -522/25

Analisando a documentação acostada aos autos, verifico que o parecer jurídico juntado pela entidade às páginas 9 a 16, peça 10, refere-se a outro servidor.

Diante do exposto, com fundamento no artigo 383, inciso I, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que proceda, por meio eletrônico, à intimação do responsável, o senhor REGINALDO ADRIANO DA SILVA, para que, no prazo de 15 dias, junte aos autos o parecer jurídico referente à revisão de proventos da senhora CLEIA REGINA FELIPE MOTA.

Ocorrendo decurso de prazo sem apresentação de resposta, retornem os autos a este gabinete.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.

JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL

TC 51588-4[1]

_____

1. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.º:-571917/19
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PEABIRU
RESPONSÁVEIS:-JOSÉ MARCOS GONÇALVES LOPES, JULIO CEZAR FRARE
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.º:-523/25

Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal para que prossiga a análise das admissões, considerando os documentos apresentados pelo responsável às peças 64 e 76.

Curitiba, 7 de novembro de 2025.

FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS DUTRA
TC 52.517-0[1]

_____

1. Nos termos da Instrução de Serviço n.º 166/2023 (publicada em 27/6/2023 na edição n.º 3008 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Sem publicações

Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA

PROCESSO Nº-749036/24
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE RIO BOM
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
RESPONSÁVEL:-MOISES JOSE DE ANDRADE
DESPACHO 544/25

Considerando o disposto no inciso II-B do art. 168[1] e art. 348[2] do Regimento Interno, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para alteração da autuação, fazendo constar como procurador nos autos o nome do advogado do município, conforme peça processual nº 020.
Após, retornem-me.
Publique-se.
Curitiba, 06 de novembro de 2025.
Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator

_____

1. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo:
(...)
II - B – proceder às redistribuições e reatuações, quando devidamente motivadas e observando as regras contidas neste Regimento.
2. Art. 348. As partes e os interessados podem praticar os atos processuais diretamente ou por intermédio de procurador regularmente constituído.

PROCESSO Nº-268439/18
ENTIDADE:-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JATAIZINHO
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RESPONSÁVEIS:-ANDRE LUIZ ALVES JUNIOR, IGOR EMANOEL SABARA DE SOUZA, MIRIAM LUCIA TAROSSO DA SILVA
DESPACHO 549/25

Por intermédio da Informação nº 4.873/25 (peça processual nº 060), a Coordenadoria de Medidas Executórias noticiou que a Srª Miriam Lucia Tarosso da Silva efetuou o pagamento do valor de R$ 3.183,30 (três mil, cento e oitenta e três reais e trinta centavos), em 05 (cinco) parcelas de R$ 636,66 (seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos), referente à multa imposta pelo item II[1] do Acórdão nº 2.670/18 — 1ª Câmara (peça processual nº 022), mantido pelos Acórdãos nº 2.059/19 e nº 352/20, ambos do Pleno (peças processuais nº 040 e nº 052), mas deixou de recolher um saldo residual de R$ 68,48 (sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), valor atualizado em 27/08/2025.
Informou que o montante do saldo residual é insuficiente para emissão de certidão de débito, pois inferior a 01 (uma) Unidade Padrão Fiscal do Paraná — UPF/PR, bem como que já se passaram mais de 05 (cinco) anos desde o último pagamento, ocorrido em 25/08/2020, de modo que encaminhou os autos a este relator, para deliberação quanto à baixa de sanção, emissão de certidão de quitação de débito e encerramento do feito.
O representante do Ministério Público junto a esta Corte, Exmº Sr. Procurador Flávio de Azambuja Berti (Parecer nº 1.036/25 — peça processual nº 062) ponderou o transcurso de mais de 05 (cinco) anos desde o último pagamento, e considerou possível a baixa de sanção, emissão de certidão de quitação de débito e encerramento do feito.
Inicialmente, deve ser reconhecido o pagamento do valor de R$ 3.183,30 (três mil, cento e oitenta e três reais e trinta centavos), conforme o contido na fl. 002 da Informação nº 4.873/25 — CMEX (peça processual nº 060), relativo à sanção imposta pelo item II[1] do Acórdão nº 2.670/18 — 1ª Câmara (peça processual nº 022), mantido pelos Acórdãos nº 2.059/19 e nº 352/20, ambos do Pleno (peças processuais nº 040 e nº 052), de modo que autorizo a emissão da certidão de quitação da multa, com a consequente baixa de responsabilidade (art. 514, *caput* e § 2º, do Regimento Interno[2]), da Srª Miriam Lucia Tarosso da Silva, inscrita no CPF sob o nº 834.251.799-34.
De outro turno, considerando que o pagamento da última parcela do débito ocorreu em 25/08/2020, e que o termo final para adimplemento da parcela complementar dar-se-ia nos 30 (trinta) dias subsequentes, nos termos do § 2º[3] do art. 502 do Regimento Interno, momento em que, a partir do descumprimento, se deu o termo inicial da pretensão executória desta Corte, deve ser reconhecida a ocorrência da prescrição da parte não adimplida em 25/09/2025, correspondente, em valores atualizados em agosto deste ano, a R$ R$ 68,48 (sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), nos termos do art. 511, § 4º, do Regimento Interno[4], e da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema nº 899[5].
À guisa de fundamentação, pertinente a transcrição da esclarecedora ementa do acórdão proferido pela Suprema Corte em embargos de declaração opostos pela Advocacia-Geral da União nos respectivos autos com repercussão geral:
"EMENTA: TEMA 899 DE REPERCUSSÃO GERAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO FUNDADA EM DECISÃO DE TRIBUNAL DE CONTAS (CF, ART. 71, § 3º). PRAZO DE 5 (CINCO) ANOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
1. O acórdão embargado não apresenta omissões, contradições, ou obscuridades. O ofício judicante realizou-se de forma completa e satisfatória, não se mostrando necessários quaisquer reparos.
2. A questão controvertida decidida no Tema 899 da repercussão geral definiu a prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas, nos termos do art. 71, § 3º, da CF, que estabelece: "*as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo*".
3. Após a conclusão da tomada de contas, com a apuração do débito imputado ao jurisdicionado, conforme definido pelo STF, a decisão do TCU formalizada em acórdão terá eficácia de título executivo e será executada conforme o rito previsto na Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980).
4. Inexistência de hipótese de imprescritibilidade, aplicando-se, integralmente, o disposto no art. 174 do Código Tributário Nacional, c/c art. 40 da Lei 6.830/1980, que rege a Execução Fiscal e fixa em 5 (cinco) anos, respectivamente, o prazo para a cobrança do crédito fiscal e para a declaração da prescrição intercorrente, conforme consta no acórdão embargado.
5. Ausência dos pressupostos necessários à modulação dos efeitos do julgado.
6. Embargos de Declaração rejeitados." (Sem grifos no original).
(STF, Plenário, RE nº 636.886 ED/AL, relator ministro Alexandre de Moraes, julgado em 23/08/2021, publicado em 08/09/2021).
Diante do exposto, remetam-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias, para as providências cabíveis, tanto para a baixa de responsabilidade e emissão de certidão de quitação de multa à Srª Miriam Lucia Tarosso da Silva, quanto para o cancelamento do residual não adimplido, nos termos do presente despacho.
Após, encaminhem-se à Coordenadoria de Contas, para manifestação quanto ao encerramento do processo, considerando que já existe posicionamento positivo do representante do Ministério Público junto a esta Corte nesse sentido.
Por fim, retornem-me.
Publique-se.
Curitiba, 05 de novembro de 2025.
Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator

_____

1. II - aplicar a multa administrativa prevista no art. 87, inciso III, alínea 'b', da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 à Srª Miriam Lucia Tarosso da Silva, pelo atraso na entrega dos dados do sistema SIM-AM (atraso de 08 dias na apresentação dos dados do mês de janeiro/2017, atraso de 07 dias na apresentação dos dados do mês de fevereiro/2017, atraso de 20 dias na apresentação dos dados do mês de março/2017, atraso de 28 dias na apresentação dos dados do mês de abril/2017, atraso de 38 dias na apresentação dos dados do mês de maio/2017, atraso de 10 dias na apresentação dos dados do mês de junho/2017, atraso de 06 dias na apresentação dos dados do mês de setembro/2017 e atraso de 05 dias na apresentação dos dados do mês de outubro/2017).
2. Art. 514. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a certidão de quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a consequente baixa de responsabilidade.
(...)
§ 2º Nas hipóteses dos incisos I a III, do art. 499, será expedida a certidão de quitação de débito mediante autorização do Relator, através de despacho, com base na informação prestada pela Coordenadoria de Medidas Executórias. (Redação dada pela Resolução nº 129/2025)
3. § 2º O débito objeto de parcelamento sujeitar-se-á aos acréscimos previstos no art. 420 deste Regimento, os quais devem ser recolhidos em parcela única, denominada parcela complementar, em até 30 (trinta) dias após o recolhimento da última parcela, para que seja dada quitação total.
4. Art. 511. A título de racionalização administrativa e economia processual, e com o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento, o Tribunal poderá deixar de promover a execução do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para lhe ser dada quitação.
(...)
§ 4º Na hipótese do caput serão automaticamente canceladas as multas administrativas quando decorrido o prazo de prescrição da fazenda pública estadual.
5. Tema nº 899. Tese: "É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas".

PROCESSO Nº-355976/24
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
RESPONSÁVEIS:-EVERALDO JOSE PLATNER, JONAS CARLOS DIAS, JOSIELI DE SOUZA, ROGERIO DA SILVA GODOI, WILLIAN LORENSKI
PROCURADOR:-WILLIAN LORENSKI
DESPACHO 551/25

Indefiro o pedido de prorrogação de prazo requerido pela Câmara Municipal de Cerro Azul (petição intermediária nº 702.904/25 — peça processual nº 060), para cumprimento da determinação contida no item III, alínea 'b', do Acórdão nº 869/25 — 2ª Câmara (peça processual nº 039)[1], por ausência de previsão legal.
Retornem os autos à Diretoria de Protocolo, a fim de que promova a exclusão da autuação do nome do Sr. Willian Lorenski, como procurador da Câmara Municipal de Cerro Azul, nos termos da rescisão contratual de peça processual nº 061.
Após, remetam-se à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar, para análise e manifestação, e, ato contínuo, ao Ministério Público junto a esta Corte, para regular manifestação, em conformidade com o Despacho nº 511/25 (peça processual nº 056).
Por fim, retornem-me.
Publique-se.
Curitiba, 06 de novembro de 2025.
Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator

_____

1. III. ainda nos termos do parágrafo único do art. 17 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, e com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição da República:
(...)
b) determinar à Câmara Municipal de Cerro Azul, considerando que os procedimentos internos de licitação para contratação de empresa especializada em concursos públicos foram iniciados em 24/06/2024, bem como que o contrato com o Sr. Willian Lorenski terá sua vigência encerrada em 07/07/2025, apresente, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os atos conclusivos do concurso público para provimento do cargo efetivo de advogado.

PROCESSO Nº-64802/24
ENTIDADE:-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
ASSUNTO:-PENSÃO
INTERESSADOS:-BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, CRISTIANE FUDALLY DE SOUZA, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCO ANTÔNIO FRANZATO, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA E SILVONEY ANTÔNIO DE SOUZA
DESPACHO 552/25

Considerando o disposto no art. 1º, inciso IV[1], da Instrução de Serviço nº 032/2012[2] c/c o art. 1º da Instrução de Serviço nº 053/13[3], defiro, por

15 (quinze dias), o pedido de prorrogação de prazo solicitado mediante a petição intermediária nº 707345/25 (peças processuais nº 042 e 043), nos termos do art. 389, parágrafo único, do Regimento Interno[4].
Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para controle de prazo.
Publique-se.
Curitiba, 07 de novembro de 2025.
Paula Fonseca Camera
Auditora de Controle Externo

_____

1. Art. 1º - Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, ACE JERUSA HELENA PIAZ KLOCK, matrícula nº 51.281-8, e ACE MARCELO DA SILVA BENTO, matrícula nº 50.719-9, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:
IV – deferimento de requerimentos de prorrogação de prazo para exercício do contraditório e da ampla defesa e para cumprimento de diligências, nos termos regimentais, e observado o disposto no art. 40 do Código de Processo Civil;
2. Publicada no periódico 'Atos Oficiais Eletrônicos' nº 333 de 20/01/2012, fls. 139 e 140.
3. Art. 1º O caput do art. 1º, da Instrução de Serviço nº 50/2013, publicada no periódico "Diário Eletrônico do Tribunal de Contas" nº 603, de 21/03/2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 1º Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, EDGAR ANTONIO DOS SANTOS, Analista de Controle, matrícula nº 51.250-8, LUCIANO DINIS DE SOUZA, Analista de Controle, matrícula nº 51.738-0, MARCELO DA SILVA BENTO, Analista de Controle, matrícula nº 50.719-9, e PAULA FONSECA CAMERA, Analista de Controle, matrícula nº 51.702-0, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:"
4. Art. 389. O prazo para manifestação da parte interessada, inclusive na oportunidade do contraditório e da ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.
Parágrafo único. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, esta se dará por igual período, sem solução de continuidade, desde que justificada em petição protocolada no prazo inicial, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados intempestivamente.

Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO

Sem publicações

Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Sem publicações

Conselheira Substituta MURYEL HEY

Sem publicações

Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

PROCESSO N.º:-519085/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-JOAQUIM SILVA E LUNA, LUIZA ZOPPELARO AYALA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 90/25

ATO ADMINISTRATIVO	MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA	PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Portaria n.º 10.655/25, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu no dia 28/07/2025.	Pela LEGALIDADE e REGISTRO.	CONCORDA com a Unidade Técnica.

JULGAMENTO
O Ato é LEGAL e deve ser REGISTRADO pelo Tribunal de Contas.

FUNDAMENTAÇÃO
- Artigo 1º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e artigo 298, inciso II, do Regimento Interno.
- Artigo 8º da Lei Complementar Municipal n.º 396/23.

ENCAMINHAMENTO
À Diretoria de Protocolo para ENCERRAR e ARQUIVAR o processo após o trânsito em julgado – artigo 398 do Regimento Interno.
Publique-se.

Curitiba, 29 de outubro de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO N.º:-526200/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-INES DINIZ DA ROSA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 91/25

ATO ADMINISTRATIVO	MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA	PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Portaria n.º 10.712/25, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu no dia 01/08/2025.	Pela LEGALIDADE e REGISTRO.	CONCORDA com a Unidade Técnica.

JULGAMENTO
O Ato é LEGAL e deve ser REGISTRADO pelo Tribunal de Contas.

FUNDAMENTAÇÃO
- Artigo 1º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e artigo 298, inciso II, do Regimento Interno.
- Artigo 8º da Lei Complementar Municipal n.º 396/23.

ENCAMINHAMENTO
À Diretoria de Protocolo para ENCERRAR e ARQUIVAR o processo após o trânsito em julgado – artigo 398 do Regimento Interno.
Publique-se.

Curitiba, 30 de outubro de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO N.º:-263420/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-IDINER IZABEL DE SOUZA KLAUCK, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 93/25

ATO ADMINISTRATIVO	MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA	PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Portaria n.º 10.406/25, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu no dia 02/04/2025.	Pela LEGALIDADE e REGISTRO.	CONCORDA com a Unidade Técnica.

JULGAMENTO
O Ato é LEGAL e deve ser REGISTRADO pelo Tribunal de Contas.

FUNDAMENTAÇÃO
- Artigo 1º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e artigo 298, inciso II, do Regimento Interno.
- Artigo 8º da Lei Complementar Municipal n.º 396/2023.

ENCAMINHAMENTO
À Diretoria de Protocolo para ENCERRAR e ARQUIVAR o processo após o trânsito em julgado – artigo 398 do Regimento Interno.
Publique-se.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO N.º:-772909/24
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO:-FERNANDA FRANCA ROSSI DA SILVA, JULIANY FONTOURA DA SILVA PEREIRA, PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, SILVANE BOTTEGA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 94/25

ATO ADMINISTRATIVO	MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA	PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Atos de Admissão de Pessoal Complementares[1] referentes ao Concurso Público – Edital n.º 01/2022, da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão.	Pela LEGALIDADE e REGISTRO.	CONCORDA com a Unidade Técnica.

JULGAMENTO
O Ato é LEGAL e deve ser REGISTRADO pelo Tribunal de Contas.

FUNDAMENTAÇÃO
- Artigo 1º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e artigo 298, inciso II, do Regimento Interno.
- Instrução Normativa n.º 142/18-TCE/PR.

ENCAMINHAMENTO
À Diretoria de Protocolo para ENCERRAR e ARQUIVAR o processo após o trânsito em julgado – artigo 398 do Regimento Interno.
Publique-se.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

_____

1. Portaria n.º 16/2024 e Portaria n.º 24/2024.

PROCESSO N.º:-538462/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-JACQUELINE HETTWER MEZZARI ABOU GHOUCHE, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 95/25

ATO ADMINISTRATIVO	MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA	PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Portaria n.º 10.739/25, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu no dia 08/08/2025.	Pela LEGALIDADE e REGISTRO.	CONCORDA com a Unidade Técnica.

JULGAMENTO
O Ato é LEGAL e deve ser REGISTRADO pelo Tribunal de Contas.

FUNDAMENTAÇÃO
- Artigo 1º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e artigo 298, inciso II, do Regimento Interno.

- Artigo 8º da Lei Complementar Municipal n.º 396/23.

ENCAMINHAMENTO

À Diretoria de Protocolo para ENCERRAR e ARQUIVAR o processo após o trânsito em julgado – artigo 398 do Regimento Interno.
Publique-se.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO Nº.:-171054/25
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO
INTERESSADO:-ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-235/25
DESPACHO

FINALIDADE	INTIMAÇÃO

OBRIGAÇÃO DA(S) PARTE(S)

Em atenção ao pedido de prorrogação de prazo (peças n.º 30 a 36), concede-se novo prazo, de 15 (quinze) dias, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, sob pena de eventual desaprovação das contas e aplicação das sanções previstas na Lei Complementar n.º 113/05.

ENTIDADE(S) A SER(EM) INTIMADA(S)	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO, na pessoa de seu atual representante legal.
PESSOA(S) FÍSICA(S) A SER(EM) INTIMADA(S)	ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI.
VIA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO	Meio eletrônico ou, na impossibilidade, por ofício acompanhado de aviso de recebimento.

ENCAMINHAMENTO

1. À Diretoria de Protocolo;
2. Ao Relator.

Curitiba, 29 de outubro de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO Nº.:-261012/20
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE VIRMOND
INTERESSADO:-FERNANDO MIERZVA, MUNICÍPIO DE VIRMOND, NEIMAR GRANOSKI
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
DESPACHO Nº.:-236/25
DESPACHO

FINALIDADE	INTIMAÇÃO

OBRIGAÇÃO DA(S) PARTE(S)

Para que, no prazo de 15 (quinze) dias, exerçam o seu direito ao contraditório e à ampla defesa, em relação ao conteúdo da Instrução n.º 13867/25 e do Parecer n.º 1006/25 (peças n.º 57 e 60, respectivamente), sob pena de negativa de registro e aplicação de sanções previstas na Lei Complementar n.º 113/05;

ENTIDADE(S) A SER(EM) INTIMADA(S)	MUNICÍPIO DE VIRMOND, na pessoa de seu atual representante legal.
PESSOA(S) FÍSICA(S) A SER(EM) INTIMADA(S)	FERNANDO MIERZVA, atual Prefeito (01/01/2025 a 31/12/2028) NEIMAR GRANOSKI, ex-Prefeito (01/01/2017 a 31/12/2024);
VIA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO	Meio eletrônico ou, na impossibilidade, por ofício acompanhado de aviso de recebimento.

ENCAMINHAMENTO

1. À Diretoria de Protocolo;
2. À Coordenadoria de Atos de Pessoal para nova instrução;
3. Ao Ministério Público de Contas para novo parecer;
4. Ao Relator

Curitiba, 30 de outubro de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO Nº.:-678744/25
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-PEDRO PLACIDINO LOPES, REGINALDO ADRIANO DA SILVA, ZOLMIRA MARTINS LOPES
ASSUNTO:-REVISÃO DE PENSÃO
DESPACHO Nº.:-237/25
DESPACHO

FINALIDADE	INTIMAÇÃO

OBRIGAÇÃO DA(S) PARTE(S)

Para que, no prazo de 15 (quinze) dias, exerçam o seu direito ao contraditório e à ampla defesa em relação à Instrução n.º 23.383/25 (peça n.º 12), sob pena de eventual negativa de registro e aplicação das sanções previstas na Lei Complementar Estadual n.º 113/05.

ENTIDADE(S) A SER(EM) INTIMADA(S)	FOZ PREVIDÊNCIA - FOZPREV, na pessoa de seu atual representante legal.
PESSOA(S) FÍSICA(S)	REGINALDO ADRIANO DA SILVA, atual Gestor.
A SER(EM) INTIMADA(S)	
VIA DE INTIMAÇÃO	Meio eletrônico ou, na impossibilidade, por ofício acompanhado de aviso de recebimento.

ENCAMINHAMENTO

1. À Diretoria de Protocolo;
2. À Coordenadoria de Atos de Pessoal, para nova instrução;
3. Ao Ministério Público de Contas, para parecer;
4. Ao Relator.

Curitiba, 5 de novembro de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO Nº.:-197100/25
ENTIDADE:-FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE CURITIBA
INTERESSADO:-MARIA ALICE ERTHAL, MARIA AMALIA BARROS TORTATO
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-238/25
DESPACHO

FINALIDADE	SOBRESTAMENTO
DECISÃO	AUTORIZO o SOBRESTAMENTO, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, nos termos do artigo 427, caput, do Regimento Interno.
FUNDAMENTAÇÃO	O processo de Prestação de Contas de Extinção de Entidade n.º 309.544/25, relacionado a estes autos, ainda se encontra em tramitação, conforme informado pela Coordenadoria de Contas, na peça n.º 6.

ENCAMINHAMENTO

1. À Secretaria da 1ª Câmara, para comunicação em sessão;
2. À Coordenadoria de Contas, para aguardar o sobrestamento.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO Nº.:-615713/21
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PORECATU
INTERESSADO:-AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN, FABIO LUIZ ANDRADE, JOSE PAULO PEREIRA, MUNICÍPIO DE PORECATU
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO Nº.:-239/25
DESPACHO

FINALIDADE	INTIMAÇÃO

OBRIGAÇÃO DA(S) PARTE(S)

Para que, no prazo de 15 (quinze) dias, exerçam o seu direito ao contraditório e à ampla defesa, manifestando-se sobre o conteúdo da Instrução n.º 13.172/25 e do Parecer n.º 1.012/25 (peças n.º 53 e 54, respectivamente), bem como promovam a retificação dos dados cadastrados no sistema SIAP[1], conforme disposto pela Unidade Técnica, sob pena de eventual negativa de registro e aplicação das sanções previstas na Lei Complementar Estadual n.º 113/05.

ENTIDADE(S) A SER(EM) INTIMADA(S)	MUNICÍPIO DE PORECATU, na pessoa de seu atual representante legal.
PESSOA(S) FÍSICA(S) A SER(EM) INTIMADA(S)	AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN, Gestor atual; FABIO LUZ PEREIRA, ex-Gestor.
VIA DE INTIMAÇÃO	Meio eletrônico ou, na impossibilidade, por ofício acompanhado de aviso de recebimento.

ENCAMINHAMENTO

1. À Diretoria de Protocolo;
2. À Coordenadoria de Atos de Pessoal, para nova instrução;
3. Ao Ministério Público de Contas, para novo parecer;
4. Ao Relator.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

1. "Desse modo, sugere-se a realização de diligência para retificação dos dados cadastrados no SIAP, relativamente (I) ao valor proporcionalizado da verba transitória; (II) ao montante dos proventos, e (III) às informações pertinentes ao ato concessório." (grifamos).

TCEPR
CORREGEDORIA GERAL

Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações



Sem publicações



RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2025-GPGMPC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, pelo seu Procurador-Geral, no exercício das atribuições consignadas nos arts. 127, 129, II, VI e IX, e 130, da Constituição da República, nos arts. 149, I, e 150, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, no art. 7º, I, do Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, bem como no art. 15, da Resolução nº 02/2011, do Conselho Superior do Ministério Público de Contas, e arts. 21 e seguintes da Instrução de Serviço nº 71/2021, alterada pela Instrução de Serviço nº 75/2024;

CONSIDERANDO que o regime de precatórios está disciplinado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 100, que estabelece a obrigação do pagamento de débitos da Fazenda Pública em virtude de decisão judicial transitada em julgado, e que esses débitos devem ser incluídos na ordem cronológica de apresentação para pagamento, com as consequentes dotações orçamentárias na Lei Orçamentária Anual - LOA, de cada ente federativo, respeitando a prioridade dos créditos de natureza alimentícia, conforme os §§ 1º e 2º do mencionado artigo;

CONSIDERANDO que, consoante o art. 85, §§ 1º e 4º, da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, os Tribunais de Justiça encaminharão, até 31 de março de cada ano, as informações necessárias à consolidação dos dados referentes à situação dos precatórios sob sua responsabilidade, por ente devedor.

CONSIDERANDO que o § 5º, do art. 100, da Constituição Federal[1] – na redação anterior à edição da Emenda Constitucional nº 135/2025 (promulgada em setembro de 2025) –, dispunha ser obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 02 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente;

CONSIDERANDO, portanto, que para os projetos de LDO e LOA a serem apreciados e votados em 2025, com vigência em 2026, deverão ser considerados os precatórios apresentados até 02/04/2025, com previsão de pagamento até o final do exercício de 2026;

CONSIDERANDO que a nova data de apresentação dos precatórios fixada na Emenda Constitucional nº 136/2025[2] (1º de fevereiro), somente será aplicável na elaboração dos projetos da LDO e da LOA com vigência para o exercício de 2027;

CONSIDERANDO que também deve haver adequada previsão orçamentária para a quitação de decisões judiciais que se caracterizem como obrigações de pequeno valor objeto de RPV – Requisição de Pequeno Valor;

CONSIDERANDO que o § 27, II, III, e IV, do art. 100, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 136/2025, estabelece que o

Presidente do Tribunal de Justiça local determinará o sequestro, até o limite do valor devido, das contas municipais, estaduais ou distrital do ente federativo inadimplente para fins de pagamento de precatórios, ficando o ente omisso impedido de receber transferências voluntárias e respondendo o Governador do Estado ou do Distrito Federal ou o Prefeito do Município inadimplente na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que o artigo 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estabelece que, para efeito do que dispõem o § 3º, do art. 100, da Constituição Federal, e o art. 78, do ADCT, serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, os débitos ou obrigações consignadas em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios;

CONSIDERANDO que o artigo 101, do ADCT, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e modificado pelas Emendas Constitucionais nº 94/2016, nº 99/2017 e nº 109/2021, estabelece um regime especial de pagamento para Estados, Distrito Federal e Municipais que estavam em mora no pagamento de seus precatórios em 25 de março de 2015;

CONSIDERANDO que o regime especial de pagamento de precatórios autoriza os entes federativos a destinarem percentuais mínimos de suas receitas correntes líquidas ao pagamento desses requisitórios, e que a Emenda Constitucional nº 136/2025, em seu artigo 7º, dispensou, a partir da data de sua promulgação (09/09/2025), a necessidade de quitação dos débitos no prazo a que se refere o art. 101, do ADCT[3];

CONSIDERANDO que os municípios que não aderiram ao regime especial de pagamento de precatórios previsto no artigo 105, do ADCT, estão obrigados a incluir na LOA a ser aprovada em 2025, para vigência em 2026, a integralidade dos montantes devidos a título de precatórios judiciários apresentados até 02 de abril de 2025, fazendo-se o pagamento até o final do exercício de 2026, conforme disposto no § 5º, do artigo 100, da Constituição Federal – na redação anterior à edição da Emenda Constitucional nº 136/2025 (promulgada em setembro de 2025);

CONSIDERANDO que o Ministério Público de Contas tem o dever constitucional de velar pela fiel observância das normas constitucionais, legais e regulamentares que regem a aplicação dos recursos públicos, especialmente no que tange ao cumprimento das obrigações do Estado relacionadas aos precatórios, visando assegurar o respeito à ordem cronológica e à prioridade nos pagamentos dos precatórios alimentares e preferenciais;

CONSIDERANDO que o Princípio da Eficiência, previsto no artigo 37, da Constituição Federal, exige que a administração pública promova a gestão dos recursos financeiros de forma a garantir o adimplemento das obrigações impostas judicialmente de maneira célere e eficaz, prevenindo a acumulação de débitos que possam prejudicar o equilíbrio fiscal dos entes federativos e comprometer direitos dos credores;

CONSIDERANDO que o Princípio da Moralidade Administrativa, igualmente consagrado no artigo 37, da Constituição Federal, impõe que a gestão dos precatórios se dê de maneira ética e transparente, evitando favorecimentos indevidos e assegurando que os pagamentos sigam rigorosamente a ordem de apresentação e os critérios constitucionais de prioridade;

CONSIDERANDO a necessidade de observar e aplicar adequadamente as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, que exige planejamento e transparência na gestão das finanças públicas, bem como o respeito aos limites de despesa e endividamento, o que inclui as obrigações decorrentes de precatórios, para evitar o comprometimento do equilíbrio fiscal;

CONSIDERANDO que o disposto no artigo 10, da LRF, determina que a execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição;

CONSIDERANDO que o disposto no § 7º, do artigo 30, da LRF, determina a inclusão na dívida consolidada dos precatórios não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, para fins de aplicação de limites;

CONSIDERANDO que o disposto no artigo 67, da Lei Federal nº 4.320/1964, determina que sejam os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, realizados na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim, de sorte que é necessário haver prévia dotação orçamentária suficiente para a satisfação integral de todos pagamentos que devem ser realizados em 2026;

CONSIDERANDO que os Tribunais de Contas têm a atribuição de fiscalizar a aplicação de recursos públicos e o cumprimento das obrigações judiciais pelos entes públicos, podendo recomendar medidas corretivas e sancionar gestores públicos que se omitam no pagamento regular de precatórios ou descumpram as normas constitucionais;

CONSIDERANDO que a correta execução do regime de precatórios, tanto o regime geral previsto na Constituição Federal quanto o regime especial previsto no ADCT, contribuem para a efetividade da justiça e o respeito aos direitos dos cidadãos;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná disponibiliza no endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/precatorios todas as informações necessárias para a correta aferição dos valores devidos pelos Municípios paranaenses a título de precatórios judiciais cujo montante deverá ser incluído nas dotações orçamentárias correspondentes no Projeto de Lei Orçamentária anual a ser votado no exercício de 2025, para vigência no exercício de 2026; bem como a legislação correlata, que se encontra acessível no endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/legislacao-precatorios;

CONSIDERANDO o teor do Relatório de Análise Técnica nº 004/2025, publicado pelo Ministério Público de Contas do Estado do Paraná em 22 de setembro de 2025, que apresenta um estudo sobre a gestão do controle e pagamento dos precatórios judiciais por parte dos Poderes Executivo e Legislativo municipais do Estado do Paraná no ano de 2025 e evidencia fragilidades e inconsistências na administração dos requisitórios municipais, cujas correções podem contribuir significativamente para a otimização do planejamento orçamentário, para a agilidade nos pagamentos e para a melhoria da transparência e do controle (https://www.mpc.pr.gov.br/index.php/estudo-do-mpc-pr-apresentapanorama-da-gestao-de-precatorios-pelos-municipios-do-estado-do-parana/); e,

CONSIDERANDO que a não observância dos preceitos constitucionais e legais referidos nesta recomendação, assim como o seu não atendimento, além de caracterizar ato tipificado no Decreto-Lei nº 201/1967, pode redundar em responsabilizações dos agentes públicos, mediante representação e/ou tomada de contas extraordinárias, a ser proposta perante o Tribunal de Contas do Estado;

RECOMENDA-SE aos gestores públicos municipais e às autoridades responsáveis pela gestão dos precatórios no âmbito dos Municípios do Estado do Paraná, bem como aos integrantes dos parlamentos municipais responsáveis pela aprovação das leis orçamentárias, em especial da LDO/2026 e LOA/2026, que observem rigorosamente as normas constitucionais, infraconstitucionais e regulamentares aplicáveis ao regime de precatórios, adotando todas as medidas necessárias para assegurar o cumprimento integral das decisões judiciais, a regularidade nos pagamentos e a preservação da ordem cronológica, em respeito aos princípios da moralidade, eficiência e transparência na administração pública, e em especial:

I) Ao Prefeito Municipal:

1) Providenciar a relação de precatórios de regime geral, em arquivo Excel, contendo a ordem sequencial cronológica, o número do processo, a data da protocolização na Prefeitura, o nome do beneficiário e o valor do precatório;

2) Contemplar na Proposta de Lei Orçamentária de 2026, a ser encaminhada ou já

encaminhada à Câmara Municipal, a totalidade dos precatórios de natureza geral que deverão ser pagos no exercício de 2026, bem como das obrigações decorrentes de Requisições de Pequeno Valor - RPV;
3) Encaminhar a este Ministério Público de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, para o e-mail projetompc.precatorios@gmail.com, a relação de precatórios citada no item 1 e a Lei Orçamentária de 2026 (cujo formato do arquivo permita pesquisa textual), com a indicação da página e realce do item que contempla a totalidade dos precatórios de regime geral e demais obrigações decorrentes de Requisições de Pequeno Valor - RPV.
II) Ao Procurador-Geral do Município e ao Controlador-Interno do Município:
1) Considerando as particularidades de suas respectivas atuações, prestar a devida assistência ao Chefe do Poder Executivo, informando-lhe eventuais causas suspensivas ou interruptivas dos pagamentos, bem como certificar a exatidão das dotações orçamentárias correspondentes, como suficientes aos pagamentos de precatórios e obrigações decorrentes de Requisições de Pequeno Valor – RPV.
III) Ao Presidente e membros da Comissão de Orçamento e Finanças (ou congênere):
1) Fazer em seus pareceres, em item específico, a análise pormenorizada dos valores totais dos precatórios de regime geral para com os valores constantes da Proposta de Lei Orçamentária, destacando a sua suficiência ou insuficiência quanto o seu integral cumprimento;
2) Aferir em seus pareceres se houve a adequada previsão orçamentária para fazer frente às obrigações decorrentes de Requisições de Pequeno Valor – RPV;
3) Disponibilizar o parecer sobre a Proposta de Lei Orçamentária no portal da Câmara Municipal, na internet, em até 05 (cinco) dias após a aprovação do mesmo pela Comissão, cujo formato do arquivo permita pesquisa textual.
IV) Ao Presidente da Câmara Municipal:
1) Incluir em pauta a Proposta de Lei Orçamentária para o exercício de 2026 apenas se contemplar a totalidade dos créditos necessários para o pagamento de precatórios de regime geral e obrigações decorrentes de Requisições de Pequeno Valor – RPV, ratificando tal ato através de certidão;
2) Instruir o processo legislativo de análise da Proposta de Lei Orçamentária com a relação integral de todos os precatórios de regime geral do município, contendo ordem cronológica, número do processo e os valores respectivos, confirmando tal ato através de certidão;
3) Disponibilizar esta Recomendação Administrativa, em sua íntegra aos demais vereadores, bem como incluir em seu portal na internet, além de fazer a sua leitura na próxima sessão ordinária;
4) Encaminhar a este Ministério Público de Contas, no prazo de 05 (cinco) dias após a inclusão em pauta da Proposta de Lei Orçamentária, para o e-mail projetompc.precatorios@gmail.com, a:
4.1) Comprovação, por meio de certidão, de que cópia desta Recomendação Administrativa foi disponibilizada para todos os vereadores;
4.2) Comprovação, por meio de link da inclusão desta Recomendação Administrativa no portal da Câmara Municipal na Internet (disponibilizado no corpo do e-mail ou em certidão cujo formato do arquivo permita pesquisa textual);
4.3) Comprovação, por meio de certidão, de que esta Recomendação Administrativa foi lida em sessão ordinária logo após o seu recebimento;
4.4) Comprovação da publicação, no portal da Câmara Municipal na internet, do parecer da Comissão de Orçamento e Finanças (ou congênere), através de link disponibilizado no corpo do e-mail ou em certidão cujo formato do arquivo permita pesquisa textual.
V) Ao Prefeito Municipal, ao Presidente e membros da Comissão de Orçamento e Finanças (ou congênere), ao Presidente da Câmara Municipal, aos Vereadores e servidores municipais envolvidos:
1) Mantenham absoluto sigilo das informações pessoais de credores de precatórios de quaisquer espécies, inclusive de valores a serem recebidos, tomando as providências necessárias para evitar a exposição de tais credores;
2) Observe estritamente o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).
Publique-se.
Curitiba (PR), 10 de novembro de 2025.
GABRIEL GUY LÉGER
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

_____

__1__. § 5º É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)
__2__. § 5º É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de fevereiro, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)
__3__. Até 31/12/2029.



TCEPR

ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

PROCESSO Nº: 681482/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
RELATOR: CONSELHEIRO PRESIDENTE IVENS ZSCHOERPER LINHARES
TERMO DE DISTRIBUIÇÃO CANCELADO Nº: 5512/25
TERMO DE CANCELAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO Nº 12/25
Por ordem do Exmo. Presidente desta Corte, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, nos termos do Despacho nº 4791/25, procedeu-se ao cancelamento da distribuição realizada na peça 6 dos autos.
DP, em 6 de novembro de 2025.
CAROLINE LEMES KARAM DE MENESES
Diretora
51.729-1

PROCESSO Nº: 681547/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
RELATOR:
TERMO DE DISTRIBUIÇÃO CANCELADO Nº: 5511/25
TERMO DE CANCELAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO Nº 13/25
Por ordem do Exmo. Presidente desta Corte, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, nos termos do Despacho nº 4793/25-GP, procedeu-se ao cancelamento da distribuição realizada na peça 6 dos autos.
DP, em 7 de novembro de 2025.
CAROLINE LEMES KARAM DE MENESES
Diretora
51.729-1

PROCESSO Nº: 681563/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
RELATOR:
TERMO DE DISTRIBUIÇÃO CANCELADO Nº: 5510/25
TERMO DE CANCELAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO Nº 14/25
Por ordem do Exmo. Presidente desta Corte, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, nos termos do Despacho nº 4794/25-GP, procedeu-se ao cancelamento da distribuição realizada peça 9.
DP, em 7 de novembro de 2025.
CAROLINE LEMES KARAM DE MENESES
Diretora
51.729-1

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5561/2025
Processo Nº: 711598/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 09:57:02
Assunto: REVISÃO DE PENSÃO
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: ACIR PATRICIO DE ALMEIDA, MARIA DO CARMO PITANGA DO NASCIMENTO, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5562/2025
Processo Nº: 711636/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 10:04:43
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: CLADIR CAPPELLARI, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5563/2025
Processo Nº: 711652/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 10:11:49
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV

Interessado: JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA, RENATA MARIA PERIN DE SOUZA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5564/2025
Processo Nº: 710796/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 10:16:50
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICIPIO DE GUAPIRAMA
Interessado: FERNANDO SYMCHA DE ARAÚJO MARÇAL VIEIRA, MUNICIPIO DE GUAPIRAMA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5565/2025
Processo Nº: 711768/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 10:39:09
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: MUNICÍPIO DE TOLEDO
Interessado: CLAUDIO ZANON ROSSATO, LUCIO DE MARCHI, MARIO CESAR COSTENARO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5566/2025
Processo Nº: 711741/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 10:59:05
Assunto: REVISÃO DE PENSÃO
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: REGINALDO ADRIANO DA SILVA, RENATA MARIA PERIN DE SOUZA, RODRIGO CAVALCANTE GAMA DE AZEVEDO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5567/2025
Processo Nº: 711059/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 11:07:56
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE MATINHOS
Interessado: MUNICÍPIO DE MATINHOS, TERCONS TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA, CONSULTORIA E LOCACOES LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5568/2025
Processo Nº: 689223/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 11:14:17
Assunto: ATOS DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: NADIA APARECIDA DALL AGNOL - CONSULTORIA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 522 do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Presidente IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5569/2025
Processo Nº: 92881/24
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 11:20:03
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Exercício: 2024
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5570/2025
Processo Nº: 198139/18
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 11:35:51
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
Interessado: ANTONIO EDSON KOLACHINSKI, MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS, SAMUEL TEIXEIRA
Exercício: 2017
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5571/2025
Processo Nº: 712160/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 11:38:46
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA, SUZANA MARIA DE ARAUJO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5572/2025
Processo Nº: 710915/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 11:43:01
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COMUNIDADE DOS MUNIC DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO
Interessado: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE APOIO AO PRIMEIRO EMPREGO E ESTAGIO, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COMUNIDADE DOS MUNIC DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5573/2025
Processo Nº: 700714/22
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 11:44:57
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE GOIOXIM
Interessado: EDER DOS SANTOS, MARI TEREZINHA DA SILVA, MUNICÍPIO DE GOIOXIM
Exercício: 2023
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheira Substituta MURYEL HEY
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5574/2025
Processo Nº: 712195/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 11:46:57
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM CLEMENTE DA ROSA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5575/2025
Processo Nº: 686862/19
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 11:59:33
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA
Interessado: GABRIEL DA SILVA CADINI, MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA, RINEU MENONCIN
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5576/2025
Processo Nº: 712276/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 12:04:51
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM CLEMENTE DA ROSA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5577/2025
Processo Nº: 756373/23
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 12:08:19
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ
Interessado: CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR, DANIELA ROCHA RAPOSO DE MEDEIROS, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, LEIDE CORDEIRO NINELO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5578/2025
Processo Nº: 283707/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 12:16:46
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE PINHAIS
Interessado: CAROLINE ANTONELLI DA SILVA, GIULIA PUPPI DE MACEDO WANDERLEY, JULIA DE OLIVEIRA BARBOSA, JULIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA, MARCOS FELIPE WISENTAINER, MUNICÍPIO DE PINHAIS, RHAYANE DE SOUZA DOS SANTOS, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO, SARA BEATRIZ SOTO ROCHA, SIRLENE CORREA DE FREITAS DE SOUZA E OUTROS.
Exercício: 2023
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 690909/23, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.

Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5579/2025
Processo Nº: 712330/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 12:17:32
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: CELINA EVANGELISTA DA SILVA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5580/2025
Processo Nº: 711032/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 12:23:23
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, REBECCA MACHADO MOURA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5581/2025
Processo Nº: 393428/24
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 12:23:53
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE PINHAIS
Interessado: BRUNO CHICOSKI COSTA, DAYANE WELLEN DOS SANTOS, KAUANA KRETIKOUSKI, MUNICÍPIO DE PINHAIS, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO
Exercício: 2019
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 473230/19, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5582/2025
Processo Nº: 712381/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 12:27:53
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM SILVA E LUNA, MARLETE MONTEMEZZO PANATTA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5583/2025
Processo Nº: 712403/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 12:38:35
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: CLAUDIANE REGIA PECHIBELLA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5584/2025
Processo Nº: 706450/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 12:44:08
Assunto: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
Entidade: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Interessado: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5585/2025
Processo Nº: 712420/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 12:47:03
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JACINTA SCHNEIDER, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5586/2025
Processo Nº: 710346/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 14:16:10
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5587/2025
Processo Nº: 681547/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 14:21:05
Assunto: HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
Interessado: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: Competência originária, conforme art. 333, § 7º do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Presidente IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5588/2025
Processo Nº: 681563/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 14:29:07
Assunto: HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Interessado: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Exercício:
Modalidade de distribuição: Competência originária, conforme art. 333, § 7º do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Presidente IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5589/2025
Processo Nº: 644382/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 14:33:08
Assunto: PROJETO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 194 do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Presidente IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5590/2025
Processo Nº: 712411/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 15:47:13
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: DIGIDATA CONSULTORIA E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5591/2025
Processo Nº: 673513/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 17:07:17
Assunto: RECURSO DE REVISTA
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
Interessado: ALCINA ESTEVAO DOS SANTOS POLLI, ALINE DOS SANTOS, AMARILDA CLAUDIA SOARES TAKEMIYA, ANGELA FERREIRA DE MORAES, BIHL ELERIAN ZANETTI, BRUNA JAQUELINE RISSATO MEDEIROS, CARLA MORALES, CRISTIANE DA SILVA HILARIO, CRISTINA SARAIVA LIMA, DANIELA MARQUES SCARPITA E OUTROS.
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO, conforme Portaria 273/2006 do(a) Gabinete da Presidência – por relatar processo original ou recurso do mesmo.

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5592/2025
Processo Nº: 713329/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 17:15:06
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Interessado: ANA CLAUDIA IEDOWSKI, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5555/2025
Processo Nº: 685112/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 08:52:45
Assunto: RECURSO DE REVISTA
Entidade: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO
Interessado: ADRIANE TEREBINTO DI BACCO, JOSÉ ROBERTO DA SILVA, MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO, RAIMUNDO SEVERIANO DE ALMEIDA JUNIOR, ROSANA FERREIRA LOPES, TDB/VIA CONTROLADORIA MUNICIPAL LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:
Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, conforme Portaria 273/2006 do(a) Gabinete da Presidência - por relatar processo original ou recurso do mesmo.

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5556/2025
Processo Nº: 711342/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 09:28:24
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM SILVA E LUNA, MARIA FRISKE, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5557/2025
Processo Nº: 711407/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 09:32:35
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM SILVA E LUNA, MARIA FRISKE, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5558/2025
Processo Nº: 711474/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 09:37:35
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: CECILIA JEZIORNY RIBEIRO, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5559/2025
Processo Nº: 711520/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 09:44:11
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM SILVA E LUNA, NARA IRMA NORO, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5560/2025
Processo Nº: 654965/24
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 09:49:40
Assunto: PENSÃO
Entidade: MUNICIPIO DE ASSAI
Interessado: MARIA APARECIDA TOSTA, MICHEL ANGELO BOMTEMPO, MUNICIPIO DE ASSAI, NILSE SHINOHATA MENEGAZZO, PAULO MARTINS TOSTA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5593/2025
Processo Nº: 713574/25
Data e hora da distribuição: 07/11/2025 17:25:46
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Interessado: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

Editais

Sem publicações

Despachos

PROCESSO N º-591967/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ
INTERESSADO-JOAO CARLOS DA SILVA MENDES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3953/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 24145/25 - COAP peça nº 28: - MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 7 de novembro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-582975/22
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO-ALCINEU GRUBER, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, SANDRA APARECIDA RATIERE
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3954/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 24194/25 - COAP peça nº 18: - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 7 de novembro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-462075/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE DOURADINA
INTERESSADO-OBERDAM JOSE DE OLIVEIRA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3955/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE DOURADINA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 24149/25 - COAP peça nº 52: - MUNICÍPIO DE DOURADINA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 7 de novembro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-16299/22
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, ROSELI DE OLIVEIRA BORGES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3956/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 24200/25 - COAP peça nº 19: - PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 7 de novembro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
INTERESSADO: MARCELO JOSE BERNARDELI PALHARES
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 90%
PERÍODO: 1º Semestre de 2025
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 48,6% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 90% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 30/06/2025.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 6 de Novembro de 2025.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
INTERESSADO: LUIZ SERGIO CLAUDINO
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 90%
PERÍODO: 2º Quadrimestre de 2025
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 48,6% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 90% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/08/2025.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 9 de Novembro de 2025.

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

Sem publicações

TCEPR
ATOS NORMATIVOS

Sem publicações

TCEPR
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-687905/25
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4787/25
Trata-se de requerimento externo protocolado pela Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, por meio do qual solicitou a reanálise do Relatório de Relatório de Gestão Fiscal do 1º semestre do exercício de 2025, tendo em vista a regularização, no portal de transparência, dos itens entendidos inadequados quando da declaração efetuada no sistema SIM em 25/09/2025.
Por meio da Instrução nº 1732/25-CCONTAS (peça 4), a Coordenadoria de Contas explicou que a inadequação indicada na inicial decorrera da alimentação das informações relativas à transparência pública, nos termos da Lei Complementar nº 131/09 e Instrução Normativa nº 89/2013-TCEPR, por parte da própria entidade.
Tendo em vista a informação de que os demonstrativos haviam sido corrigidos, a unidade técnica comprovou a atualização das informações no Portal de Transparência e, ante a necessidade de que o requerente preste nova declaração na página desta Corte acerca da publicação das informações de natureza orçamentária e financeira do Poder Legislativo - LRF art. 48, § 1°, II, condição para que ocorra o reprocessamento da Análise de Gestão Fiscal, concluiu pelo indeferimento do solicitado.
A Coordenadoria-Geral de Fiscalização corroborou o posicionamento da unidade técnica anterior quanto ao indeferimento do pedido. (Despacho nº 1289/25-CGF, peça 5)
Ante as manifestações consonantes das unidades técnicas, indefiro o pleiteado nos termos expostos e determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para comunicação ao solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia do presente expediente e, após, para o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 4 de novembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-93912/25
ASSUNTO:-ATOS DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DESPACHO Nº:-4804/25
1. Trata-se de expediente instaurado pela Diretoria de Tecnologia da Informação visando à realização de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço global, cujo objeto consiste na "Contratação de serviços técnicos especializados para o desenvolvimento e manutenção de soluções de software, a serem executados como serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, remunerados segundo a alocação efetiva de perfis e vinculados aos resultados aferidos pelos Instrumentos de Medição de Resultados (IMR)", pelo período de 24 (vinte e quatro meses), prorrogável por até 10 (dez) anos, no valor total estimado de R$ 49.069.137,15 (quarenta e nove milhões, sessenta e nove mil, cento e trinta e sete reais e quinze centavos), conforme a seguinte tabela, prevista no item 2 do edital (peça n° 12, fls. 5-6):

TABELA 1 - DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM 1 - Mão de obra com dedicação exclusiva	Jornada de Trabalho Semanal	Quantidade		Valor (R$)				
		Postos de Trabalho	Profissionais por posto de Trabalho	Remuneração Base (TOTAL DO MÓDULO 1)	Mensal Unitário	Total Mensal	Total 12 meses	Total 24 meses
Desenvolvedor de Software - Sênior	40 h	1	18	15.750,00	37.211,49	669.806,80	8.037.681,57	16.075.363,14
Desenvolvedor de Software – Pleno	40 h	1	10	10.713,73	25.808,42	258.084,19	3.097.010,25	6.194.020,50
Desenvolvedor de Software – Júnior	40 h	1	3	6.500,00	16.267,75	48.803,25	585.638,96	1.171.277,91
Analista de Negócios/Requisitos Sênior	40 h	1	7	11.227,93	26.972,67	188.808,68	2.265.704,18	4.531.408,35
Analista de UX/UI Sênior	40 h	1	4	12.516,67	29.890,63	119.562,52	1.434.750,18	2.869.500,36
Gerente de Projetos de Tecnologia da Informação	40 h	1	5	15.048,00	35.622,02	178.110,09	2.137.321,13	4.274.642,25
Arquiteto de Software - Sênior	40 h	1	3	18.542,27	43.533,67	130.601,01	1.567.212,08	3.134.424,15
Analista de testes e Qualidade – Sênior	40 h	1	3	11.081,16	26.640,37	79.921,11	959.053,28	1.918.106,55
Analista de BI Sênior	40 h	1	3	14.083,33	33.437,80	100.313,40	1.203.760,76	2.407.521,51
Administrador de Dados Sênior	40 h	1	2	11.345,67	27.239,24	54.478,48	653.741,73	1.307.483,46
Cientista de Dados Sênior	40 h	1	2	19.000,00	44.570,09	89.140,18	1.069.682,13	2.139.364,26
Arquiteto de Dados Sênior	40 h	1	3	18.000,00	42.305,90	126.917,70	1.523.012,36	3.046.024,71
Valor Total - Postos Fixos		**12**	**63**		**389.500,04**	**2.044.547,38**	**24.534.568,58**	**49.069.137,15**

A fim de instruir o processo de contratação, foram acostados aos autos o documento de formalização de demanda (peça n° 2), o estudo técnico preliminar (peça n° 6), o termo de referência (peça n° 7), a pesquisa de preços (peça n° 8), o mapa de riscos (peça n° 9), a ata do Comitê de TI (peça n° 11), as minutas do edital e do contrato (peça n° 12), e a Portaria n° 367/25, que designou os servidores integrantes da equipe de planejamento da contratação (peça n° 13).
A Diretoria-Geral autorizou a tramitação do expediente como "Atos de Contratação", subassunto "Pregão Eletrônico", conforme anexo IV da IS nº 51/13 (peça n° 14).
Por meio do Despacho n° 330/25 (peça n° 14), a Supervisão de Licitações e Contratos realizou uma análise minuciosa da documentação acostada aos autos, à luz dos requisitos legais e normativos aplicáveis, concluindo que: 1) quanto ao documento de formalização de demanda, a motivação da contratação está adequadamente descrita, demonstrando a necessidade do serviço e o alinhamento com o planejamento institucional e com o Plano Anual de Contratações; 2) a equipe de planejamento da contratação foi formalmente instituída pela Portaria n° 367/2025, em atendimento aos arts. 15, II , e 18 da Instrução de Serviço nº 181/2024; 3) o mapa de riscos foi elaborado seguindo integralmente o Processo de Gerenciamento de Riscos e Oportunidades instituído pela Resolução nº 72/2019 do TCE-PR e observando as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e da Instrução de Serviço nº 181/2024; 4) o estudo técnico preliminar atende integralmente ao disposto no §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, e a coerência entre os elementos nele apresentados – necessidade, requisitos, levantamento de mercado, estimativa de valores e resultados esperados – confirma que o planejamento foi conduzido com rigor técnico e em observância às normas legais; 5) o termo de referência cumpre os requisitos do art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133/2021; 6) a pesquisa de preços adota metodologia adequada, base de dados representativa, tratamento estatístico rigoroso e registro transparente das fontes consultadas, refletindo as práticas vigentes do mercado e oferecendo base segura e confiável para a fixação do valor estimado da contratação; 7) ainda que se trate de medida excepcional, a definição de patamares salariais mínimos para os perfis profissionais está fundamentada e possui amparo normativo e jurisprudencial; 8) resta justificada a adoção do pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço global, em estrita observância ao que dispõem a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Estadual nº 10.086/2022 e a IS nº 181/2024 do TCE-PR.
Na sequência, a Diretoria de Finanças emitiu a Informação n° 712/25 (peça n° 16), na qual afirmou que, considerando a duração provável de tramitação do presente expediente, incluindo as fases interna e externa, até a assinatura do contrato, "o prazo entre a emissão da Nota de Reserva e a Nota de Empenho no exercício corrente se tornou exíguo, o que na prática tornará sem efeito a emissão de reserva orçamentária neste momento". Asseverou, outrossim, que a despesa foi prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026 no montante de R$ 10.223.457,20, na rubrica

44.90.40.01 (Desenvolvimento e Manutenção de Software) e Fonte 759 (FETC), conforme planejamento encaminhado pela DTI no Procedimento nº 587370/25 (PCA 2026). À peça n° 17, foi apresentada declaração de compatibilidade da referida despesa com as leis orçamentárias e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
Mediante o Parecer n° 307/25 (peça n° 18), a Diretoria Jurídica analisou a legalidade da fase interna do processo licitatório, afirmando não ter identificado óbices jurídicos ao prosseguimento do certame.
Por meio das Informações n° 150/25 e 152/25 (peças n° 19-20), a Controladoria Interna consignou que não vislumbra impeditivos para o prosseguimento do feito. Ressaltou, porém, que a despesa prevista na LOA de 2026, indicada pela Diretoria de Finanças, é muito inferior ao valor estimado da contratação, havendo necessidade de suplementação orçamentária.
Diante disso, remetidos os autos novamente à Diretoria de Tecnologia da Informação e à Diretoria de Finanças para esclarecimentos, as unidades explicaram, por meio das Informações n° 131/25 (peça n° 22) e n° 764/25 (peça n° 23), respectivamente, que o valor total estimado da contratação é de R$ 49.069.137,15 (quarenta e nove milhões, sessenta e nove mil, cento e trinta e sete reais e quinze centavos), com previsão de execução contratual distribuída entre os exercícios financeiros de 2026 (R$ 10.223.457,20, conforme LOA 2026) e 2027 (R$ 38.845.679,95).
Salientou a Diretoria de Finanças, ademais, que, "em caso de necessidade e com autorização superior, há possibilidade de geração de créditos adicionais suplementares ao orçamento de 2026 utilizando-se superávit financeiro de exercícios anteriores de forma a acrescer o montante previsto, desde que abertos após a abertura do sistema SIAFIC" (peça n° 23).
Com tais esclarecimentos, os autos foram novamente encaminhados à Diretoria Jurídica, que elaborou o Parecer n° 319/25 (peça n° 24), no qual, entendendo que há compatibilidade orçamentária e financeira do objeto com as previsões constantes do planejamento plurianual e das normas orçamentárias vigentes, ratificou o posicionamento anterior pela possibilidade de deflagração da fase externa do processo licitatório.
Ato contínuo, por meio da Informação n° 162/25 (peça n° 25), a Controladoria Interna também concluiu não haver impeditivos para o prosseguimento do feito, considerando que o valor estimado para a execução contratual no exercício de 2026, segundo a DTI, é de R$ 10.223.457,20, e que a Diretoria de Finanças atestou que esse montante está previsto na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2026, podendo haver suplementação. A unidade destacou, apenas, a necessidade de que o valor remanescente da contratação seja contemplado na PLOA de 2027.
Finalmente, à peça n° 26, foi apresentada nova declaração do ordenador de despesa atestando que a despesa ora proposta tem compatibilidade com a Lei nº 21.861/2023 (PPA 2024/2027), com a Lei nº 22.520/2025 (LDO 2026) e com a PLOA 2026 (em tramitação na ALEP), além de preencher os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.
É o relatório.
2. Compulsando os autos, verifica-se que a contratação pretendida foi devidamente justificada pela unidade requisitante - visando garantir a criação, continuidade e evolução de projetos de software, a atualização tecnológica dos sistemas e a eficiência operacional deste Tribunal -, conforme evidenciado no seguinte trecho do documento de formalização da demanda (peça n° 2, fl. 2):
A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) encerrou o último contrato de desenvolvimento de software em 29 de março de 2024. Desde então, a ausência de uma equipe dedicada tem impactado negativamente a continuidade, a evolução e criação de novos projetos de desenvolvimento de software.
O portfólio de softwares do TCE-PR conta com mais de 65 sistemas em operação, muitos destes com mais de 10 anos de existência e, portanto, necessita urgentemente de atualizações tecnológicas para garantir a eficiência, segurança e conformidade com as normas e realidade atuais. A evolução tecnológica é essencial para manter a relevância e a funcionalidade dos sistemas, além de proporcionar melhorias contínuas que atendam às necessidades dos usuários internos e externos. Diversos projetos de desenvolvimento (cerca de 35 demandas atualmente registradas pela Gestão de Projetos e Demandas) estão atualmente em "stand-by", aguardando a formação de uma equipe especializada. A paralisação desses projetos compromete a inovação e a capacidade do TCE-PR de responder rapidamente às demandas emergentes e às mudanças no ambiente regulatório e tecnológico. A falta de uma equipe de desenvolvimento de software impacta diretamente a eficiência operacional do TCE-PR. A contratação de um serviço especializado permitirá a retomada e a conclusão dos projetos em espera, além de garantir a manutenção e a evolução contínua dos sistemas existentes. Quanto ao alinhamento estratégico, o PETI (2023/2027) prevê no item OTI.02, prover soluções inovadoras e adequadas às necessidades do TCE-PR e da sociedade, o que está intrinsecamente ligado a esta contratação. Diante do exposto, é imperativa a contratação de um serviço especializado de desenvolvimento de software para o TCE-PR. Essa medida garantirá a continuidade dos projetos, a atualização tecnológica dos sistemas e a eficiência operacional da instituição, permitindo que o TCE-PR continue a cumprir sua missão de fiscalizar e promover a transparência na gestão pública.
Também é possível observar que o objeto do processo licitatório e suas especificações foram definidas de forma clara e precisa, em consonância com as necessidades a serem atendidas, conforme detalhamento técnico trazido no Termo de Referência (peça n° 7).
Quanto aos demais requisitos aplicáveis à fase interna da licitação, atestou a Diretoria Jurídica, a quem compete a realização de controle prévio de legalidade da contratação, nos termos do art. 53, caput, e parágrafo primeiro, da Lei n° 14.133/2021[1], que (peça n° 18, fls. 2-4):
A Pesquisa de Preços (peça 8) apresenta metodologia compatível com o disposto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e nos artigos 27 e 28 da IS nº 181/2024, demonstrando as fontes utilizadas, os critérios de cálculo e o valor médio obtido. O documento contém a identificação da equipe responsável e a memória de cálculo, atendendo aos requisitos de transparência e rastreabilidade exigidos. Ressalta-se que, conforme o artigo 28 da IS nº 181/2024, a responsabilidade pela condução e assinatura da pesquisa de preços é da unidade requisitante, o que se encontra devidamente registrado.
O processo está instruído com a Ata do Comitê de Tecnologia da Informação (peça 11), que formaliza a autorização para a continuidade da contratação, atendendo ao artigo 18 da IS nº 181/2024 e às diretrizes de governança previstas no Decreto Estadual nº 10.086/2022.
O Estudo Técnico Preliminar (peça 6) apresenta justificativa detalhada para a escolha da solução de fábrica de software, comparando-a com alternativas como contratações por posto de trabalho ou desenvolvimento interno. A opção foi fundamentada na flexibilidade, na mensuração objetiva dos resultados, na continuidade de serviços críticos e na necessidade de atendimento às diretrizes do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Tribunal. A motivação atende ao artigo 18, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021 e ao artigo 21 da IS nº 181/2024, que exigem demonstração da relação entre a necessidade administrativa e a solução eleita.
Quanto à vigência contratual, o Estudo Técnico Preliminar justifica a fixação inicial de 24 meses, sustentando que esse período é necessário para o pleno amadurecimento da execução, integração entre as equipes e estabilidade das entregas. Referido prazo foi reproduzido no Termo de Referência, no edital e na minuta contratual, observando o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, salvo melhor juízo, o prazo está adequadamente motivado e alinhado aos princípios da eficiência e da economicidade.
A metodologia de pagamento prevista no Termo de Referência é baseada em Instrumentos de Medição de Resultados (IMR), atrelando a remuneração ao desempenho e à qualidade das entregas. O edital e o contrato reproduzem essa sistemática, prevendo glosas e pagamento proporcional ao resultado aferido. Essa forma de remuneração está em conformidade com os artigos 144 a 146 da Lei nº 14.133/2021 e com o artigo 24, XV, da IS nº 181/2024, assegurando a vinculação entre despesa e efetiva entrega do objeto.
O Termo de Referência estabelece os perfis profissionais exigidos e os requisitos mínimos de qualificação (apêndice B), enquanto o edital contém disposições que asseguram a verificação dessas condições na fase de habilitação e sua manutenção durante a execução contratual.
O Mapa de Riscos (peça 9) cumpre o artigo 23 da IS nº 181/2024, contendo a identificação dos riscos relevantes, sua classificação por probabilidade e impacto, e as estratégias de mitigação. O documento demonstra o atendimento às exigências de planejamento e de gestão de riscos.
A manifestação da DF (peças 16 e 17) confirmam a existência de recursos financeiros suficientes e a compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
A minuta do contrato (peça 12) contém todas as cláusulas essenciais previstas no artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, observando integralmente o conteúdo do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar. Ainda, constata-se que o Estudo Técnico Preliminar (peça 6) veda a subcontratação e a participação em consórcios, justificando que o objeto — prestação continuada de serviços especializados de desenvolvimento de software sob demanda — possui natureza intelectual e exige execução direta pela contratada, com controle técnico e gestão integrada dos resultados. Sob esse prisma, entende-se que a restrição se mostra legítima e proporcional.
Concluiu a unidade, assim, que a fase interna do certame foi conduzida em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e na Instrução Normativa nº 181/2024 deste Tribunal, havendo "motivação suficiente para a contratação, justificativa da solução adotada, definição clara do objeto e do regime de execução, metodologia de pagamento compatível com o desempenho, gestão de riscos estruturada, responsabilidade formal pela pesquisa de preços, lastro orçamentário e adequação do edital e contrato ao ETP e TR" (peça n° 4, fl. 4).
Vale ressaltar que a Supervisão de Licitações e Contratos também realizou detida análise do processo, conforme descrito no relatório, e concluiu pela regularidade dos elementos que compõem a fase preparatória do certame.
Especificamente quanto aos documentos que integram a contratação, um ponto merece destaque. Ainda que o Termo de Referência deixe claro que os serviços serão consumidos sob demanda do Tribunal, não havendo obrigação de contratação do quantitativo total especificado de postos de trabalho, ou mesmo do quantitativo mínimo de qualquer dos perfis[2], não foi localizada qualquer explicação semelhante na minuta do edital (peça n° 12).
Nesse quadro, visando atribuir a maior clareza e transparência possível ao processo licitatório e evitar o surgimento de quaisquer dúvidas entre os potenciais licitantes, determino à Supervisão de Licitações e Contratos que inclua tal observação na minuta do edital, com a redação que entender mais adequada, conforme sua expertise, previamente à publicação.
Ademais, determino a retificação do item 2.4. do edital (peça n° 12, fl. 6), com a exclusão da expressão "Erro! Fonte de referência não encontrada", por se tratar de evidente equívoco de digitação.
Por fim, quanto aos recursos necessários para a contratação, observa-se que a Diretoria de Finanças informou que as notas de empenho serão emitidas conforme indicado à peça n° 23, em atenção à previsão de execução contratual para os exercícios financeiros de 2026 e 2027. Ressaltou que o montante de R$ 10.223.457,20 está previsto na PLOA de 2026 e que, havendo necessidade, disponibilidade e autorização superior, há possibilidade de geração de créditos adicionais suplementares ao orçamento de 2026. Quanto ao valor remanescente da contratação, deverá estar contemplado na PLOA de 2027, conforme bem lembrado pela Coordenadoria Interna.
A par disso, constata-se também que foi apresentada declaração do ordenador de despesa (peça n° 26) atestando que a despesa proposta nestes autos possui compatibilidade com a Lei nº 21.861/2023 (PPA 2024/2027), com a Lei nº 22.520/2025 (LDO 2026) e com a PLOA 2026 (em tramitação na ALEP), além de preencher os requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (peça n° 26).
3. Diante do exposto, demonstrada a observância dos requisitos legais e procedimentais aplicáveis, com fundamento no artigo 16, inciso XLV, do Regimento Interno[3], AUTORIZO a abertura de processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço global, para a "contratação de serviços técnicos especializados para o desenvolvimento e manutenção de soluções de software, a serem executados como serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, remunerados segundo a alocação efetiva de perfis e vinculados aos resultados aferidos pelos Instrumentos de Medição de Resultados (IMR)", pelo período de 24 (vinte e quatro meses), prorrogável por até 10 (dez) anos.
4. Remetam-se os autos à Diretoria Administrativa – Supervisão de Licitações e Contratos para as providências devidas, incluída a prévia retificação da minuta do edital, nos termos da fundamentação.
5. Publique-se.
Gabinete da Presidência, 05 de novembro de 2025.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;
***2**. Conforme se depreende, a título exemplificativo, das seguintes cláusulas do Termo de Referência (peça n° 7):*
2.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais com dedicação exclusiva, nos perfis e quantitativos estabelecidos neste instrumento para a execução dos serviços demandados, sendo que o quantitativo de posto de trabalho especificado não constitui compromisso de demanda integral por parte do CONTRATANTE, bem como não há garantia de contratação de quantitativo mínimo para qualquer um dos perfis.
2.4. Os serviços serão demandados sob o modelo de Ordens de Serviço (OS), conforme necessidades identificadas pelo CONTRATANTE.
8.1.6. O quantitativo de posto de trabalho especificado não constitui compromisso de demanda integral por parte do CONTRATANTE, bem como não há garantia de contratação de quantitativo mínimo para qualquer um dos perfis.
***3**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
XLV - autorizar os processos de contratação de obras e serviços de engenharia, aquisição de bens, prestação de serviços, alienações e locações, nos termos do art. 522;

PROCESSO Nº:-447270/25
ENTIDADE:-NOGAROLI ENGENHARIA LTDA
INTERESSADO:-NOGAROLI ENGENHARIA LTDA
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4807/25

Trata-se de requerimento externo protocolado por Diogo Evangelista Pellissari Nogaroli, representando a empresa Nogaroli Engenharia LTDA, por meio do qual solicitou a assinatura dos documentos constantes no Anexo I e II deste requerimento, a fim de viabilizar os devidos registros e encerramento das etapas contratuais.
O requerente explicou que citada documentação tinha relação com o Atestado de Capacidade Técnica e Termo de Recebimento dos entregáveis relativos ao contrato para a elaboração do Projeto Técnico de Prevenção contra Incêndio e Desastres das edificações pertencentes a esta Corte, Procedimento n° 762318/23.
Por meio do Despacho nº 3097/25-GP (peça 3), a Presidência determinou que o requerente fosse comunicado para que apresentasse a documentação mencionada em sua petição (peça 2), posto que citados anexos não constavam destes autos. Tal determinação foi cumprida pela Diretoria de Protocolo (peça 5).
À peça 6, a Diretoria de Protocolo certificou que o prazo para resposta do requerente havia expirado sem a apresentação de esclarecimentos, informação ou qualquer documentação.
A Presidência desta Corte, considerando a juntada dos documentos indicados na inicial como condição de prosseguibilidade do presente requerimento, determinou o retorno dos autos à Diretoria de Protocolo para nova comunicação ao requerente, tanto por envio de ofício de comunicação, quanto via mensagem eletrônica direcionada ao e-mail institucional da empresa, para a apresentação dos documentos necessários. (Despacho nº 3996/25-GP, peça 7)
A Diretoria de Protocolo cumpriu a determinação presidencial por meio das peças 8 a 11 e, posteriormente, certificou o fim do prazo decorrente do Despacho nº 3996/25, sem a apresentação de qualquer tipo de resposta por parte do requerente (peça 12).
Ante o exposto, considerando a inércia do requerente, entendo prejudicada a tramitação do presente protocolado e determino a sua remessa à Diretoria de Protocolo para comunicação ao solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia do presente expediente e, após, para o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 5 de novembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
***1**. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.*
***2**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-661422/24
ENTIDADE:-4ª CAMARA CÍVEL - PROJUDI
INTERESSADO:-4ª CAMARA CÍVEL - PROJUDI
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4815/25

Trata-se de requerimento externo protocolado para acompanhar as movimentações do Mandado de Segurança nº 0095571-40.2024.8.16.0000, impetrado por Rodrigo Pinto Corso em face de ato do Presidente desta Corte referente ao resultado definitivo da prova objetiva do concurso público regido pelo Edital nº 1/2024, para o provimento de cargos de Auditor de Controle Externo, área jurídica.
A Diretoria Jurídica, por meio da Informação nº 762/24-DIJUR (peça 3), prestou esclarecimentos acerca das alegações do impetrante, informou o indeferimento da petição inicial, por falta de condições da ação, o não acolhimento de embargos de declaração e a interposição de agravo interno em face da decisão extintiva.
Continuando com o acompanhamento do processo judicial, a unidade técnico-jurídica indicou a extinção do agravo interno por desistência do agravante (peça 4), o trânsito em julgado da decisão homologatória da desistência em 15/10/2025, com consequente arquivamento da demanda judicial, e remeteu o feito ao Gabinete da Presidência para ciência, diligências que entender pertinentes e sugestão de posterior encerramento (peça 5).
Ante exposto, exaro ciência quanto as movimentações do processo judicial e determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 6 de novembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-709372/25
ENTIDADE:-GUSTAVO HENRIQUE BERALDINO TERAMATSU
INTERESSADO:-GUSTAVO HENRIQUE BERALDINO TERAMATSU
ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO:-4825/25

Trata-se de Pedido de Acesso à Informação protocolado por Gustavo Henrique Beraldino Teramatsu mediante o qual solicita acesso aos autos nº 533505/12, que trata de pensão por morte de Luiz Tadami Teramatsu.
Autorizo o acesso pelo interessado ao referido processo, o qual já se encontra arquivado.
Diante disso, encaminhe-se este expediente à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[1].
Após, sigam à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado, e dos autos nº 533505/12, bem como para envio de resposta ao solicitante mediante mensagem eletrônica para o e-mail teramatsu@unicamp.br, e, em seguida, para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 6 de novembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
***1**. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.*
***2**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-83832/22
ENTIDADE:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4827/25

Tendo em vista o contido na Informação nº 559/25-DIJUR (peça 24), determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, 6 de novembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-540218/25
ASSUNTO:-REQUERIMENTO INTERNO
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DESPACHO Nº:-4829/25

1. Trata-se de Requerimento Interno decorrente de ofício do Gabinete do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, pelo qual, após tecer preocupações com os impactos patrimoniais, sociais e operacionais sobre o procedimento de desestatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), requereu: i- a concessão de medida cautelar, de ofício, a fim de suspender o referido procedimento de privatização; ii- a realização de audiência pública neste Tribunal de Contas para a discussão do tema; e iii- a realização de estudos nesta Corte com vistas à regulamentação do fluxo de processos de concessão e desestatização.
Considerando-se que tanto a preocupação externada pelo Conselheiro Fábio Camargo quanto as medidas por ele solicitadas estão intimamente ligadas ao escopo de trabalho da equipe designada pelas Portarias GP 524 e 763/2025 e, notadamente, a um dos produtos do trabalho por ela desenvolvido (Representação 51723-2/25), o expediente foi encaminhado ao gabinete do Ilustre Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, Relator da Representação em questão, para conhecimento e deliberação acerca da matéria.
Pelo Despacho 1221/25-GCDA (peça 9), o d. Conselheiro Durval Amaral destacou haver "conexão entre os presentes autos e a referida representação em trâmite nesta Casa, a qual, desde já, informo que teve medida liminar concedida, suspendendo o referido processo de privatização, restando prejudicado o primeiro pedido ('a concessão de medida cautelar, de ofício, a fim de suspender o procedimento de desestatização da Companhia')".
Quanto aos estudos para regulamentação dos processos de concessão e desestatização, já houve uma iniciativa correlata no âmbito dos autos 673447/23, que já foi encaminhada à Coordenadoria-Geral de Fiscalização para análise e providências.
Relativamente à audiência pública, o Relator da Representação 51723-2/25 mencionou que "deixa-se de acolher sua realização, por entender que os elementos já constantes nos autos são suficientes para subsidiar a deliberação futura, não se justificando, no atual estágio, a convocação de nova etapa participativa" (Despacho 1441/25 GCDA, peça 14).
2. Diante das considerações acima reproduzidas, encaminhem-se os autos ao Gabinete do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, para ciência.
3. Na sequência, inexistindo óbice, declaro encerrado o processo, devendo os autos ser encaminhados à Diretoria de Protocolo, para arquivamento.
4. Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 6 de novembro de 2025.
Assinado digitalmente
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-64300/25
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JATAIZINHO
INTERESSADO:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JATAIZINHO, MUNICÍPIO DE JATAIZINHO
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
DESPACHO:-4837/25
Retornam os autos com o Despacho nº 846/25 (peça 19) por meio do qual a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, em atenção ao requerimento formulado mediante a petição juntada à peça 17, opina pela concessão do prazo de 30 (trinta) dias para que o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Jataizinho apresente os documentos que entender necessários à complementação das respostas à homologação das recomendações.
Diante disso, concedo o prazo de 30 (trinta) dias para os fins requeridos pela entidade em epígrafe.
Sigam os autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão para controle de prazo e demais providências necessárias.
Gabinete da Presidência, 7 de novembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-682814/25
ENTIDADE:-WALLACE DE JESUS INOCENCIO
INTERESSADO:-WALLACE DE JESUS INOCENCIO
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO:-4839/25
Trata-se de Pedido de Acesso à Informação formulado pelo Sr. Wallace de Jesus Inocêncio, por meio do qual indagou se esta Corte realizava acompanhamento, fiscalização ou monitoramento de políticas de ações afirmativas para pessoas com deficiência (PcD) e para negros, pardos e indígenas (NPI) nos concursos públicos e processos seletivos municipais e, em caso afirmativo, solicitou informações conforme detalhado na petição inicial (peça 2).
Autos encaminhados à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, Coordenadoria de Atos de Pessoal e Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca que se manifestaram acerca do solicitado na inicial, no âmbito das respectivas competências. (peças 5 a 7)
Ante as manifestações das unidades técnicas, determino a remessa do expediente à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[1], e, na sequência, à Diretoria de Protocolo para comunicação ao solicitante na forma do art. 7º[2] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia do presente processo, o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[3], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 7 de novembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
__1__. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.
__2__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__3__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-690884/25
ENTIDADE:-GUILHERME CALDINI FANTIN
INTERESSADO:-GUILHERME CALDINI FANTIN
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4841/25
Trata-se de requerimento externo protocolado pelo Sr. Guilherme Caldini Fantin, Vereador do Município de Marumbi, por meio do qual solicitou que o plano de cargos e salários do Município fosse avaliado quanto aos ditames da Súmula nº 4 do STF, notadamente o pagamento do adicional de insalubridade aos servidores municipais.
Autos encaminhados à Coordenadoria-Geral de Fiscalização que teceu comentários acerca da fiscalização deste Tribunal, a qual se baseia em critérios de relevância e risco, e indicou a necessidade da juntada de outras informações e documentações para a fundamentação do pedido e continuidade na tramitação do feito.
Ao final, sugeriu diligência à origem para complementação das informações apresentadas ou o encerramento e respectivo arquivamento ante a carência da fundamentação.
Ante o exposto, acato o sugerido e determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para encaminhamento de ofício de comunicação ao requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte as informações indicadas pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização à peça 4.
Após permaneçam na citada unidade para controle de prazo.
Gabinete da Presidência, 7 de novembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-702343/25
ENTIDADE:-1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PREVENÇÃO E PERSECUÇÃO CRIMINAL DE CURITIBA
INTERESSADO:-1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PREVENÇÃO E PERSECUÇÃO CRIMINAL DE CURITIBA
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4843/25
Trata-se de requerimento externo protocolado pela 1ª Promotoria de Justiça de Prevenção e Persecução Criminal de Curitiba (Ofício nº 1442/2025), por meio do qual solicitou informações quanto ao andamento do processo nº 280465/25, com o fito de instruir a Notícia de Fato nº MPPR0046.25.218293-9.
Autos encaminhados ao relator da Denúncia nº 280465/25, Excelentíssimo Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, que prestou esclarecimentos quanto a tramitação da denúncia e deferiu o acesso integral ao expediente de sua relatoria.
Ante o exposto, considerando a autorização do Conselheiro Relator, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para comunicação à Promotoria solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia do presente expediente e da Denúncia nº 280465/25, e, após, para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 7 de novembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-698176/25
ENTIDADE:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TERRA ROXA
INTERESSADO:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TERRA ROXA
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4845/25
Retornam os autos com o Despacho nº 1908/25 (peça 4) por meio do qual o Conselheiro Ivan Lelis Bonilha se manifesta em atenção ao requerimento formulado pela Promotoria de Justiça da Comarca de Terra Roxa bem como autoriza o acesso pelo Parquet ao Recurso de Revisão nº 222813/25.
Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado, bem como dos autos nº 222813/25.
Outrossim, referida unidade técnica deverá enviar resposta ao solicitante mediante mensagem eletrônica para o e-mail terraroxa.prom@mppr.mp.br.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 7 de novembro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-771554/24
ASSUNTO:-ATOS DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DESPACHO:-4847/25
1. Trata-se de expediente instaurado pela Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, visando à realização de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço por lote, com amparo na Lei nº 14.133/2021, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de operações de infraestrutura e suporte técnico a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, sem dedicação exclusiva de mão de obra, e no fornecimento de soluções de monitoramento da infraestrutura de TIC, compreendendo subscrições, instalação, configuração, suporte técnico oficial e capacitação personalizada, conforme as necessidades do TCE-PR, nos termos descritos no item 2 da minuta do edital (peça 21, fls. 3 e 4):
2. DO OBJETO E DA VISTORIA
2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de operações de infraestrutura e suporte técnico a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sem dedicação exclusiva de mão de obra, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
2.2. O objeto abrange, ainda, o fornecimento de soluções de monitoramento da infraestrutura de TIC, pelo período de 60 (sessenta) meses, compreendendo subscrições, instalação, configuração, suporte técnico oficial e capacitação personalizada, conforme as necessidades do TCE-PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, seus anexos e tabela a seguir:

TABELA 1 - OBJETO

Lote	Item	Descrição	Modelo	Unidade	Qtd	Valor unitário estimado	Valor Total estimado
1	1	Suporte aos usuários – 1º nível	Preço fixo	Meses	48	R$ 86.932,59	R$ 4.172.764,15
	2	Suporte aos usuários – 2º nível				R$ 152.990,33	R$ 7.343.535,84
	3	Suporte executivo				R$ 114.475,29	R$ 5.494.814,02
	4	Monitoramento de TIC				R$ 59.875,14	R$ 2.874.006,59
	5	Operação de infraestrutura de TIC - 3º nível				R$ 543.585,84	R$ 26.092.120,48
	6	Apoio ao planejamento e gestão de TIC				R$ 138.221,13	R$ 6.634.614,43

	7	Projetos	UP	Unidade	24200	R$ 300,00	R$ 7.260.000,00
	VALOR TOTAL PARA O LOTE 01						R$ 59.871.855,51
2	8	Instalação e configuração das ferramentas Zabbix e Grafana	Projeto/ escopo fechado	Unidade	1	R$ 162.300,00	R$ 162.300,00
	9	Suporte oficial Zabbix Platinum 24x7	Preço fixo	Meses	60	R$ 6.470,08	R$ 388.204,80
	10	Treinamento personalizado de Zabbix e Grafana	Turma	Unidade	1	R$ 58.528,00	R$ 58.528,00
	VALOR TOTAL PARA O LOTE 02						R$ 609.032,80
3	11	SolarWinds Flexible Database Performance Analyzer for virtualized environments and SQL Sentry	Subscrição	Instância	7	R$ 64.564,52	R$ 451.951,64
	12	Instalação e configuração do SolarWinds Database Performance Analyzer e SQL Sentry	Projeto/ escopo fechado	Unidade	1	R$ 43.847,47	R$ 43.847,47
	13	Treinamento personalizado DPA	Turma	Unidade	1	R$ 13.500,00	R$ 13.500,00
	VALOR TOTAL PARA O LOTE 03						R$ 509.299,11
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO							R$ 60.990.187,42

A fim de instruir o processo, a unidade requisitante juntou aos autos o Documento de Oficialização da Demanda nº 07/24-DTI (peça 2); o Documento de Formalização de Demanda Service Desk 2025[1] (peça 6); o Estudo Técnico Preliminar – ETP (peça 9), o Termo de Referência – TR (peça 10, com anexos na peça 11 e apêndices na peça 12), a Ata de Reunião do Comitê de TI deste Tribunal nº 109[2] (peça 13); a Pesquisa de Preços relativa ao objeto da contratação (peça 14), acompanhada dos orçamentos obtidos junto a empresas prestadoras dos serviços (peças 15 a 17); o Mapa de Riscos (peça 18), a Portaria nº 412/25-GP, que designou os servidores integrantes da equipe de planejamento da contratação (peça 20); bem como as minutas do edital do certame e do contrato (peça 21).

A Diretoria-Geral autorizou a regular tramitação do expediente como Atos de Contratação, subassunto Pregão Eletrônico, observando-se o rito previsto no Anexo IV da Instrução de Serviço nº 51/13 (peça 22, fl. 1).

A Supervisão de Licitações e Contratos – SLC, por meio do Despacho n° 335/25 (peça 22), realizou análise minuciosa da documentação contida nos autos, à luz dos requisitos legais e normativos aplicáveis.

De início, pontuou que o pedido foi corretamente oficializado mediante Documento de Formalização de Demanda (peça 6) pela DTI, demonstrando-se a necessidade da contratação, com justificativa técnica consistente e alinhamento da demanda aos objetivos estratégicos do TCE-PR, conforme o Plano Estratégico 2022-2027, especialmente no tocante à promoção de infraestrutura tecnológica resiliente, à melhoria da governança e à continuidade dos serviços essenciais.

Quanto à análise de riscos (peça 18), registrou que o mapa de riscos foi elaborado pela DTI seguindo integralmente o Processo de Gerenciamento de Riscos e Oportunidades instituído pela Resolução nº 72/2019 do TCE-PR e observando as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e da Instrução de Serviço nº 181/2024[3].

Acerca do Estudo Técnico Preliminar (peça 9), atestou que o documento atende, de forma plena, aos requisitos legais, técnicos e administrativos previstos no art. 18, § 1º[4], da Lei nº 14.133/2021, e que demonstra clareza na identificação da necessidade, apresenta estimativas devidamente fundamentadas, levantamento de mercado consistente e justificativas adequadas para a solução proposta, bem como que se encontra completo, coerente e apto a subsidiar o Termo de Referência e o regular prosseguimento do processo de contratação.

No que tange ao Termo de Referência (peça 10), a SLC apontou que o documento está de acordo com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Estadual nº 10.086/2022 e com a Instrução de Serviço nº 181/2024 deste Tribunal, expondo, de modo pormenorizado, que constam no documento todos os parâmetros e elementos estabelecidos no art. 6º, inc. XXIII[5], da Lei nº 14.133/2021.

Sobre a pesquisa de preços realizada pela DTI (peça 14), a SLC salientou que o valor total máximo estimado para a contratação, somando-se os três lotes, foi fixado em R$ 60.990.187,42 (sessenta milhões, novecentos e noventa mil, cento e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos), abrangendo custos de operação, monitoramento, projetos sob demanda e licenças associadas, e expôs que o documento elaborado demonstra que o estudo foi desenvolvido em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com os arts. 368 e 369 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e com os arts. 27 e 28 da Instrução de Serviço nº 181/2024 deste Tribunal, observando, assim, os parâmetros e metodologias oficialmente previstos para a estimativa do valor de referência da contratação.

Ressaltou que a pesquisa de preços apresenta metodologia robusta e diferenciada por lote[6] e "documentação completa, com memórias de cálculo, tabelas comparativas, fontes de dados e justificativas técnicas para a escolha de metodologias e índices, assegurando transparência, rastreabilidade e compatibilidade com as práticas de mercado", acrescentando que "O uso do modelo oficial da Secretaria de Governo Digital (SGD) confere aderência às boas práticas federais e reduz riscos de sobrepreço" (no lote 1, itens 1 a 6).

Ainda, a SLC registrou que a minuta do contrato (peça 21, fl. 23 e ss.) contempla as cláusulas essenciais exigidas pelo art. 92 da Lei nº 14.133/2021, observando os dispositivos de gestão e execução, prorrogação, sanções, LGPD e transparência, e encontra-se em conformidade formal e material com a legislação aplicável.

Quanto à adoção do pregão, modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns[7], ressaltou que, consoante descrito no Termo de Referência, o objeto trata de serviço comum de tecnologia da informação, conforme definição do art. 6º, inc. XIII[8], da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis no mercado, baseados em metodologias amplamente reconhecidas (ITIL, COBIT, ISO/IEC 27000), perfis técnicos padronizados, métricas de produtividade e requisitos funcionais e operacionais verificáveis. Destacou que as entregas serão controladas por Instrumentos de Medição de Resultados (IMR), com indicadores mensuráveis de desempenho, o que confirma a natureza objetiva e comparável do serviço.

Acerca do critério de julgamento, de menor preço por lote, atestou sua adequação, conforme definido no item 3 do Termo de Referência (Parcelamento do Objeto), uma vez que o objeto foi estruturado em três lotes distintos, respeitando-se critérios técnicos e de interdependência funcional. Nesse contexto, observou que o lote 1 reúne serviços contínuos de suporte, monitoramento e operação da infraestrutura, cuja execução integrada é essencial à continuidade e qualidade dos serviços; e que os lotes 2 e 3 contemplam ferramentas específicas de monitoramento (Zabbix/Grafana e SolarWinds/SQL Sentry), com características técnicas e comerciais próprias, o que favorece a competitividade entre fornecedores especializados.

Ato contínuo, a Diretoria de Finanças – DF informou que o tempo provável de tramitação da licitação até a assinatura do contrato tornará sem efeito a emissão de reserva orçamentária neste momento, de modo que informou "que a supracitada despesa foi prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026 no montante de R$ 8.400.000,00 na rubrica 33.90.40.04 (Serviços de Processamento de Dados) e Fonte 759 (FETC), conforme planejamento encaminhado pela DTI no Procedimento nº 587370/25 (PCA 2026)", nos termos da Informação nº 727/25-DF (peça 23).

A Diretoria Jurídica – DIJUR, em análise quanto à legalidade da fase interna do processo licitatório, concluiu que não se identificam óbices jurídicos ao prosseguimento do certame, nos termos do Parecer n° 313/25 (peça 25).

A Controladoria Interna – CI, na Informação n° 154/25 (peça 26), consignou que como a DF informou que a despesa prevista para o objeto na Lei Orçamentária Anual para 2026 foi no montante de R$ 8.400.000,00, conforme planejamento encaminhado pela DTI, considerando o valor estimado da contratação, que alcançou o montante de R$ 60.990.187,42 (cf. peça 14, folhas 60 e 61), para suportar a diferença será necessária suplementação orçamentária.

Remetidos os autos à DTI para esclarecimentos em virtude do apontamento da CI, a unidade elucidou que "o valor estimado previsto para a execução contratual no exercício de 2026 é de R$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais), podendo ser suplementado conforme eventual necessidade no decorrer da execução contratual" (Informação nº 132/25-DTI, peça 28).

No tocante aos exercícios subsequentes, de 2027 a 2029, consignou que o valor orçamentário previsto corresponde a partes iguais do saldo remanescente do valor total; que para 2030 estão previstos valores relativos aos lotes 2 e 3 (suporte e licenciamento) no montante de R$ 168.031,28 (cento e sessenta e oito mil, trinta e um reais e vinte e oito centavos); e que permanece inalterado o valor total estimado da contratação.

Ainda, teceu considerações complementares no que concerne à vigência contratual prevista para os itens 9 (lote 2) e 11 (lote 3), no sentido de que a contratação com duração de sessenta meses revela-se a alternativa mais vantajosa economicamente.

Diante dos esclarecimentos da DTI sobre o valor estimado para a execução contratual em 2026, bem como nos exercícios subsequentes, a DF, mediante a Informação n° 775/25 (peça 29), ratificou a Informação nº 727/25 quanto ao montante de R$ 8.400.000,00 previsto na Proposta de LOA para 2026; informou como se dará a emissão das Notas de Empenho, considerando a execução nos seus respectivos exercícios financeiros; e ressaltou que, "em caso de necessidade e com autorização superior, há possibilidade de geração de créditos adicionais suplementares ao orçamento de 2026 utilizando-se superavit financeiro de exercícios anteriores de forma a acrescer o montante previsto, desde que abertos após a abertura do sistema SIAFIC."

Também juntou a declaração do ordenador de despesas de compatibilidade da despesa aludida com a Lei nº 21.861/23 (PPA 2024/2027), com a Lei nº 22.520/25 (LDO 2026) e com a PLOA 2026 (em tramitação na ALEP), e de preenchimento dos requisitos da Lei Complementar nº 101/2000 (Despacho nº 123/25-DF, peça 30).

Os autos foram novamente remetidos à DIJUR que, no Parecer n° 322/25 (peça 30), quanto aos esclarecimentos prestados, expôs que há compatibilidade orçamentária e financeira com a legislação orçamentária, bem como que a vigência plurianual dos lotes decorre da natureza contínua e estratégica dos serviços de TIC e que a solução reduz custos de transição e remobilização, assegura eficiência operacional e se alinha aos ciclos de licenciamento e suporte dos fabricantes. Por conseguinte, ratificou integralmente o opinativo anterior, pela inexistência de óbices jurídicos à deflagração da fase externa do certame.

Por fim, a CI, pela Informação n° 163/25 (peça 32), concluiu pela ausência de impedimentos ao prosseguimento do feito, vez que a DTI informou o valor estimado para a execução contratual nos exercícios de sua vigência e que a DF atestou que esse montante está previsto na proposta PLOA para 2026, podendo haver suplementação. Ainda, lembrou que haverá necessidade de que o valor remanescente da contratação seja contemplado na PLOA de 2027.

É o relatório.

2. Do exame dos autos é possível constatar que a contratação pretendida, relativa à prestação de serviços continuados de operações de infraestrutura e suporte técnico a usuários de TIC e ao fornecimento de soluções de monitoramento da infraestrutura de TIC, foi devidamente justificada pela unidade requisitante, conforme evidenciado no seguinte trecho do Documento de Formalização de Demanda Service Desk 2025 (peça 6):

Justificativa da necessidade da contratação considerando os objetivos estratégicos e as necessidades corporativas do TCE-PR:

1. Alinhamento técnico

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), por meio de suas atribuições regimentais, lança mão de uma robusta e complexa infraestrutura de TIC para suportar as diversas soluções tecnológicas que viabilizam a realização dos objetivos corporativos do TCE-PR. Inúmeros processos de trabalhos relacionados às competências dessa Corte de Contas passaram a depender da estrutura de TIC cujo funcionamento em níveis de excelência requer constantes investimentos em novas tecnologias e aprimoramento de seu processo de gestão e manutenção.

No TCE-PR, a DTI é responsável por diversas atribuições, tais como: desenvolvimento de sistemas, administração de dados, gestão da infraestrutura de TIC, suporte à tomada de decisão, suporte técnico aos usuários, segurança da informação, além de atividades relacionadas a planejamento e projetos.

As atividades operacionais que compreendem tais atribuições necessitam, para sua execução, de profissionais especializados e em quantidade adequada. Para a prestação de serviços técnicos nos padrões de qualidade e com a segurança exigida pelo ambiente institucional, a alocação de equipe profissional com especialidades

complementares em algumas soluções de TIC torna-se necessária. Objetiva-se assim, minimizar a possibilidade de falhas ou atrasos na resolução de incidentes relacionados à utilização dos recursos computacionais disponíveis.
A esse conjunto de pessoas especializadas em atividades operacionais inerentes a TIC institui-se o nome de Central de Serviços, por tratar-se de um ponto focal de comunicação do usuário com o setor de TI, visando a entrega de serviços.
Atualmente as demandas de serviços de atendimento e suporte ao usuário de TIC no TCE/PR são atendidas pelo contrato nº 03/2021, que sofreu prorrogação em 2024, sendo possível tão somente apenas uma última prorrogação.
Responsáveis pela análise inicial e posterior encaminhamento de todos os chamados abertos pelos usuários de TIC do TCE-PR (1.797 usuários), os técnicos da contratada solucionaram 26.749 chamados de um total de 42.963 atendidos pela DTI entre 01/03/2021 e 01/10/2024. Ou seja, o contrato atual cobre 62,24% da demanda total da DTI.
Nesse período, tivemos ainda 1.644 chamados com atuação e solução pela equipe de INFRAESTRUTURA, representando 3,82% do total de chamados solucionados pela DTI. Com a contratação da nova Central de Serviços de TIC, operacionalizada por modelo de gestão mais eficiente, tais chamados poderão ser absorvidos pela nova contratada, permitindo que os servidores efetivos se dediquem a demandas mais estratégicas envolvendo planejamento e gestão. Logo, a nova contratada ficaria responsável por cerca de 66,06% da demanda total de chamados da DTI nesse período.
Nesta nova contratação poderá ser inserido o serviço de monitoramento permanente da rede do Tribunal permitindo a detecção precoce de situações indesejadas com soluções mais ágeis e com o menor impacto possível aos usuários e serviços de TIC. Além disso, devemos acrescentar o fato de a evolução tecnológica gerar soluções inovadoras de TIC - eventualmente adotadas pela Casa - que demandam disponibilidade permanente de serviços técnicos dedicados de alta especialização; e a redução desses produziriam efeitos prejudiciais para as atividades desta Corte.
O modelo desenhado para nova contratação segue como no atual contrato com pagamentos em função da demanda entregue cumprindo requisitos de qualidade e desempenho previamente estabelecidos. Ou seja, o Tribunal só pagará pelo serviço concluído nos padrões definidos pelo contrato.
Portanto, a contratação representa uma nova fase de modernização da Central de Serviços de TIC do TCE-PR em termos de entrega de serviços mais efetivos e melhoria dos resultados, bem como da gestão de contratos, alinhando o Tribunal ao que de melhor esse mercado tem a oferecer.
E como expôs a unidade requisitante no Estudo Técnico Preliminar[9], em síntese, o TCE-PR possui uma infraestrutura tecnológica robusta, com ambiente utilizado diariamente por aproximadamente 1.100 (mil e cem) usuários internos e que demanda operação contínua para suportar ferramentas como Microsoft 365 e outras soluções em nuvem, havendo necessidade de apoio profissional externo para suprir lacunas operacionais, ampliar a capacidade de resposta às demandas institucionais e mitigar riscos relacionados à indisponibilidade de serviços essenciais. Ainda, os principais problemas e limitações observados na execução do contrato de suporte e operação de TIC vigente, detalhados no ETP, vêm impactando a continuidade e a eficiência das atividades da unidade, fundamentando, assim, a necessidade de uma nova contratação aderente às reais demandas institucionais, que assegure sua manutenção e alta disponibilidade, bem como o atendimento técnico ágil e eficiente aos usuários finais.
Também se observa que o objeto do processo licitatório e suas especificações, em consonância com as necessidades a serem atendidas, foram definidos de forma clara e precisa pela equipe de planejamento da contratação, nos termos da tabela contida no item 2 da minuta do edital (peça 21) e conforme detalhamento técnico trazido no Termo de Referência (peça 10) e no Estudo Técnico Preliminar (peça 9).
Quanto aos demais requisitos aplicáveis à fase preparatória da licitação, a Diretoria Jurídica, a quem compete a realização de controle prévio de legalidade da contratação, nos termos do art. 53, caput, e § 1º[10], da Lei n° 14.133/2021, e do art. 41, § 5°[11], da Instrução de Serviço n° 181/2024, atestou a conformidade jurídica do processo no que tange aos aspectos formais e legais da instrução processual, nos seguintes termos, extraídos do Parecer nº 313/25 (peça 25):
FUNDAMENTAÇÃO
A fase interna da licitação foi conduzida em estrita observância aos arts. 14 a 28 da IS nº 181/2024, com elaboração de todas as peças obrigatórias e participação de equipe regularmente constituída.
O Estudo Técnico Preliminar evidencia a necessidade institucional de manutenção e aprimoramento da infraestrutura de TIC, os requisitos e estimativas da contratação, levantamento de mercado com análise de alternativas, estimativa de valores com metodologia definida, justificativa para ausência de parcelamento e posicionamento conclusivo quanto à viabilidade técnica e econômica da solução proposta, as alternativas analisadas, a solução de mercado escolhida e as razões de ordem técnica e
econômica que justificam a contratação, cumprindo o conteúdo mínimo obrigatório (incisos I, IV, V, VI, VIII e XIII do art. 22, da IS 181/24).
O Termo de Referência e seus anexos (peças 10 a 12) estão em conformidade com os arts. 24 a 26 da IS 181/2024, estruturado com:
• Definição do objeto – serviços de operação, suporte, manutenção e monitoramento de infraestrutura de TIC e Service Desk, 24x7;
• Fundamentação da contratação – faz remissão expressa ao ETP e à necessidade de continuidade dos serviços;
• Descrição da solução e modelo de execução – define metodologia ITIL e integração com ferramentas de gestão de incidentes e ativos;
• Modelo de gestão e fiscalização – prevê papéis de gestor e fiscais técnico e administrativo;
• Critérios de medição e pagamento – baseados em indicadores de desempenho (SLA e relatórios mensais);
• Forma e critérios de seleção do fornecedor – pregão eletrônico por menor preço global;
• Requisitos técnicos detalhados – desempenho, segurança, sigilo, acesso remoto, controle de inventário, e compatibilidade com a Política de Segurança da Informação.
Quanto à subcontratação, o Termo de Referência distingue regras conforme a natureza dos objetos. No Lote 1, referente aos serviços continuados de infraestrutura e Service Desk, é vedada a subcontratação total ou parcial dos itens 1 a 6, em razão da necessidade de execução integrada e padronizada, essencial à continuidade operacional, com exceção do item 7 (projetos de infraestrutura sob demanda), cuja subcontratação é admitida, desde que previamente aprovada. Já nos Lotes 2 e 3, que envolvem soluções de monitoramento, a subcontratação é vedada, considerando a natureza técnica especializada e a exigência de execução direta e padronizada, vinculada a parcerias com as fabricantes. Nesse sentido, nos parece que as restrições observam os princípios da eficiência, do controle contratual e da segurança técnica, em conformidade com a legislação de (Lei nº 14.133/2021 e IS nº 181/2024).
A pesquisa de preços seguiu metodologia compatível com os parâmetros normativos, utilizando diversas fontes de consulta e adotando o critério da média aritmética para fixação do preço máximo. O procedimento respeita os arts. 27 a 30 da IS nº 181/2024, demonstrando a razoabilidade dos valores estimados.
O Mapa de Riscos identifica os principais riscos associados à execução contratual e as estratégias de mitigação, em consonância com o art. 23 da IS nº 181/2024.
Quanto à vigência contratual, o planejamento fixou prazos distintos para os lotes: 48 meses para os serviços e 60 meses para as soluções de monitoramento. A escolha foi motivada pela natureza contínua do objeto, pelo elevado custo de mobilização e pela necessidade de alinhar a vigência ao ciclo de licenças e suportes técnicos dos fabricantes. Esses prazos encontram respaldo nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, que permitem vigência inicial de até 60 meses para contratos de prestação de serviços e fornecimentos contínuos, com possibilidade de prorrogação até o limite de dez anos quando comprovada a vantajosidade.
A justificativa técnica apresentada pela DTI no ETP destaca que a adoção de prazos dilatados confere estabilidade à operação, reduz custos de transição e preserva a eficiência operacional da infraestrutura tecnológica.
As minutas do edital e do contrato refletem integramente as definições constantes do TR e do ETP, incluindo cláusulas obrigatórias relativas à vigência, prorrogação, reajuste, gestão e fiscalização, além dos critérios objetivos de julgamento pelo menor preço global por lote. Não se verificam cláusulas restritivas à competitividade nem omissões relevantes.
CONCLUSÃO
Pelo exposto, não se identificam óbices jurídicos ao prosseguimento do certame.
Complementarmente, pelo Parecer nº 322/25 (peça 31), após a análise das manifestações adicionais trazidas nas peças 28 a 30, a DIJUR asseverou que há compatibilidade orçamentária e financeira com a legislação orçamentária e atestou a regularidade da vigência plurianual dos lotes.
Especificamente acerca da vigência inicial prevista para a contratação – 48 (quarenta e oito) meses para a prestação de serviços continuados de operações de infraestrutura e suporte técnico a usuários de TIC (lote 1) e sessenta meses quanto ao fornecimento de soluções de monitoramento da infraestrutura de TIC (lotes 2 e 3), com possibilidade de prorrogação até o limite de dez anos, na forma dos arts 106[12] e 107[13] da Lei n° 14.133/2021, consoante a minuta do contrato[14] (peça 21, fls. 23 e ss.) –, verifica-se que há exigência legal de que seja atestada a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual[15].
Nesse contexto, depreende-se do Estudo Técnico Preliminar que a DTI, por meio dos técnicos integrantes da equipe de planejamento da contratação, ao justificar para o lote 1 do certame a escolha do “cenário 4”, o qual restou aprovado pelo Comitê de TI, além de afirmar que esse, que abrange os serviços contínuos mais os projetos de infraestrutura de TIC pelo prazo de 48 meses, é o mais completo e alinhado às necessidades institucionais, destacou a existência de vantagem econômica em comparação com o “cenário 3”, que previa os serviços contínuos mais os projetos de infraestrutura de TIC, contudo, pelo prazo de 24 meses, nos termos a seguir:
16.2. Limitações do Cenário 3 – Serviços Contínuos + Projetos (24 meses)
(...)
Por fim, há que se considerar que contratos com vigência reduzida tendem a atrair menor interesse do mercado, especialmente entre empresas com maior qualificação técnica, que buscam estabilidade e horizonte de investimento compatível com a complexidade do serviço. Isso pode limitar a competitividade do certame e influenciar negativamente os preços ofertados.
Ainda que este cenário apresente um custo global inferior ao Cenário 4, os valores estimados para 24 meses não representam uma economia real no médio e longo prazo. A necessidade de realizar novo processo licitatório ao final desse período, somada aos custos operacionais de transição contratual e ao tempo perdido com o processo de adaptação de uma nova empresa, resultam em aumento indireto dos custos totais para o Tribunal. Além disso, o horizonte financeiro reduzido tende a limitar o interesse de empresas qualificadas, o que pode impactar na competitividade e na qualidade técnica das propostas.
16.3. Adequação do Cenário 4 – Serviços Contínuos + Projetos (48 meses)
(...)
Embora o Cenário 4 apresente o maior valor estimado entre as alternativas consideradas, esse custo é justificado pela abrangência e pela estabilidade proporcionadas pela solução. O período de 48 meses elimina a necessidade de novas licitações no curto prazo, reduzindo o custo administrativo e evitando paralisações ou retrabalho decorrentes de trocas contratuais frequentes. Além disso, o modelo permite que os investimentos em treinamento, adaptação e consolidação de processos sejam plenamente aproveitados, resultando em maior retorno institucional. O pagamento condicionado à execução efetiva de projetos ainda assegura o uso racional dos recursos, tornando o custo-benefício desse cenário o mais favorável ao
interesse público.
Diante do exposto, a equipe técnica recomenda a adoção do Cenário 4 como solução contratual, por representar a melhor relação entre custo, benefício, flexibilidade, qualidade técnica e alinhamento estratégico com os objetivos da área de TIC do TCE-PR, contribuindo para a continuidade, estabilidade e evolução do ambiente tecnológico da instituição.
Já no que se refere aos lotes 2 e 3, com vigência inicial prevista por sessenta meses, especificamente acerca do item 9, “Suporte oficial Zabbix Platinum 24x7”, que integra o lote 2, e do item 11, “SolarWinds Flexible Database Performance Analyzer for virtualized environments and SQL Sentry”, que integra o lote 3[16], na peça 28 a DTI asseverou que a contratação plurianual, com duração de sessenta meses, revela-se a alternativa mais vantajosa economicamente para o Tribunal, o que fez mediante pormenorizada exposição de razões, com destaque para os seguintes trechos:
No que tange Item 9 – Suporte oficial Zabbix Platinum 24x7, a solução Zabbix foi selecionada como ferramenta estratégica para o monitoramento da infraestrutura de TIC do TCE-PR, com perspectiva de uso contínuo e de longo prazo. (...)
Ressalta-se que a comercialização do suporte oficial da solução Zabbix segue um modelo de fornecimento amplamente adotado no mercado de software corporativo,

no qual a fabricante Zabbix SIA não realiza vendas diretas ao cliente final. Em vez disso, a contratação do suporte técnico oficial é feita exclusivamente por meio de revendedoras autorizadas, que atuam como intermediárias entre o cliente e a fabricante. Essas revendedoras são responsáveis por formalizar a contratação, emitir as licenças e facilitar a interlocução com a Zabbix SIA, que detém a tecnologia e a expertise sobre a solução. (...) Esse mesmo modelo de fornecimento é adotado por outras soluções estratégicas utilizadas pelo TCE-PR, como o software de backup Veeam (Contrato nº 07/2022) e o licenciamento de firewall Check Point (Contrato nº 08/2022). Em todos esses casos, há um risco inerente à continuidade contratual, uma vez que a empresa contratada precisa, a cada renovação contratual, firmar novos acordos de fornecimento (preços e condições) com a fabricante, o que pode resultar em custos adicionais (despesas transicionais da contratada) e incertezas operacionais, visto que os custos dos softwares sofrem aumentos frequentes. Essa variação não acompanha a lógica orientada por índices de reajustes, mas sim a lei de oferta e demanda de mercado relativa a própria solução de software, ou seja, o mercado no qual o software está inserido que ditará o efetivo preço da solução quando a contrata firma aas bases com o fabricante.

Na prática, o Tribunal tem experimentado considerável instabilidade a cada ciclo anual de prorrogações contratuais de softwares que estão inseridos nesse modelo de fornecimento, sujeitando-se a prolongadas negociações triangulares e à imprevisibilidade de acordos comerciais entre fornecedores e fabricantes. Ademais, a renovação anual desses contratos impõe aos custos administrativos e complexidade processual, relacionados à tramitação interna de novos procedimentos, análise jurídica, emissão de pareceres e formalização de instrumentos contratuais. Assim, a adoção de uma vigência estendida de 60 meses para o suporte oficial Zabbix contribui para mitigar esses riscos, assegurando maior estabilidade, previsibilidade orçamentária e eficiência na gestão contratual.

Além disso, a contratação com vigência estendida proporciona um retorno mais eficiente sobre o investimento realizado, especialmente considerando que os serviços de instalação e configuração (Item 8) e o treinamento técnico (Item 10) somam R$ 220.828,00. Esse valor representa um investimento importante por parte do Tribunal cuja plena amortização e aproveitamento técnico dependem de um período contratual compatível com a maturação e consolidação da solução no ambiente institucional.

No que diz respeito ao Item 11 - Licenciamento SolarWinds DPA, a solução DPA foi selecionada como ferramenta estratégica para o monitoramento avançado dos bancos de dados do TCE-PR, com perspectiva de uso contínuo e papel central na prestação do serviço de Suporte a Banco de Dados, previsto no Item 5 do LOTE 1, assim como na prestação do serviço de Monitoramento de TIC (NOC), previsto no Item 4 do LOTE 1. (...)

Assim como ocorre com o Zabbix, o fornecimento do DPA segue o modelo de comercialização indireta, em que a fabricante não realiza vendas diretas, operando exclusivamente por meio de revendedoras autorizadas. Esse modelo, como já ressaltado, também adotado em contratos anteriores do TCE-PR, como os do Veeam (Contrato nº 07/2022) e Check Point (Contrato nº 08/2022), está sujeito a riscos de continuidade, pois a cada renovação a contratada precisa firmar novos acordos com a fabricante, o que pode gerar custos adicionais e incertezas operacionais, especialmente diante da variação cambial e dos reajustes frequentes nos preços de software.

Além disso, a pesquisa de preços realizada junto a fornecedores considerou três cenários distintos de vigência contratual: 12, 36 e 60 meses. A estimativa preliminar, com base nas propostas apresentadas na Peça 17, indicou que o custo anual para um contrato de 12 meses seria de R$ 109.195,87, enquanto para o contrato de 36 meses o valor anual seria de R$ 106.515,92. Já para o cenário de 60 meses, o custo anual estimado foi de R$ 104.179,94, evidenciando a vantajosidade econômica proporcionada pela economia de escala no contrato de maior duração.

Com o objetivo de alcançar valores ainda mais competitivos, aplicou-se o coeficiente de variação sobre o cenário de 60 meses selecionado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), resultando no valor de referência anual de R$ 90.390,33, totalizando R$ 451.951,64 ao longo dos 60 meses. Embora essa análise comparativa não tenha sido detalhada no ETP — em razão da densidade do documento, com aproximadamente 180 páginas —, os dados demonstram de forma inequívoca que a opção pela vigência de 60 meses representa a alternativa mais vantajosa economicamente.

Portanto, a vigência de 60 meses para o item 9 e 11 representa a maior mitigação de riscos relativos à execução contratual e vantagem econômica, ao assegurar estabilidade, continuidade técnica, redução de custos operacionais e melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos ao alinhar as vigências contratuais com as necessidades técnicas e resultados esperados nas contratações em tela.

Ademais, registra-se que na peça 31 a DIJUR concluiu que “a fundamentação constante do ETP e da Informação nº 132/25 da DTI demonstram de forma suficiente a vantajosidade da adoção de prazos contratuais superiores a doze meses, atendendo ao disposto no art. 106, I, da Lei nº 14.133/2021.”

Diante do exposto, e considerando a expertise técnica da unidade requisitante e da equipe de planejamento da contratação, que possibilita a adequada avaliação das peculiaridades da contratação pretendia, entendo demonstrada a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual.

Por fim, vale destacar que a Supervisão de Licitações e Contratos também realizou detida análise do processo, conforme descrito no relatório, e que igualmente concluiu pela regularidade dos elementos que o integram a fase preparatória do certame.

3. Portanto, evidenciada a observância dos requisitos legais e procedimentais aplicáveis, com fundamento no art. 16, inc. XLV[17], do Regimento Interno, AUTORIZO a abertura de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço por lote, para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de operações de infraestrutura e suporte técnico a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, sem dedicação exclusiva de mão de obra, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, e para o fornecimento de soluções de monitoramento da infraestrutura de TIC, pelo período de 60 (sessenta) meses, compreendendo subscrições, instalação, configuração, suporte técnico oficial e capacitação personalizada, conforme as necessidades do TCE-PR, nos termos descritos no item 2 da minuta do edital contida na peça 21.

4. À Diretoria Administrativa – Supervisão de Licitações e Contratos para as providências devidas.

5. Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 7 de novembro de 2025.

Assinado digitalmente

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Apresentado na gestão atual, com atualização quanto ao integrante requisitante da contratação, conforme Informação nº 43/2025-DTI (peça 7).
__2__. Em que o Comitê de TI aprovou a atualização de valores da Contratação da Central de Serviço + NOC.
__3__. Regulamenta, no âmbito da Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos.
__4__. § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
III - requisitos da contratação;
IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
__5__. Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...)
XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
d) requisitos da contratação;
e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
g) critérios de medição e de pagamento;
h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
j) adequação orçamentária;
__6__. “• Lote 1 (itens 1 a 6 – serviços continuados): estimativa baseada no Modelo de Contratação de Serviços de Operação de Infraestrutura e de Atendimento a Usuários de TIC, instituído pela Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, que utiliza o Mapa de Pesquisa Salarial e o Fator-K padronizado como referências para a composição dos custos salariais e encargos;
• Lote 1 (item 7 – projetos sob demanda): estimativa estruturada a partir de pesquisa junto a fornecedores e análise de contratações similares, adotando a mediana saneada simples como critério de valor referencial, conforme demonstrado em memória de cálculo;
• Lotes 2 e 3 (soluções de monitoramento Zabbix, Grafana, SolarWinds e SQL Sentry): pesquisa realizada com base na combinação de parâmetros previstos na legislação, incluindo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), GMS, mídias especializadas e pesquisa direta com fornecedores, sendo esta última a fonte efetivamente utilizada em razão da ausência de resultados válidos nas demais bases.
A metodologia adotada observou o coeficiente máximo de variação de 30% entre as cotações, desconsiderando as propostas que ultrapassaram esse limite e adotando a média dos valores remanescentes como base para definição do valor de referência.”
__7__. Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
__8__. Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
__9__. Item 2 – Descrição da Necessidade.
__10__. Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;
__11__. Art. 41. (...)
§ 5º É estabelecido que, ao final da fase preparatória, deve ocorrer a revisão, pela Diretoria Jurídica, quanto aos aspectos de conformidade quanto aos critérios legais, com a devida avaliação da instrução do processo e a emissão das eventuais recomendações.
__12__. Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.
§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

__13__. Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
__14__. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência da contratação referente ao Lote 01 é de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR.
2.2. O prazo de vigência da contratação referente aos Lotes 02 e 03 é de 60 (sessenta) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR.
2.3. O prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.4. O presente contrato terá publicação de seu extrato no Diário Eletrônico do TCE-PR.
2.5. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
2.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
2.8. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
2.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
__15__. Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
__16__. Os demais itens dos lotes 2 e 3 dizem respeito à instalação e configuração das ferramentas referidas e a treinamento personalizado.
__17__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente: (...)
XLV - autorizar os processos de contratação de obras e serviços de engenharia, aquisição de bens, prestação de serviços, alienações e locações, nos termos do art. 522;

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

PORTARIA N° 980/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea “d”, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 702706/25-TC, resolve
CONCEDER
de acordo com o artigo 52, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, à servidora, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, abaixo relacionada, o acréscimo sobre seus vencimentos dos adicionais por tempo de serviço excedente, de mais 5% (cinco por cento):

Servidor	Matrícula	Cargo	A partir de	TOTAL
GIOVANA MARIA DE MEDEIROS IATAURO CAMARGO	50.200-6	Consultor Técnico	25/11/2025	25%

PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 7 de novembro de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 981/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea “d”, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 702641/25-TC, resolve
CONCEDER
de acordo com o artigo 51, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, às servidoras, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, abaixo relacionadas, o acréscimo sobre seus vencimentos dos adicionais por tempo de serviço, de mais 5% (cinco por cento):

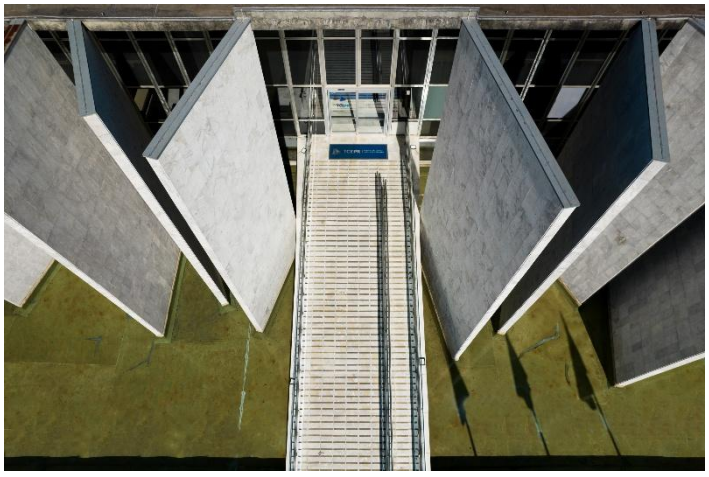
Servidor	Matrícula	Cargo	A partir de	TOTAL
CARINE REBELO DE ALMEIDA CESAR	51.987-1	Auditor de Controle Externo	02/11/2025	10%
CAROLINE PALUDETTO PASCUTI	51.988-0	Auditor de Controle Externo	02/11/2025	10%

PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 7 de novembro de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

TCEPR
LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 016/2021
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: BRY TECNOLOGIA S.A. – CNPJ 04.441.528/0001-57.
PROCESSO N.º: 55551-0/25.
OBJETO: Prorroga-se a vigência do Contrato nº 016/2021 por mais 12 (doze) meses, a partir de 24/11/2025 até 23/11/2026.
VALOR: Aditivo sem acréscimo de valores.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993.
DATA DA ASSINATURA: 10 de novembro de 2025.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 17/2025
PARTÍCIPES:
a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
b) TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – CNPJ 50.176.270/0001-26.
PROCESSO N.º: 46547-3/25.
OBJETO: A cessão do direito e licença de uso do software: Sistema de Fiscalização Integra, instituído pela Resolução nº 110/2024-TCE/PR.
RECURSOS FINANCEIROS: Acordo não implica desembolso financeiro.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.
DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2025.





COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiro Corregedor-Geral
- José Durval Mattos do Amaral

Conselheiros
- Fernando Augusto Mello Guimarães
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Procurador-Geral do MPC-PR.
- Gabriel Guy Léger

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria Augusta Camargo De Oliveira Franco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Conselheiros Substitutos
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Tiago Alvarez Pedroso
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Maria das Graças Greco

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- José Durval Mattos do Amaral

Coordenadora da Corregedoria
- Flavia Cristiane Buch

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Gabriel Guy Léger

Procuradores
- Valéria Borba
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Michael Richard Reiner
- Flávio de Azambuja Berti
- Juliana Sternadt Reiner

Diretor do MPC
- Barbara Krysttal Motta Almeida Reis.

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Fernando Augusto Mello Guimarães– FAMG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Cássia Peixoto Doerr

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
-

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Danielle de Mello e Silva

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete

Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro – GATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete do Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete da Conselheira Substituta Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete do Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Carlos Eduardo de Moura

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
- Rita De Cássia Bompeixe Carstens Mombelli

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Márcio José Assumpção

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
-

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Cinthya Pedron Caciatori

Gabinete da Presidência – GP
- Lohaide Cristine Souza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Rafael Eisfeld Santos

Escola de Gestão Pública – EGP
- Wilmar Da Costa Martins Junior

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Anderson Regis Saladino

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Vivianeli Araujo Prestes

Secretaria de Governança, Planejamento e Gestão Estratégica - SEPLAN
- Ralph Nowakowski Biscouto

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Rodrigo Martins De Oliveira Silva Pinto

Diretoria de Protocolo – DP
- Caroline Lemes Karam De Meneses

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Wellington Glass Da Silva

Controladoria Interna – CI
- Ana Carolina Da Rocha

Gabinete de Assessoria Militar
- Ten.-Cel Edivan Sharles Fragoso

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Rafael Morais Gonçalves Ayres

Coordenadoria de Medidas Executórias – CMEX
- Juliano Woellner Kintzel

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Marcus Vinicius Machado

Coordenadoria de Contas– CCONTAS
- Eduardo Schnorr

Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar – CAIS
- Thiago Napoli Ciriaco Dias

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Roberto Alves Ribeiro

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Vinicius De Souza Oliveira

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Luiz Henrique Xavier

Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP
- Danielle Cristina Jaques Urban

Estúdio de Inovação
- Cleiton Eduardo Saturno